



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

**DINÂMICA ECONÔMICA, URBANIZAÇÃO E
METROPOLIZAÇÃO NO RIO GRANDE
DO NORTE (1940-2006)**

Denílson da Silva Araújo

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Econômico – área de concentração: Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente, sob a orientação do Prof. Dr. Fernando Cezar de Macedo Mota.

Este exemplar corresponde ao original da tese defendida por Denílson da Silva Araújo em 18/02/2009 e orientado pelo Prof. Dr. Fernando César de Macedo Mota.

CPG, 18 / 02 / 2009

A handwritten signature in black ink, appearing to read "F. C. Mota", is written over a horizontal line.

Campinas, 2009

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
do Instituto de Economia/UNICAMP**

Ar15d	<p>Araújo, Denílson da Silva. Dinâmica econômica, urbanização e metropolização no Rio Grande do Norte (1940-2006) / Denílson da Silva Araújo. – Campinas, SP: [s.n.], 2009.</p> <p>Orientador : Fernando César de Macedo Mota. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.</p> <p>1. Desenvolvimento regional. 2. Economia – Rio Grande do Norte. 3. Rio Grande do Norte - Urbanização. I. Mota, Fernando César de Macedo. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.</p> <p>09-012-BIE</p>
-------	--

Título em Inglês: Economic dynamics, urbanization and metropolization in Rio Grande do Norte (1940-2006)

Keywords : Regional development ; Economics – Rio Grande do Norte ; Rio Grande do Norte - Urbanization

Área de concentração : Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente

Titulação : Doutor em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora : Prof. Dr. Fernando César de Macedo Mota

Prof. Dra. Maria do Livramento Miranda Clementino

Prof. Dr. Carlos Antonio Brandão

Prof. Dr. Claudio Schuller Maciel

Prof. Dr. Alcides Goularti Filho

Data da defesa: 18-02-2009

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento econômico

Tese de Doutorado

Aluno: DENÍLSON DA SILVA ARAÚJO

“Dinâmica Econômica, Urbanização e Metropolização
no Rio Grande do Norte (1940-2006)“

Defendida em 18 / 02 / 2009

COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. FERNANDO CÉZAR DE MACEDO MOTA
Orientador – IE / UNICAMP



Profa. Dra. MARIA DO LIVRAMENTO MIRANDA CLEMENTINO
UFRN



Prof. Dr. CARLOS ANTÔNIO BRANDÃO
IE/UNICAMP



Prof. Dr. CLÁUDIO SCHULLER MACIEL
IE / UNICAMP



Prof. Dr. ALCIDES GOULARTI FILHO
UNESC

Dedico este trabalho à Silvana Linhares Machado. Espero tê-la por mais décadas ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de cinco anos de muito estudo e muitas discussões com amigos e dissidentes de Campinas, de Natal e de Campina Grande. A todos, sem exceção, agradeço. No período que estive na UNICAMP me surpreendi com vários fatos. O mais importante pra minha vida, foi ter sido tomado pelo contágio acadêmico dos meus companheiros de sala de aula e por meus mestres, notadamente os professores Fernando César de Macedo, Cláudio Maciel, Wilson Cano e Carlos Brandão. Desses explorei duas essências especiais: a sabedoria e a amizade. Como esquecer tudo isso?

Como se não bastasse o acolhimento da plêiade do CEDE, fui totalmente cativado pelo encanto de seus familiares e amigos. A eles, digo, como tornaram a minha vida mais fácil e feliz. Nem vi o tempo passar...

Não posso deixar de agradecer aos meus colegas do Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pois tenho a certeza de que o meu afastamento rendeu-lhes mais horas de trabalho e responsabilidade com as atividades cotidianas que a academia exige. Em especial registro que as participações do Professor Marconi Gomes e do Professor Odair Garcia que discutiram comigo a estrutura embrionária do presente trabalho, foram de fundamental importância na consubstanciação teórico-histórica de partes importantes dos capítulos dois e três, embora não tenham a menor responsabilidade por eventuais falhas que persistam no texto. Também discuti, em Campinas, com o Professor João Rodrigues, muitos pontos de nossas teses, sobretudo a respeito da importância da PETROBRAS no processo de desenvolvimento econômico do Rio Grande do Norte.

Agradeço aos funcionários do Instituto de Economia que sempre “atenderam ao chamado”. Deles, obtive o possível e o impossível, preservando sempre as ações lícitas que um servidor público deve ter ao exercer suas funções. Comigo foram sempre gentis, atenciosos e profissionais.

Aos amigos Cid Olival, Danilo Jorge e a menina Giovanna, quero dizer-lhes que foi fácil, depois “dos 40”, aprender com vocês, difícil foi ensinar com a mesma intensidade e leveza.

Elmer Matos, que também escrevia sua tese (sobre o setor terciário em Sergipe) no mesmo período em que escrevia a minha, me assessorou com seu banco de dados e suas discussões sobre o conteúdo do capítulo 4 deste trabalho. Devo-lhe boa parte das informações quantitativas sobre o setor terciário do Rio Grande do Norte. Deixo aqui registrado o meu respeito pelo amigo e minha torcida, de ainda este ano, receber a notícia de que a data de sua defesa foi marcada.

Agradeço a Sinedei pelo companheirismo nas artes (poesia e música) que tornou nossas vivências acadêmicas menos áridas. Só não entendi uma coisa! Como alguém pode compor maravilhosas melodias tomando água?

Gostaria de registrar que minha vinda para Campinas ocorreu depois que conheci a prof.^a Maria do Livramento, do Centro de Ciências Sociais, Artes e Letras, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Sua formação acadêmica me conquistou e me incentivou a alçar vôos mais altos, para além dos domínios do semi-árido. Cá estou.

Sobre o Prof. Wilson Cano, o quê dizer? Grande e severo Mestre. De suas exigências ninguém escapa, muito menos os amigos, já que estão sempre por perto. Ao seu lado desfrutei de momentos imperdíveis, na ciência e no lazer. Obrigado por sua atenção.

Agradeço ao Prof. Fernando César de Macedo pela bravura de aceitar a orientação de um trabalho como este. Quando começamos a trabalhar no meu tema, eu mal sabia o caminho de casa. Agradeço pelo intenso processo de orientação e aprendizado, e lamento o fato de ter-lhe levado muitas horas dos seus finais de semana para que eu cumprisse a agenda.

Já sobre Reis é mais fácil falar. Meu grande amigo de discussão e produção acadêmicas, de horas de samba, da cervia gelada em algum boteco de Barão. O engraçado é que, depois de mais de 20 anos fora da Baixada Fluminense, onde fui criado, foi em Barão Geraldo que me reencontrei com a casa dos poetas, o *botequim*.

Por fim, quero dedicar um pouco dos meus agradecimentos a Silvana Linhares, que, em boa medida, abdicou de sua vida profissional para me acompanhar rumo à Campinas. Como não encontrei uma porção de vernáculos para te agradecer à altura da grandeza de tua alma e dos meus sentimentos por ti, dedico a você este trabalho que, para mim, é de grande validade. É bom saber que com você por perto a minha vida flui mais *maneirinha*.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – FORMAÇÃO DO COMPLEXO NORDESTINO E A CAPITANIA DO RIO GRANDE	10
1.1. Antecedentes históricos: a instalação do complexo nordestino	10
1.2. A capitania do Rio Grande: breve história da ocupação do território e da economia potiguar	19
1.3. Diversificação econômica e articulação urbana no Rio Grande do Norte: no limiar do século XX	28
CAPÍTULO 2 – A ECONOMIA DO RIO GRANDE DO NORTE NO PROCESSO DE ARTICULAÇÃO E INTEGRAÇÃO NACIONAL – 1930/1970	35
2.1. Delimitação da questão regional: a inserção da periferia como economia complementar	35
2.2. A economia em marcha lenta: a agropecuária e a indústria potiguares no processo de integração do mercado nacional	39
2.2.1. A agropecuária	41
2.2.2. A indústria no Rio Grande do Norte: 1919/1970	55
2.3. Articulação comercial e integração produtiva do Rio Grande do Norte: algumas considerações sobre o comércio potiguar na segunda metade da década de 1930, na década de 1940 e do período 1975-1999	70
CAPÍTULO 3 – OS EFEITOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO INCENTIVADA E DO SEGUNDO PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOBRE A ECONOMIA NORTE-RIOGRANDENSE: 1970-2006	80
3.1. A contribuição da SUDENE à industrialização do Nordeste e do Rio Grande do Norte	81
3.2. A ação estatal: planejamento e desenvolvimento econômico no Nordeste e no Rio Grande do Norte	95
3.3. Modernização e expropriação capitalista no Rio Grande do Norte	107
3.4. O Rio Grande do Norte na década de 1980	122
3.5. Breves informações sobre a produção mineral potiguar	127
3.5.1. O Petróleo no Rio Grande do Norte	137
3.6. A agropecuária potiguar: 1980-2006	146
3.6.1. Desenvolvimento capitalista tardio da agricultura do Rio Grande do Norte	152
3.7. O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROADI): guerra fiscal e industrialização	170
3.7.1. Desenvolvimento econômico no contexto da guerra fiscal: o debate	170
3.7.2. As circunstâncias históricas de implantação do Programa de Industrialização do Rio Grande do Norte (PROADI)	179
3.7.3. PROADI: em busca da industrialização tardia	191

CAPÍTULO 4 – DEMOGRAFIA E URBANIZAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE: 1940-2000	212
4.1. A produção social do espaço urbano nordestino: a definição da identidade regional	212
4.2. Dinâmica demográfica e urbanização do Rio Grande do Norte: 1940-2000	219
4.3. A crise e o processo de metropolização no Brasil e no Rio Grande do Norte	226
4.4. O Setor de Serviços	236
4.4.1. Primeiro período – 1970/1989.	236
4.4.2. Segundo Período: 1990/2005	241
4.5. As migrações norte-riograndenses	246
4.6. Região Metropolitana de Natal (RMN): centro dinâmico da economia estadual	251
4.7. Urbanização conservadora: a gênese da mercantilização do espaço social na Região Metropolitana de Natal	259
CONSIDERAÇÕES FINAIS	267
ANEXOS	282
ANEXO 1 - Tabela 1 - Estados da Região Nordeste: Classificação Segundo Taxa de Crescimento da População e Densidade Demográfica 1940/50	282
ANEXO 2 - Tabela 2 - Estados da Região Nordeste: Classificação Segundo Taxa de Crescimento da População e Densidade Demográfica 1950/60	282
ANEXO 3 - Tabela 3 - Estados da Região Nordeste: Classificação Segundo Taxa de Crescimento da População e Densidade Demográfica 1960/70	283
ANEXO 4 - Tabela 4 - Estados da Região Nordeste: Classificação Segundo Taxa de Crescimento da População e Densidade Demográfica 1970/80	283
ANEXO – 5 Tabela 5- Estados da Região Nordeste: Classificação Segundo Taxa de Crescimento da População e Densidade Demográfica 1980/91	284
ANEXO 6 - Tabela 6 - Estados da Região Nordeste: Classificação Segundo Taxa de Crescimento da População e Densidade Demográfica 1991/00	284
ANEXO 7 - Tabela 7 - Rio Grande do Norte: Participação dos Municípios de 10.000 Habitantes e Mais na População Total do Estado 1940-2000	285
ANEXO 8 - Tabela 8 - Rio Grande do Norte: Migração Interestadual 1940-2000	288
ANEXO 9 – RIO GRANDE DO NORTE: Índice de Crescimento do PIB dos subsetores menos dinâmico 1985-2004	289
ANEXO 10 - Tabela 9 - Rio Grande do Norte: Fluxo Migratório (1.000 Habitantes) 1940-2000	289
ANEXO 11 - Tabela 10 - Rio Grande do Norte: População Total e % de Migrantes da População Total – 1940-2000	290
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	291

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Tabela 1	População Total e Taxas de Crescimento das Capitais da União Segundo os Recenseamentos Gerais	24
Tabela 2	Engenhos existentes nos Municípios Açucareiros do Rio Grande do Norte no Período de 1860-1912	25
Tabela 3	Extensão da Rede Ferroviária em Tráfego, Segundo as Unidades da Federação – 1883-77	27
Tabela 4	Exportação de Borracha de Maniçoba do Rio Grande do Norte Por Municípios no Ano de 1903 (Kg e Conto de Réis/\$)	33
Tabela 5	Resultados Gerais do Inquérito Industrial, Segundo as Unidades Federativas da Região Nordeste – 1907	34
Tabela 6	Rio Grande do Norte: Valor da Produção Agrícola (%) - 1919-1970	43
Tabela 7	Destinos das Exportações do RN (Safras de 1934/35-1936-37)	45
Tabela 8	Taxas Médias de Crescimento do PIB Industrial e Agropecuário no Período de 1939/1955 (%)	46
Tabela 9	Participação Relativa do Rio Grande do Norte no PIB Agropecuário do Brasil e do Nordeste – 1939/1970	49
Tabela 10	Rio Grande do Norte: Produção das Principais Culturas Agrícolas (temporárias) em Toneladas – 1950	51
Tabela 11	Participação da Região Nordeste e dos Estados Seleccionados no VTI (em % de Valor) - 1919	57
Tabela 12	Valor da Transformação Industrial por Gênero de Indústrias Seleccionadas e Participação Relativa (%) das Mesmas no Total do VTI de Suas Congêneres do Nordeste e do Brasil - 1940	60
Tabela 13	Rio Grande do Norte: Participação Relativa dos Gêneros de Indústrias no VTI da Indústria de Transformação (%) – 1919-1970	65
Tabela 14	Taxa de Crescimento Anual da indústria de Transformação em (% de Valor) – 1919-1970	67

Tabela 15	Participação Relativa de UFs Seleccionadas e Região Nordeste no Valor da Transformação Industrial do Brasil – 1939-1970	68
Tabela 16	Rio Grande do Norte: Crescimento do VTI da Indústria de Transformação no Período de 1939-1970	69
Tabela 17	Rio Grande do Norte: Estrutura Produtiva do PIB Setorial e Subsetorial no Período de 1939 a 1980 (%)	70
Tabela 18	Comércio Interestadual do Rio Grande do Norte (por vias internas) com UFs Seleccionadas de 1942 a 1949 (em % de Valor)	75
Tabela 19	Comércio Inter-regional: Participação Relativa das Regiões e UFs Seleccionadas no Comércio Inter-regional Potiguar de 1975 a 1999 (% de Valor)	77
Tabela 20	Nordeste: Valor dos Projetos Industriais, Agropecuários e de Serviços Aprovados e % dos Mesmos no Valor Total – 1980/1989 (Valores em US\$ 1.000,00)	104
Tabela 21	Taxa Média de Crescimento do PIB do País, do Nordeste e dos Estados Seleccionados – 1980-2000	125
Tabela 22	Rio Grande do Norte: VTI da Indústria de Transformação em (%) de Valor 1975-1985	127
Tabela 23	Rio Grande do Norte: Quantidade e Valor da Produção dos Minerais Metálicos – 1996-2005	133
Tabela 24	Rio Grande do Norte: Quantidade e Valor da Produção dos Minerais Não-Metálicos – 1996-2005	134
Tabela 25	Rio Grande do Norte: Mão-de-Obra Ocupada na Mineração	137
Tabela 26	Brasil: Principais Produtores de Petróleo Bruto em 1.000 m ³ – 1976-2000	141
Tabela 27	Rio Grande do Norte: Estabelecimentos Rurais Segundo Grupos de Áreas e % de Cada Grupo Sobre o Total – 1980-1995	147
Tabela 28	Rio Grande do Norte: Estabelecimentos Rurais Segundo o Número de Hectares por Grupo de Áreas – 1980-1995	147
Tabela 29	Rio Grande do Norte: área Colhida com Lavouras Permanentes e Temporárias – 1980-2005	149

Tabela 30	Rio Grande do Norte: Área Colhida com Algodão Arbóreo e Herbáceo no Período de – 1980-2005	149
Tabela 31	Rio Grande do Norte: Pessoal Ocupado de 14 Anos e Mais Segundo a Classe da Atividade Econômica no Período de 1980-1985	151
Tabela 32	Área Colhida das Principais Culturas Produzidas no Pólo Assú/Mossoró – 1990-2007	164
Tabela 33	Participação (%) das Principais Culturas Frutíferas do Pólo Assú/Mossoró no Total da Área Colhida de Frutas – 1990-2006	166
Tabela 34	Participação (%) das Principais Culturas Não-Frutíferas do Pólo Assú/Mossoró no Total da Área Colhida das Mesmas – 1990-2006	167
Tabela 35	Rio Grande do Norte: Valor e Participações das Exportações Segundos os Principais Produtos – 1991-1999	168
Tabela 36	Rio Grande do Norte: Distribuição dos Projetos Aprovados segundo Gêneros de Indústrias 1986-2000	180
Tabela 37	Rio Grande do Norte: Distribuição Espacial das Empresas Beneficiadas Pelo PROADI – 1986-2000	180
Tabela 38	Participação do PIB do Rio Grande do Norte Segundo Setores Econômicos (em % de Valor) a Preços Constantes de 2000 (R\$ Mil) 1980-2005	182
Tabela 39	Rio Grande do Norte: Indústria de Transformação – Valor da Transformação Industrial em % de Valor (Mil Reais) 1996-2006 (CNAE)	186
Tabela 40	Rio Grande do Norte: Total de Empresas em Atividade Por Ramo de Indústria, Número de Empregos e Tamanho Médio – 1986-2000	197
Tabela 41	Distribuição dos Projetos aprovados Pelo PROADI (nova empresas, ampliação e postergação), por Micro-Região 2003-2007	198
Tabela 42	Distribuição dos Projetos de Novas Empresas Aprovados Pelo PROADI – Por Micro-Região – 2003-2007	199
Tabela 43	Participação do PROADI na Receita Tributária Líquida 2000-2007	200
Tabela 44	Recursos do FNE, PRONAF, BNB e PROADI no RN (em Milhões de R\$ - 2000-2006	201

Tabela 45	Distribuição dos Projetos Aprovados Pelo PROADI (novas empresas, ampliação e prorrogação), segundo Grupos de Atividades (CNAE 1.0) – 2003-2007	204
Tabela 46	Distribuição de Projetos de Novas Empresas Aprovados Pelo PROADI segundo Grupos de Atividades (CNAE 1.0) – 2003-2007	205
Tabela 47	Distribuição dos Projetos Aprovados Para Novas Empresas Pelo PROADI, Segundo Intensidade de Tecnologia na Indústria de Transformação – 2003-2007	206
Tabela 48	Distribuição dos Projetos de Novas Empresas Aprovados (em Milhões de R\$), Segundo Grupos de Atividades (CNAE 1.0) Por Micro-Região – 2003-2007	209
Tabela 49	Distribuição dos Empregos Gerados Pelos Projetos Apoiados Pelo PROADI, Segundo Grupos de Atividades (CNAE 1.0) Por Micro-Região – 2003-2007	210
Tabela 50	População dos Estados do Nordeste e das Regiões do Brasil: Taxa de Crescimento e Participação da População Total na Nacional - 1940-2000	221
Tabela 51	Densidade Demográfica dos Estados da Região Nordeste e Regiões – 1940-2000	223
Tabela 52	Região Metropolitana de Natal: Taxas Médias de Crescimento Anual das Populações Urbana, Rural e Total - 1940-2000	231
Tabela 53	Rio Grande do Norte: Densidade Demográfica dos Municípios Metropolitanos - 1940/2000	232
Tabela 54	População e Taxa Média de Crescimento Anual do Rio Grande do Norte, de Natal e da Região Metropolitana de Natal – 1940-2000	233
Tabela 55	Rio Grande do Norte - PIB do Setor de Serviços - Estrutura Setorial (% de Valor) - 1970/1989	238
Tabela 56	Rio Grande do Norte - PIB do Setor de Serviços - Participação Regional e Nacional (%) 1970/1989	240
Tabela 57	Rio Grande do Norte - PIB do Setor de Serviços - Estrutura Setorial (% de Valor) - 1990/2005	242
Tabela 58	Rio Grande do Norte - PIB do Setor de Serviços - Participação Regional e Nacional (%) 1990/2005	246

Tabela 59	Municípios da Região Metropolitana de Natal por População Residente de 5 Anos e Mais de Idade e Imigrantes de Data Fixa – 2000	253
Tabela 60	Municípios da Região Metropolitana de Natal segundo Imigrantes de Data Fixa por Origem – 2000	255
Quadro 1	População de Escravos nas Capitânicas do Nordeste em 1872	23
Quadro 2	Primeiras Freguesias e Vilas do Rio Grande	31
Quadro 3	Faixas de Prioridades, Participação do 34/18 e Quantidade de Pontos	89
Gráfico 1	Brasil: Produção Interna, Importação, Oferta Total e Nível de Importação de Petróleo – 1970-1996	138
Gráfico 2	Quantidade Produzida de Petróleo e Gás Natural no Rio Grande do Norte	143
Gráfico 3	Evolução do Desembolso Aquisição de Bens e Serviços do RN	144
Figura 1	Mapa 1 – Municípios Produtores de Petróleo	98

LISTA DE SIGLAS

AGN-RN	Agência de Fomento do Estado do Rio Grande do Norte S.A.
AKZO	Algemene Kunstzijlde Zout Organon
ALCANORTE	Álcalis do Rio Grande do Norte S.A
ANSAS	American Natural Soda Ash Association
BDRN	Banco do Desenvolvimento do Rio Grande do Norte
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAERN	Companhia de Água e Esgotos do Rio Grande do Norte
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CALIMAN	Empresa Caliman Agrícola S/A
CDE	Conselho de Desenvolvimento do Estado
CDM	Companhia de Desenvolvimento Mineral
CEASA-RN	Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Norte S/A
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEPLAN	Consultoria Econômica e Planejamento
CIA	Centro Industrial Avançado
CINEP	Companhia de Desenvolvimento da Paraíba
CIRNE	Companhia Comércio Indústria do Nordeste
CODIT-RN	Coordenadoria de Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte

COHAB-RN	Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Norte
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNI	Confederação Nacional da Indústria
COOPHAB COTEMINAS	Cooperativa Habitacional dos Servidores do Rio Grande do Norte Companhia Tecidos Norte de Minas
CPE	Comissão de Planejamento Econômico
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
DECEX	Departamento de Operações de Comércio Exterior
DELMONTE	Empresa Agroindustrial Del Monte Fresh Producer Brasil Ltda.
DEM	Divisão de Economia Mineral
DESENVOLVE	Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica
DETRAN-RN	Departamento Estadual de Trânsito do Rio Grande do Norte
DIM	Distrito Industrial de Mossoró
DIN	Distrito Industrial de Natal
DNDE	Departamento Nacional de Desenvolvimento Energético
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
EXIMBANK	Export-Import Bank of the United States
FAPERN	Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte
FDCI	Fundo do Desenvolvimento Comercial e Industrial
FINAM	Fundo de Investimento da Amazônia
FINOBRASA	Fiação Nordeste do Brasil SA – FINOBRASA Agroindustrial S.A

FINOR	Fundo de Financiamento do Nordeste
FISET	Fundo de Investimentos Setoriais
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FRUNORTE	Frutas do Nordeste Ltda
FUNDEMINAS	Fundo de Apoio à Indústria Mineral
FUNDET	Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FUNPERSAL	Fundo de Apoio à Indústria do Sal
FUNRES	Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo
FUNTEXTIL	Fundo de Apoio à Indústria Têxtil
GTDN	Grupo de Trabalho Para o Desenvolvimento do Nordeste
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
INOCOOP	Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPLANAT	Instituto de Planejamento Urbano de Natal
IPT/SP	Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo
MAISA	Mossoró Agroindústria S.A
MDIC	Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior
PED	Plano Estratégico de Desenvolvimento
PETROBRAS	Petróleo do Brasil S.A
PIB	Produto Interno Bruto

PIN	Programa de Integração Nacional
PMN	Prefeitura Municipal de Natal
PROADI	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio Grande do Norte
PRODEPE	Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco
PRODESIN	Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas
PRODETUR I	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
PROGÁS	Programa de Apoio ao Desenvolvimento das Atividades do Pólo Gás-Sal
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
PSDI	Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial
RADAMBRASIL	Radar da Amazônia
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RMN	Região Metropolitana de Natal
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior
SEDEC-RN	Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Norte
SEMPLA	Secretaria Municipal de Planejamento
SEMPS	Secretaria Municipal de Promoção Social
SEMURB	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo
SEPLAN	A Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças
SERM/RN	Secretaria de Recursos Minerais do Rio Grande do Norte
SET	Secretaria de Tributação
SETUR/RN	Secretaria de Turismo do RN
SIAF	Sistemas Integrados de Acompanhamento Financeiro

SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SINCOEX	Sistema de Apoio à Indústria e Comércio Exterior
SINTEC	Sindicato dos Técnicos Industriais
SINTEX	O Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem e do Vestuário de Blumenau
SOSAL	Sociedade Salineira do Nordeste
SSGS	Serviço Geológico dos Estados Unidos
SUCAR	Secretaria de Estado de Coordenação das Administrações Regionais
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUDEPE	Superintendência do Desenvolvimento da Pesca
TELERN	Companhia de Telefonia do Rio Grande do Norte
TERMOAÇU	Termelétrica do Vale do Açu
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo
UEB	União das Empresas Brasileira
VPA	Valor da Produção Agrícola
VPI	Valor da Produção Industrial
VTI	Valor da Transformação Industrial
II PND	Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico

RESUMO

A tese tem como objeto de estudo a economia e a sociedade do estado do Rio Grande do Norte e analisa a dinâmica econômica e o processo de urbanização ocorridos nesta região no período de 1940 a 2006. Apesar da delimitação deste período, a análise tomou como ponto de partida o processo de ocupação do território potiguar, com o propósito de demonstrar as origens da estrutura econômica e das relações sociais de produção que foram aí erguidas. Procurou-se ressaltar que a evolução de seu processo de urbanização foi produto da ação de sujeitos sociais (capitalistas mercantis) com limitadas condições e interesses no desenvolvimento de forças produtivas mais modernas e avançadas, o que contribuiu para coibir a expansão do capital industrial e inibir uma urbanização mais diversificada. Com estes propósitos, a tese sustentada é que por fazer parte de uma região subdesenvolvida a supremacia das frações de capital mercantil sobre os demais agentes econômicos e sociais determinou e condicionou a estrutura e a dinâmica econômica e urbana do estado. Entretanto, cabe ressaltar que tanto a região Nordeste em geral, quanto o Rio Grande do Norte em particular, passaram por substanciais transformações no período que data de meados de 1940 aos anos mais recentes. Estas mudanças começaram a se manifestar com maior ímpeto a partir da década de 1960, quando a ação pública federal atuou mais fortemente na região Nordeste, através da SUDENE, incentivando o aprofundamento da presença do capital industrial, contrapondo-o ou associando-o ao capital mercantil. Sob o ponto de vista do processo de urbanização do estado, fatores externos à economia nacional e norte-riograndense (como a Segunda Guerra, por exemplo), exerceram forte influência sobre o mesmo. Apesar da importância da referida intervenção para o desenvolvimento regional e potiguar, os agentes mercantis e as oligarquias regionais mantiveram seus espaços de reprodução assegurados pelo pacto de dominação das elites nacionais, uma vez que a maior presença do capital industrial e estatal não criou obstáculos à reprodução do capital mercantil e à conservação do seu poder político. Ademais, o desenvolvimento capitalista industrial não foi suficiente para absorver em sua dinâmica a maioria da população potiguar, posto seu rápido crescimento *vis-à-vis* a insuficiente incorporação de força de trabalho nos setores mais dinâmicos da economia do estado. De resto, enfatizamos que no Nordeste em geral e no Rio Grande do Norte em particular o ritmo e a potência da penetração do capital industrial em suas estruturas e dinâmicas produtivas, urbanas e econômicas foram insuficientes possibilitando a manutenção do domínio – em importantes atividades econômicas – dos agentes mercantis no novo contexto socioeconômico e político produzido.

ABSTRACT

The thesis has as its object of study the economy and society of the state of Rio Grande do Norte and analyzes the economic dynamics and the process of urbanization in this region occurred in the period 1940 to 2006. Despite this period delimitation, the analysis took as its starting point the process of occupation of the Potiguar territory in order to demonstrate the origins of the economic structure and social relations of production that were built there. It was emphasized that the evolution of the process of urbanization was the product of the action of social subjects (merchant capital) with limited conditions and interests in the development of more modern and advanced productive forces, which contributes to restrain the expansion of the industrial capital and inhibit a more diversified urbanization. With these purposes, the sustained argument is that, as being part of an underdeveloped region the majority of the merchant capital fractions upon the other economic and social agents conditioned and determined the urban and economic structure and dynamics of the State. However, it should be noted that both the Northeast region in general, as the Rio Grande do Norte State in special, have undergone substantial changes in the period dating from mid-1940 to recent years. These changes began to occur more impetuously from the 1960s, when the federal public action acted more strongly in the Northeast, through SUDENE, encouraging the extending the presence of industrial capital, contrasting or associating it with the merchant capital. Under the point of view of the urbanization process of the State, factors external to the national and local economy (as the Second World War, for example), exerted strong influence on the State. Despite the importance of the referred intervention for regional and Potiguar development, merchant agents and the regional oligarchies maintained their reproduction spaces assured by the pact of domination made by the national elites, as the increased presence of industrial and state capital did not create barriers to the reproduction of the merchant capital and the preservation of its political power. In addition, the industrial capitalist development was not enough to absorb in its dynamics the majority of Potiguar population, given its fast growth and the poor incorporation of the workforce in the most dynamic sectors of the economy of the State. Moreover, we emphasize that in the Northeast in general and in Rio Grande do Norte in particular the pace and power of penetration of industrial capital in their production, urban and economic structures and dynamics, were insufficient allowing the maintenance of the domain – in important economic activities – of the merchant agents in the new socioeconomic and political context that was produced.

Key words: Regional Development, Rio Grande do Norte's Economics; Urbanization

INTRODUÇÃO

O objetivo desta tese é analisar os efeitos do processo de integração do mercado nacional sobre a economia potiguar, tomando como ponto de partida as heranças deixadas pelo Complexo Nordestino que seriam determinantes na forma como o Nordeste, em geral, e o Rio Grande do Norte, em particular, seriam articulados aquele processo.

Não se pretende resgatar as nuances desse movimento, visto que a rica literatura existente é suficiente para esclarecer as temáticas, contando com pesquisas de autores¹ renomados que buscaram investigar e responder as principais perguntas elaboradas diante dos problemas históricos insurgentes da dinâmica econômica, social e política do país e de suas regiões.

As referidas pesquisas ocorreram sob diferentes perspectivas, bem como de diferentes cabedais teóricos, contribuindo, assim, para que, hoje, compreenda-se com maior exatidão o que de fato aconteceu com as grandes regiões do país, como, por exemplo, a Região Nordeste, que paulatinamente foi se distanciando do desenvolvimento alcançado por outras regiões do país, notadamente do Sudeste, e, especificamente, de São Paulo².

Assim, apenas quando necessário, serão usadas algumas daquelas construções teórico-históricas tão somente com o intuito de fortalecer a construção de algumas hipóteses formuladas para servir como fio condutor da análise que se pretende levar a cabo neste trabalho quanto ao desenvolvimento do Nordeste, em geral, e do estado do Rio Grande do Norte, em particular, bem como de sua Região Metropolitana.

Como primeira hipótese, afirma-se que a urbanização da região e, portanto, do Rio Grande do Norte, esteve secularmente submetida aos desígnios de sua estrutura econômica, política e social. Ou seja, no litoral conformou-se uma estrutura econômica primária pouco diversificada: basicamente agricultura canavieira e, em proporção menor, a agricultura de

¹ Sobre o assunto, consultar Furtado (1987), especificamente, a 2ª parte, capítulo XI, e 4ª parte; Guimarães Neto (1989), em especial, o tópico 1.1 do capítulo I; Cano (1983), especificamente, o tópico 2.2 do capítulo 1 e Cano (2002), tópico 2.

² Sobre esse assunto, ver Cano (1983, 1998, 2008).

subsistência. Bem mais tarde, ao avançar do século XIX, nos momentos de pico dos preços internacionais do algodão, concedia-se espaço para essa cultura. O interior compunha-se de criação de gado, agricultura de subsistência e algodão.

Essa estrutura arrastou-se por vários séculos submetendo a região e o estado aos desígnios da acumulação do capital mercantil, circunscrito, naquele período, ao setor primário da economia regional e às atividades de comercialização, importação/exportação em áreas tipicamente de aglomerados urbanos, em sua grande maioria as capitais dos estados. Na verdade, o capital mercantil era o principal agente dinamizador e articulador dos dois diferentes espaços sociais: o litoral das *plantations* e o interior da pecuária.

Atente-se, portanto, que o corrente trabalho não é um estudo teórico sobre o espaço social, mas um estudo teórico-empírico, uma análise sobre um espaço social específico. Dessas colocações emergem algumas questões preliminares como, por exemplo: Por que é importante a análise da construção social do espaço? Que importância tem o estudo e a compreensão do que é um espaço social para se entender o processo de formação e desenvolvimento da economia e da sociedade potiguares? Quais são os fatores que devem ser analisados para que, em conjunto, possam servir para se compreender a transformação do espaço-social após ter-se realizado uma delimitação espacial específica como a que nos propomos estudar?

Quanto à primeira questão, pode-se afirmar que é no espaço social de um modo de produção específico onde ocorre a reprodução da vida dos diferentes agentes sociais, ou seja, é o *locus* onde produzem e reproduzem os elementos essenciais às suas existências físicas e psíquicas (pois no capitalismo a reprodução dos agentes é muitas vezes acionada pelo consumo além de suas reais necessidades corpóreas) e de suas formações políticas e ideológicas. Ademais, a construção social do espaço é a forma mais simples e imediata de que dispõe determinada sociedade para intervir na natureza. É, na verdade, o poder que tem determinado agrupamento humano de modificar a natureza transformando-a através da modificação de sua forma geográfica. Assim, ao analisarmos o processo de construção do espaço, certamente, estamos analisando uma forma particular de organização social do mesmo, isto é, da sociedade que o habita. Por essa razão, a análise histórica que se segue, no capítulo 1, parte de uma esfera mais geral – porém, não menos concreta – de compreensão do que é um espaço social.

Após esse primeiro passo, a análise foi adstrita à compreensão de um espaço mais restrito, o verdadeiro objeto da tese, o estado do Rio Grande do Norte. É exatamente nesse tópico onde se encontra a resposta ao segundo questionamento. É importante se ter claro o que, realmente, é um espaço social e, para, além disso, ter o discernimento do que é um espaço social particular que passa a ter *status* de categoria analítica a partir da escolha e do recorte do investigador. Nesse sentido, não se trata de citar conceitos ou definições prontas do que é espaço, mas de estudar suas transformações (crescimento e crise, “desenvolvimento desigual”, classes sociais e facções de capital dominantes e dominadas etc.).

Quanto à terceira arguição, pode-se dizer que o processo de acumulação do capital, o Estado, as lutas de classes, a reprodução das relações de produção, a fricção entre as diversas facções do capital, a ideologia, a cultura, as características físico-naturais do espaço, e todos aqueles elementos em relação com este último são categorias sociais que permitem um estudo aprofundado e, portanto, a compreensão da construção de um determinado recorte sócio-espacial. Obviamente, torna-se inviável abordar todos esses aspectos necessários para se conhecer, com a máxima compreensão, determinado objeto social. Mas, essa limitação é superável dada a gama de pesquisas realizadas sobre o Nordeste e sobre o Rio Grande do Norte que versam sobre essas questões, formando, assim, um significativo acervo para consultas.

Portanto, entendemos que uma análise que pretende servir como mais uma contribuição ao estudo das ações de uma determinada sociedade deve, necessariamente, ser ampliada no sentido de compreender a complexidade de seus fenômenos e não apenas se ater aos aspectos puramente econômicos. Na tentativa de fugir desse problema metodológico, fez-se um esforço no sentido de trabalhar sob a influência do método materialista-histórico dialético como instrumento de análise do objeto supracitado.

Por isso, o caminho percorrido para se atingir o estudo da dinâmica econômica e da urbanização do Rio Grande do Norte passou, em primeira instância, por fazer um rápido registro da história da ocupação do seu território, com o propósito de ressaltar não apenas como ocorreu a divisão social do trabalho entre o interior e o litoral, mas como isso possibilitou uma organização funcional no sentido de ter condicionado a insurgência de dinâmicas produtivas diferentes, porém complementares, confirmando, concretamente, que o

desenvolvimento e a organização espacial ocorreram de forma diferente e combinada, tal como teorizada por Trotsky (1907)³ e, mais recentemente, por Smith (1988).

Trata-se, portanto, de estudar a forma como determinada sociedade se organizou no espaço. Nesse particular, a divisão social do trabalho é uma categoria que permite enxergar esse movimento de transformação mútua: não apenas da natureza pelas ações dos homens, mas, também destes últimos, a partir das modificações físicas sofridas pelo meio geográfico. São, em particular, essas transformações que interessam como alguns dos elementos a serem investigados neste trabalho. Nesse sentido, o que se entende, hoje, como “Complexo Nordeste” parece oferecer, de forma concreta, várias conformações fenomênicas que substanciaram espaços sociais funcionalmente diferentes (litoral e interior da Região Nordeste), mas ainda complementares, tanto no que tange às manifestações de suas estruturas econômicas quanto de suas superestruturas políticas e sociais, conformando um tipo de organização territorial, inclusive uma “rede” urbana, típica desse complexo.

Essa reprodução do espaço social da região, do todo, pode, perfeitamente, ser observada no estado do Rio Grande do Norte, ou seja, na parte, dado que, assim como na região, no território potiguar ocorreu uma divisão social do trabalho que centralizou e, sobretudo, especializou diferentes organizações produtivas (quanto às relações sociais de produção estabelecidas, quanto ao tipo de mercadoria a ser produzida, etc.). Também, dialeticamente criou uma relação de dependência e complementaridade entre aqueles diferentes espaços sociais. Essa forma de materialização social ratifica a posição de Corrêa (1986, p. 53) quando afirma que “(...) a organização espacial é a própria sociedade espacializada”.

Assim, pode-se afirmar que a construção social do espaço potiguar é, na realidade, a organização de uma sociedade particular em seu meio físico, ou seja, é a espacialização de um agrupamento humano, o potiguar. Estudá-la é, na verdade, um exercício ininterrupto de captura dos principais elementos que a explicam. Por esse motivo, Corrêa (1986, p. 76), tomando de empréstimos a análise que Santos (1985)⁴ fez sobre a construção de determinado espaço social, afirmou que para se compreender a totalidade social espacializada faz-se

³ Em Löwy (1995), encontra-se uma excelente interpretação sobre a tese do “desenvolvimento desigual e combinado” de Trotsky (1907).

⁴ Corrêa (1986) está utilizando a edição de Santos de 1985. Nesta tese, a edição de Santos que está sendo utilizada é a de 2004.

impreterível que se tenha em conta “a relação dialética entre estrutura, processo, função e forma”. O estudo que utiliza como instrumento de análise essas categorias analíticas, certamente, revelará a manifestação de muitos fatores gerais e tantos outros específicos do recorte sócio-espacial adotado.

Este trabalho possui como objeto de estudo a economia e a sociedade do estado do Rio Grande do Norte e pretende analisar a dinâmica econômica e o processo de urbanização ocorridos, nessa região, no período de 1940 a 2006. Apesar da delimitação desse período, a análise tomou como ponto de partida o processo de ocupação do território potiguar, como abordamos nos parágrafos anteriores, com o propósito de demonstrar as origens da estrutura econômica e das relações sociais de produção que foram aí erguidas. Procuramos ressaltar que a evolução de seu processo de urbanização foi produto da ação de sujeitos sociais (capitalistas mercantis) com limitadas condições e interesses no desenvolvimento de forças produtivas mais modernas e avançadas, o que contribuiu para coibir a expansão do capital industrial e inibir uma urbanização mais diversificada.

Com esses propósitos, de uma forma mais geral, a tese sustentada é a de que, por fazer parte de uma região subdesenvolvida, a supremacia das frações de capital mercantil sobre os demais agentes econômicos e sociais determinou e condicionou a estrutura e a dinâmica econômica e urbana do estado. Ressaltamos, ainda, que a Região Nordeste, em geral, e o Rio Grande do Norte, em particular, passaram por substanciais transformações no período que data de meados de 1940 a 2000. Essas mudanças começaram a se manifestar com maior ímpeto a partir da década de 1960, quando a ação pública federal atuou mais fortemente na Região Nordeste, através da SUDENE, incentivando o aprofundamento da presença do capital industrial, contrapondo-o ou associando-o ao capital mercantil. Sob o ponto de vista do processo de urbanização, fatores externos à economia nacional e norte-riograndense, como a Segunda Guerra Mundial, exerceram forte influência, ainda na década de 1940, como se verá.

Além dessas considerações iniciais, construímos algumas hipóteses com o intuito de auxiliar, preliminarmente, nossa análise no decorrer de todo o trabalho.

Tem-se como primeira hipótese que, desde a instalação do Complexo Nordestino, até a segunda metade da década de 1960, a supremacia das relações capitalistas mercantis sobre as industriais – que possuíam como principal *locus* de acumulação o setor primário, pautado, sobretudo, na produção do gado, do algodão e da cana-de-açúcar – somadas às históricas

concentrações da terra e da renda foram os principais fatores responsáveis pelo lento crescimento e baixo dinamismo da economia do Rio Grande do Norte até o final da década de 1960.

A partir de 1970, o Rio Grande do Norte ingressou na dinâmica capitalista industrial. Nossa segunda hipótese é que esse processo foi fruto de uma massiva intervenção produtiva industrial resultante das ações desenvolvimentista da SUDENE, do início das operações da PETROBRÁS no estado, bem como de algumas ações do governo estadual, consubstanciadas em seu Programa de Apoio ao Desenvolvimento Econômico, o PROADI, voltadas para o desenvolvimento industrial e agrícola.

A partir da maior dinamização das atividades industriais, incentivadas pela SUDENE, a economia do Rio Grande do Norte sofreu, no final da década de 1970, forte processo de concentração produtiva e populacional em sua capital e adjacências. A hipótese é que isso tenha ocorrido graças ao fato de que esta faixa do território potiguar sempre ofereceu a melhor infra-estrutura de produção e de circulação das atividades econômicas (como estradas, porto e aeroporto, além de maior infra-estrutura urbana necessária à valorização do capital); porque as atividades que se encontravam no interior passaram por um abrupto processo de modernização tecnológica, como foi o caso da agricultura irrigada, no Vale do Assú, e do sal, no litoral Norte, ambas as transformações ocorridas no início da década de 1970, resultando na eliminação de vários postos de ocupação; e pelos fatores de expulsão natural, neste caso, as intempéries climáticas, como a seca de 1970 que ocorreu em todo o Nordeste.

Temos como quarta hipótese que a Região Metropolitana de Natal (RMN) é a síntese das determinações sócio-econômicas que historicamente se manifestaram como resultado da ocupação do território estadual e do desenvolvimento de sua economia. Resulta das lutas que se travaram entre diversos agentes produtores e consumidores de espaço em torno de seu ambiente construído e da estrutura e dinâmica da economia estadual.

Nos parágrafos anteriores, expusemos algumas reflexões centrais e mais gerais do presente trabalho. Sob o ponto de vista mais específico, o trabalho está dividido em quatro capítulos, além da corrente introdução e das considerações finais.

Sobre o capítulo 1, já expusemos suas principais estruturas histórico-teóricas em boa parte desta introdução. Por essa razão, registramos apenas que está dividido em dois tópicos. No primeiro tópico, “1. Antecedentes históricos: a instalação do complexo nordestino”,

buscamos registrar o processo de instalação do Complexo Nordestino, ressaltando sua dinâmica econômica, política e social. Nesse tópico, nos unimos à convicção furtadiana de que a “perpetuação” da estrutura social e política colonial foi, de certa forma, acolhida e reproduzida após o fim do regime colonial e consolidação do período republicano, o que contribuiu, notadamente, para restringir, retardar e evitar o surgimento de novos processos sociais, políticos e econômicos indispensáveis à busca pela superação do subdesenvolvimento. No segundo tópico, “2. A capitania do Rio Grande: breve história da ocupação do território e da economia potiguar”, analisamos o processo de ocupação do território do Rio Grande do Norte desde sua gênese, no período colonial, até sua consolidação e ruptura. E, no subtópico “2.1. Diversificação econômica e articulação urbana no Rio Grande do Norte: no limiar do século XX”, analisamos o processo de maior dinamização da pecuária e do algodão, ressaltando a importância dessas economias no que diz respeito a maior articulação entre as diferentes frações territoriais do estado e da região, pelo fato de terem contribuído de forma incisiva tanto na ocupação dos espaços potiguares como, também, na articulação entre esses espaços com os espaços dos estados vizinhos.

No capítulo 2, analisamos a dinâmica da agricultura e da indústria estadual no período de 1930 a 1970. Nele, a partir de uma análise setorial, nos empenhamos no sentido de esclarecer como ocorreu o processo de integração da economia potiguar à economia brasileira como mais uma economia complementar e periférica. Advertimos que, embora o período delimitado tenha sido o de 1930-1970, em alguns momentos, nos reportamos a 1919 com a intenção de reconstituir alguns fatos econômicos importantes para a Região Nordeste e para o Rio Grande do Norte, dado que, sobre este ano, o Censo de 1920 reúne informações de grande importância quanto à dinâmica econômica da agricultura e da indústria nacional, regional e estadual. Ou seja, as informações sobre esse período ajudam a entender os porquês dos atrasos no desenvolvimento industrial e agrícola dos estados do Nordeste frente ao desenvolvimento de outras regiões do país, como a Região Sul, e, notadamente, a Sudeste.

O capítulo 3 é o mais extenso dentre os quatro capítulos que constituem este trabalho. Sua extensão se justifica pela definição do período de análise (1970-2006) e pelos sucessivos eventos econômicos que acometeram a economia nacional, a Região Nordeste, em geral, e a economia norte-riograndense, em particular. Também, nesse capítulo, nos esforçamos no

sentido de aprofundar a análise sobre a economia do Rio Grande do Norte numa perspectiva setorial, notadamente, sobre os setores agropecuário e industrial.

Enfatizamos a importância que obteve a intervenção do Estado, via SUDENE, para a totalidade da economia regional e, em particular, para a economia potiguar. Mas, advertimos que, apesar da importância da referida intervenção para o desenvolvimento de ambas as regiões, os agentes mercantis e as oligarquias regionais mantiveram seus espaços de reprodução assegurados pelo pacto de dominação das elites nacionais, uma vez que a maior presença do capital industrial e estatal não criou obstáculos à reprodução do capital mercantil e à conservação do seu poder político. Ademais, o desenvolvimento capitalista industrial não foi suficiente para absorver em sua dinâmica a maioria da população potiguar, posto seu rápido crescimento *vis-à-vis* a insuficiente incorporação de força de trabalho nos setores mais dinâmicos da economia da região e do estado.

Buscamos, também, registrar a evolução da agropecuária e da indústria do Rio Grande do Norte, a partir, sobretudo, da década de 1970, e ao mesmo tempo demos destaque ao momento em que as grandes transformações ocorreram no setor industrial e agropecuário do estado, no decorrer da década de 1980, com o amadurecimento dos grandes investimentos estatais realizados ainda na década anterior, no bojo do grande projeto nacional de construir um “Brasil Potência Mundial”. Nesse período, grandes plantas industriais estatais e privadas – como a PETROBRÁS, a ALCALIS e outros capitais privados que se alocaram na agroindústria, na produção de sal e na indústria de transformação, notadamente, na têxtil – ingressaram no território norte-riograndense.

Registramos ainda que, embora em menor grau e já sinalizando para uma obediência incondicional à nova ordem econômica que se consolidaria na década de 1990 (a ordem neoliberal), a partir de meados da década de 1980, por suas próprias iniciativas, o governo do estado do Rio Grande do Norte inaugurou um Programa estadual de desenvolvimento econômico: o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte, conhecido em âmbito estadual como PROADI. Com esse Programa, o estado entrava na arena da guerra fiscal que se tornaria uma constante a partir da década de 1990, década de completo desmantelamento da já sucateada estrutura industrial nacional, embora muitas economias, como a potiguar, ainda estivessem colhendo alguns frutos dos pretéritos investimentos

produtivos realizados no período desenvolvimentista, mais propriamente, os que derivaram do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico.

Sobre a guerra fiscal, abrimos uma sucinta discussão tentando colocar as opiniões dos diversos especialistas no assunto e, em seguida, nos posicionando frente a este grave mecanismo de desenvolvimento econômico que fortalece o processo em marcha de fragmentação da estrutura produtiva nacional e enfraquecimento do Estado nacional na condução de políticas desenvolvimentistas universais, isto é, que beneficiam o conjunto da nação. Para além dessas considerações mais gerais sobre o fenômeno da guerra fiscal, buscamos analisar como esse fenômeno se manifestou concretamente na economia potiguar através do seu Programa de Desenvolvimento Econômico, o PROADI, enfatizando quais foram as vantagens e desvantagens da adoção dessa política de desenvolvimento econômico para a sociedade potiguar.

No quarto capítulo, analisamos a sociedade e a economia potiguar pelo ângulo do processo de urbanização da região e do estado do Rio Grande do Norte no período de 1940 ao ano de 2000. Essa delimitação se explica por dois motivos. Em primeiro lugar, devido à importância que a década de 1940 teve para o processo – ainda que incipiente – de urbanização do estado do Rio Grande do Norte, dado os eventos da Segunda Guerra Mundial que imprimiram ao estado, notadamente em sua capital e, no interior, em Mossoró, uma maior dinâmica urbana onde, de fato, o setor terciário começou a passar por grandes transformações quantitativas (no que tange à oferta de serviços) e qualitativas (quanto aos tipos de serviços ofertados) na perspectiva de atender a uma nova demanda. O segundo motivo diz respeito à importância da intensificação do processo de urbanização do estado, a partir da década de 1970, que teve como resultado mais evidente a formação de uma Região Metropolitana no final da década de 1990. Ou seja, estão no período 1940-2000 as principais transformações urbanas do estado que, de certa forma, impuseram um novo ritmo ao desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Norte. Nesse capítulo, após analisar parte do processo de urbanização da região e do estado, fizemos uma sintética análise sobre o setor terciário do Rio Grande do Norte com a perspectiva de capturar os reais efeitos do processo de urbanização sobre o mesmo. Na verdade, o que fizemos foi uma análise intra-setorial e, em seguida, analisamos o peso do setor terciário potiguar na economia da região e do país. Após esse passo, analisamos o processo de migração norte-riograndense entre 1940 e 2000. Nossa

pretensão foi buscar entender a importância das migrações no que tange os grandes problemas demográficos localizados, sobretudo, nas áreas metropolitanas.

Por fim, no último capítulo apresentamos algumas conclusões das principais discussões que fizemos sobre o nosso objeto de estudo.

CAPÍTULO 1 – FORMAÇÃO DO COMPLEXO NORDESTINO E A CAPITANIA DO RIO GRANDE

1.1. Antecedentes históricos: a instalação do complexo nordestino

A formação do Complexo Nordestino deu-se a partir do avanço do capitalismo mercantil europeu que adentrou a América do Sul com o propósito precípuo de exploração imediata do vasto território recém descoberto. Dado o descobrimento das terras brasileiras por Portugal, este país logo tratou de arregimentar vantagens econômicas a partir de sua exploração. A priori, a intenção era a exploração de metais preciosos significativamente apreciados pelas coroas do velho mundo⁵. Pretendia, Portugal, ter a mesma sorte que teve o império espanhol na porção sul-americana que lhe coubera pelo tratado de Tordesilhas. Por não ter encontrado de imediato o cobiçado metal, os portugueses trataram de explorar de forma predatória a única riqueza disponível aos olhos: o pau-brasil⁶.

Só mais tarde, ao avançar do século XVI, pressionado por outras nações européias (França e Holanda), Portugal voltou-se para a ocupação do território descoberto. Tratava-se, portanto, de manter o máximo de resistência a serviço da defesa do patrimônio do reino português. Continuar a árdua tarefa de defesa do território só teria sentido na medida em que fosse possível instalar e manter a reprodução dos sistemas econômicos que marcaram os primeiros passos do Complexo Nordestino: a economia açucareira e a pecuária.

⁵ Tratava-se do período mercantilista, do capitalismo mercantil, também conhecido como período da “chamada acumulação primitiva”. Neste, a concepção de riqueza estava diretamente ligada ao tamanho do tesouro do reino. Assim, quanto mais ouro possuísse uma nação tanto mais rica seria a mesma. Ademais, “o ouro acumulado pelas velhas civilizações da meseta mexicana e do altiplano andino é a razão de ser da América, como objetivo dos europeus, em sua primeira etapa de existência histórica.” (FURTADO, 1983, p. 6). A economia política clássica, que atribuía à produção de mercadoria a origem da criação de riqueza encontrava-se em processo de gestação, vindo à tona apenas no século XVIII com A riqueza das Nações, de Adam Smith. Sobre o surgimento da economia política, ver, em especial, Coutinho (1991). Sobre a era mercantilista, ver, dentre outros autores, Hunt (1987) e Marx (1985, Livro 1, v. 2, Cap. XXIV).

⁶ “No primeiro contato econômico, puramente predatório, não se ia além da comercialização dos produtos naturais: o escambo do pau-brasil com os aborígenes.” (NOVAIS, 2005, p. 78).

Deixando de lado o século XVI e a primeira metade do século XVII⁷ (de pleno sucesso da empresa agrícola), a estrutura econômica nordestina resistiu durante, aproximadamente, três séculos sem levar o Complexo Nordestino à bancarrota⁸. Além de ter conduzido a produção açucareira nordestina à letargia - como bem colocou Furtado, em Formação Econômica do Brasil -, foi responsável pelo engessamento econômico da região, isto é, pelo baixo dinamismo econômico e, portanto, pela reprodução histórica de um *modus operandi* das elites que, ainda hoje (século XXI), se não é dominante persiste na região.

Durante séculos, manteve-se uma base produtiva pouco inovadora quanto à introjeção de novas tecnologias além de perpetuar a concentração da propriedade e da renda contribuindo, assim, como fatores que criaram - no século XX - frágeis bases de acumulação e de articulação voltadas para o mercado interno regional e nacional e conformaram uma rede urbana muito menos articulada, do que a verificada, por exemplo, no complexo cafeeiro paulista. Essa situação fora mantida com uma queda vertiginosa nos preços internacionais de seu principal produto colonial, com a concorrência internacional do açúcar de beterraba (europeu) e com a concorrência do açúcar produzido no Sul do país: “Os preços do açúcar que eram de 120 libras por tonelada, no início do século XVII, caíram, ao longo desse século, atingindo 72, por volta de 1710, cerca de 30 ao iniciar ao século XIX, 16, na metade desse século e 9, no início do século XX.” (CANO, 1983, p. 93)⁹.

Essa realidade de definhamento econômico da atividade açucareira nordestina e, portanto, do conjunto do complexo tornou-se ainda mais dramática com as descobertas do ouro em Minas Gerais e no Oeste do país. A insurgência desta atividade exploratória viabilizou a produção açucareira do Rio de Janeiro - mais especificamente nos Campos dos Goitacases - que antes da corrida do ouro não constituía ameaça à produção nordestina. A

⁷ “O ciclo do açúcar foi particularmente forte entre 1570 e 1650.” (BUESCU; TAPAJÓS, 1969, p. 33 apud NOVAIS, 2005, p. 79, Nota Nº 51).

⁸ Guimarães Neto (1989) e Furtado (1987) mostraram como o Nordeste conseguiu sustentar a estrutura produtiva montada no primeiro século de colonização. Ressaltaram que acontecimentos internacionais como, por exemplo, a guerra pela independência dos Estados Unidos (1776-1783) bem como, posteriormente, a guerra da Secessão (1860-1865), a Revolução Industrial inglesa (na segunda metade do século XVIII), são alguns fatos históricos que deram maior fôlego ao Complexo Nordestino. Singer (1974, p. 279) acrescentou os seguintes episódios: o crescimento demográfico da Europa bem como sua urbanização, no final do século XVIII e início do XIX; o levante dos negros no Haiti (em 1792); “e a abolição do tráfico de escravos nas Índias Ocidentais Britânicas em 1807.”.

⁹ Singer (1974) também enfatizou a queda dos preços do açúcar. Veja-se, especificamente, a página 275 da citada edição.

produção dos Campos dos Goitacases passou a ter fundamento econômico uma vez que exportar o produto a partir dos portos do Rio de Janeiro já não era tão custoso, dado o consórcio na exportação de ouro e açúcar. Ou seja, a partir deste fato, o Nordeste passou a ter um concorrente interno de significativa força¹⁰. Ademais, vale deixar registrado que a produção aurífera, do ponto de vista da organização espacial, foi responsável pelo surgimento e articulação de núcleos urbanos. Mas, algumas observações devem ser consideradas.

Em primeiro lugar, Cano (2002) adverte que não é a atividade aurífera de Minas Gerais superior economicamente à atividade açucareira do Brasil. Para tanto, além de argumentos concisos que clarificam a impossibilidade de chamar a produção de ouro de complexo econômico, Cano (2002, p. 16) expõe alguns números trabalhados por Roberto Simonsen (1944) – sobre a exportação de açúcar no Brasil – e Virgílio Noya Pinto (1972) – sobre a exportação de ouro em Minas Gerais – que confirmam de forma incontestada a superioridade da atividade açucareira.

Referindo-se aos dados quantitativos que expôs à página 16 de “Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil”, é taxativo: “Esse quadro, embora incompleto, permite mostrar que a mineração foi inferior à atividade açucareira, a qual, aliás, encontrava-se em decadência no período.” (CANO, 2002, p. 17)¹¹. Em segundo lugar, apesar do declínio, a atividade açucareira conformava um complexo econômico significativamente coeso enquanto não se pode afirmar o mesmo com relação à atividade aurífera das Gerais, muito menos entendê-la como um complexo econômico, como o do açúcar e o do café.

Todavia, deve-se advertir que, embora não se constituísse em um complexo econômico, a produção aurífera teve a capacidade de servir como uma espécie de atividade integradora de diferentes realidades econômicas em um período, vale instar, em que ainda não se podia falar concretamente de integração do mercado nacional, uma vez que as economias eram regionalizadas. Ou seja, integrou de forma relativa algumas atividades econômicas dispersas geograficamente no extenso continente brasileiro. Ao absorver, em seus primeiros anos de atividade, aprovisionamentos da Região Nordeste, como carne seca e boi em pé, por

¹⁰ Ver essa discussão, com riqueza de detalhes, em Singer (1974), especificamente, nas páginas 278 e 279.

¹¹ Fortalecendo os argumentos dos autor supracitado, Eisenberg (ENSENBERG, 1977, p. 30 apud GUIMARÃES NETO, 1989, p. 46, nota de rodapé nº 14) afirmou que “a despeito da queda do volume de exportação de açúcar durante o século XVIII, o valor ganho nesta atividade quase que ininterrupta superou o valor produzido pela extração de ouro e diamante no ciclo da mineração 1700-1760”.

exemplo, contribui para contrarrestar a crise do conjunto do complexo econômico daquela região¹², embora os preços internacionais do seu principal produto, o açúcar, continuassem caindo.

Citou-se, no texto acima, a atividade aurífera tão somente porque se admite que sua insurgência fora mais um elemento que contribuiu para que o Complexo Nordestino continuasse em sua histórica situação de crise sem, no entanto, falir por completo.

Destarte, adverte-se para o fato que a herança colonial exportadora do Complexo Nordestino impregnou na região uma dinâmica específica de acumulação que tinha a demanda externa como o principal determinante da expansão da economia regional. Essa herança fora reproduzida nos séculos subseqüentes, reafirmando a estrutura produtiva montada no século XVI – concentração da propriedade da terra e da renda, prioridade à agricultura de exportação, manutenção marginal/funcional da agricultura de subsistência e imposição de um sistema político regional que se assemelhava a um tipo plutocrático – que contribuiu para uma baixa divisão social do trabalho e uma organização territorial marcada por baixa urbanização.

A concentração da propriedade e da renda na Região Nordeste – pilares da dominação das elites regionais até os dias de hoje –, fora inaugurada ainda na era colonial¹³. Este fenômeno tem, secularmente, impossibilitado o acesso de grandes massas ao mercado consumidor e à terra, enfraquecendo ainda mais um virtuoso processo de urbanização e de desenvolvimento econômico regional. Esse fator econômico constituiu-se no principal responsável pelo agravamento da crise social e política na Região Nordeste¹⁴ e pela manutenção de seu interior como verdadeiro reservatório de contingentes populacionais.

Note-se que, como o crescimento da economia colonial ocorria em função da demanda externa, isto é, por motivações exógenas ao ciclo econômico interno, quando aquela crescia

¹² Sobre a mineração, afirma Cano: “Com efeito, ela exerceu papel econômico mais importante do que a economia açucareira, nesse sentido, integrando ao seu espaço atividades econômicas novas e antigas de outros espaços regionais, como o Nordeste pecuário, São Paulo agrícola e comercial, o comércio e a urbanização do Rio de Janeiro e o gado sulino.” (CANO, 2002, p. 29).

¹³ Quanto à renda, de acordo com Furtado (1987), quando o país estava sob o regime colonial, cerca de 90% da mesma pertencia aos proprietários de engenho e de plantações de cana-de-açúcar.

¹⁴ Para Carvalho (1988), esses fatores econômicos e político-sociais foram historicamente colocados à margem, sobretudo pelas elites regionais que responsabilizavam as precipitações pluviométricas pelas injustiças sociais e os desequilíbrios econômicos sofridos pela população da região.

automaticamente acionava um crescimento extensivo das grandes lavouras (*plantations*¹⁵), resposta possível devido à grande quantidade de terras de excelente fertilidade que ia sendo incorporada ao patrimônio do colonizador. Esse esquema exigia a compra de novos braços para trabalhar a terra.

Assim, novos contingentes populacionais foram incorporados às novas terras. Todavia, esse crescimento econômico e demográfico – cujos frutos de seus trabalhos eram exportados – criou um mercado interno com limitadas vicissitudes quanto ao consumo e, portanto, incapaz de dar vida própria à economia colonial a partir dos fatores (trabalho e terra) combinados para a produção (FURTADO, 1987). Além disso, por ser escravocrata, a sociedade colonial ostentava uma economia de concentração de renda extremada, muito pouco monetizada, impossibilitando, assim, o surgimento de um mercado consumidor de massa interno¹⁶, apesar da importante interação entre a principal economia localizada no litoral nordestino (cana-de-açúcar) e a que se consolidou no interior da região (a pecuária bovina).

Sem embargo, pode-se afirmar que as *plantations* eram unidades produtivas voltadas para a dinâmica da economia européia, isto é, para as metrópoles. Sendo assim, alguns cuidados eram tomados para que sua grandeza não atingisse “marcos de competição” com a economia da metrópole. Esta era, por exemplo, a função do *exclusivo metropolitano*¹⁷: fazer valer nas colônias o poder, sobretudo econômico, do reino dominador. A colônia era, em primeira instância, um apêndice, uma extensão complementar e não concorrente da economia mercantilista do velho mundo.

Como, tanto a atividade açucareira quanto a criatória foram mantidas sem mudanças substanciais¹⁸, durante os séculos subsequentes ao XVI, no que tange aos métodos produtivos e à introjeção de processo técnico, ambos capazes de elevar a produtividade média e de

¹⁵ O termo *plantation* foi originalmente criado por Weber (1964) e largamente utilizado por Mello (1982) para designar as grandes plantações comerciais nas colônias sob a exploração da força de trabalho escrava. Ver sobre o assunto, especificamente, a citação de Mello (1982, p. 32).

¹⁶ “Entretanto, o mecanismo da economia, que não permitia uma articulação direta entre o sistema de produção e de consumo, anulava as vantagens desse crescimento demográfico como elemento dinâmico do desenvolvimento econômico.” (FURTADO, 1987, p.52).

¹⁷ O *exclusivo metropolitano* era um recurso (na verdade um decreto) que obrigava a colônia a priorizar as atividades de comércio com sua respectiva metrópole. Consistia em uma “reserva do mercado das colônias para a metrópole” (NOVAIS, 2005, p. 88). A pena para o descumprimento desse decreto podia chegar à morte. Ver Novais (2005, p. 77, 78, 79, 80, 81).

¹⁸ “Por um lado o crescimento era de caráter puramente extensivo, mediante a incorporação de terra e mão-de-obra, não implicando modificações estruturais que repercutissem nos custos de produção e, portanto, na produtividade.” (FURTADO, 1987, p. 61).

repercutirem sobre os custos de produção, houvera pairado sobre o Complexo Nordestino uma forma peculiar de reprodução do mesmo: produção em ambiente de crises periódicas (quedas dos preços no mercado metropolitano). Isso implica que a crise estabeleceu-se diretamente sobre o sistema exportador e atingiu, por extensão, a economia criatória, embora com efeitos menos devastadores sobre esta última.

Assim, da segunda metade do século XVII ao XIX, o Complexo Nordestino resistira à bancarrota ampliando na região condições mínimas de consumo para que a acumulação mercantil tivesse viabilidade. Além do mais, deve ser lembrado que a economia criatória funcionava como uma espécie de amortecedor das grandes tensões econômicas e também como amenizadora de tensões sociais do conjunto do sistema – no processo de formação da economia regional –, pois tinha a capacidade de transformar-se em *locus* de economia de subsistência¹⁹ de vastas populações que migravam do litoral para o interior nos momentos mais críticos da reprodução do sistema produtivo litorâneo.

Mais ao Agreste ocorreu, preponderantemente em médias e pequenas propriedades, a agricultura de subsistência. Ambas, agricultura de subsistência e pecuária, contribuíram para a reprodução e conservação, na porção interior do Nordeste, de um razoável estoque de força de trabalho que serviu de esteio para a continuidade da acumulação mesmo em período de intensas crises do Complexo Nordestino²⁰.

Todavia, a articulação entre a produção açucareira e criatória se, por um lado, evitou a falência total do Complexo Nordestino, por outro lado, contribuiu para a não superação de uma forma de produção do sistema capitalista de bases arcaicas para mais modernas. Para, além disso, preservou a produção por extensão (incorporação de terras, tanto no litoral quanto no interior), isto é, conservando todas as características dos seus primeiros passos no século

¹⁹ “Não fora este mecanismo, e a longa depressão do setor açucareiro teria provocado, seja uma emigração de fatores, seja a estagnação demográfica. Sendo a oferta de alimentos pouca elástica na região litorânea, o crescimento da população teria sido muito menor, não fora essa articulação com o sistema pecuário.” (FURTADO, 1987, p. 63-64).

²⁰ Em períodos de profunda crise do Complexo Nordestino, – onde se combinava quedas no preço do açúcar, perdas de mercados (nacional e internacional) e secas – parte do efetivo da força de trabalho era encaminhada para executar serviços diversos, quase sempre voltados para melhoramentos das condições infra-estruturais da unidade produtiva, utilizando-se para tanto de vultosas verbas do governo federal. Sobre o assunto ver Furtado (1964), em especial, o capítulo 3.

XVI, como exposto acima²¹. O mais grave é “que esse atrofiamento constituiu o processo mesmo de formação do que no século XIX viria a ser o sistema econômico do Nordeste brasileiro, cujas características persistem até hoje.” (FURTADO, 1987, p. 63).

Por esse motivo, Furtado, maior especialista sobre as causas do subdesenvolvimento do Nordeste, dissera em sua autobiografia que “é difícil exagerar sobre o Nordeste do Brasil. Aí tudo escapa a explicações fáceis. (...) Desde seus primórdios, tudo se apresenta como indefinido, com os traços básicos que persistiriam por séculos.” (FURTADO, 1997, p. 39).

Referia-se, Furtado (1997), às bases do subdesenvolvimento lançadas no período colonial e secularizadas pelas elites regionais. Essas bases, já expostas acima, seriam o sustentáculo da acumulação do capital mercantil no Nordeste, que exacerbou ainda mais a exploração e a expropriação do trabalho em uma região onde se somou à selvageria da acumulação do capital a dureza das intempéries climáticas.

É oportuno lembrar, portanto, que todo esse processo fora comandado por agentes que tinham pouca preocupação com o avanço das forças produtivas. Ou seja, por agentes que vislumbravam a produção (de açúcar, gado, algodão etc.) na terra apenas como meio de expandir seu capital com o mínimo de custo e o máximo de lucro, reproduzindo o que Prado Jr. (1999) definiu como o sentido da colonização. Em uma palavra, todo esse processo ocorrera sobre a égide do capital mercantil constituindo-se, este último, em um dos entraves ao desenvolvimento da região e contribuindo para retardar a elevação da mesma ao estágio capitalista superior²² (produção industrial), com o aprofundamento da divisão social do trabalho.

Furtado (1987), Cano (1983) e Guimarães Neto (1989) observam que apesar da insistente crise, o Complexo Nordestino teve vários períodos de maior resistência como, por exemplo, com o algodão, sobretudo o cultivado no Maranhão²³. Deve-se atentar para o fato de

²¹ Além da longa preservação da anciã estrutura econômica, Cano (2002) acrescenta a dominação política e social que, de acordo com este autor, foi um grande ensinamento que Furtado nos deixou para uma compreensão mais completa sobre o Nordeste, “(...) ou seja, a de uma sociedade que, mesmo sofrendo aquela longa regressão e depois transitando do trabalho escravo para o livre, manteve os pilares básicos com que foi construída: alta concentração da propriedade, da renda e do poder político e uma implacável estrutura de dominação social.” (CANO, 2002, p. 124).

²² Essa base capitalista industrial só viria a se consolidar no Nordeste através da intervenção do Estado na região por intermédio da SUDENE a partir de 1959. Ver sobre o assunto Furtado (1997).

²³ Cano (1983) chama a atenção para a efemeridade do sucesso desse produto (algodão) para a economia do Nordeste, devido à alta produtividade norte-americana e de outras localidades pelo mundo afora ainda no século

que, embora o algodão seja um tipo de cultura que – como as demais do Complexo Nordeste – ocorreu também fortalecendo a tendência a maior apropriação de terras, sob o ponto de vista da urbanização nordestina, depois da pecuária foi a cultura que mais contribuiu para o seu dinamismo, pois dela fora irradiado sem-número de atividades que passaram a ser eminentemente urbanas como, por exemplo: beneficiamento, comercialização, e fabricação de sacaria, de tecidos etc.

Entretanto, adverte-se: o que se deve observar como principal fator de urbanização é o fato de que sua produção se fundamentou sob a organização do “trabalho livre”²⁴, em poucas grandes propriedades, ou do trabalho familiar, nas pequenas propriedades, o que derivou um mercado local mais monetizado com maior impacto sobre o fenômeno urbano.

Embora estivesse no campo toda força da produção colonial, era na cidade onde estava concentrado o poder de decisão, pois a mesma funcionava como um elo entre o resultado das relações de produção concentradas no campo com a demanda que era, expressivamente, externa e, preponderantemente, “exclusivista”. O campo era subordinado à cidade. Ou, em outras palavras, as cidades concentravam as principais atividades mercantis: importação e, sobretudo, exportação. Concentravam, ainda, as atividades político-administrativas e militares, homogeneizadas pelo capital mercantil. Quanto a esta relação cidade-campo, vale observar a construção de Clementino (1990, p. 21). Em sua tese a autora sustenta que:

O ‘rural’ era duplamente subordinado: a) pela metrópole compradora da produção; e, b) pela ‘cidade’ como intermediária entre produtores e compradores. Logo a economia colonial ao promover a supremacia do capital comercial criava cidades marcadamente burocráticas e permitia desde já a divisão entre campo e cidade, a polarização de cidades (dependentes da monocultura) e a pobreza urbana.

Ou seja, ainda na era colonial a divisão social do trabalho entre campo e cidade fora completamente delineada. Suas funções estavam claramente determinadas. Por ser sede política e administrativa, a cidade era o *locus* onde se originava ou para aonde se dirigia as

XIX, levando seus preços para baixo e, a produção paulista que já no início do século XX começou a competir com o algodão nordestino embora este sofra apenas perdas relativas (do mercado sudeste) em relação aquele devido ser de fibra e tamanho diferentes do algodão produzido no sudeste.

²⁴ A expressão “trabalho livre” que se utiliza neste momento é tomada de Marx (1985): significa trabalho livre dos meios e instrumentos de produção, mercadoria repleta da capacidade de criar mais-valor.

principais decisões políticas e econômicas das classes proprietárias dirigentes impondo-as, sobretudo, ao campo – principal *locus* de produção de riqueza e concentrador das relações de produção colonial-mercantis. Essa situação persistiria até a proximidade da proclamação da República²⁵. Esse é o processo de ascensão da cidade sobre o campo. A cidade, no Nordeste, ainda não era a sede de toda engrenagem produtiva, não se constituía na unidade entre estrutura e superestrutura econômico-social, mas era o reservatório do poder político e econômico, portanto, figurava como centro de decisão da colônia. Deve-se, ainda, atentar para o fato de que, nesse período, os agentes que mais se beneficiaram dessa estrutura foram os “súditos” da coroa portuguesa.

Quando o Brasil deixou de ser colônia de Portugal, outras foram suas funções na nova divisão social do trabalho estabelecida a partir de então. Estas novas funções, impostas pelas forças do capitalismo externo, modificaram, ao mesmo tempo, a configuração do urbano no Brasil, dando a cidade cada vez mais o *status* de espaço de decisões políticas e econômicas que beneficiavam parte dos agentes nacionais, contribuindo, portanto, para a acumulação interna desses agentes.

Destarte, cabe no presente momento desta redação a seguinte pergunta: Qual a importância dos fatos ocorridos no Nordeste colonial para se compreender o Nordeste de hoje? De forma imediata, pode-se responder observando que o maior problema é que, no Nordeste, do ponto de vista da condução do sistema econômico, muitos dos seus antigos pilares persistem, resistiram de forma quase intacta às ações transformadoras vindas, preponderantemente, de fora da região. Não há dúvida que, sob a tutela do Estado e do capital produtivo industrial – notadamente sudestino – ocorreram mudanças substanciais na “base” produtiva do Nordeste, mas a estrutura de poder e propriedade, a concentração da renda, o autoritarismo político etc. resistiram quase incólumes aos avanços econômicos, sociais e políticos alcançados pela sociedade brasileira no percurso do século XX.

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) fora criada no final dos anos 50 do século XX exatamente para modificar a realidade da estrutura econômica e social daquela região, seus desequilíbrios econômicos e sociais, dado que esta era a principal

²⁵ Clementino (1990) fez uma clara argumentação a partir da periodização que Cano (1986) elaborou para se entender o fenômeno da urbanização a partir do processo de acumulação do capital em diferentes fases atingidas pela economia brasileira.

questão regional naquele momento. Para além desta tarefa, teria a missão de contrapor à hegemonia do capital mercantil o capital industrial como mais um mecanismo de intervenção capaz de apressar as grandes transformações²⁶ no secular *modus operandi* da elite regional.

Pensava-se que, com a União dentro da Região Nordeste, as atrocidades das elites locais seriam obstadas. Não seria exagero registrar, mesmo que de passagem, que, até antes do golpe militar, a SUDENE tratou de colocar as verbas públicas e todo equipamento federal (máquinas e equipamentos para benfeitorias de obras contra a seca, verbas para educação e saúde etc.) a serviço da sociedade nordestina, inaugurando com essa ação um embate aberto com as elites locais²⁷.

Observe-se que a função de exportadora de produtos primários que a colônia Brasil assumia na divisão social do trabalho do mundo mercantilista perduraria até a segunda década do século XX. Todavia, deve-se tomar o cuidado de não marginalizar os fatos econômicos e políticos que ocorreram do final da era colonial no Brasil até meados do século XX, pois o conteúdo da função exportadora fora significativamente diversificado – como a forma de organização da produção pela substituição do trabalho escravo pelo assalariado etc. – bem como tem importância a independência política do Brasil, que paulatinamente construiu um Estado com iniciativas próprias, voltadas para a consolidação da nação brasileira. Essa construção no período colonial era impossível, pois, como se verá, a colônia tinha que atender outras agendas.²⁸

No próximo tópico, insere-se o Rio Grande do Norte na dinâmica exposta acima. Desde já, alerta-se que o esforço de síntese faz-se necessário para que se evite redundância na exposição histórica dos eventos sociais, econômicos e políticos que se manifestaram na região como um todo.

²⁶ Sobre o assunto, ver os comentários críticos de Cano (2002), especificamente, o capítulo 5, tópicos 3 e 4.

²⁷ Sobre o assunto, ver o depoimento de Celso Furtado (1997), dentre outras passagens veja-se a que segue: “(...) Os privilégios da irrigação financiada pelo governo federal eram conhecidos em certas cidades sertanejas pelas luxuosas residências que ostentavam. (...) As vultosas aplicações do governo federal de nada serviam para minorar a crise de alimentação, principal problema criado pelas secas (...)” (FURTADO, 1997, p. 108).

²⁸ Nesse sentido, é importante a passagem que segue: “É para fornecer açúcar, ouro e diamantes e mais alguns poucos produtos primários ao comércio internacional, que se ocupou e povoou o território que constituiria o Brasil e se instalou nele uma sociedade humana. Tudo mais e acessório daquela função comercial.” (PRADO Jr., 1999, p. 61).

1.2. A capitania do Rio Grande: breve história da ocupação do território e da economia potiguar

Analisar a economia do Rio Grande do Norte em período tão longo (1630-1929) faz-se mister devido à necessidade de comprovar que muitos dos eventos ocorridos neste período influenciaram, em grande medida, na determinação e estruturação tanto da economia quanto de sua sociedade nos períodos subseqüentes.

Durante os dois primeiros séculos de ocupação, a capitania do Rio Grande esteve sob a dependência das capitanias da Paraíba e de Pernambuco. Quanto à Paraíba, o Rio Grande do Norte foi dependente de sua comarca de 12 de dezembro de 1687 a 18 de março de 1818. Administrativamente, esteve dependente da capitania pernambucana de 11 de janeiro de 1701 a 20 de março de 1817 (CLEMENTINO, 1990). O sítio da cidade²⁹ de Natal fora demarcado em 25 de dezembro de 1599, praticamente, acima do rio Potengi, iniciando a sua ocupação que, a priori, teve como principal objetivo proteger militarmente as terras setentrionais da colônia portuguesa com o intuito específico de evitar as invasões das demais nações européias. Não fora por outro motivo que sua principal edificação foi o Forte dos Reis Magos.

Assim, fica patente que o primeiro padrão de ocupação do espaço do Rio Grande do Norte – à semelhança da maioria das cidades coloniais – foi do tipo dendrítico, isto é, a partir de uma cidade litorânea, com funções militares e comerciais, e, posteriormente, seguindo para o interior.

Durante os dois primeiros séculos de colonização, a capitania foi de pouca significância econômica para o conjunto da colônia. Em 1630, seu principal aglomerado “urbano”, Natal, abrigava cerca 30 casebres (mocambos). Sua economia era composta, preponderantemente, de atividades extrativistas e de subsistência como: agricultura, pecuária e pesca. No que diz respeito à capitania como um todo, tanto o pau-brasil como o sal foram produtos da atividade extrativa que serviram como moeda de troca naquele período, pois suas

²⁹ Há controvérsias se, em 1599, Natal nascera como vila ou cidade. Todavia, estudos específicos sobre o assunto demonstram que embora se assemelhasse a uma vila – como um dos estágios iniciais da ocupação de determinado espaço geográfico – há indícios documentais para sustentar que a mesma já nascera com o título de cidade. Sobre o assunto consultar Teixeira (2003) que cita fonte que prova o título de cidade concedida a Natal quando fundada. De acordo com Tavares De Lira (TAVARES DE LIRA, 1982 apud SUASSUNA; MARIZ, p. 33, 1997), embora Natal tenha nascido extra oficialmente como cidade foi rebaixada à vila em 1611.

explorações viabilizavam a entrada de mercadorias na capitania – por intermédio da troca destes produtos por outros de necessidades imediatas, tais como tecidos e especiarias – que não eram produzidas internamente. Neste primeiro momento, a cana-de-açúcar tinha uma produção extremamente incipiente na capitania. Ao avançar do século XVII, sobretudo em suas primeiras décadas, a conjuntura de alta do preço do açúcar tornou possível a expansão da cultura canavieira para a totalidade da costa Sul do território potiguar.

Essa produção esteve restrita a apenas dois engenhos: um localizado no vale do Cunhaú³⁰ (engenho Cunhaú) e o outro nas proximidades da cidade de Natal, na vila de Macaíba, conhecido por engenho de Ferreiro Torto³¹, ambos construídos pelos idos do século XVII, não produzindo, cada um, mais de 7 mil arrobas ao ano. Todavia, como no Nordeste em geral, na capitania do Rio Grande a atividade que mais contribuiu para a ocupação de maior parte do seu território foi a pecuária extensiva.

Na capitania havia duas raças de bovinos: a Garaneza, que provavelmente foi introduzida pelos franceses, e a Cacacú, proveniente do Ceará. Por volta de 1633 a capitania do Rio Grande acolhia um rebanho em torno de 20.000 cabeças³² (TRIBUNA DO NORTE – CADERNOS ESPECIAIS, 2007, Fascículo N.º 5).

De passagem, vale registrar que a referida atividade social (de ocupação do território interiorano, seridoense) e econômica (gado bovino) foi viabilizada colocando-se em prática uma implacável atividade de eliminação e escravização das populações nativas, sobretudo dos diversos grupos dos Tapuias (janduí, cariris, jenipapos, sucurus, canidés etc.) que habitavam o interior desta capitania³³. Esse conflito ficou historicamente conhecido como “Guerra dos Bárbaros”. Eram simples nativos defendendo seus territórios da ocupação europeia. Os “bárbaros” foram exterminados e uma pequena parte escravizada pelos europeus. Essa foi a origem da acumulação primitiva das elites potiguares.

³⁰ O engenho do Cunhaú foi erigido no ano de 1603 (SUASSUNA; MARIZ, 1997).

³¹ De acordo com Suassuna e Mariz, habitavam os engenhos apenas 70 famílias de colonos. Pode-se derivar que o restante da população era formado por índios escravizados e negros provenientes da África.

³² Esse sucesso só foi possível devido à existência de vastidões de terras e, sobretudo, devido aos baixos custos fixos para abertura e manutenção de fazendas. Observe-se que essa atividade reforçou a origem latifundiário-patrimonialista do Rio Grande do Norte.

³³ Sobre este assunto existem vários registros históricos no Instituto de História e Geografia do Rio Grande do Norte (IHGRN). Ver também sobre o assunto, Suassuna e Mariz (1997) e Oliveira, Morais, Medeiros e Medeiros (WEB/Acesso em 14/06/2007). Para o conjunto da colônia, ver Prado Jr. (1999), em especial, o capítulo IV.

No meado do século XVIII, nos, então, vilarejos de Assú e Mossoró, a partir da atividade criatória, foram dados os primeiros passos para o surgimento, mesmo que demasiadamente rudimentar, das primeiras manufaturas de carne, conhecidas ao período como oficinas de carne seca. Esta foi uma das mercadorias mais cobiçadas em outras regiões da colônia, sobretudo nas Gerais, destino final da maior parte da produção potiguar após passar pela Praça de Pernambuco de onde era distribuída. A carne charqueada no interior da província potiguar atingiu a Europa em vários anos das décadas de 1750 e 1760.

Pode-se afirmar que o processo de povoamento da capitania do Rio Grande foi significativamente moroso. Por volta de 1607, a população era de 300 habitantes, sendo que um terço desta habitava a cidade de Natal. Essa pequena e rarefeita população praticava uma economia demasiadamente frágil sob o aspecto mercantil e preponderantemente de subsistência, porém muito diversificada: agricultura, pecuária (carne fresca, carne seca, couro, tração), pesca, sal, cana-de-açúcar, exploração do pau-brasil. As três últimas eram culturas muito mais comerciais. A essas, outras culturas seriam somadas como, por exemplo, a carnaúba³⁴.

No litoral potiguar, a cultura canavieira tornou-se muito mais dinâmica com o avançar do século XIX. Passa-se a encontrar engenhos em áreas onde não existiam como: São Gonçalo, São José do Mipibu, Ceará-Mirim (hoje municípios que compõem a Região Metropolitana de Natal), Goianinha e Canguaretama. Ademais, vale instar, a capitania do Rio Grande passou aproximadamente três séculos para realmente fazer parte da produção açucareira nordestina de forma mais enfática.

De apenas dois engenhos (o Cunhaú e o Ferreiro Torto), entre o final do século XVI e início do XVII, a capitania atingiu, em 1845, o total de 43 engenhos e 93 engenhocas, o que permitiu a exportação – apenas pelo porto de Natal – de 11.304 arrobas de açúcar, atingindo 35.511 arrobas em 1851 (SANTOS, 1994 apud GALVÃO; LIMA, 2000). Importante indicar que, um século antes, a Bahia havia exportado 700.000 arrobas, e Pernambuco 490.000, o que expõe a fragilidade da produção potiguar.

No entanto, Cascudo (1955) registrou que, em 1859, havia na capitania do Rio Grande 156 engenhos que, em conjunto, foram responsáveis pela produção de 350.000 arrobas

³⁴ A carnaúba foi introduzida no ano de 1840.

naquele ano. Embora esse aumento tenha sido significativo, quando comparado mais uma vez com outras regiões produtoras/exportadoras percebe-se que a capitania do Rio Grande continuava muito longe de ser uma grande produtora de açúcar. Só a cidade de Recife, no mesmo ano (1859) exportou 3.867.921 arrobas (SINGER, 1974). Ou seja, apesar do aumento da produção, a capitania do Rio Grande detinha uma produção colonial caudatária e permaneceu, a exemplo do conjunto da região, na contramão do desenvolvimento econômico de outras capitanias que “impulsionadas” pela crise do mercado externo trataram logo de substituir a produção de açúcar por café, como fez São Paulo.

A força de trabalho escrava havia aumentado significativamente. A mesma imigrava ao Rio Grande a partir de Pernambuco. No ano de 1872, havia na capitania do Rio Grande 13.020 escravos que, se comparada às demais capitanias do Nordeste, ainda era uma quantidade muito pequena. Nesse ano, as capitanias vizinhas, Ceará e Paraíba, possuíam, respectivamente, 31.933 e 21.526 escravos (conforme Quadro 1).

Quadro 1 - População de Escravos nas Capitâncias do Nordeste em 1872

MARANHÃO	74.939
PIAUI	23.795
CEARÁ	31.933
RIO GRANDE	13.020
PARAÍBA	21.526
PERNAMBUCO	89.028
ALAGOAS	35.741
SERGIPE	22.823
BAHIA	167.824
NORDESTE	480.609

FONTE: Recenseamento Geral do Império 1872.
Elaboração Própria.

No ano de 1872, a população do Rio Grande era de 233.979 habitantes dos quais 220.959 (94,4% da população total) era de homens livres e 13.020 (5,6% da população total) era composta de escravos³⁵. Referendando-se nos dados da Tabela 1 observa-se que, ainda com relação ao ano de 1872, a população de Natal era de 20.392 habitantes, o que equivale a 8,7% da população da capitania, sendo apenas maior do que a de Aracaju, que era de 9.559. A taxa média de crescimento da população de Natal, no período de 1890 a 1900, foi de 1,58% a.a. evoluindo para 3,35% a.a. no período de 1900 a 1920. Observe-se que a população de escravos do Rio Grande (13.020) era bastante significativa se comparada à população de Natal (20.392), ou seja, correspondia a 63,8% da população da capital.

Após 15 anos, o número de escravos caiu acentuadamente. No que diz respeito à capitania do Rio Grande, Cascudo (1955) afirmou que, de acordo com o último recenseamento de escravos que se tem conhecimento realizado no ano de 1887, foi registrado um total de 2.161 escravos para a totalidade da capitania, provavelmente, indicando sua transferência para áreas mais dinâmicas. Todavia, não deixa claro se todos eram negros. Isto permite duas observações: o número de escravos era muito pequeno em relação às capitânicas de Pernambuco (41.122) e Bahia (76.838)³⁶; muito provavelmente nem todos estavam ocupados nas plantações de cana-de-açúcar e em seu processamento nos engenhos, o que demonstra quão irrisória fora a cultura de maior peso comercial potiguar quando comparada às áreas canavieiras de Pernambuco e Bahia, os maiores produtores e exportadores do período.

³⁵ Recenseamento Geral do Brasil, 1907, V. 2, p. 257.

³⁶ Sobre o saldo de escravos nas capitânicas de Pernambuco, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro, ver Versiani e Vergolino (2002). Ver também a entrevista publicada no Jornal da Unicamp, 19 a 25 de março de 2007, com Walter Fraga Filho, autor do livro “Encruzilhadas da Liberdade” (2006).

Tabela 1 – População Total e Taxas de Crescimento das Capitais da União Segundo os Recenseamentos Gerais

UNIDADES POLÍTICAS E CAPITAIS	POPULAÇÃO RECENSEADA				CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL		
	1872	1890	1900	1920	1872 a 1890	1890 a 1900	1900 a 1920
Alagoas							
Maceió.....	27 703	31 498	36 427	74 166	0,72	1,46	3,68
Bahia							
Salvador.....	129 109	174 412	205 813	283 422	1,69	1,67	1,64
Ceará							
Fortaleza.....	42 458	40 902	48 369	78 536	—	1,69	2,50
Maranhão							
São Luiz	31 604	29 308	36 798	52 929	—	2,30	1,87
Paraíba							
João Pessoa	24 714	18 645	28 793	52 990	—	4,44	3,15
Pernambuco							
Recife.....	116 671	111 556	113 106	238 843	—	0,14	3,87
Piauí							
Teresina.....	21 692	31 523	45 316	57 500	2,10	3,70	1,22
Rio Grande do Norte							
Natal.....	20 392	13 725	16 056	30 696	—	1,58	3,35
Sergipe							
Aracajú.....	9 559	16 336	21 132	37 440	3,02	2,61	2,95

FONTE — Anuário Estatístico do Brasil 1936. Rio de Janeiro: IBGE, v.2, 1936.

OBS.: Tabela reelaborada pelo autor.

A partir do último decênio do século XIX³⁷, a atividade açucareira nordestina e a potiguar, em particular, volta a experimentar crises ocasionadas, sobretudo, pela concorrência

³⁷ De acordo com Medeiros (MEDEIROS, 1973 apud CLEMENTINO, 1990), já em 1870, a cultura canavieira cedia lugar ao algodão no Seridó.

do açúcar produzido em usinas de beneficiamento. Essa crise³⁸ obrigou os engenhos potiguares a assumirem “apenas” a produção da cana-de-açúcar que era destinada às modernas usinas de processamento, adequando-os, assim, a um aprofundamento da especialização das funções de planta e colheita, o que expressava uma determinada divisão social do trabalho no interior do circuito produtivo primário colonial.

Em sua tese, Clementino (1990) expôs uma tabela trabalhada por Takeya (1985) onde está registrado o número de engenhos que possuía o Rio Grande do Norte no período de 1860-1912. Ambas estavam preocupadas em mostrar em números a dimensão da crise que se estabeleceu sobre o setor açucareiro potiguar através da queda do número de engenhos ocorrida no período.

Tabela 2 - Engenhos Existentes nos Municípios Açucareiros do Rio Grande do Norte no Período de 1860-1912

MUNICÍPIOS	ANOS			
	1860	1896	1912	1910-1912
Natal	9	7	7	3
Macaíba	-	6	3	3
São Gonçalo	33	-	9	9
Ceará-Mirim	44	-	51	59
São José de Mipibu	33	19	-	12
Papará (Nísia Floresta)	27	34	22	8
Arês	-	13	-	5
Goianinha	18	14	12	-
Penha (Canguaretama)	12	17	-	17
Vila Nova	-	2	1	4

FONTE: Takeya (1985, p.34) apud Clementino (1990, p. 44,).

Na Tabela 2, chama a atenção alguns detalhes: 1º) Natal, já naquele período, a maior cidade, tem pouca expressão quanto à produção açucareira, pois era sede de apenas 9 engenhos em 1860. Todavia, foi o município – com exceção de Ceará-Mirim e Vila Nova que

³⁸ Já foram expostas as motivações da crise do açúcar de cana, vejam-se apenas os números da produção do açúcar de beterraba: atendeu a 50% da oferta mundial em 1882 e, a 75%, em 1900. Ver uma boa redação sobre o assunto em Clementino (1990).

tiveram o número acrescido – que sofreu a menor perda relativa de engenhos no período, dentre os municípios expostos; 2º) Dos dez municípios expostos, seis fazem parte do que, hoje, é reconhecido como Região Metropolitana, o que sugere que toda região adjacente à Natal, desde tempos pretéritos, reunia potencial econômico superior às demais regiões do estado; 3º) Ceará-Mirim manteve sua “identidade” produtora primária até os dias de hoje (primeiras décadas do século XXI).

Voltando aos produtores de açúcar nordestinos, os mesmos encararam a crise do açúcar de forma significativamente capitalista. Iniciaram um processo de modernização sem precedentes na região, através da incorporação do vapor às atividades de beneficiamento, da construção de infra-estrutura em estradas de ferro – que diminuíram os custos e o tempo com transporte até os portos de embarque – bem como construíram os chamados engenhos centrais que deveriam maximizar a produção. Essa atividade contribuiu sobremaneira para o progresso de aglomerados que se transformaram em cidades chamadas de ponta de trilho.

Todavia, no Rio Grande do Norte, quando surgiram as primeiras linhas férreas, os povoados e algumas cidades de onde partiam já haviam se constituído, sendo, exatamente, a sua importância econômica a principal motivação para instalação das mesmas. Destacam-se, como exemplos, as cidades de: Natal, sede alfandegária do estado desde quando se tornou independente da capitania pernambucana e possuidora de um porto³⁹; Mossoró, importante por ter se tornado entreposto (pólo) comercial entre Macau - que detinha uma das maiores produção de sal do país -, o Sertão paraibano e a cidade de Aracati (Ceará).

No ano de 1883-84, a extensão da rede ferroviária em tráfego que havia na capitania era de 120 km referentes a apenas uma linha férrea (Natal-Nova Cruz), que equivalia a 2,1% do total de quilômetros da colônia, a menor extensão, naquele período, dentre as capitanias nordestinas de acordo com a Tabela 3.

³⁹ Sobre os problemas de atracação de navios de grande porte no porto de Natal, sobretudo no período em análise, ver os comentários de Clementino (1990), especialmente, à página 85, bem como a nota de rodapé de número 45, na página 98 da referida fonte.

Tabela 3 – Extensão da Rede Ferroviária em Tráfego, segundo as Unidades da Federação – 1883-77

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO DA REDE FERROVIÁRIA EM TRÁFEGO (km)								
	1883-84	1 905	1 919	1 936	1 940	1 950	1 960	1 970	1 977
BRASIL	5708	16 782	28 128	33 521	34 252	36 681	38 339	32 102	29 855
Rondônia	—	—	—	—	—	366	368	366	—
Acre	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Amazonas	—	—	8	5	5	—	—	—	—
Roraima	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pará	—	142	398	376	376	411	449	118	—
Amapá	—	—	—	—	—	—	194	194	194
Maranhão	—	78	178	451	449	472	499	449	466
Piauí	—	—	—	185	247	244	244	398	554
Ceará	238	514	891	1 240	1 274	1 395	1 384	1 319	1 190
Rio Grande do Norte.....	120	155	323	499	519	608	690	558	572
Paraíba	122	244	329	490	489	561	770	692	662
Pernambuco	291	792	833	1 065	1 082	1 157	1 546	1 290	1 050
Alagoas	127	266	327	347	346	474	474	385	391
Sergipe	—	—	299	303	303	297	297	270	272
Bahia	708	1 311	1 728	2 145	2 155	2 603	2 593	1 946	1 590
Minas Gerais	662	3 843	6 614	8 038	8 176	8 645	8 561	6 672	6 136
Espírito Santo	—	336	609	773	731	671	663	557	439
Rio de Janeiro	1706	2 661	2 794	2 810	2 848	2 805	3 043	1 732	1 594
São Paulo	1457	3 790	6 615	7 330	7 440	7 583	7 664	5 870	5 741
Paraná	41	834	1 110	1 508	1 580	1 768	1 932	1 932	2 188
Santa Catarina	—	166	1 018	1 186	1 188	1 332	1 425	1 540	1 369
Rio Grande do Sul	236	1 650	2 705	3 214	3 490	3 757	3 849	3 653	3 533
Mato Grosso (1)	—	—	1 167	1 170	1 168	1 036	1 196	1 167	1 172
Goiás	—	—	182	386	386	496	498	928	676
Distrito Federal	—	—	—	—	—	—	—	66	66

FONTE — Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual. do V. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

NOTA: Para manter a comparabilidade ao longo do período, os dados referem-se à atual divisão territorial do País.

(1) Inclusive Mato Grosso do Sul.

(2) Exclusive Tocantins.

OBS: Tabela reelaborada pelo autor.

Sobre as estradas de ferro no Rio Grande do Norte, pode-se ainda registrar que outras seriam construídas a exemplo da estrada de ferro Central do Rio Grande do Norte e a Mossoró-São Francisco à medida que as principais cidades produtoras e exportadoras fossem ganhando destaque no cenário econômico estadual. Foi nesse contexto, que o algodão,

produto que já era cultivado na região Nordeste e na província do Rio Grande, deixou de ser uma cultura circunscrita ao circuito de subsistência para ganhar “vida” própria⁴⁰.

1.3. Diversificação econômica e articulação urbana no Rio Grande do Norte: no limiar do século XX

Por volta do século XVIII, em plena economia do gado, no Rio Grande do Norte, já era possível vislumbrar a existência de uma incipiente rede urbana⁴¹ que, como tal, permaneceria até o final do século XX. A economia criatória já havia costurado rotas que conectavam economicamente o interior ao litoral. Uma das rotas⁴² partia de Mossoró passando por Apodi e Pau dos Ferros e atingindo a Paraíba em Souza.

Outra rota que ligava Mossoró ao litoral via Assú e Angicos, atingindo Natal e continuando a descer pelo litoral Sul percorrendo os municípios de Goianinha e Canguaretama até atingir o Município de Mamanguape na Paraíba de onde seguia, subindo a Serra da Borborema até Campina Grande. Essa rota ficou conhecida como Estrada das Boiadas. Esta última prosseguiria pelo território paraibano e, a partir de Campina Grande, entraria no alto Sertão via Itabaiana, Taperoá, Patos, Pombal e Souza, onde cruzava com a Estrada de Mossoró. Por fim, a Estrada do Seridó, a partir de Caicó, no alto Sertão potiguar, passava por Currais Novos, Santa Cruz e Macaíba, atingindo o litoral na cidade de Natal⁴³.

O gado foi importante devido ao fato de ser, como no conjunto do Nordeste, uma economia que fazia parte de um sistema econômico maior, dominado pela produção

⁴⁰ Durante a guerra da independência norte-americana, no século XVIII, o Nordeste brasileiro passou a ser um importante exportador de algodão. Logo após a guerra, os EUA voltaram a dominar as exportações do produto. Depois, mais uma vez motivado por um conflito que acometeu os EUA, sua guerra civil, a produção nordestina voltou a ter destaque no cenário internacional devido à volta das exportações para a Europa e para abastecer as indústrias têxteis de São Paulo e do Rio de Janeiro. Sobre esta fase, ver Cano (1983), Guimarães Neto (1989), Singer (1974) e Clementino (1990).

⁴¹ “Em termos genéricos a rede urbana constitui-se no conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si. É, portanto, um tipo particular de rede na qual os vértices ou nós são os diferentes núcleos de povoamento dotados de funções urbanas, e os caminhos ou ligações os diversos fluxos entre esses centros.” (CORRÊA, 2005, p. 93.).

⁴² Conhecida como Estrada de Mossoró.

⁴³ Sobre os “caminhos do gado” ver, com riqueza de detalhes, Clementino (1990).

açucareira. Mas, também como no Nordeste, tal economia teve a capacidade de dotar todo o interior de certa funcionalidade econômico-social, sem a qual seria o interior da capitania um grande deserto.

Assim, por um lado, pode-se afirmar que a “costura” do território potiguar se, em primeira instância, tem na economia açucareira sua gênese, pois a ocupação, como sabido, começou do litoral ao interior, por outro lado, tem nos “currais” sua mais forte dinâmica. Foi esta última economia – não a açucareira, limitada ao litoral – a responsável pela formação de uma estrutura de vilas e cidades que, mais tarde, responderia pela maior parte da integração do território interior, ligando este ao litoral.

Essa ocupação do espaço interiorano continuou na medida em que as fazendas se espraiavam através da utilização dos espaços vazios dos territórios desocupados. Disto, pode-se mesmo derivar que pelo fato de ter sido utilizada de forma extensiva fortaleceu ainda mais a capacidade de ocupar espaços vazios. O algodão também contribuiu com tais funções. Ou seja, dos oito municípios existentes na capitania no século XVIII, cinco eram açucareiros (Natal, Extremoz, Arês, São José e Vila Flor) e apenas três estiveram ligados ao ciclo do gado (Portalegre, Assú e Caicó). No entanto, o gado continuaria avançando.

De acordo com Clementino (1990), mais vinte e nove municípios foram criados no século XIX podendo-se contar, no século XX, trinta e sete. Um ponto ainda deve ser observado em relação às fazendas: servindo-se da estrutura sócio-econômica montada anteriormente, foi possível introduzir no interior das mesmas culturas agrícolas, tanto de subsistência (víveres) como de mercado (algodão).

A ocupação do território pelo gado até o século XX significou não só a garantia de terra para o criatório extensivo, mas, também, a diversificação da atividade produtiva da fazenda sertaneja, considerando-se que a atividade agrícola estava inserida em seu interior e por ele controlada (CLEMENTINO, 1990, p. 74).

Fica claro, portanto, que a economia do gado já havia aberto várias vias de comunicação por terra que articulavam diversas localidades do Sertão e deste com o Litoral⁴⁴, além de permitir a articulação comercial entre diferentes capitânicas.

No âmbito das capitânicas, de acordo com Clementino (1990), dois “caminhos do gado” foram de grande importância para suas interações: o que partia do interior da Paraíba, viabilizando o deslocamento do gado desta capitania bem como dos rebanhos das capitânicas do Piauí, do Ceará e do Rio Grande (sobretudo das ribeiras do Apodi e do Seridó); e, outro, partindo do litoral, da cidade de Fortaleza, possibilitando os deslocamentos dos rebanhos cearenses e potiguares. Ambos os caminhos, através de Olinda, ligavam significativa parte dos Sertões nordestinos à importante praça exportadora de carnes e de boi em pé, a capitania de Pernambuco.

Especificamente, no âmbito da capitania norte-riograndense, essa articulação expressava-se concretamente através dos diversos fluxos materiais (mercadorias) e imateriais (informações sobre as demais cidades, a capital e o mundo, por exemplo). Destarte, a historiografia potiguar é rica em exemplos de relações econômicas e políticas entre diferentes espaços no interior do território potiguar. Essa dinâmica criou e ampliou uma embrionária rede urbana.

Do Sertão ao Litoral, os “caminhos do gado” inauguraram a formação dos primeiros povoados que serviram de apoio às “vacarias”. A pequena população que em suas margens se fixava fornecia aos viajantes boiadeiros pousada, alimentação e muitos serviços necessários à manutenção das tropas desgastadas com o longo e duro caminho percorrido. Assim, ferrar e selar os cavalos, cuidar de seus ferimentos, bem como prover os tropeiros de mantimentos necessários ao prosseguimento da jornada, foram atividades que se confirmaram como acessórias, porém, indispensáveis à economia do gado. Não tardou para que, nesses povoados, as feiras livres se constituíssem no *locus* econômico principal dado possuírem a capacidade de concentrar, em um pequeno espaço territorial, muitas mercadorias e serviços.

De acordo com Monteiro (2007), paulatinamente, os povoados (freguesias) tornaram-se vilas, dando origem, mais tarde, às cidades como Caicó, Mossoró e Currais Novos, por

⁴⁴ Em sua tese, Clementino (1990), com o apoio de Takeya (1985), expõe os caminhos do gado. Lá, está claro que a economia criatória não apenas conectou significativa parte do território potiguar como também se espalhou para outros espaços político-sociais, como Paraíba e Ceará.

exemplo. No Quadro 2, está registrado o ano de fundação dos primeiros povoados (freguesias) e o da ascensão dos mesmos à vila. Como freguesias, pertenciam às áreas onde a presença de missões religiosas era incisiva, mas a população ainda encontrava-se muito rarefeita, em grandes distâncias e em diferentes fazendas. As vilas surgiram, exatamente, onde o povoamento era mais denso. É muito provável que a economia do gado tenha acelerado a transformação das freguesias em vilas e destas em cidades, dada a exigência de uma infraestrutura mais adensada para o desenvolvimento da mesma.

Quadro 2 - Primeiras Freguesias e Vilas do Rio Grande

DENOMINAÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO	
	Freguesia	Vila
Vila Nova da Princesa (ASSÚ)	1726 (?)*	1766
Vila Flor (Missão de Igramació)	1740 (?)	1769
Goianinha	1746 (?)	-
Vila do Príncipe (Caicó)	1748	1788
Pau dos Ferros	1756	-
Vila Nova de Extremoz (Missão de Guajiru)	1755	1760
Vila de Portalegre	1761	1761
Vila de S. José do Rio Grande (Missão de Mipibu)	1762	1762
Apodi (Missão de Apodi)	1766	-
Vila Nova de Arez (Missão de Guaraíras)	1758	1760

FONTE: Monteiro (2007, p. 73)

*De acordo com Monteiro o ponto de interrogação indica desconhecimento por parte dos historiadores da data precisa da fundação da freguesia.

No sertão do Seridó potiguar o gado e o algodão formavam um consórcio particularmente forte. Quando as secas criavam empecilhos à acumulação mercantil com o gado, tais empecilhos eram parcialmente superados por maior inversão na atividade algodoeira além de ambos os produtos permitirem, nos “latifúndios” dos sertões bem como na média e pequena propriedade do Agreste, a combinação com a produção de víveres, à semelhança de todo o Nordeste. Essa diversificação primária foi responsável pela “manutenção” de uma constante relação econômica entre vilas e cidades que produziam diferentes mercadorias, permitindo, desta maneira, a cristalização de uma incipiente rede urbana com fundamentos históricos tal qual expressa a passagem que se segue⁴⁵:

(...) o tipo de rede a que nos referimos, a rede urbana é um produto social, historicamente contextualizado, cujo papel crucial é o de, através de interações sociais espacializadas, articular toda a sociedade numa dada porção do espaço, garantindo a sua existência e reprodução. (CORRÊA, 2005, p. 93).

Além disso, o interior contava com o porto de Areia Branca que estava ao mesmo tempo funcionalmente ligado ao extremo Norte da capitania onde o sal era o produto de barganha. Este porto era ponto de escoamento de boa parte da produção do interior, pois permitia constantes transações comerciais com as localidades vizinhas. Na zona da Mata/Litoral, estava a *plantation*. No Litoral Sul: São José de Mipibú, Paparí (atual Nísia Floresta), Arês, Goianinha, Penha (atual Canguaretama), Vila Nova; no Litoral Oriental: Natal, São Gonçalo, Ceará-Mirim; e também ao Leste, Macaíba. A estas, outras vilas e cidades se somariam ao avançar do século XX.

Esta dinâmica é suficiente para confirmar a existência, àquele período, de uma razoável articulação entre dois diferentes espaços econômicos (interior e litoral) – que eram complementares – dadas as exigências da própria divisão social do trabalho que impôs aos mesmos diferentes organizações produtivas e de apropriação territorial, mesmo que ainda com

⁴⁵ Obviamente, a rede urbana potiguar não deve ser comparada a que se estabeleceu como resultado da dinâmica econômica de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, muito mais complexas do que a do Rio Grande do Norte.

incipiente relação de determinação de um ou poucos centros de decisões sobre maior número possível de cidades e vilas, do Litoral ao Seridó.

No início do século XX, mais precisamente no ano de 1900, a população do Rio Grande do Norte equivalia a 1,6% da população do Brasil e 4,1% da população do Nordeste. Cresceu à inexpressiva taxa de 0,2% a.a. no período de 1890 a 1900, ou seja, menos do que o Brasil (2% a.a.) e o Nordeste (1,2% a.a.). Todavia, no período imediatamente posterior, 1900-1920, a população do Rio Grande do Norte cresceu a uma taxa média anual de 3,4% enquanto a do Brasil cresceu a 2,9% e a do Nordeste apenas 2,6%. Neste período, vale registrar, a população do Rio Grande do Norte equivalia 1,8% da população brasileira e 4,8% da nordestina (Cf. www.ibge.gov.br. Acesso em 02 de agosto de 2007).

Destarte, não ocorreu apenas crescimento vegetativo no último período acima. O Rio Grande do Norte passou por uma perceptível diversificação econômica. Dentre os vários produtos agrícolas citados anteriormente (algodão e gado, sobretudo) outros foram importantes no início do século XX. A borracha, por exemplo, produto que pouco foi incorporado à análise da diversificação produtiva do estado teve, no ano de 1903, uma importante contribuição. Nesse ano, o Rio Grande do Norte exportou por cabotagem o equivalente a 181.083 kg. do referido produto, conforme exposto na Tabela 4. Além da borracha de maniçoba exportou, no mesmo ano, 367.225 kg. de cera de carnaúba no valor de 284:122\$418. Este produto saiu pelos portos de Natal (60 kg.)⁴⁶, Macau (210.457 kg.) e Areia Branca (156.708 kg.)⁴⁷.

⁴⁶ Um ano mais tarde, em 1904, Natal já exportava 150 kg no valor de 346\$00.

⁴⁷ Censo de 1907, p. 188.

Tabela 4⁴⁸ – Exportação de Borracha de Maniçoba do Rio Grande do Norte por Municípios no ano de 1903 (Kg. e Conto de Réis/\$)

Municípios	Kg.	Valor (Réis)
Natal	22.647	24:905\$550
Macau	42.905	85:622\$600
Areia Branca	5.910	13:072\$000
Jardim do Seridó	25.436	24:760\$000
Currais Novos	77.580	103:740\$000
Patú	3.780	3:909\$974
Acari	2.800	3:740\$000
Canguaretama	25	20\$000
Total	181.083*	259:770\$124

FONTE: Tabela elaborada a partir dos dados do Censo de 1907, p. 52.

* Este dado foi corrigido devido à existência de erro no resultado final encontrado no referido Censo.

O sal teve aumento significativo no período 1900-1920. No subperíodo 1900/04, o Rio Grande do Norte exportou 79.323 toneladas do produto atingindo 138.370 toneladas no subperíodo 1916/20 (CLEMENTINO, 1990).

Quanto à indústria potiguar, os registros são surpreendentes para os primeiros anos do século XX. No ano de 1907, o Rio Grande do Norte contava apenas com 15 estabelecimentos industriais que representavam 3,4% do total da indústria da Região Nordeste. Nesse ano, empregava 2.062 operários (5,4% dos operários da região), conforme dados da Tabela 5. Em 1920, havia ampliado o número de estabelecimentos para 197, representando 5,3% da indústria do Nordeste e empregando 2.146 operários⁴⁹.

⁴⁸ Infelizmente, não são confiáveis os dados econômicos do Censo de 1907, sobretudo pelo fato de constar no V. 2 do referido documento alguns erros de cálculo mais simples como, por exemplo, somas. Ainda assim, utilizou-se o mesmo pelo fato de se constituir, apesar das fragilidades metodológicas, em um grande esforço de registro histórico dos eventos econômicos que ocorreram na economia brasileira, em geral, e potiguar, em particular. Todavia, com o propósito de evitar reprodução de erros, buscou-se refazer os cálculos sempre que foi possível.

⁴⁹ Os dados sobre 1920 têm como referência as informações disponíveis em Clementino (1990, p. 65).

Tabela 5 – Resultados Gerais do Inquérito Industrial, segundo as Unidades Federativas da Região Nordeste – 1907

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ESTABELE- CIMENTOS	OPERÁRIOS	CAPITAL EMPREGADO Contos de réis	VALOR DA PRODUÇÃO Contos de réis	% NE
Maranhão	18	4.545	13.245	6.840	4,1
Piauí	3	355	1.311	1.193	0,7
Ceará	18	1.207	3.521	2.951	4,1
Rio Grande do Norte	15	2.062	6.913	3.086	3,4
Paraíba	42	1.461	5.368	4.388	9,5
Pernambuco	118	12.042	58.724	55.206	26,8
Alagoas	45	3.775	10.788	10.366	10,2
Sergipe	103	3.027	14.173	14.811	23,4
Bahia	78	9.964	27.643	25.078	17,7
TOTAL	440	38.438	141.686	123.919	100

FONTE: Elaboração própria a partir dos dados dos registros das Estatísticas Históricas do Brasil – Séries Econômicas Demográficas e Sociais de 1550 a 1988, página 382.

Embora a estrutura produtiva e social, estabelecida nos tópicos acima, tenha sofrido poucas transformações econômicas substanciais quanto aos aspectos produtivo, tecnológico, inversionista, financiador, de propriedade e de desconcentração da terra e da renda etc., a partir da Segunda Guerra Mundial, foi possível registrar algumas mudanças na economia e no processo de urbanização de algumas áreas no Rio Grande do Norte⁵⁰. Todavia, as mudanças substanciais ocorreram a partir da década de 1970, quando, enfim, a pressão da sociedade brasileira para que fosse colocado em prática alguma forma de correção dos desníveis econômicos regionais passou, naquela economia, a surtir algum efeito no que tange o aprofundamento das relações capitalistas de produção. Este será um dos assuntos tratados no próximo capítulo.

⁵⁰ No interior, em Mossoró, a produção de minerais para atender às demandas provenientes do esforço de guerra e, no Litoral, mais precisamente na capital, a instalação da base militar dinamizaram a economia de serviços de Natal e aceleraram seu processo de urbanização de forma vertiginosa, como se verá adiante.

CAPÍTULO 2 – A ECONOMIA DO RIO GRANDE DO NORTE NO PROCESSO DE ARTICULAÇÃO E INTEGRAÇÃO NACIONAL – 1919/1970

No presente capítulo, analisamos a dinâmica da agricultura e da indústria estadual no período de 1919 a 1970, buscando registrar sua espacialidade e importância também para as microrregiões onde estão localizadas. Para isso, dividimos esse capítulo em dois tópicos e dois sub-tópicos. O primeiro, 2.1., tem como tema a “delimitação da questão regional: a inserção da periferia como economia complementar” e, o segundo, o 2.2., “a economia em marcha lenta: a agropecuária e a indústria potiguares no processo de integração do mercado nacional”. Os dois sub-tópicos são: o 2.2.1., que tem como título “a agropecuária” e o 2.2.2, intitulado “a indústria no Rio Grande do Norte: 1919/1970”.

2.1. Delimitação da questão regional: a inserção da periferia como economia complementar

Embora dois espaços possam configurar uma mesma região, podem conter muitas diferenças. Essas se expressam tanto sob o aspecto físico quanto no social, político e econômico. Os aspectos sociais, políticos e econômicos, no que diz respeito ao estudo da questão regional no Brasil, foram determinantes para a construção dos principais trabalhos dos pesquisadores mais críticos⁵¹ do que propriamente os decorrentes de fenômenos naturais, embora estes não tenham escapado às suas análises, sobretudo quando se referem a uma região como o Nordeste.⁵²

⁵¹ Furtado (1964, 1972, 1987, 1997, 2003); Cano (1983, 1998, 2002, 2008); Singer (1974); Andrade (1970); Moreira (1976); Carvalho (1988, 2001); Guimarães Neto (1989); Araújo (1982, 1999).

⁵² Sobre os aspectos climáticos, topográficos etc., concernentes à Região Nordeste, ver Carvalho (1988), em especial, os capítulos 2 e 4, e Andrade (1970), capítulo 2.

Do ponto de vista da proposta deste trabalho, daremos mais importância ao “uso” e à forma de apropriação de recursos naturais que os agentes sociais praticam em determinado território: o que, como e para quem produzem, que relação interespaçial constroem a partir de determinada organização produtiva etc. Essa metodologia serve como instrumento condutor para que se possa enxergar com maior nitidez como determinado espaço se organizou e foi acionado, no caso do Nordeste e do Rio Grande do Norte, por efeitos decorrentes não só de suas próprias relações, mas também de relações estabelecidas em outro espaço econômico organizado a partir de diferentes determinações históricas, cujo processo de industrialização foi importante.

Foi como produto de uma relação histórica entre diferentes organizações espaciais, ou como exposto no capítulo 1, do antagonismo entre históricas espacialidades sociais, que o Nordeste, em geral, e o Rio Grande do Norte, em particular, passaram a assumir as posições de organizações espaciais complementares.

Assim, as conseqüências (sociais e econômicas, sobretudo) que derivaram do secular atrito de interesses entre o Nordeste e o Sudeste vieram à tona entre meados e fim dos anos de 1950, momento em que a questão dos desequilíbrios regionais foi posta a toda a nação e que, sobre os mesmos, buscou-se interferir de forma mais científica⁵³. Foi este o parâmetro – sobretudo em relação ao desenvolvimento alcançado pelo pólo nacional no final daquela década –, que fez ressurgir, fortemente, a assim chamada “Questão Regional”⁵⁴ no Brasil.

Antes da “Crise de 29”, as economias regionais eram *autônomas* no sentido de que pouco dependiam de suas “vizinhas” como demandantes de seus produtos. Ou seja, eram as variáveis “demanda externa” e “exportação” que determinavam parte substancial da demanda do produto e, portanto, de suas rendas regionais e de suas produções. O relacionamento entre as economias regionais era esporádico⁵⁵. Essa foi a fase que Furtado (1987), Cano (1988) e Guimarães Neto (1989) chamaram de *isolamento relativo* das diferentes regiões do Brasil que,

⁵³ Sobre a questão dos desequilíbrios, ver Cano (1998).

⁵⁴ Deve-se registrar que os problemas regionais afloram devido a duas razões principais: “Ao flagelo das secas nordestinas de 1958-59 e pela elevada concentração de investimentos produtivos industriais em São Paulo”, sobretudo durante o Programa de Metas (CANO, 1988b, p. 67).

⁵⁵ Constitui-se em equívoco afirmar que inexistiam relações econômicas entre o Nordeste e as demais regiões brasileiras. Embora, neste período, não existisse uma integração comercial significativamente definida, havia fluxos importantes como “açúcar e algodão do Nordeste para Rio de Janeiro e São Paulo; gado de Minas Gerais e Centro-Oeste para São Paulo e Rio; alimentos do extremo-sul para o Rio e algumas áreas urbanas do Nordeste.” (CANO, 1988b, p. 69).

embora se encontrassem em intensidades diferentes de acumulação, todas foram, naquele tempo, *locus* de atuação majoritária do capital mercantil. Este capital, não tinha a capacidade de levar o desenvolvimento econômico para além das fronteiras de cada célula regional, tampouco “conseguia promover” uma maior divisão social do trabalho que diversificasse e ampliasse suas bases de acumulação.

Assim, as economias regionais eram condicionadas pelas próprias limitações econômicas dessa forma de capital. Essa relação foi alterada por força do maior aprofundamento das relações capitalistas, em parte do Sudeste, notadamente em São Paulo, modificando quantitativa e qualitativamente a forma de intercâmbio entre as diversas economias regionais. Esses foram os primeiros passos rumo à criação de um mercado nacional articulado, que viria se concretizar a partir da década de 1930.

A responsabilidade dessa mudança, que dialeticamente foi revolucionária e ao mesmo tempo conservadora, deveu-se à supremacia do capital produtivo, o industrial, tal qual dissertara Marx em “O Capital”⁵⁶.

A superação daquele *isolamento relativo* ocorreu no novo período que viria ficar teoricamente conhecido como um momento de *articulação comercial*⁵⁷. Este foi situado tanto por Cano (1998) como por Guimarães Neto (1989) entre 1930 e 1960. Assim, ambos os autores tiveram o cuidado de analisar as muitas e diferentes nuances que caracterizaram esse longo período.

A primeira articulação entre essas regiões constituiu a gênese de um processo que, décadas mais tarde, viria se transformar na primeira divisão social do trabalho de âmbito nacional, firmando-se, assim, na fase imediatamente posterior, a fase da *integração*

⁵⁶ Revolucionária, porque esteve eivada pela ação transformadora do capital produtivo que tem a propriedade inata de fazer avançar a modernização das forças produtivas. Conservadora, pelo fato de não ter se espalhado pelo conjunto das economias regionais. Onde o capital mercantil resistiu, essas transformações só chegariam quase um século depois com o Estado, mas, ainda assim, também de forma conservadora, pois não conseguiu ceifar os privilégios e abusos renascentistas dos agentes mercantis. Sobre a insurgência do capital industrial no Brasil vale consultar Lessa e Sulamis (1998).

⁵⁷ Os conceitos de “articulação comercial” e de “integração produtiva” foram, pioneiramente, elaborados por Cano (1983, 1988b) que os denominou de “integração sob o comando do capital mercantil” e, a segunda, de “integração sob o comando da acumulação de capital”.

*produtiva*⁵⁸. No entanto, lembremos que, em ambas as fases, a articulação *centro-periferia* foi de caráter complementar.

Vale ressaltar que São Paulo, ainda antes do início dos anos de 1930, já “concentrava 37,5% da indústria brasileira de transformação”⁵⁹, impondo, portanto, desde antes do início da primeira fase⁶⁰ da articulação produtiva nacional, sua força sobre as demais regiões.

A acumulação capitalista das duas primeiras décadas do século XX, apesar de ainda ter como “alavanca” de desenvolvimento o capital cafeeiro e, portanto, o setor primário, havia extravasado as fronteiras agroexportadoras e impulsionado o setor secundário, ampliando-o e diversificando-o, ou seja, fortalecendo o espaço de valorização do capital industrial por excelência⁶¹.

Esse período marcou a mudança de um modelo de desenvolvimento que era preponderantemente “para fora” para se produzir com base nas demandas (real e potencial) do mercado interno, ou seja, “para dentro”. Porém, resolvida a questão da capacidade de substituição de importações, o projeto nacional de industrialização não poderia ter sucesso sem a ampliação do mercado interno. Assim, a integração do mercado nacional era uma condição *sine quo non* para industrialização.

O desenvolvimento industrial do Sudeste, de São Paulo, mais especificamente, não poderia ocorrer de forma isolada por vários motivos. Primeiro, sob o ponto de vista capitalista, a produção industrial exigiria um mercado consumidor interno integrado, pois, a partir de 1930, a industrialização do país era a parte mais importante de um projeto nacional que começava a dar seus primeiros passos e que foi assumido como política de desenvolvimento pelo Estado brasileiro. Em que pese a importância do significativo surto de

⁵⁸ Refere-se, aqui, a divisão social do trabalho determinada por forças notadamente capitalistas industriais, delineando as funções produtivas do conjunto dos mercados regionais e, agora, dando vida ao mercado nacional. Por um lado, foi, primeiro, o capital mercantil e, em seguida, o capital industrial que demoliram as barreiras que faziam dos diferentes espaços nacionais economias “ilhadas”. Por outro lado, o Estado, construindo a infraestrutura necessária ao imbricamento físico entre os diferentes espaços econômicos regionais.

⁵⁹ Ver Cano (2008), em específico, o capítulo 1.

⁶⁰ O que se chama de primeira fase é o período da industrialização restringida (1930/1955) tal qual a periodização da interpretação de Campinas que corresponde aos efeitos das políticas de industrialização do primeiro governo Vargas. Sobre estas últimas, ver Fonseca (1989) e Abreu (2004). Sobre a industrialização restringida, ver Mello (1982), Draibe (2004) etc.

⁶¹ Esse extravasamento ocorreu com tamanha força que, para Cano (1988b, p. 72), o ano de “1929 não representa apenas a crise de sobreacumulação cafeeira mas também industrial”, isso porque, para o referido autor, fez-se um esforço tão grande para industrializar o país – entenda-se, São Paulo – que ao final da década de 1920 já havia um “elevado grau de capacidade ociosa”.

industrialização experimentada pelo “país” antes dos anos de 1930, é, a partir desta década, que o processo de industrialização será produto de um novo padrão de acumulação, que, gradativamente, passou a fazer parte de uma política econômica nacional deliberada. Ou seja, a continuidade de sua dinâmica e seu sucesso não foram mera consequência dos sucessivos fatos históricos, mas, antes, o resultado da construção de um projeto de desenvolvimento nacional.

Estudando o Brasil de 1929/30, pode-se enxergar que, em São Paulo, a insurgência e rápido desenvolvimento de relações capitalistas superiores permitiria que esse estado espraiasse a força de sua economia às demais regiões do país⁶². É nesse sentido que se afirma que a dinâmica da integração não se resumiu a uma espécie de “dirigismo” econômico do pólo, de limitação ou de impedimento do desenvolvimento da periferia. Como bem assinalou Cano (1988b), quando analisava a dinâmica capitalista brasileira, a integração do mercado nacional não resultou apenas em *inibição* ou *bloqueio* das frágeis estruturas produtivas regionais, outros efeitos manifestaram-se, como os de *estímulo* e os de *destruição*⁶³.

De fato, esses efeitos ocorreram de forma inexorável - vide o processo de quebraadeira do parque têxtil nordestino a partir do final da década de 1950 -, representação maior da indústria daquela região. Deve-se instar que, boa parte dessas fragilidades ocorreu devido às resistências estruturais que a região tem ostentado desde sua formação econômica, tais como: a concentração de renda e da terra que privaram as transformações inerentes ao capital industrial. Não por acaso, o crescimento industrial da região dependeria de forças externas a ela, como foi o caso da SUDENE, como veremos adiante.

Colocada a questão regional neste contexto de articulação e de integração entre espacialidades historicamente definidas, passa-se ao próximo tópico com a análise de como o Rio Grande do Norte foi acionado a fazer parte desta dinâmica.

⁶² Ver Cano (1988b) e Prado Jr. (1999).

⁶³ Sobre os referidos efeitos, ver a excelente construção teórico-histórica de Cano (1988).

2.2. A economia em marcha lenta: a agropecuária e a indústria potiguares no processo de integração do mercado nacional

Após a Grande Depressão, o país era um dos poucos do continente que reunia condições estruturais para dar início a um verdadeiro processo de industrialização. Isso foi possível devido não só à política econômica de defesa do nível da renda, tão bem analisada por Furtado, como também pelo fato de que já existia uma capacidade ociosa que se instalou em alguns setores industriais, já em meados da década anterior, basicamente localizada em São Paulo e Rio de Janeiro⁶⁴. Essa questão é de fundamental importância para se entender como e porque, no difícil período de pós-depressão, o Brasil iniciou aquele processo, retomando o caminho do crescimento econômico (CANO, 2002, cap. 4).

Para os fins específicos deste trabalho, este ponto é importante porque será a partir dos anos de 1930 que os eventos econômicos passam a ter amplitude nacional devido à maior articulação entre as, até então dispersas, economias regionais. O processo de industrialização ocorreria mobilizando diferentes espaços produtivos do Brasil. A periferia não ficou de fora desse processo, embora tenha nele ingressado como economia complementar.

Por essas razões, entendemos que nenhum período foi tão importante para a sociedade brasileira como o de 1930-1980 dado que foi nele onde ocorreram grandes transformações políticas, sociais e econômicas, gestadas e direcionadas em prol da construção da nação⁶⁵. Nesse intervalo, mas, sobretudo, nas três primeiras décadas e meia, o desenvolvimento econômico *planejado* passou a ser praticado como principal política de Estado na perspectiva de superação do subdesenvolvimento nacional⁶⁶. Foi neste quadro que ocorreram dois fenômenos anteriormente abordados (o de *articulação comercial* e o de *integração produtiva*) que deram concretude ao projeto nacional de desenvolvimento econômico.

Assim, analisar-se-á como o Rio Grande do Norte foi impactado por esse novo processo de estruturação da economia nacional, ou seja, como se articulou e se integrou às

⁶⁴ De acordo com Cano (2004), essa crise se manifestou devido ao sobre investimento e a valorização do câmbio. O primeiro não encontrou respaldo na demanda interna e a segunda (que desprotegeu a indústria) possibilitou a entrada de produtos similares, concorrentes direto da produção nacional.

⁶⁵ Para a Região Nordeste, em particular, significativos efeitos das políticas de desenvolvimento praticadas na década de 1970 se estenderiam até o final da década de 1980.

⁶⁶ Ver sobre o assunto Furtado (1997), especificamente, o capítulo IV; Lessa (1986); Fonseca (1989); e Draibe (2004), o capítulo 1.

economias regional e nacional ressaltando quais foram os setores produtivos do estado que responderam aqueles impulsos.

Adverte-se que a análise que segue tem a pretensão de abranger os períodos de 1930 a 1955 e de 1956 a 1970, que cobrem as duas primeiras fases da industrialização nacional: o primeiro, da industrialização “restringida” e, o segundo, da industrialização “pesada” que corresponderam aos dois momentos de consolidação do mercado interno: o da articulação comercial e o da integração produtiva. Assim, este tópico compreenderá uma análise setorial produtiva, iniciando-se pelo exame do setor agropecuário.

2.2.1. A agropecuária

Antes de entrarmos diretamente nos anos de 1930, buscamos fazer uma rápida referência ao quadro oferecido pelo Recenseamento Agrícola do Brasil de 1920. Assim, neste último, das atividades primárias, as da agricultura eram as que tinham maior peso na composição do Valor da Produção Agrícola (VPA): 89,1%, contra 10,2% da pecuária e apenas 0,7% da de extrativismo. Quanto aos rebanhos, o referido Censo registrou 292.138 cabeças de bovinos, 180.045 caprinos, 145.903 ovinos, 26.824 suínos, 355.924 aves e os números de asininos e muares somavam 77.627 cabeças.

Das informações que se pôde extrair desse recenseamento sobre a agricultura potiguar, pode-se afirmar que das atividades nela praticadas duas eram preponderantes: o algodão, que perfazia 84,6% do VPA de 1919 e a cana-de-açúcar, com peso de 11,3%. Em relação às demais atividades, como as culturas de subsistência, foram encontradas informações apenas para o arroz, o feijão e o milho que, como exposto na Tabela 6, tinham pesos pequenos no VPA.

Estas duas últimas culturas de subsistência tiveram bom desempenho entre 1939 e 1959 sendo bastante significativos seus pesos na conformação do VPA do estado (conforme registro da Tabela 6). Todavia, ao final do período foram fortemente impactadas pela grande estiagem da década de 1970, ambas experimentaram quedas de seus pesos no VPA daquele ano. Essa observação pode ser estendida para as demais culturas agrícolas que sofreram quedas de seus pesos na composição daquele indicador econômico.

Ainda com apoio da Tabela 6, pode-se afirmar que a pauta de produção da agricultura potiguar foi bastante inexpressiva para a totalidade do período (1919-1970). Mesmo a agricultura mercantil (algodão e cana-de-açúcar), como se pode ver, teve significativo decréscimo no VPA. A cana-de-açúcar teve, entre 1939 e 1959, suas maiores quedas e o algodão entre 1939-1949. Este último ainda se recuperou no decênio posterior, porém chegou à década de 1970 com uma participação de apenas 38,6% do VPA potiguar, pequena, se comparada com a do decênio anterior.

Quanto às frutas, apenas cinco participavam da pauta de produção para o conjunto do período. Todas, exclusive a uva⁶⁷, tiveram suas participações aumentadas entre 1919 e 1970, que pode ter ocorrido pelo fato de serem culturas de forte resistência à falta de água, hipótese que tem grande validade para a banana e o coco.

Quanto à situação de empregabilidade da mão-de-obra, existiam no Rio Grande do Norte, no ano de 1920⁶⁸, 109.848 empregados na agropecuária, o que correspondia a 4,9% dos empregos da agropecuária do Nordeste. Os demais estados da região apresentavam as seguintes participações no emprego da região: Bahia, 32,9%; Pernambuco, 20,8%; Ceará, 12,3%; Alagoas, 9,6%; Paraíba, 9,5%; Piauí, 5,4%; e Sergipe, 4,6%.

Ademais, a agropecuária, dadas as atividades desenvolvidas tanto no estado como na região, além de ser intensiva em mão-de-obra era pouco utilizadora de máquinas e equipamentos para seu trato.

Especificamente em relação aos instrumentos mecânicos, a agropecuária potiguar pouco os utilizava salvo o arado com apenas 20 estabelecimentos declarando seu uso, contra 1.020 em Pernambuco, 191 na Bahia e 106 em Alagoas, para citarmos apenas os estados mais representativos.

No Rio Grande do Norte, aproximadamente 50,0% dos arados estavam concentrados em propriedades localizadas no município de Ceará-Mirim, produtor de cana-de-açúcar. Quanto aos instrumentos de maior sofisticação, o recenseamento de 1920 registrou a

⁶⁷ Chama-se a atenção para o fato de que, embora a uva apareça nos registros do Recenseamento Agrícola de 1920, deve-se ter em conta que a produção desta fruta no Rio Grande do Norte (nos anos de 1920) não tinha a menor expressividade, dado que além de técnicas modernas para o seu cultivo, poda e colheita etc., bem mais modernas, ainda seria necessário o efetivo uso do processo de irrigação, que na referida década não existia de forma planejada para a produção. Observe-se que sua participação no VPA do estado, depois dos cálculos efetuados e feito o arredondamento, não passa de zero.

⁶⁸ Dados correspondentes ao ano de 1920.

existência de 238 máquinas a vapor e apenas 6 elétricas no conjunto dos estabelecimentos pesquisados no estado. Na Bahia, por exemplo, eram de 64 e 3, respectivamente, o número de máquinas a vapor e elétricas. No Ceará, 148 e 4. Os que mais possuíam esse tipo de força motriz eram: Pernambuco, com 884 máquinas a vapor e 6 elétricas, e Paraíba, com 401 e 12, respectivamente. Em São Paulo estes números já eram bem representativos no ano de 1920 – 2.466 máquinas a vapor e 1.194 elétricas –, o que tornava evidente, desde então, a superioridade da agropecuária paulista em relação à nordestina em termos de forças produtivas.

**Tabela 6 - Rio Grande do Norte: Valor da Produção Agrícola (%)
1919-1970**

PRODUÇÃO AGRÍCOLA	ANOS				
	1919	1939	1949	1959	1970
ABACAXI	-	0,18	0,17	0,17	1,03
ALGODÃO EM CAROÇO	84,63	11,08	6,41	53,27	38,59
ALGODÃO EM PLUMA	-	53,62	60,77	-	-
ALHO	-	-	-	-	0,01
AMENDOIM C/ CASCA	-	-	0,00	0,00	0,00
ARROZ	0,26	0,84	0,44	1,1	0,28
BANANA	-	4,54	4,25	4,45	10,40
BATATA DOCE	-	-	4,65	5,80	8,07
BATA INGLESA	-	-	-	-	0,00
CAFÉ	0,01	-	-	-	-
CANA-DE-AÇÚCAR	11,27	9,13	2,90	3,57	10,04
CEBOLA	-	-	-	0,07	0,03
CÔCO	-	2,22	1,31	1,55	4,50
FAVA	-	-	1,38	-	-
FEIJÃO	1,54	5,49	5,21	16,13	11,75
FUMO	0,10	0,10	0,10	0,06	0,03
LARANJA	-	0,33	0,12	0,27	0,44
MAMONA	-	0,27	0,14	0,13	0,16
MANDIOCA	-	7,24	6,91	5,58	10,90
MILHO	2,20	4,96	5,23	7,82	3,67
TOMATE	-	-	0,01	0,03	0,10
UVA	-	-	-	0,00	0,00
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: Para o Ano de 1919, Recenseamento Agrícola do Brasil de 1920.
Para os demais anos, Anuário Estatístico do Brasil - Vários Anos. Elaboração Própria.

A Tabela 6 não encerra todas as nuances da agropecuária e, em especial, da agricultura potiguar. Por esta razão, fez-se, à diante, uma rápida análise de alguns períodos intermediários entre 1919 e 1970 para que se pudesse entender como o Rio Grande do Norte se inseriu no processo de integração do mercado nacional.

Assim, apesar de uma produção primária pouco diversificada, de baixa produtividade e de, no início da década de 1930, vários fatores terem contribuído para dificultar o *processo de integração* da economia do Rio Grande do Norte à economia nacional – como, por exemplo, a grave seca de 1930/1932 e, ao mesmo tempo, a praga do algodão (“lagarta de folha”), responsáveis pela destruição de parte das plantações e pela baixa produtividade⁶⁹ –, várias outras possibilidades surgiram como resultado do transbordamento do crescimento da economia nacional. Àqueles fatores negativos, próprios da dinâmica interna, fora acrescentada a “crise de 1929” que abalou a economia internacional mas, ainda mais, as áreas periféricas produtoras de matérias-primas devido à impossibilidade de evitar a forte queda de seus preços.

Contudo, passados os primeiros anos da década de 1930, as condições favoráveis do mercado nacional bem como do mercado internacional deram sobrevida à economia potiguar, apesar daqueles fatores negativos e das rudimentares relações de trabalho que dominavam a região e o estado do Rio Grande do Norte.

Observe-se na Tabela 8, que o setor primário era a base da acumulação do estado. Atendendo à divisão nacional do trabalho, foi a partir da exportação de bens primários que o Rio Grande do Norte se inseriu no processo de integração econômica nacional, respondendo, de imediato, à demanda por matérias-primas e alimentos⁷⁰, não só de São Paulo (notadamente algodão) e adjacências, mas também dos estados da própria região, como registrado em seu comércio interestadual no período⁷¹.

Como mostra a Tabela 7, além do mercado interno, o algodão potiguar também tinha expressivo papel no mercado externo, tendo a Inglaterra e a Alemanha como principais

⁶⁹ De acordo com Silva, Bezerra e Azevedo (1986), a produção estadual de algodão em 1932 caiu 71% em relação à de 1929.

⁷⁰ O Sudeste também demandava alimentos, porém não constam registros de que o Rio Grande do Norte tenha sido um dos seus supridores – em que pese no passado colonial ter exportado carne para as principais praças açucareiras como colocado no capítulo 1 deste trabalho.

⁷¹ Adiante, encontra-se uma análise sobre o comércio interestadual do Rio Grande do Norte.

compradores. A primeira importou em média 50% e a segunda 32% das safras deste produto entre 1934 e 1937.

No período posterior à Grande Depressão, apesar da ampliação potencial do mercado interno para o algodão nordestino, o aumento da produção paulista funcionou como um fator contrarrestante ao *boom* algodoeiro da região, devido, em primeiro lugar, ao fato de que passou a atender à sua própria demanda interna ao final da década de 1930 e, em segundo lugar, porque passou a exportar algodão para o exterior, a partir da década de 1940, criando, assim, maiores *bloqueios* à produção do algodão nordestino. Essa dura realidade para a produção nordestina e, especificamente, potiguar não as levou ao colapso devido ao tipo de algodão que alguns estados da região produziam: o arbóreo, de fibra longa, essencial para a produção de determinados artigos têxteis (como os tecidos mais finos). Este tipo de algodão foi o que melhor se adaptou à tecnologia têxtil do período.

Essa ruptura não ocorreu abruptamente, pois São Paulo e Rio de Janeiro continuaram os maiores importadores do algodão nordestino. No conjunto, ambos absorveram cerca de 96% do total das exportações do Rio Grande do Norte para o mercado nacional referentes às safras indicadas na Tabela 7.

Estavam em São Paulo as mais produtivas fábricas têxteis do país. Ao passo que o maquinário mais moderno exigia uma fibra de algodão de melhor qualidade, mais longo e semibeneficiado. Por esta razão, o Rio Grande do Norte foi encontrando nichos nos mercados do “Sul” para direcionar sua produção que atendia, sobretudo quanto à qualidade, aos pré-requisitos da indústria paulista e carioca que tinham a supremacia da produção de tecidos médios e finos⁷². Assim, no percurso dos anos de 1930 o algodão foi o produto que garantiu a integração da região, em geral, e do Rio Grande do Norte, em particular, aos impulsos do crescimento da economia nacional.

⁷² Sobre a indústria têxtil do Sudeste, ver Cano (1983). Para uma análise da produção e das relações de trabalho na indústria têxtil paulista, ver Ribeiro (1988). Para uma análise mais detalhada da qualidade do algodão potiguar exportado para Sudeste do país, ver Clementino (1986), em particular, os capítulos 2 e 3 e Silva, Bezerra e Azevedo (1986), capítulo 6.

Tabela 7 – Destinos das Exportações do RN (Safras de 1934/35 – 1936/37)

DESTINO	QUILOGRAMAS		
	Safra 34/35	Safra 35/36	Safra 36/37
Para o Exterior			
Alemanha	3.171.975	4.870.686	2.625.150
Bélgica	1.188.187	861.361	959.695
EUA	561	-	-
França	5.88.801	55.019	155.530
Finlândia	50.154	-	-
Holanda	1.262.503	417.621	43.873
Inglaterra	7.708.211	4.169.379	5.146.285
Itália	-	-	88.046
Portugal	264.723	16.703	31.811
TOTAIS	14.235.115	10.390.769	9.050.390
Para o País			
Ceará	6.546	-	-
Pernambuco	487.137	93.835	232.017
Paraíba	-	-	60
Rio de Janeiro	7.774.280	7.189.138	6.899.956
Rio G. do Sul	20.054	102.908	141.386
São Paulo	5.056.187	3.661.412	3.084.477
Santa Catarina	191.307	117.474	59.823
TOTAIS	13.535.511	11.164.764	10.417.719
TOTAL EXPORTAÇÃO (kg)	27.770.626	21.555.536	19.468.109

Fonte: Rio Grande do Norte. Relatório do Interventor. Natal, 1938-1939. p. 17-18 (Conforme: SILVA, BEZERRA E AZEVEDO, 1986, p. 98)

Adentrando-se mais na análise da agropecuária do Rio Grande do Norte, no período posterior aos anos de 1930, observa-se que o algodão continuou como o principal produto que a conduziu ao processo de integração nacional contribuindo para que a agropecuária, no período 1939-55, tivesse elevada taxa média de crescimento (5,4%), muito superior à sua média industrial (2,4%) e também superior à da agropecuária nordestina (3,5%), e muito próxima à do Brasil (5,6%) (Tabela 8).

Tabela 8 – Taxas Médias de Crescimento do PIB Industrial e Agropecuário no Período de 1939/1955 (%)

BR		NE		SP		RN	
Agrop.	Indúst.	Agrop.	Indúst.	Agrop.	Indúst.	Agrop.	Indúst.
5,6	6,2	3,5	3,3	6,6	8,5	5,4	2,4

FONTE: IPEADATA/IBGE – Vários Anos.

A elevada taxa de crescimento do setor agropecuário norte-riograndense pode ser atribuída, em parte, ao bom desempenho da cultura do algodão, principal produto agrícola da pauta de exportação do estado. No período de 1939-55, o algodão acumulou uma produção de 1.192.723 toneladas o que correspondia a 12% da produção agrícola potiguar. Em termos de valor da produção agrícola, representava 64,7% do total do valor do período anteriormente citado. Esse crescimento pode ser tributado ao espaço que a Segunda Guerra Mundial acabou criando para o algodão no mercado nacional e internacional.

De acordo com Cano (1995), após a Segunda Guerra Mundial, o setor têxtil brasileiro continuou se beneficiando dos acordos estabelecidos com os aliados para os quais a produção nacional teria como destino suas forças militares. Assim, é possível que estas benesses tenham transbordado do pólo para as áreas da periferia nacional, produtoras da principal matéria-prima têxtil, o algodão. Durante o período bélico (1941-45), a produção do algodão potiguar se expandiu a uma taxa média anual de 6,7%. No pós-guerra, a produção algodoeira do estado, muito provavelmente, foi beneficiada pela continuidade daqueles acordos, dado que, entre 1945-50, sua taxa de expansão, apesar de ter caído bastante, continuou alta: 3,4% a.a. Além disso, entre 1939-55 teve um incremento na produção de 27,4%.⁷³

Quando comparada a produção do algodão estadual à produção de São Paulo e mesmo a de outros estados da região – que têm produção tão irregular quanto à do Rio Grande do Norte –, fica claro porque este último, assim como seus vizinhos, se inseriram no processo de integração do mercado nacional como produtores periféricos e, portanto, complementares.

⁷³ Esses cálculos, assim como os dos próximos parágrafos, relacionados com a análise do período 1939-1955 foram realizados com base nas informações capturadas do Anuário Estatístico do Brasil – Vários Anos.

Apenas no período 1926/1931, a produção potiguar foi maior do que a de São Paulo (27.566 ton. contra 17.050 ton.), porém menor do que a pernambucana (32.401 ton.) e, significativamente menor, do que a produção do estado da Paraíba (43.908 ton.)⁷⁴, sofrendo, portanto, a concorrência de seus próprios vizinhos.

A partir de 1932, a produção de algodão bruto de São Paulo superou as dos três estados nordestinos, atingindo seu ápice no ano de 1944 quando produziu 445.572⁷⁵ toneladas de algodão, que representava 75,2% do algodão nacional contra 29.222 da Paraíba (4,9% da produção nacional), 22.339 de Pernambuco (0,4%) e 22.664 toneladas do Rio Grande do Norte (3,9%). Assim, a periferia estava integrada com a economia nacional, embora sua participação como fornecedora de algodão tendesse a diminuir⁷⁶.

Para além do algodão – e apenas para justificar a alta taxa de crescimento da agropecuária potiguar (5,4% a.a.) –, deve-se registrar que a maioria de seus produtos agrícolas obteve espetacular crescimento no período analisado: a banana, o fumo e a mamona aumentaram a produção, respectivamente: 191,3%, 145,0% e 140,3%. O milho e o feijão experimentaram crescimento de 109% e 107%, respectivamente. O arroz, de 36%. A mandioca foi a segunda cultura de maior produção no período, tendo acumulado 2.608.155 toneladas (26,3% do produto agrícola estadual). Entre 1939 e 1955, cresceu 38,5% e manteve uma taxa média de expansão de 2,1% a.a.

A cana teve maior expressão no que diz respeito às quantidades produzidas. Para a totalidade do período foram registradas 4.234.272 toneladas do produto que perfaziam 42,7% da produção agrícola potiguar. Sua produção anual esteve sempre acima de 160.000 toneladas, mas em nenhum ano foi alcançada a produção atingida no ano de 1939 (398.860 toneladas). Porém, a despeito de ter aumentado o seu peso na agropecuária potiguar – quanto ao seu incremento físico – em relação às décadas passadas, continuava a manter pequena importância na economia do estado. Entre 1939 e 1955, teve uma variação negativa de -15,6% com uma taxa média de expansão de -1,1% a.a.

⁷⁴ As informações quantitativas utilizadas neste parágrafo e nos dois seguintes foram calculadas a partir das informações contidas no trabalho de SILVA et.al. (1986, p.77).

⁷⁵ Ver sobre esses dados, no Anuário Estatístico, 1941-1945, as páginas 62, 63, 64 e 65. E no Anuário Estatístico de 1946, a página 68.

⁷⁶ Ao se referir à produção de algodão em pluma, entre 1931 e 1960, Clementino (1990) mostrou que o Rio Grande do Norte produziu em média 20.000 toneladas/ano, quantidade bem superior à média do período 1906-1931 que foi de 12.000 toneladas, respondendo, positivamente, aos impulsos da integração do mercado nacional.

Entre 1948 e 1954, a agropecuária do estado passou a produzir tomate (com um crescimento de 423,5%), fava (que cresceu 16,5%), batata doce (com um crescimento de 30%) e o amendoim com casca, única cultura que neste período teve queda na produção de 27,3%⁷⁷.

Também se pode imputar à influência do episódio bélico, anteriormente citado, o incremento da produção das culturas de tomate, fava, batata doce e amendoim. Deve ser lembrado que, durante o segundo conflito mundial, a capital do estado funcionou como base militar dos Estados Unidos da América, que, de certa forma, contribuiu para que os preços de alguns produtos se elevassem consideravelmente, tornando assim atrativa sua produção⁷⁸.

Ou seja, a agricultura potiguar reagiu positivamente aos “impulsos da guerra” dado o crescimento da produção de muitas de suas culturas, mas não evitou o aumento considerável dos preços de seus produtos. No Anuário Estatístico do Brasil, pode-se comprovar que, no período entre 1938 e 1953, ocorreu uma forte elevação dos preços no Rio Grande do Norte⁷⁹: o do feijão preto teve um aumento de 720%; o do milho, 700%; o do açúcar mais de 260% e, o do arroz, superior a 535%. Soma-se, ainda, a este fato que a população do estado cresceu 26,03%, entre 1940 e 1950, e se expandiu a uma taxa média anual de 2,3% a.a.

Natal, de uma população de 55 mil habitantes, em 1940-1941, passou a 85 mil em 1943. De acordo com Souza (1976) apud Lima (2006), neste período a cidade teve um saldo migratório de 38.237 habitantes. O fato é que o “ambiente de guerra”, além de ter contribuído para a agricultura do algodão e do sisal, também contribuiu para dinamizar a de subsistência, além de impactar a urbanização.

Cascudo (1955) foi um autor que vivenciou os dramas e as vicissitudes daqueles acontecimentos. Referindo-se à “indústria de guerra” (como definia aquele estado de coisas), em várias passagens deixou claro que a mesma contribuiu decisivamente “em alto nível para o desenvolvimento das vendas mercantis pelas despesas naturais das unidades sediadas em Natal”. Também havia capturado as conseqüências daquele processo para os limites da capacidade de abastecimento, quando afirmou: “se, por um lado, esse escoamento prodigioso

⁷⁷ Não encontramos registros dessas culturas para os anos anteriores o que nos leva a crer que passaram a ser plantadas para fins mercantis a partir de 1948.

⁷⁸ De acordo com Lima (2006), 10 mil militares chegaram à Natal no ano de 1942 quando a cidade tinha cerca de 55 mil habitantes.

⁷⁹ Ver Anuário Estatístico do Brasil - Vários Anos.

agravava o problema do abastecimento, por outro, garantia a perfeita estabilidade financeira do Estado e mesmo o aparecimento de várias fortunas privadas”. (LIMA, 2006, p. 124)

Neste mesmo período, ainda contribuiu para o crescimento da agropecuária norteriograndense a trajetória dos preços internacionais do algodão que, apesar das sucessivas crises internacionais, mantiveram-se quase que constantes e, em alguns subperíodos, inclusive cresceram. Nos vários números do Anuário Estatístico do Brasil, pode-se acompanhar a boa cotação do algodão nos grandes mercados nacional (São Paulo) e internacional (Nova York).

Torna-se perceptível, portanto, que os anos de 1940 e 1950 transcorreram com a agropecuária, resistindo como o principal setor econômico do Nordeste e do Rio Grande do Norte. Quanto ao peso deste último no PIB agropecuário regional e do Brasil, com o apoio das informações reunidas na Tabela 9, fica evidente que em relação à primeira teve significativa participação entre 1939 e 1949: 7,5%. Neste subperíodo – que corresponde a aproximadamente 2/3 da fase da industrialização restringida – cresceu à surpreendente taxa média anual de 7,1%. Ingressou na fase da industrialização pesada com uma leve queda de seu peso no PIB agropecuário regional, mas ainda assegurava uma significativa participação no ano de 1959 (6,8%) na formação do mesmo.

Tabela 9 - Participação Relativa do Rio Grande do Norte no PIB Agropecuário do Brasil e do Nordeste

RN/BR	1939	1949	1959	1970
	1,13	1,38	1,43	0,80
RN/NE	4,92	7,50	6,83	3,83

FONTE: IPEADATA/IBGE. Elaboração Própria

Porém, uma pesquisa atenta no Censo agrícola de 1940 ratificaria a permanência do baixo nível de diversificação e seu incipiente grau de capitatilização, sobretudo com o sisal, cana e o algodão. Contudo, foi através da agropecuária que o Rio Grande do Norte se integrou à economia nacional, mesmo assim, como se verá mais adiante, de forma extremamente caudatária. Não esqueçamos, entretanto, que a produção potiguar era apenas uma

“concorrente” menor de seus vizinhos, assim como os estados da região eram concorrentes de pequena expressão no mercado nacional, dado que a produção nordestina de seus principais produtos – açúcar e algodão – passou a ser marginal no mercado interno e no externo⁸⁰.

Pernambuco, por exemplo, que, historicamente, sempre possuiu uma produção agrícola maior do que a potiguar, alcançou 3.657.179 ton. de cana-de-açúcar, o Ceará, 756.512 ton. e a Paraíba, 436.249 ton. Na produção de algodão, o Rio Grande do Norte superou Pernambuco e Paraíba (69.919 contra 63.134 e 51.113 ton., respectivamente) possuindo produção apenas menor que o Ceará (78.378 ton.). Registrou, ainda, uma produção de cana-de-açúcar de 210.027 ton. São Paulo havia produzido, no mesmo período, 2.169.615 ton. de cana-de-açúcar e 840.597 ton. de algodão. O Rio de Janeiro, por sua vez, havia atingido 2.473.679 ton. de cana-de-açúcar e apenas 2.088 ton. de algodão. Esses dados da produção física indicam, de certa forma, um relativo estreitamento do mercado do Sudeste para a produção desses dois produtos nordestinos (IBGE: CENSO AGRÍCOLA DE 1940).

Ao final da Segunda Guerra Mundial, o mercado internacional estimulou as exportações nordestinas de outro produto, o sisal, beneficiando também o Rio Grande do Norte que passou a ser um dos três maiores produtores da região. A produção de sisal potiguar, que era de apenas 83 toneladas, em 1945, atingiu 2.623 toneladas em 1950. A Paraíba, no mesmo período, passou de 2.218 para 46.980 toneladas e, a Bahia, de 45 toneladas para 2.146 toneladas. Ou seja, o segundo conflito mundial além de ter dinamizado a produção de agave nesses estados acionou outros como Sergipe, Ceará e Alagoas.

Em 1950 (Tabela 10), a produção de sisal do estado havia atingido 24.304 ton. das quais 7.700 ton. foram produzidas na Zona do Litoral, 13.179 ton., na Zona do Agreste; 501 ton., na Zona Centro-Norte; 2.644 ton., na Zona do Seridó; e, 280 ton., na Zona Oeste.

A interiorização da produção do agave foi um aspecto bastante relevante na interpretação de Clementino (1990). De acordo com a autora, a produção dessa cultura ocorreu fora das áreas onde algum tipo de economia já havia aflorado anteriormente o que possibilitou a incorporação e mobilização de uma parte do território do estado – como o “Norte do Agreste e o Centro-Norte do Estado” – à dinâmica econômica do mesmo,

⁸⁰ Sobre o assunto, ver Cano (1983), em especial, o capítulo 1 onde se encontra uma precisa e brilhante análise sobre a organização produtiva das diferentes economias regionais.

arrastando vários municípios que antes do sisal eram de pouca ou nenhuma expressão econômica.

Tabela – 10 – Rio Grande do Norte: Produção das Principais Culturas Agrícolas (temporárias) em Toneladas - 1950

ZONAS FISIográficas E Municípios	SISAL (t)	ALGODÃO (t)	CANA-DE-AÇÚCAR (t)
Litoral e Mata	7.400	3.326	200.498
Agreste	13.179	15.824	655
Centro-Norte	501	14.762	72
Seridó	2.644	10.812	2.930
Oeste	280	3.197	1.272
Serrana	-	7.178	30.153
RN	24.004	55.099	235.580

FONTE: IBGE – Censo Agrícola de 1950. Elaboração Própria.

Se, por um lado, a cana-de-açúcar e, mais tarde, as indústrias tradicionais mobilizaram o litoral oriental, por outro lado, o gado, o algodão e o minério mobilizaram economicamente o Seridó, de onde o algodão avançou até o Sul do Agreste. O Litoral Norte fora mobilizado pelo sal. Ou seja, o sisal ocupou um espaço praticamente intocado do ponto de vista da produção para o mercado (CLEMENTINO, 1990).

Ademais, por conta do sisal, os municípios que passaram a produzi-lo formaram uma “rede” de cidades (obviamente descontínuas territorialmente) que envolvia, inclusive, cidades de fora do estado, mas que eram “centro de convergência” da produção sisaleira potiguar. Internamente, pode-se citar: Natal, Nova Cruz, Campo Redondo, São Tomé, João Câmara. Fora do estado, figuravam como “centros de convergência” da produção potiguar de sisal duas cidade paraibanas: Campina Grande (na Serra da Borborema) e Sapé (no Agreste).

A Zona do Agreste concentrava 54,9% da produção sisaleira do estado e 28,7% da produção de algodão em 1950. Quanto ao algodão, a segunda zona de maior produção foi a Centro-Norte com participação de 26,8%. A cana-de-açúcar manteve-se concentrada na Zona

do Litoral e Mata com uma participação na produção estadual de 85,1%, seguida, imediatamente, pela produção da Zona Serrana com uma participação de 12,8%.

Assim, pode-se afirmar que o processo de integração do mercado nacional e a “boa” conjuntura internacional (para alguns produtos, diga-se de passagem), sobretudo no período da *industrialização restringida*, criaram espaços para determinados estados da periferia que produziam matéria-prima e alimentos indispensáveis àquela dinâmica⁸¹. Isso provocou positivas transformações no Rio Grande do Norte. Porém, o baixo grau de desenvolvimento das relações capitalistas impossibilitou um maior espraiamento dos bons resultados econômicos do setor agropecuário para o industrial. Essa limitação do setor agroindustrial do estado foi ainda maior ao avançar da década de 1970. Observe-se, com base na Tabela 9, que o peso da agropecuária do Rio Grande do Norte a agropecuária da região Nordeste caiu acentuadamente. Em 1959, era de 6,8% e, em 1970, de apenas 3,8%. Esta queda acentuada ocorreu devido à seca que atingiu duramente o estado e grande parte da Região Nordeste. Nesse subperíodo, apenas dois estados da região aumentaram seu peso no PIB agropecuário da região, foram: Bahia, que passou de 27,4% para 33,7%, e Alagoas, de 6,9% para 7,4%⁸².

As culturas agrícolas praticadas no estado entre 1940 e 1970 – como já expostas anteriormente – não exigiam grandes investimentos tecnológicos, entenda-se, em maquinário “pesado”, como eram os casos de outros estados da região que produziam preponderantemente cana-de-açúcar, cultura cuja viabilidade econômica ocorria em grandes áreas, onde, paulatinamente, foi se introduzido maiores recursos em meios de transporte, maquinário, fertilizantes, pesticidas, fungicidas etc. Porém, deve-se ter em conta que no período abordado ocorreu um significativo aumento do número de tratores e de arados nos estabelecimentos agropecuários do Nordeste e do Rio Grande do Norte⁸³.

Deve ainda ser considerado que o maquinário “pesado” (como tratores, colheitadeiras, semeadeiras etc.) apenas é incorporado à produção quando algumas condições permitem sua utilização, como por exemplo: o grau de capitalização da agricultura, o tipo de cultura

⁸¹ Sobre o assunto, ver a abordagem de Cano (1983).

⁸² Em 1959, o peso de Pernambuco na agropecuária do Nordeste era de 17,6% caindo para 15,9%, em 1970. O Ceará, a Paraíba e o Sergipe registraram, respectivamente, as seguintes quedas naqueles anos: 13,2% para 10,5%; 11,3% para 7,3%; e 4,0% para 3,5% (IPEADATA/IBGE).

⁸³ Entre 1940 e 1970 o número de tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários do estado havia crescido mais de 63 vezes e a de arados mais de 31 vezes (CENSO AGROPECUÁRIO, vários anos).

agrícola que se pratica, a profundidade do solo e, na maioria dos casos, a própria topografia. Em significativa parte da Região Nordeste, a incompatibilidade de um, ou vários, desses fatores com a tecnologia apropriada à elevação da produtividade de determinada cultura criou muitos empecilhos à introjeção de novos métodos produtivos, sobretudo no Rio Grande do Norte onde mais de 80,0% da cobertura vegetal do estado é composta pela Caatinga, prevalecendo, portanto, solos pedregosos⁸⁴.

De passagem, pode-se ainda acrescentar que entre a década de 1940 e 1970 – mais propriamente entre o final da década de 1950 e o fim da década de 1960 – o setor primário dos países em desenvolvimento foi seriamente modificado pelo que se convencionou chamar de “Revolução Verde”. Esta provocou, em vários países – notadamente no Brasil –, muitas alterações tecnológicas em termo de equipamentos, fertilizantes, pesticidas, grande variedade de sementes e novas formas de criação de gado. No país, isso ocorreu exatamente nos estados que já possuíam uma agricultura mais produtiva e diversificada. O Nordeste, mais uma vez, ficou à margem dessas transformações, mantendo, em linhas gerais, seu atraso econômico ao contrário dos estados do Sul e de São Paulo.

No Rio Grande do Norte, germinou ainda na década de 1970 a agricultura essencialmente de frutas tropicais - o que viria a ser sua futura agricultura moderna e irrigada –, porém esta só desabrochou na década subsequente, dado que ainda nos anos de 1970 foi uma agricultura incipiente, de pouca expressão no conjunto do setor.

No entanto, deve-se observar que as poucas e incipientes transformações foram importantes apenas para ilustrar que, de certa forma, as agriculturas dos estados periféricos não ficaram estagnadas no tempo. Mas, pouco servem para levar adiante as verdadeiras transformações que um espaço de reprodução capitalista exige. De toda forma, essas transformações não estiveram “congeladas” na agricultura da região nem, tão pouco, na nordestino-grandense.

Para além dessas considerações, buscou-se registrar – superficialmente – o fenômeno da concentração de terras no Rio Grande do Norte entre 1940 e 1970. Inicialmente, observou-se que, entre ambos os anos, tanto o número de estabelecimentos quanto o de áreas ocupadas cresceram respectivamente: 201,3% e 37,6%.

⁸⁴ Sobre a vegetação, relevo e clima da Região Nordeste, ver Carvalho (1988), em particular, os capítulos 4 e 5.

No entanto, o fenômeno da concentração de terras ocorreu em ambos os anos. A título de uma rápida análise, selecionou-se para exemplo apenas dois grupos de área, na verdade, os que estão localizados nas extremidades: os de menos de 10 ha e o de 10.000 e mais.

Em 1940, 9.536 estabelecimentos pertencentes ao primeiro grupo (27,7% dos estabelecimentos recenseados) ocupavam uma área de 46.927 ha (1,4% do total de hectares recenseados), enquanto os 13 estabelecimentos pertencentes ao segundo grupo ocupavam uma área de 218.374 ha, ou seja, detinham uma área superior, em mais de quatro vezes, a do primeiro grupo, o que, em média, resultava em mais de 16.000 ha por propriedade. Em 1970, levando em conta os mesmos grupos de área, 63.964 estabelecimentos agropecuários do primeiro grupo (61,7% do total) ocupavam uma área de 185.966 ha (4,1% da área recenseada naquele ano), enquanto o grupo de 10.000 e mais hectares era composto por 13 estabelecimentos e ocupava uma área de 215.180 ha (4,7% dos hectares recenseados), o que, também, indicava um caso de concentração de terras sob o poder de poucos proprietários. Em média, para este último grupo, havia exatamente 16.552,31 ha para cada propriedade e, para o primeiro grupo, 3,4 ha. Se estendêssemos essa análise para os demais grupos, o fenômeno da concentração continuaria se manifestando, embora, para alguns, a concentração seja bem moderada⁸⁵.

Esses foram os primeiros contornos da agropecuária potiguar. Para além disso, como enfatizado, anteriormente, o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Norte esteve condicionado, preponderantemente, pelo desenvolvimento capitalista nacional. Isso ocorreu, em parte, devido ao fato de que a dinâmica capitalista nacional, em determinado momento, criou uma conjuntura que viabilizou a mobilização do Rio Grande do Norte em sua direção e, em parte, porque, em outro momento da história do desenvolvimento nacional, a União, através da SUDENE, realizou importantes investimentos no estado⁸⁶.

A agricultura foi o setor onde alguns capitais locais tiveram maior sucesso em suas inversões. Todavia, suas debilidades econômicas não lhes permitiram ostentar maiores montantes de inversões produtivas nos principais setores da economia potiguar, embora ansiassem, desde o final da década de 1950, por modernidade e apoio institucional (toda sorte

⁸⁵ Para maiores detalhes sobre a concentração de terras no Rio Grande do Norte, ver Censo Agropecuário do Rio Grande do Norte (1970, p. 2-3), Tabelas 1A e 1B, onde se encontra um confronto de informações de 1920 a 1970 sobre número de estabelecimentos e área total.

⁸⁶ Sobre os investimentos da SUDENE no Rio Grande do Norte, ver Apolinário (1996).

de benefícios da União e do governo subnacional) no sentido de prepará-los para assumir a produção no território estadual⁸⁷.

No que tange, especificamente, à agricultura, esses capitais também fizeram reivindicações pontuais, como se verá adiante. Nesse item em particular, deve-se destacar as iniciativas praticadas como forma de atendimento à parte dos seus anseios nas atividades salineiras (norte do estado) e da agricultura irrigada (de Mossoró e do Vale do Assu-Apodí⁸⁸) onde se encontram os municípios beneficiados pelos recursos hídricos⁸⁹.

2.2.2. A indústria no Rio Grande do Norte: 1919/1970

Em vários trabalhos sobre a história e a economia do Rio Grande do Norte, um ponto parece ser elemento em comum nas “conclusões” de seus autores: o incipiente desenvolvimento do setor industrial do estado⁹⁰. No presente tópico, pretende-se acrescentar às interpretações já existentes uma análise setorial somando àquelas outros elementos para compreensão da economia do Rio Grande do Norte.

Portanto, fez-se um breve recuo ao ano de 1919 para o qual existem estatísticas oficiais que nos permitem ver como se encontrava o setor industrial potiguar antes do processo de integração do mercado nacional.

⁸⁷ Fernandes (2007), em sua tese de doutorado, registrou várias falas de empresários capitalistas em que as elites locais reclamavam da falta de incentivo do governo do estado para a agricultura e indústria no sentido de modernizá-las, entenda-se: desenvolver os principais setores econômicos.

⁸⁸ Esse vale é formado pelos seguintes municípios: Assú, Alto do Rodrigues, Carnaubais, Ipanguaçu, Jucurutu, Macau, Pendências, São Rafael. No entanto, deve-se acrescentar ao grupo de municípios anteriormente abordados os municípios de Mossoró e Dix-Sept-Rosado - conformando o recorte territorial que foi beneficiado pelo Projeto Baixo Assú – e, ao perímetro considerado pelo BNB, desde 1990, como Pólo de Desenvolvimento Integrado Assú/Mossoró, os municípios de: Serra do Mel, Itajá e Afonso Bezerra.

⁸⁹ Esses recursos são provenientes, em parte, das águas do Rio Piranhas-Assu que banham 28 municípios paraibanos e 8 do Rio Grande do Norte, responsáveis pela formação do Vale do Assú. Neste último, com a irrigação, a agricultura passou por grandes transformações tanto no que diz respeito aos métodos e instrumentos de produção utilizados quanto ao tipo de cultura produzida.

⁹⁰ Sobre esse conteúdo podem ser consultados: Clementino (1990) e Fernandes (2007).

É fundamental neste processo de análise enfatizar tanto as questões de maior importância – como o que e quanto produzia o setor industrial potiguar⁹¹, qual era sua dimensão em relação ao setor industrial da região e do país, quais os gêneros de indústrias eram mais representativas no que tange ao Valor da Transformação Industrial etc. –, quanto às de importância menor como, por exemplo, qual era o número de estabelecimentos industriais existentes naquele período, quantos operários empregavam etc. Estão, nestes “primeiros passos” da indústria potiguar, muitos dos elementos que explicam a histórica deficiência da economia do estado no processo de integração do mercado nacional que ocorreria uma década à frente. A análise dessas questões expõe parte da estrutura produtiva e social do estado.

Assim, no Rio Grande do Norte, dentre as indústrias de transformação, a têxtil, a de alimentos e a de minerais não-metálicos foram as três de maior peso na composição do Valor da Transformação Industrial (VTI): 76,21%, 13,10% e 1,5%, respectivamente. O restante desenvolveu participação ínfima, abaixo de 0,5% (como foi o caso da indústria de madeiras e vestuário), ou mesmo nem existiam (como, por exemplo, couros e peles, indústria de mobiliário e de metalurgia). As indústrias têxtil e de alimentos respondiam por aproximadamente 90% do Valor da Transformação Industrial em 1919. Essa estrutura produtiva praticamente se manteve e foi reforçada pelos planos e programas de desenvolvimento nacional, regional e estadual durante as décadas subsequentes, como se verá mais à frente⁹².

Quando se contrapõe essa indústria às suas congêneres regionais, passa a ocupar a penúltima colocação quanto ao peso de sua participação no Valor da Transformação Industrial da região (4,3%), ficando à frente apenas do Piauí, que no mesmo ano teve um peso de 2% (Tabela 11). Se nesses cálculos fossem incluídos os valores do VTI da indústria do açúcar, o peso do Rio Grande do Norte no Valor da Transformação Industrial da região cairia para 3,9%. Também, deve ser ressaltado que essa participação de 4,3% cairia nas duas décadas

⁹¹ Como, o que e quanto se produz é de fundamental importância para qualquer sociedade. No que diz respeito à sociedade brasileira, esses elementos, se não foram completamente determinantes, tiveram grande e diferenciado peso nas vantagens assimiladas pelos diferentes recortes regionais na divisão social do trabalho que se estabeleceu a partir dos anos de 1930. Sobre a formação e desenvolvimento da sociedade brasileira, ver: Furtado (1964, 1974), Fernandes (1975), Cano (1983, 1998) e Prado Jr. (1990).

⁹² Quando a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) começou a atuar no Rio Grande do Norte, a partir dos anos de 1960, essa estrutura foi ligeiramente modificada, pois possibilitou a instalação de novos gêneros de indústrias e a ampliação de outros. Todavia, quanto ao peso da indústria de alimentos e têxtil no VTI, pode-se afirmar que continuou alto sendo seguido – de longe – pela indústria do vestuário.

subsequentes devido à maior industrialização relativa de outros estados da região como Pernambuco, Bahia e Ceará.

É importante lembrar que este peso no VTI regional ocorreu, em sua maior parte, porque o beneficiamento de algodão era – e, ainda, é – computado como indústria têxtil. Como esta atividade era relativamente desenvolvida no Rio Grande do Norte, contribuiu para a elevação de seu VTI que, por sua vez, elevou a participação do estado no VTI regional. Ao se analisar o que, de fato, cada gênero de indústria produzia, fica claro que, no Rio Grande do Norte, a produção têxtil estava, essencialmente, voltada ao processo de beneficiamento, pois não há registro, no Recenseamento do Brasil de 1920 (Indústria), de outra atividade desempenhada pela indústria têxtil potiguar. Para atividades bem menos complexas como fabricação de vassouras, escovas e brochas; de sacos; de chapéu de palha; de estopas etc., nem mesmo existe qualquer menção. Provavelmente, algumas dessas atividades o Rio Grande do Norte produzia, porém em quantidades muito pequenas, fazendo, portanto, com que o estado fosse inserido na categoria “outros estados”, classificação utilizada com frequência no referido Censo. Dentre as principais atividades produtivas do Rio Grande do Norte destacadas no referido documento, a de beneficiamento do algodão foi responsável por mais de 84% do Valor da Produção industrial (VPI) do estado em 1919, seguida pela produção de fumo e cigarro com 8%. A produção de sabões e velas correspondia a 3,8% do VPI e a de moagem a 1,7%. O restante das atividades (olaria e tijolos, bebidas, cal e cimento e calçados de couro) não atingiu 1% do VPI. Quando comparada a participação no VTI nacional, o peso do Rio Grande do Norte era de, aproximadamente, 0,6%, revelando, assim, a sua inexpressividade industrial (Tabela 11).

Tabela 11 – Participação da Região Nordeste e dos Estados Seleccionados no VTI (em % de Valor) 1919

Ufs e RG	%/BR	%/NE
		100
NE	12,82	-
MA	0,63	4,90
PI	0,26	2,05
CE	0,68	5,27
RN	0,56	4,34
PB	0,84	6,55
PE	4,25	33,16
AL	1,39	10,87
SE	1,01	7,90
BA	3,20	24,94

FONTE: Recenseamento do Brasil de 1920. Vol. V - 1ª Parte - Indústria. Elaboração Própria.

Observe-se que o estado de Pernambuco tinha um peso no VTI regional de, aproximadamente, 8 vezes o do Rio Grande do Norte e, o da Bahia de, aproximadamente, 6 vezes. Isso se deve ao fato de Pernambuco e Bahia possuírem um setor de transformação muito mais diversificado que o do Rio Grande do Norte. Dos treze ramos industriais registrados pelo Recenseamento de 1920 como pertencentes ao Setor de Transformação, Pernambuco possuía todos. O Ceará e a Bahia possuíam doze. Alagoas possuía 11 ramos industriais. O importante, porém, era que todos esses estados, além do Maranhão e Sergipe, possuíam a indústria de metalurgia. Suas participações no VTI da metalurgia da região encontravam-se, respectivamente, da seguinte forma: Pernambuco, 73,1%; Ceará, 8,4%; Bahia, 2,4%; Alagoas, 9,8%; Maranhão, 3,4%; e Sergipe, 2,9%⁹³.

Quanto à ocupação, o setor de Transformação do Rio Grande do Norte empregava 2.524 operários. Desses, 83,9% estavam empregados na indústria têxtil e de alimentos, distribuídos, respectivamente, da seguinte forma: 56,6% e 27,3%. Os demais ramos industriais

⁹³ O Piauí, a Paraíba e o Rio Grande do Norte não possuíam metalurgia (RECENSEAMENTO DE 1920 - INDÚSTRIA).

empregavam, em conjunto, 16,1% dos operários em 1919, com destaque para a indústria de minerais não-metálicos responsável por, aproximadamente, 10% dos empregos da indústria de transformação do estado.

Essa era a estrutura industrial potiguar: pouco diversificada e de baixa produtividade. A indústria de alimentos estava limitada à atividade de açúcar (computada à parte no Recenseamento de 1920), moagem de cereais e à fabricação de farinha; a indústria de vestuário estava limitada, por sua vez, à fabricação de calçados de couro (com grande ineficiência em relação à produção de Pernambuco, do Ceará e da Paraíba); cerâmica e edificações limitavam-se às atividades de olaria e cal que, apesar da abundância de matérias-primas, não tinham nenhuma expressividade; a indústria química produzia sabões e velas; e, como já enfatizado, a têxtil estava limitada ao beneficiamento do algodão. Foi com essa estrutura industrial que a economia potiguar chegou à década de 1930.

Na década de 1930, a indústria já estava fortemente concentrada em São Paulo e no Rio de Janeiro, dado o maior desenvolvimento capitalista que se verificou na região Sudeste⁹⁴. Nessa região, São Paulo teve maior destaque produtivo, assumindo, desde então, o papel de centro decisório das grandes transformações econômicas, com influência política em âmbito nacional. Além disso, os números da Tabela 8, anteriormente abordada, que se referem à taxa média de crescimento anual do PIB agropecuário e industrial de alguns estados, da Região Nordeste e do país, ratificam esses argumentos, pois revelam a força incontestável do setor industrial paulista que teve um crescimento médio mais de 3 vezes superior ao da indústria potiguar e, *vis-à-vis* a Região Nordeste, mais de duas vezes o crescimento atingido pela mesma, entre 1939 e 1955.

Confrontando o crescimento de São Paulo com o resto do Brasil, observa-se que São Paulo não apenas esteve à frente, nos dois setores produtivos, como assegurou uma diferença maior da expansão no setor industrial, “isolando-se” como pólo da acumulação capitalista nacional. Contraoando o Rio Grande do Norte ao Brasil, observa-se que a taxa média de crescimento do setor industrial deste último foi mais de 2 vezes superior a do primeiro no referido período: 6,2% contra 2,4%.

⁹⁴ Ver uma análise aprofundada sobre o assunto em Cano (1983; 2008).

Assim, buscou-se registrar qual era o tipo e o tamanho da indústria potiguar no contexto de crescimento industrial nacional e regional como meio de verificar de que forma foi “capturada” pelo processo de integração da economia nacional. Para entender melhor essa dinâmica, buscou-se dados no Censo de 1939 sobre o perfil industrial do Rio Grande do Norte.

Os números sintetizados na Tabela 12 desnudam a fragilidade dessa indústria: quase a metade (42,6%) de seu Valor Adicionado refere-se, na verdade, ao segmento de extração mineral, onde predominava o sal, que equivalia a 66,7% do total produzido no país; a indústria têxtil é a segunda, com 28,3%, e, a de alimentos, a terceira, com 9%. O quarto maior segmento era constituído pelas, então incipientes, indústrias constitutivas dos chamados *serviços de utilidade pública*, como as produtoras de energia elétrica, gás e tratamento de água, que perfaziam 7,3%. Somados, os quatro abarcavam 87% do produto industrial, pouco restando em termos de indústrias mais complexas ou sofisticadas. Se considerarmos ainda as reduzidas participações da indústria potiguar no total nordestino (4,2%) e do Brasil (0,4%), fica, por demais claro, suas grandes dificuldades para uma integração melhor sucedida. Um quadro muito diferente era o da estrutura industrial paulista. Nesse, embora as indústrias mais tradicionais “pesassem” 60% de seu produto, as mais complexas perfaziam 40%, que representavam mais da metade do total nacional, enquanto a produção paulista de bens de capital e de consumo durável perfazia mais de 72,4% da nacional⁹⁵ (CANO, 1998).

⁹⁵ Ver, sobre a concentração da indústria de transformação e a participação relativa de cada região na mesma, Cano (1998), em especial, o cap. 3 e, especificamente, as Tabelas 6 e 7, às páginas 98 e 99.

Tabela 12⁹⁶ - Valor da Transformação Industrial por Gênero de Indústrias Seleccionadas e Participação Relativa (%) das Mesmas no Total do VTI de Suas Congêneres do Nordeste e do Brasil - 1940

Gênero de Indústria	VTI	(%) no Total do VTI	RN/NE	RN/BR
Ind. Extr. Mineral	13.837	42,6	55,15	8,47
Ind. Metalúrgica	233	0,7	2,28	0,04
Ind. Mecânica	-	-	-	-
Ind. Têxtil	9.196	28,3	3,68	0,65
Ind. de Alimentos	2.924	9,0	0,99	0,19
Ind. de Eletric. Gás e Frio; Abastecimento D'água e Esgoto	2.378	7,3	5,33	0,50
Total	28.568	87,9	67,43	9,2

FONTE: Censo Industrial de 1940. Elaboração Própria.

Esses percentuais da Tabela 12 indicam a força das indústrias têxtil e mineral potiguar, na década de 1940, mas, ao mesmo tempo, a inexistência de um setor de bens de capital expõe a fragilidade dessa estrutura industrial, dado que a falta daquele não permite que a economia cresça em conjunto e de forma relativamente mais equilibrada contribuindo para que continue a existir um alto grau de diferenciação tecnológica, ampliando sobremaneira as possibilidades de crise nos ramos produtivos mais significativos do estado - tais como os acima ressaltados - e dificulta o aparecimento de novos ramos industriais, dado que o ramo de produção de bens de capital tem a capacidade de produzir novas tecnologias e contribuir para maior modernização e acumulação dos demais ramos industriais e setores da economia.

Ao avançar das décadas, mais precisamente a partir de 1960 em diante, apenas São Paulo conseguiu fundar uma razoável indústria metalúrgica e mecânica (pilares centrais do setor de bens de capital) o que tornava sua economia muito mais sólida em termos capitalistas em relação às demais economias regionais.

Confrontando os VTIs de ambos os estados, percebe-se, sem muito esforço, que os VTIs das indústrias paulistas são bem maiores do que os de suas congêneres potiguares, para

⁹⁶ Nessa tabela, foram expostos apenas os gêneros mais representativos da indústria potiguar.

todos os gêneros industriais. Porém, os índices das participações relativas das indústrias têxtil e mineral de São Paulo no VTI estadual são menores do que o das indústrias potiguares do mesmo gênero. Isso se explica pelo fato de suas estruturas produtivas industriais serem bem diferentes. Ademais, como sabido, São Paulo nunca foi um grande produtor de minério devido, inclusive, as suas “insuficientes” condições naturais para maior exploração do mesmo. No Rio Grande do Norte, os “esforços” produtivos estiveram concentrados nas indústrias tradicionais cujas matérias-primas (algodão, sal, calcário, por exemplo) o estado produzia. Pode-se observar, por exemplo, que a indústria extrativa mineral potiguar tinha, em 1940, um expressivo peso no VTI da indústria extrativa mineral da Região Nordeste: 55,2%. (TABELA 12)

Veja-se, por exemplo, que, para os gêneros de indústrias mais importantes para o capitalismo – que a SUDENE classificaria, a partir da década de 1960, como dinâmicos –, o Rio Grande do Norte expõe “valores” inexpressivos. Sua indústria metalúrgica tinha peso no VTI estadual de 0,7%, enquanto que, para a indústria mecânica, nem informação existia. São Paulo mostra-se bem mais estruturado, pois a participação de sua indústria metalúrgica no VTI estadual foi de 5,6% e o da indústria mecânica de 9,2% (CENSO ECONÔMICO DO BRASIL DE 1940). Essa breve comparação da indústria potiguar com a do pólo nacional é necessária porque expõem os diferentes níveis das forças produtivas existentes em ambos os territórios neste período “inicial” da integração nacional. Todavia, o mais importante é analisar essa relação entre os estados da região que possuem uma estrutura produtiva mais semelhante.

Em 1939, momento em que a integração nacional encontrava-se em processo, de toda a Região Nordeste, Pernambuco foi o estado que tinha maior peso no VTI: 48,6%. Os maiores destaques na composição desse percentual – por tamanho da participação – couberam às indústrias de alimentos; de eletricidade, água e esgoto; e têxtil. Em seguida, vem a Bahia com 13,3%. Neste último estado, as seguintes indústrias foram as mais representativas: a de alimentos; a de bebidas e estimulantes; têxtil; e de couros e peles. O terceiro maior peso foi do estado de Alagoas, com 10,7%, onde as empresas mais representativas foram: as de produtos alimentares; as têxteis; e as de eletricidade, água e esgoto. Por fim, pode-se, ainda, registrar o caso da Paraíba, com peso no VTI regional de 9,2%, com destaque para as indústrias têxteis;

de alimentos; e de transformação de minerais não-metálicos. Os demais estados tiveram peso abaixo de 6%.

Percebe-se que os estados tinham estruturas produtivas muito parecidas onde a indústria mecânica era, demasiadamente, insignificante – a ponto de seus valores não terem registros no Censo do referido ano –, ou, pelo fato de ainda não terem sido instaladas em muitos dos estados da região e, notadamente, no Rio Grande do Norte – como as indústrias de papel e papelão e borracha, por exemplo. Essa realidade parece revelar um padrão de acumulação específico da periferia, com base nas indústrias tradicionais.

Por todas essas razões, sobressai a profunda incipiência do “capitalismo potiguar”, marcada, sobretudo, pela não introjeção de relações capitalistas mais avançadas na estrutura produtiva do estado. Assim, pode-se perguntar: que fatores são responsáveis pelo flagrante atraso das forças produtivas no Rio Grande do Norte? Ora, isso ocorre, em primeira instância, porque o Rio Grande do Norte faz parte de uma região histórica e estruturalmente subdesenvolvida, com estruturas produtivas muito semelhantes umas às outras sem que nenhum estado da região tivesse a capacidade de conduzir o processo de produção de riqueza regional a partir de bases capitalistas industriais mais avançadas espalhando efeitos positivos sobre os demais; pelo predadorismo do capital mercantil; pela ganância das oligarquias mercantis locais, que reproduziram suas riquezas, fundamentalmente, na esfera da circulação e não na da produção de mercadorias, como já discutido no capítulo anterior. Soma-se, ainda, aos fatores anteriores o fato de significativa parte da região localizar-se na “área” do polígono das secas.

Quando a União, por intermédio da SUDENE, fez um dos mais rigorosos processos de intervenção desenvolvimentista na Região Nordeste, o capital monopolista sudestino já determinava, há aproximadamente três décadas, o ritmo e as condições da acumulação nacional, contrarrestando, assim, parte dos efeitos de estímulos daquela intervenção. Explica-se: as ações de desenvolvimento da SUDENE acabaram agindo muito mais em conformidade com as exigências do capital monopolista do Sudeste (portanto com os agentes externos à região, controlando as principais unidades produtivas) do que com as ínfimas possibilidades econômico-produtivas do capital regional, não havendo margem para que o comando da acumulação capitalista produtiva ocorresse na região sob a orientação das forças capitalistas locais.

Em que pese à importância da ação da SUDENE no desenvolvimento da região, aquela foi “insuficiente” para implantar na mesma (em suas elites) uma concepção schumpeteriana de empresário. Ademais, deixa-se registrado que este fato não possui nenhuma relação com o *mito do imperialismo paulista*⁹⁷ nem com a mais remota incapacidade da SUDENE. Tratava-se, tão somente, dos resultados de um pacto para a acumulação de diferentes elites – a nordestina e a do pólo – na região, que contou com a importante participação do Estado nacional na administração política dos diferentes interesses. Apesar dessas importantes questões, a SUDENE – principalmente, a gestão anterior ao golpe de 1964 – continuou implantando as possibilidades de ampliação da indústria e da agropecuária nordestinas e, a partir desse passo, tentou amenizar o acentuado hiato de desenvolvimento existente entre a região e o pólo nacional. De outro lado, o grande capital, ávido por se reproduzir em qualquer território nacional a baixos custos, foi encontrando maiores possibilidades de reprodução à medida que, com o golpe militar, criaram-se novos espaços para o investimento, inclusive em outros territórios – como, por exemplo, na região Norte – e em outros setores da economia, como já discutido no primeiro capítulo.

As elites nordestinas sempre estiveram nos mais altos postos de comando da política nacional. Como classe social, eram politicamente poderosas, não havendo, portanto, elementos suficientes para que se aceite a “tese” de que foram exploradas pelo capital produtivo do Sudeste. Antes, com aqueles, fizeram um pacto de sobrevivência. É essa a questão. Assim, as elites locais no Nordeste procuraram outras formas de reproduzir suas riquezas e, notadamente, a produtiva não foi a mais “preferida”, fato, este, que tornou as ações da SUDENE muito mais louváveis⁹⁸.

Passadas todas essas décadas de desenvolvimento econômico nacional (1919/1970), ou seja, de integração e consolidação do mercado nacional sob a égide da industrialização, a economia brasileira de fato havia mudado substancialmente sem que, no entanto, fosse acompanhada por mudanças estruturais sociais mais expressivas (de desconcentração da grande propriedade e da renda, por exemplo). Obviamente, apenas a falta dessa

⁹⁷ Sobre esse assunto, ver Cano (1998).

⁹⁸ Deve-se, ainda, ter em conta que a própria precariedade econômico-financeira das elites regionais constituiu-se em importante obstáculo às suas ações de desenvolvimento da região. Sobre os impactos negativos da supremacia das oligarquias mercantis para o desenvolvimento regional, ver Cano (1998), capítulo 3 e Carvalho (1988), capítulo 3, tópico 3.2.1.

desconcentração não é suficiente para explicar as, ainda existentes, diferenças entre a periferia e o pólo do sistema capitalista brasileiro. Mas, a desconcentração da renda e da propriedade poderia dinamizar ainda mais o processo de desenvolvimento da periferia com maior justiça social.

Quanto ao desenvolvimento industrial do Rio Grande do Norte, pode-se afirmar que continuou se “movimentando” de forma muito precária. Com o apoio da Tabela 13, é possível acompanhar o comportamento da Indústria de Transformação do estado entre 1919 e 1970.

Observe-se que as indústrias mais dinâmicas são inexpressivas quanto ao VTI. A metalurgia só passou a existir a partir de 1939, a mecânica, a partir de 1949, e a de material elétrico e de comunicação, apenas a partir da década de 1970. Soma-se a esses graves atrasos, o fato de que seus “pesos” no VTI da Indústria de Transformação do estado são irrelevantes. A metalurgia chegou, ao final do período, com peso de 1% e a indústria mecânica, com menos de 1%, incapazes, portanto, de criar qualquer efeito intersetorial, ou mesmo intra-setorial, na dimensão necessária à mobilização de um desenvolvimento industrial mais coeso. A indústria química, que nas regiões desenvolvidas tem servido de grande apoio ao desenvolvimento industrial e agrícola, no Rio Grande do Norte esteve quase que totalmente limitada à fabricação de produtos (como pólvora, por exemplo) de baixíssimo valor agregado. Seu peso no valor da Transformação Industrial, entre 1919 e 1970, sempre esteve abaixo de 1,0%.

Assim, é possível afirmar que a inexistência de um setor de bens de capital no Nordeste, em geral, e no Rio Grande do Norte, em particular, aprofundou suas dependências em relação à expansão da economia nacional⁹⁹. Porém, deve-se verificar que, ao mesmo tempo, foram compensadas pelo espraiamento dos efeitos de estímulo que partiram do pólo, acionando suas incipientes estruturas produtivas. No caso norte-riograndense, a desconexão intersetorial da indústria era grande (e assim permaneceu até os dias de hoje), como, em geral, era a desconexão da estrutura industrial da maior parte dos estados da periferia – não só a

⁹⁹ De acordo com Cano (1998, p. 80), o setor de bens de capital – e também o de bens duráveis – foi instalado no pólo do sistema capitalista brasileiro com “crescente participação do capital alienígena oligopolizado que, ao implantar seus investimentos, instalou-os com capacidade ociosa planejada com vistas tanto à expansão do mercado paulista quanto à completa conquista do mercado nacional”. Nos parágrafos seguintes, na mesma página 80, fica muito claro que, para o referido autor, a capacidade ociosa, previamente instalada neste setor dinâmico, foi uma estratégia para a reprodução ampliada do capital monopolista que criou grandes bloqueios à reprodução daquele setor (com a mesma magnitude econômica) em outras faixas do território brasileiro.

nordestina – no referido período. Restando, portanto, a sua frágil estrutura de transformação tentar, de alguma forma, desenvolver-se respondendo àqueles efeitos¹⁰⁰.

Tabela 13 - Rio Grande do Norte: Participação Relativa dos Gêneros de Indústrias no VTI da Indústria de Transformação (%)¹ - 1919-1970

Indústria de Transformação	ANO				
	1919	1939	1949	1959	1970
Transformação de Materiais Não Metálicos	1,50	2,81	4,63	4,79	4,71
Metalúrgica	-	1,42	0,49	0,94	1,00
Mecânica	-	-	0,04	-	0,60
Material Elétrico e de Comunicação	-	-	-	-	0,05
Material de Transporte (Construção e Montagem)	-	-	0,22	0,78	(x)
Madeira	0,83	0,59	0,94	1,80	0,97
Mobiliário	-	1,00	0,91	2,03	1,20
Papel e Papelão	-	-	-	-	(x)
Borracha	-	-	0,24	0,35	(x)
Couros e Peles e Produção Similares	-	2,60	7,74	3,68	3,22
Química e Farmacêutica	0,07	0,50	0,50	0,02	0,57
Produtos Farmacêuticos e Medicinais	-	-	-	0,00	(x)
Perfum. Sabões e Velas	0,47	-	-	1,42	0,57
Produtos de Material Plástico	-	-	-	-	(x)
Têxtil	76,21	55,89	36,07	40,42	17,34
Vestuário, Calçados e Artefatos de Serviços	0,35	1,30	2,35	6,69	27,28
Produtos Alimentares	20,60	28,12	41,28	34,29	36,73
Bebidas	-	1,64	2,50	1,10	0,80
Fumo	-	2,94	0,19	0,01	-
Editorial e Gráfica	-	0,90	1,88	1,54	2,61
Diversas	-	0,66	0,23	0,11	0,38
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: IBGE. Elaboração Própria.

1. Na Indústria Química, para todos os anos, o valor do VTI correspondente a Óleos, Ceras e Gorduras foi subtraído e adicionado ao VTI da indústria de alimentos.

¹⁰⁰ Os resultados dos *estímulos* da economia nacional, que transbordaram para a indústria de transformação da periferia no período da *industrialização restringida*, foram registrados por Cano (1998), mais pontualmente, à página 76. Nessa última, o referido autor afirmou que o grupo de indústrias de transformação produtoras de bens de consumo imediato (que chamou de Grupo I) cresceu a uma taxa média anual de 3,6% entre 1919 e 1939, e de 1939 a 1949 cresceu a 5,4% “acompanhando a média da periferia nacional”. Ainda registrou que o Grupo II (produtor de bens de consumo intermediário) no Nordeste, cresceu à taxa média anual de 4,9% entre 1919-1939 e, à 9,5% a.a., entre 1939/1949. Para o Grupo III (produtor de bens de consumo duráveis e de capitais) as taxas foram de respectivamente: 1,9% e 7,4% a.a.

Na estrutura de transformação potiguar, duas indústrias aparecem com destaque: a de produtos alimentares e a têxtil. Apesar de sua abrupta queda no ano de 1970, observe que a indústria têxtil obteve, historicamente, o maior peso no Valor da Transformação Industrial, o que também pode ser interpretado como a concretização de vários esforços implementados sobre o setor por diversas “forças” (como o próprio capital mercantil regional¹⁰¹ que, historicamente, esteve ligado às atividades de beneficiamento, compra e venda etc. do algodão, tanto ligado à indústria têxtil quanto à de alimentos; o processo de integração da economia nacional e das iniciativas do governo do estado e da SUNDENE¹⁰²).

Quanto à indústria de alimentos, seu crescimento ocorreu através do aprofundamento de atividades produtivas, também, de baixíssimo valor agregado, prevalecendo, para a totalidade do período, as seguintes atividades produtivas: extração de óleos vegetais e produção de farinha; beneficiamento e torragem de café; preparação e conserva de sucos, doces, passas e frutas secas em geral; abate de animais e preparação e conserva de carnes; etc.

Seu maior desenvolvimento também esteve, diretamente, condicionado ao processo de urbanização que, a partir dos anos de 1940, passou a ocorrer no Rio Grande do Norte com maior intensidade, devido, sobretudo, aos efeitos da Segunda Guerra Mundial e ao próprio crescimento da população das principais cidades do estado. Com efeito, entre 1940 e 1970, a população residente de Natal cresceu acima de 382,0% (a uma taxa média anual de 5,4%), a de Mossoró acima de 262,0% (a 4,4% a.a.), a de Assú, 71,4% (a 1,8% a.a.) e, a de Macau, 96% (a 2,4% a.a.) - citando apenas os municípios que, historicamente, têm sido mais representativos quanto às suas atividades econômicas - contra uma expansão do PIB estadual de 4,8% a.a. no mesmo período (CENSOS DEMOGRÁFICOS 1940 E 1970).

Apesar de ostentar uma incipiente base de transformação industrial, com o auxílio da Tabela 14, é possível afirmar que a Indústria de Transformação do Rio Grande do Norte cresceu significativamente entre 1939 e 1959 (9,1% a.a.), inclusive, muito acima da indústria do Nordeste e do Brasil e, também, acima da taxa de crescimento do pólo (São Paulo) que, no mesmo período, cresceu a 8,5% a.a.

¹⁰¹ Sobre o comando da produção têxtil pelo capital mercantil regional, ver Clementino (1986).

¹⁰² Sobre as iniciativas para desenvolver o setor têxtil potiguar no período das ações da SUDENE ver a mesma referência da nota anterior, em particular o capítulo 5.

O grande crescimento potiguar neste período foi resultado da maior expansão do VTI de certas indústrias. Fizemos uma comparação entre o crescimento dos VTIs de nove¹⁰³ indústrias potiguares com os de suas congêneres de São Paulo e do Brasil para o período 1939-59. Em 7 indústrias, o Rio Grande do Norte teve maior crescimento do Valor da Transformação Industrial do que São Paulo e Brasil. Por ordem decrescente, foram as seguintes: a indústria do vestuário, de minerais não-metálicos, de alimentos, editorial e gráfica, de couros e peles, de madeira e a têxtil. Apenas o crescimento das indústrias de metalurgia e bebidas esteve abaixo do crescimento das congêneres de São Paulo e do Brasil. Esse destaque potiguar não tem outra explicação senão sua reduzida base industrial anterior ao crescimento, isto é, os gêneros industriais apontados anteriormente, que cresceram mais do que os do país e de São Paulo eram, neste últimos territórios, bem mais desenvolvidos e, por essa razão, cresceram menos.

Outras indústrias (como mobiliário, material de transporte, borracha etc.) que, até então, não existiam no estado, passaram, a partir de 1959, a contribuir para formação de um maior VTI. Tudo isso somou para uma elevada taxa de crescimento entre 1939 e 1959. Entre 1939 e 1970, a indústria de transformação do estado ainda continuou preservando uma alta taxa média de crescimento anual (7,3%), bem acima da nordestina (5,9%).

Tabela 14 - Taxa de Crescimento Anual da Indústria de Transformação em % de Valor – 1919-1970

RGs e UFs	1919/39	1939/59	1959/70	1939/70
NE	3,7	6,1	5,6	5,9
RN	0,6*	9,1	4,8	7,3
SP	7,0	8,5	7,8	9,5
BR	5,7	8,7	7,3	8,1

FONTE: Cano (2008), Mimeo.

*Taxa calculada pelo autor com base no peso do Valor da Transformação Industrial (VTI) do Rio Grande do Norte no VTI do Nordeste e nos índices de incremento da produção do Nordeste (1919/1939) calculados por Cano (2008, Mimeo.)

¹⁰³ Adverte-se que essa amostra de nove indústrias foi tomada devido ao fato de que contemplava as indústrias mais representativas para o Rio Grande do Norte em ambos os anos censitários. Outras, que passaram a ter importância no VTI do estado apenas em 1959 e que não existiam no ano de 1939 não foram incluídas na amostra.

Nas páginas anteriores, enfatizamos a análise do Setor de Transformação do Rio Grande do Norte e de boa parte dos estados do Nordeste em relação à região. Vejamos, em poucas linhas, este mesmo movimento em relação ao país. Para tanto, nos apoiaremos nas informações contidas na Tabela 15. A intenção é contrastar a participação relativa do Rio Grande do Norte *vis-à-vis* às de seus principais concorrentes regionais no mercado nacional.

Assim, pode-se começar atentando para o fato de que a maioria dos estados do Nordeste teve participação decrescente no período 1939-1970. As exceções foram a Bahia (que aumentou sua participação no VTI do Brasil entre 1939 e 1959), e o Ceará (que embora muito pequeno, manteve praticamente constante sua participação entre 1939 e 1959 e a aumentou em 1970). Observa-se que, com exceção desse último estado e do Piauí, os demais tiveram quedas em suas participações no VTI entre 1959 e 1970. O Rio Grande do Norte manteve uma participação abaixo de 0,5% no período de 1939 a 1959, caindo ainda mais em 1970 para 0,3%. Quanto à totalidade do período (1939-1970), os estados nordestinos que conseguiram as maiores participações no VTI do Brasil foram Pernambuco e Bahia. Todavia, embora tenha assegurado participação muito baixa no VTI do Brasil, o Rio Grande do Norte ainda esteve à frente do Piauí e do Maranhão (entre 1939 e 1970) e, em 1970, um pouco acima de Sergipe (Tabela 15).

TABELA 15 – Participação Relativa de UFs Selecionadas e Região Nordeste no Valor da Transformação Industrial do Brasil – 1939-1970 –

UFs, RG E BR	1939	1949	1959	1970
	VTI	VTI	VTI	VTI
NE	10,2	9,0	7,6	5,8
MA	0,3	0,3	0,3	0,2
PI	0,1	0,1	0,1	0,1
CE	0,5	0,6	0,6	0,7
RN	0,4	0,4	0,4	0,3
PB	0,9	0,9	0,6	0,3
PE	4,9	4,1	2,6	2,0
AL	1,1	0,8	0,5	0,4
SE	0,6	0,4	0,2	0,1
BA	1,4	1,5	2,4	1,5
OUTROS	79,6	82,0	84,8	88,5
BR	100	100	100	100

FONTE: IBGE – Censo Industrial – Vários Anos. Elaboração Própria.

Logo, apesar das fragilidades da economia potiguar, a mesma ingressou na fase da industrialização pesada sustentando taxas médias de crescimento anual do PIB positivas, tanto na agropecuária (6%) quanto na indústria (4,7%), no período de 1939 a 1959. O PIB estadual teve um crescimento extraordinariamente alto, entre estes dois últimos anos, de mais de 178%. De 1959 a 1970 – período de plena industrialização pesada – o PIB industrial continuou se expandindo à taxa de 8,4% a.a., comprovando que os esforços conjuntos da SUDENE e do governo do estado haviam surtido efeitos magníficos no desenvolvimento industrial potiguar. Contudo, a agropecuária experimentou, no mesmo período, uma taxa média de -4,7% a.a. Esse indicador negativo pode ser atribuído à diminuição da área plantada em relação ao período anterior e à seca que, a partir do último triênio de 1969, começou a ocasionar perdas de safras.

Considerando o ano de 1939 como ano base (100), pode-se perceber o quanto o Setor de Transformação Industrial do Rio Grande do Norte foi ampliado. Observe-se, na Tabela 16, que seu crescimento foi, significativamente, superior ao da Região Nordeste na totalidade do

período. Porém, esse espetacular crescimento não foi suficiente para criar, no Rio Grande do Norte, uma dinâmica industrial interna capaz de mobilizar o conjunto de sua economia, devido, sobretudo, ao padrão industrial que historicamente foi instalado no estado com fortes bases em setores tradicionais, de baixo nível tecnológico – em relação ao parque industrial regional e especificamente nacional – e de baixa capacidade de interação intra e intersetorial.

**Tabela 16 - Rio Grande do Norte:
Crescimento do VTI da Indústria de
Transformação no Período de 1939-
1970**

UF-RG	1939	1959	1970
NE	100	327	597
RN	100	571	888

FONTE: Cano (2008). Mimeo.

Como toda economia subdesenvolvida, é um dado histórico o grande peso do setor primário na formação do PIB estadual. Porém, na Tabela 17, pode-se observar que, a partir de 1959, o setor industrial entrou em um longo período de aumento do seu peso na composição do PIB estadual (com destaque para as indústrias de transformação) contra quedas bruscas, no mesmo período, do setor agropecuário. Assim, essas informações quantitativas corroboram as informações anteriormente abordadas quanto ao fato de que, no período da industrialização pesada, o Rio Grande do Norte passou por grandes transformações no que tange ao aprofundamento de sua industrialização complementar. Também, acompanhando uma tendência nacional, o setor de serviços potiguar foi o maior “absorvedor” das crises estruturais da economia do estado, questão que será abordada adiante.

Tabela 17 - Rio Grande do Norte - Estrutura Produtiva do PIB Setorial e Subsetorial no Período de 1939 a 1980 (%)

Setor e Subsetores Econômicos	Anos				
	1939	1949	1959	1970	1980
Agropecuária	40,71	47,19	46,70	18,68	12,57
Indústria	11,44	9,49	10,22	16,71	35,15
Serv. de Util. Pública	-	-	-	-	-
Const. Civil	-	-	-	-	-
Ind. Extrativa Mineral	4,8	3,81	2,88	5,32	3,81
Ind. de Transformação	5,70	5,70	7,34	11,38	5,70
Serviços	52,14	37,67	43,08	64,62	52,28

FONTE: IPEADATA/IBGE. Elaboração Própria.

Como se pode observar, a economia do Rio Grande do Norte cresceu, significativamente, na totalidade do período, apesar de sua produção caudatária e complementar, evidenciando que a mesma foi muito mais beneficiada pelos *efeitos de estímulos* – provenientes do pólo – do que prejudicada pelos *efeitos de bloqueios*¹⁰⁴, em que pese esses últimos serem grandes contribuidores para a falta de maior encadeamento entre os diferentes setores produtivos do estado.

2.3. Articulação comercial e integração produtiva do Rio Grande do Norte: algumas considerações sobre o comércio potiguar na segunda metade da década de 1930, na década de 1940 e do período 1975-1999

Já é por demais sabido o relativo isolamento a que estiveram submetidas as regiões brasileiras antes da Segunda Guerra Mundial, bem como a intensificação das articulações interregionais que prevaleceram a partir da década de 1950 por meio do comércio

¹⁰⁴ Cano (1988b, 1998) já havia comprovado que os efeitos de estímulos provenientes do crescimento da economia nacional, sobretudo, de São Paulo, foram superiores aos de bloqueios, o que criou diversas oportunidades de integração para a periferia.

interestadual, por vias internas. Uma das justificativas para aquele estado de coisas era a falta de infra-estrutura, notadamente em estradas, que só veio a ser construída na década de 1950. As décadas pretéritas – como será demonstrado ainda neste tópico através da análise de alguns anos da década de 1930 – tinham na cabotagem a principal forma de circulação das mercadorias¹⁰⁵. Essa modalidade de comércio perdeu cada vez mais espaço para a circulação por meio rodoviário. Para Galvão (1993), a cabotagem tanto a fluvial quanto a costeira incorria em grande aumento dos custos das mercadorias devido, sobretudo, às condições técnicas das embarcações nacionais. Por essa razão, o processo de integração nacional foi mais intenso a partir da década de 1950.

A falta de infra-estrutura básica (navegação, estradas de rodagem, veículos etc.) foi o fator que mais contribuiu para a incipiente integração econômica de determinadas regiões e estados no Brasil. No Rio Grande do Norte, como no conjunto do país, os altos custos da cabotagem, que no estado foi preponderantemente costeira, e as limitações técnicas e tecnológicas da frota nacional fortaleciam as dúvidas quanto à eficácia desse tipo de transporte para a integração do mercado estadual ao nacional. Todavia, e a despeito dessas limitações, foi a partir da cabotagem costeira que o Rio Grande do Norte foi “acionado” a fazer parte do processo de integração nacional. Primeiro, regionalmente, integrou-se às atividades comerciais, preponderantemente com seus vizinhos. Com base em algumas informações quantitativas capturadas do Anuário Estatístico do Brasil (1939/1940), pode-se obter uma idéia, ainda que significativamente primária, sobre o comércio potiguar e os primeiros passos rumo à integração do seu mercado à economia nacional nas décadas vindouras¹⁰⁶.

Em primeiro lugar, devemos observar que, de fato, confere a informação da supremacia do comércio por cabotagem em relação ao praticado por vias internas. No período

¹⁰⁵ Antes de 1950, “a cabotagem era o único sistema de transporte de caráter verdadeiramente nacional no Brasil e, em muitos casos, a única modalidade de comunicação existente entre as regiões.” (GALVÃO, 1993, p. 257).

¹⁰⁶ Chama-se a atenção para a precariedade das informações sobre comércio no Brasil nas décadas de 1930, 1950 e 1960. Galvão (1993) fez várias justificativas em seu trabalho explicando os problemas de se trabalhar com essas estatísticas. Para o Rio Grande do Norte, no que diz respeito à década de 1930, apenas para o ano de 1939 foi possível obter algumas informações sobre as quantidades (ton.) e os valores (em contos de réis) dos produtos comercializados (exportados e importados) por vias internas, mas não há informação quanto ao destino das exportações ou a proveniência das importações o que torna a análise demasiadamente frágil. Quanto ao comércio por cabotagem, há informações para os anos de 1937, 1938 e 1939, o que fortalece os argumentos de que esta foi o tipo de transporte preponderante antes da década de 1950. Também, para esta modalidade, as deficiências das informações são as mesmas apresentadas pelas vias internas.

de 1937 a 1939, mercadorias como café em grão, cerveja, charutos e cigarros, charque, farinha de mandioca, farinha de trigo, feijão preto e de cores, ferro e aço, fósforo, madeiras, manteiga, produtos químicos e farmacêuticos e tecidos de algodão foram importadas pelo Rio Grande do Norte por cabotagem. Além dessas, o estado importou, por vias internas, açúcar, algodão em fio, farinha de mandioca, farinha de trigo e tecidos de algodão.

Quanto às suas exportações, ainda com base nas informações do documento supracitado, também vigorou o transporte por cabotagem. Foram exportadas 859.367 ton.: 819.955 ton. de sal e 39.412 ton. de algodão em rama, totalizando em conjunto uma soma de 195.401 Contos de Réis (que correspondia a aproximadamente US\$ 11.102,33¹⁰⁷), contra 9.389 ton. exportadas por vias internas, que era igual a 717 Contos de Réis ou US\$ 40,74, ou seja, menos de 0,5% do valor em moeda nacional alcançado pelas exportações por cabotagem.

Nas exportações de algodão em rama (por cabotagem), o Rio Grande do Norte foi superado apenas pela Paraíba que na totalidade do período, 1937 a 1939, exportou 51.370 ton. No ano de 1937, o Rio Grande do Norte teve uma participação de 31,4% no valor total das exportações do algodão em rama¹⁰⁸. Em 1938, sua participação atingiu 47,2% e, em seguida, no ano de 1939, caiu para 30,4%. Apesar dessa queda, manteve-se como o segundo maior exportador de algodão em rama do período.

Foi o maior exportador de sal atingindo um valor de 37.138 Contos de Réis (US\$ 2.110,11), seguido de perto pelo Rio de Janeiro que alcançou um valor de 32.823 Contos de Réis (US\$ 1.864,94). É relevante registrar que o Rio de Janeiro *vis-à-vis* o Rio Grande do Norte mantém uma vantagem relativa dado que suas quantidades exportadas são bem menores do que as potiguares, mas os valores atingidos por suas exportações são relativamente maiores¹⁰⁹. Ainda quanto à exportação de sal comum é flagrante a participação de mais dois estados nordestinos, Ceará e Sergipe. Este último estado, inclusive, chegou a registrar maior

¹⁰⁷ A taxa de câmbio utilizada (moeda nacional/dólar norte-americano) foi obtida a partir da média ponderada das taxas de câmbio de 1937 (16,0), 1938 (17,6) e 1939 (19,2) conforme calculadas por Abreu (ABREU apud IBGE – ESTATÍSTICAS DO SÉCULO XX, Tabela N°. 10), disponível no site do IBGE.

¹⁰⁸ De acordo com o Anuário Estatístico do Brasil (1939-1940, p. 439) encontram-se registrados como exportadores de algodão em rama, neste período, os seguintes estados: “Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, São Paulo e outros.”. São Paulo foi o estado que menos exportou algodão (entre 1937 e 1939) dado este não ser o principal produto de sua agricultura, que era o café.

¹⁰⁹ Ou seja, em toneladas o Rio de Janeiro exportou o equivalente a apenas 16,1% das exportações potiguares, porém suas exportações de sal atingiram 88,4% do valor das exportações do Rio Grande do Norte no período analisado.

participação na exportação de sal quando comparado ao Rio Grande do Norte, no ano de 1939.

Observando mais atentamente o Anuário Estatístico do Brasil de 1939-1940, percebe-se que o sal potiguar no ano de 1939, por exemplo, participou apenas com 5,3% do valor total das exportações do produto, naquele ano, registrando uma participação bem inferior a dos demais estados tais como: São Paulo (56,2%), Espírito Santo (10,2%), Sergipe (9,5%), Paraná (7,8%) e, por incrível que possa parecer, de Minas Gerais (5,5%).

Chamam a atenção os casos de Minas Gerais, Paraná e Espírito Santo (este último foi mais surpreendente), pois embora tivessem exportado menores quantidades, se comparados ao Rio Grande do Norte, obtiveram melhores resultados quanto aos montantes em valor. Vejamos o Espírito Santo que exportou menos da metade da exportação potiguar – foram respectivamente: 3.624 ton. e 8.995 ton. – sendo que teve uma participação relativa no valor total exportado, no ano de 1939, por vias internas, significativamente maior do que o Rio Grande do Norte. Isso pode ter ocorrido devido a um melhor processo de beneficiamento do produto ou mesmo devido à manipulação dos estoques do mesmo. O Anuário Estatístico não deixa claro, mas deve-se tratar de sal refinado.

Quanto às exportações de tecidos de algodão, percebemos, também, certa debilidade das exportações potiguares. O Rio Grande do Norte era o produtor do melhor algodão nacional – o tipo mocó de fibra longa e mais resistente –, mas foi incapaz de elevar sua produção e produtividade ou, a partir deste produto, como já mencionado, não conseguiu dar apoio para que se implantasse uma indústria têxtil também competitiva. A baixa produtividade da indústria têxtil potiguar em relação à indústria do Sudeste foi, nesse caso, um problema a mais para a consolidação, ainda nos anos de 1930, de uma indústria têxtil estadual mais competitiva.

Deve ser enfatizado que no ano em análise (1939), o Rio Grande do Norte foi o estado que menores quantidades de tecido exportou, registrando apenas 0,02% do total do valor exportado pelo conjunto dos estados que compõem o referido documento. As mercadorias que foram exportadas pelo Rio Grande do Norte no ano de 1939 totalizaram apenas 717 Contos de

Réis¹¹⁰, o equivalente a apenas 0,1% do valor total (617.879 Contos de Réis) dos produtos exportados naquele ano. Se compararmos os valores dos mesmos produtos exportados por outras unidades da região ou mesmo da federação, veremos que as exportações cearenses alcançaram o seguinte valor: 1.746 Contos de Réis (0,3%); a Bahia 3.997 (0,7%); a Paraíba atingiu o valor de 6.013 Contos de Réis (1,0%); e Pernambuco, 39.473 Contos de Réis (6,4%). Os mesmos produtos exportados por São Paulo totalizaram um valor de 280.968 Contos de Réis. Foi o estado com maior participação relativa: 45,5%.

Deve-se observar ainda que não há, para o Rio Grande do Norte, no Anuário Estatístico do Brasil (1939/1940), registros de produtos que historicamente estiveram ligados às matérias-primas produzidas no estado, como o gado e o algodão. Em relação à primeira, sobressaem-se os seguintes produtos: charque, calçados de couro e couros e peles. No que tange a segunda, são os casos do algodão em fio e em pluma. Deve-se instar que tais produtos já eram produzidos no Rio Grande do Norte. Todavia, para o ano em análise (1939) suas exportações não foram expressivas a ponto de figurarem entre as exportações dos principais produtos quando analisada a totalidade dos mesmos. Ou seja, a contínua produção das mercadorias que justificaram a ocupação do interior do estado e de parte da dinâmica produtiva urbana, no caso a produção têxtil, não fez do Rio Grande do Norte sequer um forte produtor regional daqueles produtos.

Quanto às importações, deve-se atentar para o fato de que o Rio Grande do Norte importou um valor de 12.896 Contos de Réis, incorrendo dessa forma, num déficit comercial, em 1939, de 12.179 Conto de Réis, relacionado, obviamente, aos principais produtos expostos no Anuário Estatístico que dizem respeito ao comércio interestadual por vias internas. A baixa participação relativa do Rio Grande do Norte no total do valor das importações por vias internas do algodão em fio, que foi apenas de 3,6%, e do tecido de algodão, que foi de 2,4%, leva-nos à certeza de que era realmente de pequena expressão sua produção manufatureira (têxtil) uma vez que estados como Paraíba, Pernambuco e Alagoas, por exemplo, tinham maior participação relativa no valor total importado daqueles produtos¹¹¹.

¹¹⁰ Atente-se para o fato que se refere às exportações dos principais produtos exportados em 1939. Se for somado o total das exportações do estado, isto é, sem a priorização dos principais produtos, o resultado da soma é de 5.360:790\$.

¹¹¹ O que se quer dizer é que fios e tecidos de algodão são, preponderantemente, matéria-prima para demais ramos do setor têxtil e de confecções. Ou seja, as quantidades e os valores importados – pois se trata do final da

Apenas de passagem, embora não seja possível avaliar com exatidão – pelos motivos já expostos acima –, se os produtos exportados e importados pelo Rio Grande do Norte são preponderantemente produzidos na própria região, é possível inferir que a integração do estado foi maior com a Região Nordeste do que com os estados de outras regiões do país como, por exemplo, São Paulo que já havia se afirmado como o mais industrializado do país. Essa hipótese pode ser comprovada pela análise que fizemos sobre o comércio interestadual potiguar de 1942 a 1949 disponível no Anuário Estatístico do Brasil.

Tabela 18 – Comércio Interestadual do Rio Grande do Norte (por vias internas) com UFs Seleccionadas de 1942 a 1949 (Em % do Valor)

UF	1942		1943		1944		1945		1946		1947		1948		1949	
	Ex	Im	Ex	Im	Ex	Im	Ex	Im	Ex	Im	Ex	Im	Ex	Im	Ex	Im
AM	-	-	-	-	0,1	-	-	-	0,1	0,1	0,4	-	-	-	0,1	-
PA	-	-	-	0,0	0,2	0,0	-	0,0	0,7	0,0	0,9	-	0,3	0,0	0,02	0,01
MA	0,2	0,0	0,2	-	0,3	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1	0,02	0,12	0,0	0,2	0,04
PI	1,3	0,2	1,2	0,0	1,0	0,0	0,5	0,1	0,9	0,0	0,7	0,02	0,6	0,0	1,4	0,1
CE	13,7	5,5	19,0	10,7	22,0	16	9,1	9,3	8,3	11,9	6,9	13,1	13,4	21	10,3	13,1
PB	56,6	15	31,0	16,7	32,0	23	39,4	29	56,5	31,4	43,5	23,9	40,4	24	39,8	29,2
PE	27,3	75	47,0	63,1	39,0	53	48,3	52	32,2	50,2	45,2	56,6	39,2	49	41,8	49,4
AL	0,9	0,3	0,5	1,4	4,6	1,4	2,1	0,9	0,6	0,7	1,7	1,1	4,2	1,3	4,2	1,3
SE	-	0,7	0,9	0,8	0,0	0,7	0,4	3,3	0,0	1,9	0,0	1,3	0,01	0,6	0,01	1,4
BA	-	0,5	0,1	0,8	0,7	0,8	0,1	0,7	0,5	0,5	0,6	0,6	1,4	0,0	1,9	0,1
ES	-	-	-	-	-	-	-	0,1	-	0,0	-	0,06	-	-	-	-
MG	-	0,0	-	0,2	-	0,2	-	0,3	-	0,2	0,0	0,23	0,0	0,2	-	0,2
RJ	-	-	-	0,6	-	0,8	-	0,8	0,0	0,7	-	0,89	-	1,3	-	0,9
SC	-	0,1	-	0,1	-	0,1	-	0,2	-	0,1	-	0,07	-	0,0	-	0,01
PR	-	-	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,05	-	0,0	-	0,02
RS	-	-	-	0,0	-	0,0	-	0,1	-	0,1	-	0,09	-	0,2	-	0,2
GO	-	-	-	0,0	-	-	-	0,0	-	-	-	-	-	-	-	-
DF	-	2,9	-	5,4	-	4,2	-	3,4	-	2	0,0	1,9	0,4	3,5	-	4,1
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil - Vários Anos. Elaboração Própria.

década de 1930, onde a indústria têxtil era a expressão de algumas economias regionais – servem como indicadores comparativos do sucesso da industrialização de alguns estados. Fora da região Nordeste, pode-se citar o caso de São Paulo que, naquele tempo, já era o maior produtor de têxteis e registrava uma elevada participação relativa na importação de tecido de algodão: 11,2% do valor total.

Observe-se que as relações comerciais potiguares estão concentradas com os estados de Pernambuco, Paraíba e Ceará, seus maiores importadores e exportadores. Para a totalidade do período, Pernambuco foi o estado para onde o Rio Grande do Norte mais exportou mercadorias, com destaque, em valor, para o ano de 1945, quando 48,3% das exportações potiguares tiveram aquele mercado como destino. Pernambuco também foi o estado do qual Rio Grande do Norte mais importou destacando-se o ano de 1942 quando do total do valor importado pela economia potiguar 74,5% era proveniente do estado de Pernambuco.

A Paraíba ocupava a segunda posição como parceira comercial potiguar no período analisado. Nos anos de 1942 e 1943 absorveu, respectivamente, 56,6% e 56,5% das exportações do Rio Grande do Norte. Para o restante do período, manteve-se absorvendo deste último, em média, mais de 30% do seu valor exportado. Em seguida, destaca-se o Ceará. Com esse estado o Rio Grande do Norte praticou relações comerciais bem mais brandas quando comparadas às realizadas com Pernambuco e Paraíba.

É importante, ainda, verificar que, de 1942 a 1944, o Rio Grande do Norte exportou mais para o Ceará do que importou, com destaque para 1944 com 21,5% do total de suas exportações para aquele estado. Essa situação foi revertida a partir de 1945 quando observa-se que os percentuais de valores importados pelo Rio Grande do Norte, provenientes do Ceará, superaram os percentuais exportados pela economia potiguar para este último.

Com os demais estados da região o intercâmbio comercial do Rio Grande do Norte não teve expressividade alguma. Situação essa que se repete para o comércio com a região Norte (Amazonas e Pará), Oeste (Distrito Federal e Goiás), Sudeste (Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro) e Sul, em sua totalidade. Desses estados, chama a atenção o Distrito Federal que, para a totalidade do período, manteve um vínculo comercial com o Rio Grande do Norte maior do que o Maranhão, Piauí, Sergipe e Bahia. No ano de 1943, 5,4% das importações do Rio Grande do Norte tinham como procedência o Distrito Federal. Outros dois anos de destaque são respectivamente: 1944, com 4,2%, e 1949, com 4,1%.

Apesar do incipiente intercâmbio com as demais regiões do país, é possível afirmar que o Rio Grande do Norte, ao avançar da década de 1940, estava articulado à economia nacional. Chama a atenção, contudo, o fato de não se encontrar registro, no Anuário Estatístico para a década de 1940, de relações comerciais do Rio Grande do Norte com São

Paulo, maior importador e exportador nacional. Essa relação contudo se modificaria significativamente a partir das décadas seguintes, como será exposto adiante.

De início, vale a ressalva de que não foram encontrados dados de comércio potiguar interestadual para as décadas de 1950 e 1960 pelos motivos já explicados anteriormente. Todavia, as informações que se pode extrair da Tabela 19 comprovam que o Rio Grande do Norte aprofundou de forma significativa sua relação comercial com a região Sudeste e, nela, com o estado de São Paulo no período de 1975-1999.

Em primeiro lugar, é necesario dizer que o Sudeste é a segunda região de maior participação no comércio potiguar. Observe-se que em média aproximadamente 40% do total das vendas do Rio Grande do Norte tiveram como destino aquela região, com destaque para o ano de 1999 quando o Sudeste obteve uma participação de 55,6% nas vendas do Rio Grande do Norte. Foi dessa região, também, a maior participação relativa nas compras efetuadas pelo Rio Grande do Norte no período, maior inclusive do que a participação relativa da região Nordeste no total de compras norte-riograndenses, com destaque para o ano de 1975 quando 51,2% das compras do Rio Grande do Norte tiveram como origen a região Sudeste.

TABELA 19: RN - Comércio Inter-regional: Participação Relativa Das Regiões e UFs Seleccionadas No Comércio Inter-regional potiguar de 1975 a 1985 (% de valor)

Regiões e UFs	VENDAS				COMPRAS			
	1975	1980	1985	1999	1975	1980	1985	1999
NO	2,4	3,4	4,8	2,2	0,2	1,0	1,3	3,7
CO	3,1	1,5	1,1	2,0	0,2	0,8	0,7	5,0
SU	9,1	14,7	10,1	7,0	5,7	8,2	10,2	8,9
PR	3,8	2,6	4,3	2,3	0,6	1,7	2,4	3,4
SC	2,1	3,3	2,5	2,7	1,3	2,3	4,7	3,0
RS	3,2	8,8	3,4	2,0	3,8	4,2	3,1	2,4
SE	36,7	40,5	26,0	55,6	51,2	44,6	46,1	42,8
RJ	5,1	7,7	3,7	3,7	10,1	8,4	7,4	5,5
ES	1,0	1,1	0,6	1,0	1,1	0,6	0,9	1,4
SP	27,2	28,0	19,4	47,9	37,5	32,0	32,5	31,5
MG	3,6	3,6	2,3	3,0	2,4	3,6	5,3	4,4
NE	48,7	39,9	58,0	33,2	42,7	45,4	41,7	39,8
MA	1,9	1,1	1,7	-	0,1	0,4	0,6	-
PI	2,3	1,7	0,9	0,9	0,0	0,3	0,1	0,1
CE	10,1	12,7	9,7	9,5	7,7	9,4	8,1	13,3
PB	10,1	7,9	4,1	6,9	10,4	10,0	3,6	7,6
PE	14,0	10,6	5,9	5,6	22,3	20,3	22,9	12,1
AL	2,1	1,0	0,6	0,5	0,5	0,4	0,4	0,2
SE	1,6	0,8	0,5	1,2	0,1	0,4	0,2	0,5
BA	6,6	4,2	34,5	8,7	1,5	4,1	5,8	6,1
TOTAL	100,0							

FONTE: Revista de Finanças Públicas – Vários Números. Dados Correspondentes às Operações Globais. Elaboração Própria.

Nota: A coluna referente ao ano de 1999 foi construída com base nas informações quantitativas subtraídas de Vasconcelos (2001).

Na Região Sudeste e no Brasil, São Paulo foi o estado com maior participação relativa no valor total das vendas norte-riograndenses, com destaque para o ano de 1999, que foi de 47,9% daquelas. A participação relativa de São Paulo no valor das compras do Rio Grande do Norte também foi maior do que a do restante dos estados brasileiros, destacando-se o ano de 1975 com 37,5%.

Apesar do aprofundamento das relações comerciais com São Paulo, a região Nordeste continuou sendo, no período, a maior parceira comercial do Rio Grande do Norte. No ano de 1985, obteve uma participação relativa no valor total vendido por aquele estado de 33,2%.

Embora também tivesse mantido alta participação relativa no valor das compras do Rio Grande do Norte, essa foi, em média, menor do que a participação da região Sudeste. Nesse aspecto em particular, destaca-se o ano de 1980 quando 45,4% do valor das compras do Rio Grande do Norte teve origem na própria região.

No Nordeste, Ceará, Paraíba e Pernambuco continuaram a ser os principais parceiros do Rio Grande do Norte, como antes. Com relação à participação no valor das vendas potiguares, destaca-se o estado do Ceará que obteve, em média, a maior participação relativa: 10,5%. Porém, em relação a participação relativa no valor das compras do Rio Grande do Norte, destaca-se o estado de Pernambuco que, em média, foi de aproximadamente 19,5% no período.

Com relação às regiões Norte, Centro-Oeste e Sul, que também mantinham incipientes relações comerciais com o Rio Grande do Norte (ver Tabela 19), passaram a aprofundá-las no período em pauta, mas com participações ainda muito pequena no comércio potiguar. Dessas regiões, a Sul foi a que se apresentou mais próxima do Rio Grande do Norte no período de 1975-1999. Obteve uma participação de 8,3% no valor total das compras do Rio Grande do Norte e acima de 10% nas vendas.

Deriva-se disso que a relação econômica do Rio Grande do Norte com o pólo do sistema capitalista nacional fora demasiadamente aprofundada ao passo que continuou a manter fortes relações comerciais com sua região de origem, a região Nordeste. Diferentemente da fase da industrialização restringida, nesse novo período (1975-1999), o Rio Grande do Norte passou a ter como maior parceira comercial a economia paulista, desbancando assim a supremacia secular dos parceiros nordestinos (Paraíba, Ceará e Pernambuco).

Por fim, observando o fluxo comercial apenas quanto ao ano de 1999, e quanto ao fluxo comercial do Rio Grande do Norte com as grandes regiões do país, percebemos que o estado só obteve saldo positivo no comércio interestadual realizado com a região Sudeste. No comércio com os estados da região Nordeste, obteve saldos comerciais positivos em relação à Bahia e aos estados de Sergipe, do Piauí e de Alagoas no ano de 1999. Já em relação aos estados da Paraíba, Ceará e Pernambuco, obteve saldo líquido negativo (Tabela 19).

No comércio com os estados da região Sudeste, obteve saldo positivo apenas na relação comercial com o estado de São Paulo. Esse saldo foi equivalente a 16,4% do valor

líquido transacionado pelos dois estados. Valor bastante significativo, dado que o saldo líquido negativo do comércio do Rio Grande do Norte com os demais estados do Sudeste foi de apenas -4,0%. Esses números reforçam a continuidade de certa integração da economia potiguar com a economia de São Paulo, ou seja, São Paulo permanece, com sua demanda, acionando o Rio Grande do Norte, pois mesmo nos períodos em que os saldos comerciais do Rio Grande do Norte com São Paulo foram negativos para o Rio Grande do Norte, foi a economia paulista seu maior demandador de mercadorias superior, em muitos anos, inclusive, ao conjunto da região Nordeste.

Todavia, o que interessa é observar quais foram os efeitos desse processo de integração no desenvolvimento econômico do estado do Rio Grande do Norte e, em particular, em seu processo de industrialização mais recente. Nesse sentido, o próximo capítulo tem a pretensão de resgatar alguns fatos de âmbito nacional que contribuíram para a determinação do caminho “escolhido” para se continuar industrializando o estado.

CAPÍTULO 3 – OS EFEITOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO INCENTIVADA E DO SEGUNDO PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOBRE A ECONOMIA NORTE-RIOGRANDENSE: 1970-2006

No capítulo anterior, realizamos uma análise setorial da economia potiguar. Neste capítulo, o objetivo principal é enfatizar a importância das políticas públicas para o desenvolvimento econômico do Nordeste, em geral, e do Rio Grande do Norte, em particular, bem como os resultados das políticas de desenvolvimento quanto ao sucesso da industrialização do Rio Grande do Norte.

Procuramos deixar claro que a SUDENE teve papel decisivo para o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Norte e aprofundamos a análise de algumas atividades econômicas que surgiram, ou foram modernizadas, no estado, com o seu apoio fiscal¹¹². Também, neste capítulo, será analisada a implantação de algumas atividades produtivas, como a do petróleo, que ocorreram sob as iniciativas do segundo Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico (II PND) bem como algumas transformações econômicas mais recentes que surgiram na economia potiguar.

Assim, como discutimos no capítulo anterior, embora fosse possível enxergar a integração produtiva do Nordeste bem antes da década de 1970, no Rio Grande do Norte, até esta década, sua integração produtiva foi demasiadamente incipiente dado, por um lado, o baixo grau de desenvolvimento de suas forças produtivas nos macro setores econômicos (indústria e agricultura) – que não o permitiu contrapor-se à concorrência dos estados maiores, bem como da região Sudeste – e, por outro lado, devido ao efeito de “bloqueio ou inibição”.

Dessa forma, pode-se inferir que a integração econômica potiguar esteve preponderantemente condicionada pela produção de bens tradicionais como já exposto.

¹¹² Há um sem-número de trabalhos que versam sobre a importância da SUDENE para o desenvolvimento do Nordeste. Acima, muitos já foram citados. Acrescentamos, portanto, o trabalho de Paiva Filho e Garcia (1983) que, além de ressaltarem a importância da SUDENE para a região, estudam sua importância específica para o Rio Grande do Norte.

Também, há de se ter em conta que, se por um lado a atuação da SUDENE no estado aprofundou a especialização industrial, isto é, a industrialização do tipo tradicional, por outro lado, também é verdade que foi de grande importância para que os pequenos estados – como o Rio Grande do Norte – continuassem a fazer parte do processo de desenvolvimento econômico nacional.

Assim, emerge como objetivo deste tópico, responder a seguinte questão: o que de fato mudou no Rio Grande do Norte com a intervenção da SUDENE? Modernização industrial? Crescimento econômico? Aumento do número de empregos? Fortalecimento do capital produtivo industrial local? Crescimento econômico e complementaridade regional/nacional? Essas são algumas das questões que virão à tona no desenvolvimento desta seção.

3.1. A contribuição da SUDENE à industrialização do Nordeste e do Rio Grande do Norte

Como já observado anteriormente, partimos do entendimento de que, para a SUDENE, tratava-se de levar à região Nordeste as condições instrumentais que sustentassem seu desenvolvimento. Tais instrumentos foram, fundamentalmente, os incentivos fiscais e financeiros colocados em prática pela instituição na região. Por esta via, a SUDENE levou ao Nordeste a “mola propulsora” do desenvolvimento capitalista, sem a qual não há acumulação: o dinheiro, na forma de financiamento¹¹³.

Com o passar dos anos, outras iniciativas foram somadas àqueles instrumentos como, por exemplo, os financiamentos provenientes de outras instituições (como BNDES, BNB, e demais instituições, inclusive internacionais) e alguns Programas e incentivos elaborados pelos governos subnacionais¹¹⁴.

¹¹³ Sobre a importância dos investimentos produtivos para a acumulação capitalista numa perspectiva teórica, ver Keynes (1982) e Kalecki (1987).

¹¹⁴ Quando tratarmos, especificamente da década de 1990, o raciocínio sobre a importância de programas elaborados pelos próprios governos subnacionais será mais bem desenvolvido. Nesse ponto, trataremos especificamente do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte – PROADI.

Todavia, devemos nos ater ao fato de que no Nordeste, diferentemente da região de referência econômica nacional (Sudeste), os investimentos privados produtivos, para além do setor agrícola, não derivaram das potencialidades desse setor. Se considerarmos que o excedente agrícola é uma das formas de manifestação da capacidade de financiamento de outros setores da economia capitalista – o industrial, por exemplo – como historicamente tem ocorrido, podemos concluir que, no Nordeste e no Rio Grande do Norte, o desenvolvimento de um setor mais dinâmico – como o industrial – pouco poderia contar com os recursos financeiros dos seus incipientes setores agrícolas, devido ao baixo excedente produzido e pela concentração da terra e da renda. O contrário ocorreu no Sudeste do país¹¹⁵.

Apesar da existência de indústrias no Nordeste anteriores às ações da SUDENE, é fato que, como resultado de uma política de Estado voltada para impulsionar o desenvolvimento econômico regional, foi pelos agentes externos à região que fora gestado o setor secundário com a pretensão, exclusiva, de superar alguns percalços estruturais – como desemprego e concentração de renda – próprios do capitalismo, mas muito mais intensos em regiões subdesenvolvidas¹¹⁶. O fato é que, no período desenvolvimentista, a proposta de industrialização como forma de superação dos problemas dos desequilíbrios era uma “questão” nacional.

Após o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste¹¹⁷ ter chegado à conclusão de que o problema da região era estrutural – um misto de problemas naturais (precipitações pluviométricas) com outros eminentemente políticos e econômicos que se cristalizaram ao longo da formação econômica e social da região –, a saída pensada pelo

¹¹⁵ Mesmo no Sudeste, o posterior surgimento e dominação do setor industrial sobre o agrícola teve este último como primeira fonte de financiamento. Ou seja, o subsídio do setor agrícola ao industrial não ocorreu automaticamente. Também, naquela região, o Estado esteve organizando o desenvolvimento do setor industrial através de uma bateria de incentivos (políticas) ao seu êxito. Atente-se para o fato de que a política de industrialização foi induzida desde sempre pelo Estado que direcionou a agricultura para este fim. Ver em Fonseca (1989) como Getúlio Vargas organizou o processo de industrialização nacional privilegiando, através da manipulação da taxa de câmbio, ora as exportações do setor primário, ora as importações de bens de capital.

¹¹⁶ Obviamente que, antes da SUDENE, já existia na região a indústria tradicional (têxtil e de alimentos) e, também, indústrias mais “dinâmicas” como as dos subsetores mineral e química. “Em 1949, por ex. a composição do VTI da região registrava uma participação de 86,5% para os ramos tradicionais contra 13,5% para os ramos dinâmicos. Dentre os últimos destacam-se os gêneros de minerais não-metálicos e química (...)” (PAIVA FILHO; GARCIA, 1983, p. 18).

¹¹⁷ O documento formulado pelo GTDN tem como título “Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste”, consubstanciado em 1959. Todavia, o texto a que se faz referência neste capítulo é o mesmo, porém reeditado em Versiani e Barros (Org.) que data de 1978.

“Grupo” foi tentar eliminá-los via indução da industrialização autônoma da mesma¹¹⁸; deslocamento de parte da população da sub-região do semi-árido para os vales úmidos, atingindo o Norte do país via o estado do Maranhão (território onde foi colocado em prática projetos de colonização); implantação de projetos agroindustriais com irrigação nos vales úmidos e de um parque industrial com base nas riquezas minerais da região onde se poderia consorciar uma indústria química mais leve, aproveitando o potencial já existente, porém, até aquele momento explorado de forma incipiente.

Tal política foi possível através do uso de subsídio praticado pela União, por intermédio da SUDENE. Ou seja, a SUDENE administrou os fundos que serviram como atrativos ao capital privado em direção ao Nordeste. Assim, a instituição ampliou as possibilidades de uma taxa média de lucro mais ou menos próxima da obtida no pólo do sistema capitalista nacional. Mas, quais seriam as fontes desses incentivos fiscais e financeiros à industrialização da região? Em primeiro lugar, foram as deduções do imposto de renda e de adicionais das pessoas físicas e jurídicas de todo o país que estivessem dispostas a investir na região. Acrescente-se a essa fonte, o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) que também participou como agente financiador. A instituição estava apta a financiar até 50% do investimento total dos projetos aprovados pela SUDENE (GOODMAN; CAVALCANTE, 1974).

Tratava-se, em primeira mão, de subsidiar o capital privado nacional através do artigo 34 da Lei N°. 3.995¹¹⁹, de 14 de dezembro de 1961. Os recursos derivados desta fonte deveriam ser aplicados em projetos de criação de novas indústrias ou empreendimentos agroindustriais ou mesmo para ampliação e/ou reformulação de plantas produtivas já existentes.

Dois anos mais tarde, com a vigência do II Plano Diretor da SUDENE, foi permitido, a partir do Artigo 18 da Lei 4.239, de 27 de junho de 1963, que o capital estrangeiro passasse a

¹¹⁸ A política de industrialização deveria atender a três objetivos: criar emprego para a massa populacional flutuante; criar uma classe dirigente nova, de capitalistas industriais voltada para inversões “ininterruptas”; e represar, na região, os capitais formados em outras atividades econômicas que historicamente estiveram propensos à migração para mercados de maiores retornos (Cf. GTDN, 1978).

¹¹⁹ Essa lei criou o I Plano Diretor da SUDENE. Ver Furtado (1997) e, em Goodman e Albuquerque (1974), especificamente, o capítulo 8.

se beneficiar dos subsídios que antes só eram permitidos às empresas de capital nacional¹²⁰. Por um lado, esse artigo de fato permitiu um significativo aumento do fluxo de recursos para o Nordeste, no período de 1961 a 1971¹²¹, mas, por outro lado, restringiu sobremaneira uma das propostas iniciais da própria SUDENE: a de criar na região uma “nova” classe capitalista produtiva (“inovadora”), voltada para dinamização e modernização do seu setor industrial e, ao mesmo tempo, delegar a este último a impossível tarefa de ser autônomo, isto é, com dinâmica independente do pólo nacional¹²².

Registramos que a concentração de incentivos fiscais e financeiros na SUDENE sofreu um grande golpe a partir de 1964 com a instalação da ditadura militar¹²³. O fato é que o objetivo de fazer com que o Brasil atingisse o estágio de potência econômica fez com que os militares desconcentrassem os fundos, ampliando os mesmos direitos (dedução de até 50% dos recursos do imposto de renda e adicionais) às pessoas jurídicas dispostas a investir em outras regiões do país, através de um conjunto de incentivos setoriais.

Para atingir tais objetivos, foram criadas novas instituições e Programas de desenvolvimento específicos¹²⁴ que foram direcionados para os diversos setores da economia nacional. Ademais, nos anos de 1970 e 1971, tanto o Programa de Integração Nacional (PIN) quanto o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA) contribuíram, decisivamente, para subtrair frações significativas dos

¹²⁰ É extremamente comum se referir aos incentivos da SUDENE como apenas 34/18, sintetizando o que de fato significou cada um dos artigos das diferentes leis. Ver, por exemplo, Moreira (1979).

¹²¹ Referendando-se em Goodman e Albuquerque, Paiva Filho e Garcia (1983, p. 32) registram que “(...) os depósitos do 34/18, a preço de 1971, passaram de 88,1 milhões em 1963, para 224,7 milhões em 1964, 572,4 milhões em 1965, sendo sempre crescentes até o ano de 1971 (...)”. Ver esta problematização em Goodman e Albuquerque, especificamente, no capítulo 8.

¹²² Em um período onde a economia brasileira já estava dominada por uma estrutura de mercado oligopólica, a partir da região Sudeste, era uma batalha inócua tentar implantar no Nordeste uma estrutura industrial “autônoma” e independente da força do grande capital oligopolista com raízes em São Paulo. A crítica a esta postura encontra-se em Cano (2002). Sobre a estrutura oligopolista do mercado nacional ver, Tavares (1998a). Sobre os primeiros passos da formação da estrutura oligopólica no Brasil, ver Fernandes (1975).

¹²³ Apesar da mudança de percurso que o golpe militar impôs à SUDENE após 1964, sua prática fora preservada: tratava-se de continuar operando sobre o Nordeste com o intuito de contribuir para modificação do seu quadro de larga dependência econômica e de pobreza social.

¹²⁴ Tais Instituições, Programas e setores são, por exemplo: A Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), o Programa de Integração Nacional (PIN), o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA). Ver as propostas de cada Programa em Carvalho (2001).

recursos provenientes das deduções sobre o imposto de renda devido, destinadas ao Nordeste (GOODMAN; ALBUQUERQUE, 1974).

O percentual direcionado a cada Programa foi, respectivamente, de 30% e 20%, ou seja, na totalidade, 50% a menos de recursos para investimentos na industrialização da região.

A existência de outras opções para inversões produtivas subsidiadas fora do Nordeste provocou a dispersão – para outros territórios bem como para diversos setores¹²⁵ da economia nacional – dos montantes financeiros que antes tinham a região como destino. A partir do golpe militar, os recursos financeiros foram desviados para as regiões e setores que melhor respondessem às expectativas racionais do capital privado.

Por esse motivo, pode-se afirmar que todas as modificações institucionais afetaram de forma diferente o sistema de incentivos fiscais, prioritariamente elaborado com intuito de contribuir para a diminuição dos desequilíbrios regionais. Não é outra a conclusão de vários autores quando se referem a este fato. “Algumas delas [referem-se às modificações institucionais] afetaram o potencial do fluxo total de recursos, enquanto outras afetaram o fluxo de recursos disponíveis para a região Nordeste.” (PAIVA FILHO; GARCIA, 1983, p. 30).

Para Albuquerque e Cavalcante (1974) quando 50% dos recursos do 34/18 foram direcionados para investimentos nos Programas PIN e PROTERRA, ficou visível a fragilidade da SUDENE e a perda de sua capacidade de iniciativa. Os autores supracitados têm razão, porém, deve-se atentar para o fato de que a perda de metade dos incentivos da região ocorreu na década de 1970 – mais precisamente entre 1970 e 1972 –, ou seja, mais de meia década depois de instaurada a ditadura militar. Portanto, foi, em primeira instância, esta última, a maior responsável pelo declínio da importância da SUDENE enquanto instituição voltada para o desenvolvimento regional. Evidente que, os saques dos recursos do FINOR¹²⁶ e do 34/18 para atender a outros intentos aprofundou a fragilidade da mesma dada sua incapacidade, dentre outras, de não evitar a perda de participação relativa da região no que tange à captação de recursos.

¹²⁵ “Para os projetos de pesca e turismo localizados fora do Nordeste, os incentivos correspondentes ficavam limitados a 25,% e 8%, respectivamente, do imposto calculado. Essas taxas contudo, foram alteradas ao longo do tempo.” (PAIVA; GARCIA, 1983, p. 27).

¹²⁶ Quanto ao FINOR, destinado exclusivamente ao Nordeste, foi instituído pelo Decreto Lei Nº 1.376, de 12/12/1974. Ver a dinâmica de constituição e operação do mesmo em Paiva Filho e Garcia (1983), Carvalho (2001) e SUDENE/BNB (1992).

Um parêntese neste momento faz-se necessário: o “desvio” de 50,0% dos recursos do 34/18 e mais tarde também do FINOR¹²⁷ ocorreu com a aquiescência das oligarquias da região que mesmo tendo se beneficiado com tais recursos sempre estiveram submissas às decisões centralizadoras do governo ditatorial, pois essa foi uma forma de continuarem a ter sob seus domínios as atividades de reprodução do capital mercantil – de propriedade das mesmas – sem que o capital industrial (do pólo) criasse qualquer empecilho ao processo de valorização em seus débeis setores produtivos. Daí, a perfeita coordenação, pela União, da convivência entre capital mercantil oligárquico e capital industrial do pólo. Esse foi o pacto¹²⁸ que “perpetuou” um modo de valorização da riqueza, desigual e combinado.

O problema da perda de recursos foi paliativamente contornado com a criação de uma bateria de novos fundos de financiamento que surgem através do Decreto Lei Nº. 1.376, de 12 de novembro de 1974, são eles: o Fundo de Financiamento do Nordeste (FINOR), o Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM), o Fundo de Investimentos Setoriais (FISSET), que se juntaram ao já existente Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (FUNRES)¹²⁹, este, de 1969.

Mas, a missão de levar o capital a uma região subdesenvolvida não é simples, dado o conjunto de fatores próprios da racionalidade do capital que naquela região não se expressa com a mesma pujança que ocorre no centro do sistema capitalista nacional. Por esta razão, não bastou criar as condições de financiamento da industrialização nordestina. Caberia, ainda, a tarefa de coordenar a distribuição dos recursos para financiar os investimentos no vasto território da região pouco atrativo às inversões privadas – que ia da falta de infra-estrutura urbana ao mercado de trabalho pouco qualificado.

Há estudos¹³⁰ que comprovam a ocorrência de significativa concentração dos investimentos da SUDENE em poucos estados¹³¹, sobretudo nos primeiros anos de sua efetiva

¹²⁷ Administrado pela SUDENE e operacionalizado pelo BNB, “o FINOR tem sua fonte de recursos: a) na dedução do imposto de renda das pessoas jurídicas que optam por aplicar até 50% do imposto devido; b) nas subscrições de quotas pela União; c) nas subscrições voluntárias; d) nas subscrições de quotas por outros fundos; e e) no resultado das aplicações dos recursos já efetivados (dividendos, juros e bonificações em dinheiro).” (SUDENE/BNB, 1992, p. 16).

¹²⁸ Sobre o histórico rearranjo dos interesses políticos e econômicos das “diferentes” elites nacionais, ver Tavares (2000).

¹²⁹ “(...) porém, com a proliferação dos fundos incentivados, o privilégio fiscal para o Nordeste e Norte diluiu-se por entre uma vasta gama de incentivos setoriais como reflorestamento, pesca, exportações de manufaturados, que favoreciam por sua dinâmica o Sudeste, relativamente mais próspero.” (TAVARES; ASSIS, 1985, p. 32).

¹³⁰ Ver, por exemplo, Goodman e Albuquerque (1974) e Ribeiro (1976).

atuação sobre a região. Dentre esses, podemos citar Pernambuco (que concentrou 326 projetos e 25,1% do total de investimento da SUDENE na região), Bahia (com 233 projetos e 48,2% dos investimentos) e, um pouco mais distante, o Ceará (com 176 projetos e 7,1% dos investimentos) e a Paraíba (com 118 projetos e 6,4% dos investimentos realizados no período de 1960-75 pela SUDENE). Os demais 162 projetos estavam localizados em outros estados da região que, em conjunto, absorveram apenas 13,2% do total (RIBEIRO, 1976). A este respeito veja-se, por exemplo, o registro que fazem Goodman e Albuquerque (1974, p. 280-283):

A distribuição espacial dos investimentos do 34/18 é caracterizada pela acentuada polarização nos estados de Pernambuco e Bahia, especialmente na vizinhança das respectivas capitais, Recife e Salvador (...). Essa distribuição segue de perto o padrão de localização da atividade industrial gerado nos anos 60, quando aqueles dois estados geravam aproximadamente 60% do produto industrial da região. As tentativas da SUDENE de inverter esse padrão e alcançar uma dispersão regional mais ampla das novas empresas do 34/18 não tiveram êxitos. Apenas três outros Estados – Paraíba, Ceará e Alagoas – receberam um influxo apreciável de investimento em novos projetos totalizando aproximadamente UU\$ 77.000 em cada caso.

Para modificar essa concentração de recursos em poucos estados, a SUDENE, por volta de 1966, passou a criar critérios através de um sistema de pontos que seria atribuído a cada projeto em particular. Foi, exatamente a partir desse momento, que a instituição passou a “descriminar” os estados de Pernambuco e Bahia diminuindo a pontuação para os projetos direcionados para ambos. De acordo com Goodman e Albuquerque (1974, p. 202), esse seria um indicador de que a SUDENE tinha consciência de que “a política seguida anteriormente não vinha obtendo os resultados desejados”.

Assim, dado o número de pontos atingido por determinado projeto, atribuía-lhe um grau de prioridade. Esse grau de prioridade serviu como “senha” de acesso à determinada taxa de participação nos montantes de recursos disponíveis para investimentos. Quanto mais pobre

¹³¹ De 1960 a dezembro de 1975, 1.015 projetos industriais foram aprovados pela SUDENE totalizando Cr\$ 59.716,0 milhões (“a preços de 1975”). Esse investimento possibilitou a criação de 188 mil empregos diretos (RIBEIRO, 1976). O valor anterior corresponde a aproximadamente US\$ 14.741,10 milhões. Esse cálculo foi realizado pelo autor do corrente trabalho utilizando a “taxa de câmbio média, ponderada para 1969, de “US\$ 4,051= Cr\$ 1,00” que se encontra em Goodman e Albuquerque (1974, Nota de pé de página Nº 1, p. 219). Se utilizada a taxa de câmbio média do ano de 1975 (de 7,926 das Séries Estatísticas Retrospectivas, V. 2, Tabela 1.1.1. à página 568), o valor em dólar seria de, aproximadamente, US\$ 7.534,19 milhões.

a área para qual determinado projeto estava sendo direcionado, maior sua pontuação (PAIVA FILHO; GARCIA, 1983).¹³²

Outro critério de pontuação foi colocado em pauta a partir da análise de prioridades dos investimentos em âmbito setorial, isto é, nos setores que de acordo com a SUDENE são mais importantes para o bom desempenho da indústria regional. Nestes, ganharam maior pontuação os projetos destinados aos setores de telecomunicações e o de produção de bens duráveis e de bens intermediários (25 pontos); projetos voltados para indústrias alimentícias básicas e para as produtoras de bens sem similares no estado (20 pontos)¹³³.

No corrente trabalho não temos a pretensão (nem teríamos possibilidade) de esgotar a discussão sobre a espacialidade da indústria incentivada no Nordeste. Em Paiva e Garcia (1983), ter-se-á uma minuciosa análise onde foi problematizado o processo de hierarquização pela prioridade dos projetos industriais, tanto espacial quanto setorialmente, além de discutirem com acuidade as coerências e as contradições de alguns critérios elaborados pela SUDENE que, por vezes, vão ao encontro e, por outras, de encontro às propostas iniciais da instituição. Também, excelente discussão sobre a temática, tanto para o Nordeste quanto para o Rio Grande do Norte, pode ser encontrada em Apolinário (1996).

Todavia, o esforço no presente texto deve ser o de deixar registrados dois pontos fundamentais: primeiro, não há industrialização sem um vigoroso sistema de financiamento às inversões produtivas e na construção de uma infra-estrutura urbana (armazéns, estradas, portos, aeroportos, logística de distribuição etc.). Segundo, que a experiência da industrialização nacional e especificamente a nordestina deixaram como ensinamento que se faz necessário que o Estado esteja à frente, coordenando, abrindo e ampliando os espaços para

¹³² Pelo Decreto Nº 58.666-A, de 10/06/1966, foi instituído a primeira hierarquização por área, que obtiveram os seguintes pontos: “Nas áreas de Recife e Salvador e dos que com esses atualmente se limitam e nos distritos industriais que servem ou venham a servir àquelas capitais: 5 pontos; nos municípios dos estados do Nordeste à exceção do Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe: 10 pontos; nos estados do Rio Grande do Norte e Sergipe: 15 pontos; nos estados do Piauí e Maranhão: 20 pontos”. A segunda hierarquização, que alterou a primeira no que tange a inclusão de novos territórios e de aumento da pontuação aos anteriores, foi estabelecida pelo Decreto Nº 64.214, de 18/03/1969. Tinha a seguinte conformação: “nos estados do Maranhão, Piauí e no Território de Fernando de Noronha: 25 pontos; nos estados do Rio Grande do Norte e Sergipe: 20 pontos; nos estados do Ceará, Paraíba e Alagoas e nos municípios do estado de Minas Gerais, incluídos na área de atuação da SUDENE: 15 pontos; nos municípios dos estados de Pernambuco e Bahia situados no polígono das secas e nos municípios da Bahia situados a oeste da linha que delimita esse polígono: 10 pontos.” (PAIVA FILHO; GARCIA, 1983, p. 36-37).

¹³³ Sobre esse critério de pontuação, ver Goodman e Albuquerque (1974), particularmente, a nota de pé de página nº 7, na página 200.

inversões produtivas. Essa prática deve ter como objetivo maior evitar a concentração do capital em áreas já dinamizadas pela acumulação capitalista que dão respostas racionais apenas aos agentes privados em detrimento do conjunto das necessidades “básicas” da população de determinado espaço social.

As várias alterações introduzidas nos critérios de avaliação de projetos pela SUDENE indicam a prática de uma maior flexibilização, permitindo que os projetos alcançassem maior número de pontos possível. Por isso, Paiva Filho e Garcia (1983, p. 43) ressaltaram que “não houve uma valorização do aspecto locacional em relação às demais características dos projetos”. Mas, os projetos com maior número de pontos – que os caracterizavam como prioritários na concepção do processo de industrialização da região – foram os que tiveram maior taxa de participação na captação dos incentivos e ao mesmo tempo foram os que registraram maior percentual de incentivos no total dos investimentos cristalizados na região. Abaixo, com o auxílio do Quadro 3, pode-se ter uma idéia de como a SUDENE criou as faixas de prioridades para aprovação de projetos e para liberação dos recursos do sistema 34/18.

Quadro 3 – Faixas de Prioridades, Participação do 34/18 e Quantidade de Pontos

FAIXAS DE PRIORIDADES	TAXA DE PARTICIPAÇÃO DOS RECURSOS “DOS ARTIGOS 34/18”.	QUANTIDADE DE PONTOS
A	75% (Setenta e cinco por cento)	Igual ou maior do que 50
B	60% (Sessenta por cento)	Igual ou maior do que 40 e menor do que 50
C	50% (Cinquenta por cento)	Igual ou maior do que 30 e menor do que 40
D	40% (Quarenta por cento)	Igual ou maior do que 25 e menor do que 30
E	30% (Trinta por cento)	Menor

FONTE: DECRETO Nº. 64.214, ART. Nº. 31, 18/03/1969 (Cf. PAIVA FILHO; GARCIA, 1983, p. 46)

De acordo com Goodman e Albuquerque (1974), os projetos contemplados com os incentivos do 34/18 eram por demais intensivos em capital¹³⁴. Esta conclusão pode induzir a

¹³⁴ De acordo com Ribeiro (1976), se observado por ramo industrial, 38,2% do total de investimento do período 1960-1975 estava concentrado na indústria química e 18,6% na metalurgia. Ou seja, quase 60,0% dos

interpretação de que a SUDENE não mais tinha como principal preocupação uma maior absorção possível da força de trabalho regional desempregada. Após uma tentativa de evidenciar a relação capital/trabalho e capital/produto, com o intuito exclusivo de mensurar a eficiência dos investimentos via 34/18 na região, posicionaram-se da seguinte forma:

Em suma, a despeito da falta de dados comparáveis com a indústria de outras regiões do Brasil, essa revisão das relações capital/produto e capital/trabalho dá ênfase à natureza altamente intensiva em capital dos projetos do 34/18. Essa característica assume maior significado no contexto regional de salários baixos, desemprego urbano e generalizada subutilização da mão-de-obra. Ademais, dentro do grupo de empresas beneficiárias, o investimento do 34/18 concentra-se nos projetos e setores de maior intensidade de capital, *o que sugere, na prática, interesse secundário da SUDENE quanto à absorção da mão-de-obra* (GOODMAN; ALBUQUERQUE, 1974, p. 254-255).

Apesar da preocupação da SUDENE em criar critérios para liberação de recursos, a instituição tinha o livre arbítrio de mudar as regras de pontuação, aumentando o rigor ou diminuindo-o, no intuito de distribuir espacialmente de forma mais equilibrada a indústria na região. Por isso, como já observado, ocorreram as diversas mudanças nas regras de classificação dos projetos.

No que tange o caso específico do Rio Grande do Norte, é consenso entre os estudiosos da industrialização potiguar que prevaleceram no estado as indústrias tradicionais, que já estavam instaladas antes mesmo das ações desenvolvimentistas da União. Assim, cabe registrar uma parte da resposta à pergunta elaborada, anteriormente, (se havia mudado o padrão industrial potiguar com a intervenção da SUDENE): o fato é que, para o Rio Grande do Norte, embora a SUDENE tenha aprofundado a preponderância da indústria tradicional, esta ocorreu sob novos patamares tecnológicos e, ademais, não foi de pouca significância o grande impulso dado pela instituição na revitalização da economia mineral do estado em que pese, contrariamente, todos os percalços (substituição de trabalho por tecnologia, por exemplo) sociais próprios da modernização das formas de produção capitalista, como se verá adiante em particular na produção do sal.

investimentos estavam concentrados em empresas que utilizam mais tecnologia em sua composição orgânica do capital.

Para outros estados do Nordeste, as mudanças foram um pouco mais substanciais, como em Pernambuco e na Bahia, pelo fato de nesses estados ter se montado uma razoável estrutura industrial química que, embora complementar à indústria do Sudeste, serviu-lhes como um grande passo rumo ao fortalecimento de suas bases industriais que passariam a criar maior dinâmica intersetorial, décadas à frente, quando surgiriam novas atividades produtivas em diversos setores de suas economias como, por exemplo, a fruticultura irrigada (em Pernambuco e na Bahia, a partir dos anos de 1980), ou mesmo a produção de soja nos Cerrados¹³⁵ baianos (a partir da década de 1990), algo difícil de imaginar na transição da década de 1960 para a de 1970.

Nos marcos da economia potiguar, o baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas – tanto na agricultura quanto na indústria –; sua incipiente agricultura alimentar – que não serviu como lastro econômico e político ao desenvolvimento industrial; a baixa interatividade entre os diferentes setores econômicos; e, em se tratando do setor secundário, a grande heterogeneidade estrutural entre as indústrias de um mesmo setor, além de um setor de serviço pouco diversificado no sentido de atender às necessidades básicas do conjunto dos setores produtivos tradicionais, foram fatores que fortaleceram sua posição de produtora marginal em âmbito nacional. Sobre boa parte desse assunto, as seções anteriores não deixam dúvidas.

Ou seja, a rigor, a estrutura industrial – regional e estadual – sofreu pouca transformação no que tange aos gêneros de indústrias instaladas pela ação da SUDENE. Ademais, analisando com vagar alguns dos seus relatórios sobre o processo de industrialização da região Nordeste no período de 1970 a 1990 é possível observar que os esforços de industrialização tenderam a se concentrar na indústria tradicional, motivada, certamente, por determinado potencial que a própria região já obtinha – como mão-de-obra abundante e, de certa forma, já minimamente capacitada a executar as tarefas produtivas próprias dos gêneros de indústrias tradicionais (como têxtil e de alimentos) – e matérias-primas.

¹³⁵ Hoje, o café plantado no Oeste da Bahia (área irrigada pelo Rio São Francisco) é um dos cafés mais competitivos do mundo. São 65 sacas de 60 kg por hectare. Em São Paulo, nas áreas mais rentáveis, são de 35 sacas por hectare. Além do café, 100% da produção de soja do estado da Bahia ocorre exatamente no Oeste, em área de Cerrado (GAZETA MERCANTIL apud EMBRAPA, 2002. Cf. <http://www.23.sede.embrapa.br>. Acesso em 15 de agosto de 2005).

Dentre os diversos relatórios da instituição, destaca-se, por exemplo, o do ano de 1973¹³⁶ onde se encontra registros dos projetos empresariais destinados aos estados da região com subsídios do 34/18. Neste documento, observa-se que, para o Rio Grande do Norte, dos 78 projetos capacitados a absorver recursos derivados do sistema administrado pela instituição, 34 (43,6%) eram – de acordo com a classificação da SUDENE – projetos industriais; 36 (46,2%) eram projetos agrícolas e agropecuários; 7 (8,9%) eram projetos de pesca; e 1 (1,3%), de turismo.

Observando mais atentamente o referido documento, percebe-se que dos 34 projetos classificados pela SUDENE como industriais, 25, ou seja, 73,5%, eram de diversos ramos industriais (exclusive têxtil, fiação, tecelagem e confecções). Daqueles 25, 12 projetos - o que equivale a 48% - tinham relação direta com o ramo da agroindústria (eram projetos de unidades produtivas de alimentação, de beneficiamento de óleo, sal e caju).

Os restantes 13 projetos (52%) dizem respeito às indústrias de cimento, de velas e sabões, couros, plástico e até mesmo, química. Em relação a esses dois subgrupos de projetos, 80% têm registro de acesso às liberações do 34/18. Destacam-se, entre os mesmos, os seguintes projetos com liberações acima de 50% do total previsto: prego, grampo e arame farpado (52,5%); sal refinado (52,9%); sal lavado (53,6%); óleos e fibras (54,4%); cimento portland (61,5%); produtos químicos, farmacêuticos e cosméticos (73,7%); caramelos, pastilhas, bombons e latas (75,8%); papéis de diversos tipos, artefatos de papel (78,9%); e sacos plásticos para embalagem (83,6%). Destaca-se, como projeto industrial que obteve a menor participação relativa na liberação de recursos, o projeto industrial de sal lavado pertencente ao grupo Henrique Lages Salineira do Nordeste S/A, com apenas 2,7%. O conjunto desse subgrupo teve acesso à liberação de Cr\$ 69.028.591 ou a aproximadamente US\$ 11.292.097,33¹³⁷ que correspondia a 37,3% dos recursos previstos.

Do total de projetos industriais, apenas 9, ou seja, 26,5%, são projetos com “natureza” (Cf. SUDENE) de beneficiamento de algodão; de fiação; tecelagem e acabamento; de toalhas e estopas; e de etiquetas. Desses projetos, 4 pertenciam à indústria têxtil e 5 ao ramo de confecções. Em conjunto tiveram acesso a 8,0% do valor previsto, um montante de

¹³⁶ SUDENE/MINTER, 1973.

¹³⁷ Foi utilizada a taxa média de câmbio de 1973 Cr\$/US\$ (6,113) conforme disponível em Séries Estatísticas Retrospectivas, 2.ed., 3º Volume, ps. 568-571.

Cr\$11.297.930, ou aproximadamente US\$ 1.848.180,93, se utilizada a taxa média de câmbio conforme exposta na nota de pé de página nº 137.

Desse segmento, o grupo T. Barreto Indústria e Comércio S/A obteve acesso a 86,2% do total de recursos previstos, seguido imediatamente pela Indústria SINTEX S/A, com acesso a 71,7%. Desses projetos, o menor percentual de liberação foi para a empresa Confecções SUCAR S/A, com apenas 1,5% do valor previsto. Registre-se, ainda, que, até o último balanço do ano de 1973, quanto ao total de recursos do sistema 34/18 (Cr\$ 325.883.226,00, ou aproximadamente US\$ 53.309.868,48) previsto para implantação de projetos industriais no Rio Grande do Norte, apenas Cr\$ 80.326.521,00, ou seja, aproximadamente US\$ 13.140.278,26, foram efetivamente liberados, perfazendo menos de 1/3 do valor (em moeda nacional) previsto.

O quadro acima não pode ser menosprezado dada a grande dificuldade que a região e o estado teriam se deixados à mercê das decisões inversionistas racionais frente à forte concorrência do pólo nacional.

É flagrante, no documento analisado, que dos 34 projetos industriais, 20 (58,8%) estavam localizados em Natal, 5 em Parnamirim, 3 em Macau, 2 em Mossoró, 1 em São Gonçalo do Amarante, 1 em Lages, 1 em Baía Formosa e 1 em Ceará Mirim. Ou seja, a maioria dos projetos ficou represada na capital e no que viria a ser sua região metropolitana, em meados de 1990, o que indica uma extremada concentração espacial dos investimentos.

Dos 36 projetos agrícolas/agropecuários apenas 1 era dedicado a avicultura e 1 a suinocultura. Os demais 34 (94,4%) eram projetos com incisiva participação na produção de carne e leite, ou destes em consórcio com variadas culturas como algodão, coco da Bahia, caju, arroz e piscicultura. Desses projetos, apenas 1 estava localizado em Natal e 7 em áreas adjacentes (como Macaíba, São Gonçalo do Amarante e Ceará Mirim, que se situam nas adjacências de Natal). O restante, que perfazia 76,5%, estava localizado no interior do estado. Com relação aos projetos de pesca, 70% estavam localizados no litoral oriental, sobretudo em Natal onde se concentrou a maior soma de liberação de incentivos para o setor.

Caso bem diferente do Rio Grande do Norte foi o da Bahia. Tinha um total de 148 projetos divididos da seguinte forma: 102 industriais (68,9%), 39 agrícolas/agropecuário (26,4%), 1 de pesca que não atinge nem 1% do total de projetos e 6 de turismo (4,1%). Dos projetos industriais, 70 (68,6%) estavam localizados no interior, dos quais 17 (24,3%) em

Feira de Santana. Em relação aos projetos agrícolas/agropecuários, quase 100% estava localizado no interior do estado (38 projetos). Dos projetos de turismo, 4 (66,7%) estavam localizados em Salvador, 1 em Vitória da Conquista e 1 em Feira de Santana. Isso indica que na Bahia, até 1973, os incentivos da SUDENE para o desenvolvimento econômico estiveram, de forma significativa, desconcentrados.

Do total de incentivos previstos para os projetos baianos (cerca de Cr\$ 2.035.763.844) foram liberados Cr\$ 403.609.039, 19,8%. Do total liberado, 85% foram destinados a projetos industriais e 13,8% a projetos agropecuários.

Pernambuco tinha 222 projetos. Desses, 153 eram industriais (68,9%), 63 agropecuários/agrícolas (28,4%), 4 de turismo – o que dá um percentual de menos de 2,0% –, 1 projeto de pesca e outro de telecomunicações. Os projetos industriais estavam localizados, em sua maioria, no interior (98 projetos, o que equivalia a 64,1%) ou afastados da cidade do Recife (que concentrava 55 projetos, 35,9% do total). Em relação aos projetos agropecuários/agrícolas, 59 (93,7%) estavam localizados no interior e apenas 4, aproximadamente 6,5%, na capital. O projeto de pesca estava localizado na cidade do Recife bem como os quatro de turismo. Não é por menos, dado que ambos os setores demandavam atividades de serviços que só a cidade do Recife poderia oferecer naquele período. Fica evidente que, a exemplo da Bahia, em Pernambuco, os projetos incentivados pela SUDENE foram melhor distribuídos pela totalidade do território do que no Rio Grande do Norte.

Da totalidade de recursos previstos para Pernambuco (Cr\$ 1.440.956.396,00) foram liberados 45,5% (cerca de Cr\$ 655.742.439,00). Desse total, 93,6% foi referente a projetos industriais e apenas 5,3% a projetos agropecuários.

O Ceará teve 148 projetos aprovados pela SUDENE dos quais 74 (50,0%) eram industriais, 68 (45,9%) agropecuários/agrícolas, 3 de pesca (correspondendo a apenas 2,0%), 2 de turismo e apenas 1 de telefonia. Dos projetos industriais, 56 (75,7%) estavam localizados em Fortaleza e apenas 18 (24,3%) no interior do estado. Quanto aos agropecuários/agrícolas, 66 (mais de 97%) estavam localizados no interior e apenas 2 (aproximadamente 3%) na capital. Todos os projetos de pesca, de turismo e de telefonia também tinham sede na capital.

Dos Cr\$ 841.091.902,00 previstos para liberação, apenas Cr\$ 250.983.806,00 foram efetivamente liberados, o que equivale a 29,8% do total previsto. Do liberado, 72,1% foi para o setor industrial e 21,9% para o agropecuário/agrícola. Ao setor de telecomunicações restou

aproximadamente 2% dos recursos previstos. Em relação ao Ceará, chama a atenção o setor de turismo que tinha como previsão para liberação a quantia de Cr\$ 11.650.000,00, porém nenhum valor foi liberado.

Observe-se que o caso do Ceará – quanto à concentração dos recursos subsidiados pela SUDENE na capital – é demasiadamente parecido com o do Rio Grande do Norte.

Assim, percebe-se que, se por um lado a intervenção da SUDENE aprofundou a tendência “natural” de especialização produtiva e funcional dos espaços periféricos, por outro lado, sua atuação naqueles espaços permitiu que a incipiente indústria dos mesmos resistisse à pressão do capital forâneo, oligopolista por excelência. Isto é, sem a industrialização subsidiada pelo Estado (via SUDENE), muito provavelmente, a região permaneceria por mais tempo sendo apenas importadora de produtos industrializados e exportadora de matérias-primas, dada à incapacidade do capital produtivo regional competir – sem nenhum tipo de proteção e incentivo – com o capital do Sudeste.

Portanto, como demonstrado no tópico anterior, vale instar que a supremacia da indústria de transformação no Nordeste e no Rio Grande do Norte esteve (e está) lastreada pelas indústrias têxteis, de minerais não-metálicos (no caso do Rio Grande do Norte), de vestuário e de calçados etc.¹³⁸

3.2. A ação estatal: planejamento e desenvolvimento econômico no Nordeste e no Rio Grande do Norte

No ano de 1970, foi instalado no Rio Grande do Norte um pólo industrial têxtil sob os incentivos da SUDENE. Na interpretação desta instituição e dos empresários locais, sua instalação seria de suma importância para recuperar a indústria têxtil estadual e aprofundar sua interação com o setor produtor de matéria-prima (o algodão), efetivando assim uma dinâmica capaz de acionar diferentes faixas do território potiguar e diferentes unidades produtivas – uma vez que existiam estabelecimentos têxteis e de vestuário e artefatos de

¹³⁸ Para os períodos subsequentes, ver IBGE/Banco de Dados Agregados, várias décadas.

tecidos tanto no interior quanto na capital¹³⁹. No mesmo período, ao passo que o estado e a SUDENE implantavam no Rio Grande do Norte a nova indústria têxtil, sua capital passou a experimentar um grande surto de construções de moradias. Lopes Jr. (2000) apud Silva (2008) chamou a atenção para esse fato por demais importante na construção de uma dinâmica econômica.

De acordo com os autores supracitados, Natal havia se tornado “cidade modelo” no que dizia respeito às políticas habitacionais colocadas em prática pelo regime militar. Porém, deve ser relevado que como os conjuntos habitacionais foram construídos fora de Natal, área onde estava concentrada a maior parte da indústria de transformação do estado (como registrado no parágrafo seguinte), pode-se vislumbrar nessas ações certo planejamento sócio-espacial onde a classe trabalhadora ficaria isolada do ambiente de decisão econômica estadual. As residências da Zona Norte da cidade foram construídas pela Companhia de Habitação (COHAB). Eram residências de poucos cômodos, apenas o necessário para abrigar uma família com poucos membros, mas, a exemplo do restante do país, muitas vezes abrigavam até duas famílias. Na zona sul da cidade, área que já estava afirmada como a mais nobre da cidade e uma das mais nobres do estado, as habitações foram construídas pelo Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP). Eram, na maioria, imóveis de maior valor de mercado. Em que pese a importância da “política habitacional” do estado do Rio Grande do Norte, a carência de moradias em Natal era tamanha que, somada aos excedentes populacionais provenientes do interior do estado e de cidades de seu entorno, não evitou a

¹³⁹ Ainda por volta de 1970, a indústria têxtil não tinha peso significativo na indústria de transformação de Natal. No referido ano, havia apenas 4 estabelecimentos têxteis na cidade. No restante dos municípios do seu entorno (que hoje compõem a Região Metropolitana de Natal), existia uma unidade produtiva em Ceará-Mirim e uma em Macaíba. Não há registro de unidades têxteis no Censo de 1970 para os demais municípios do entorno de Natal. Ou seja, pode-se mesmo afirmar que a indústria têxtil estava bem distribuída pelo território potiguar sendo sua presença maior em direção ao interior. Nesse último (e no estado como um todo), Jardim de Piranhas, Mossoró e Serra Negra do Norte se destacaram com 9 estabelecimentos têxteis cada um e, São Vicente, com 5. Na região Central, Tangará, com 4 estabelecimentos têxteis, era o destaque. Outros municípios em direção ao interior do estado também internalizavam a indústria têxtil. Desses, pode-se citar: Acari, Cerro-Corá, Passa e Fica, Santa Cruz e São Tomé, com 2 estabelecimentos cada um; com registro de apenas 1 estabelecimento, temos os casos dos seguintes municípios: Assú, Angicos, Caicó, Currais Novos, Jardim do Seridó, João Câmara, Nova Cruz, Parelhas, Patu, Pau dos Ferros, Pedro Velho, São José do Campestre e Touros. Essa realidade mudaria muito pouco até o final da década de 1970. Só a partir de 1980, com o amadurecimento do distrito Industrial de São Gonçalo do Amarante é que, de fato, a indústria têxtil de Natal e de seu entorno passou a ter maior peso na indústria têxtil estadual. Apolinário (1996), estudando o desenvolvimento da industrialização incentivada no Rio Grande do Norte, registrou que, no final da década de 1980, existiam, na Grande Natal, 18 empresas têxteis, ou seja, cerca de 28% do parque têxtil estadual, das quais 10 eram contempladas com os incentivos dos “Sistema 34/18-FINOR” disponibilizado pela SUDENE.

proliferação de favelas. No ano de 1970, existiam cerca de 20.000 pessoas habitando favelas na cidade, algo em torno de 7,6% da população residente. Sete anos mais tarde, essa população atingiu 50.000 habitantes. No ano de 1999, atingiu 62.772 habitantes, o que correspondia a 9,6% da população total residente (SEMPs/SEMURB, 1999 apud SILVA, 2001).

Quanto à concentração das atividades produtivas, é bom que se registre, à exceção dos estabelecimentos da indústria extrativa (como sal, scheelita e demais minerais e, mais tarde, o petróleo e o gás natural), ou agrícolas (como o algodão e o agave), as demais estavam localizadas exatamente em Natal (representando 20,3% da indústria de transformação do estado que, se somada ao percentual da indústria de transformação do seu entorno, subia para 26,8%), e em Mossoró (onde se encontrava 23,6% da indústria de transformação estadual) (CENSO INDUSTRIAL DE 1970).

Analisando o Censo Industrial de 1975, observa-se que o estado internalizou mais 84 estabelecimentos pertencentes à indústria de transformação, porém, tanto Mossoró quanto Natal perderam, respectivamente, 80 e 43 estabelecimentos cada uma. Mas, apesar das perdas, Mossoró ainda continuou concentrando 18,5% da indústria de transformação e, Natal, 17,22%. No entorno de Natal, encontrava-se 6,9% da indústria de transformação do estado que somada a de Natal passavam a concentrar 24,12% da indústria de transformação do Rio Grande do Norte (CENSO INDUSTRIAL DE 1975). Ou seja, em 1975, já era possível detectar uma significativa concentração da indústria de transformação no que viria a se constituir como Região Metropolitana de Natal, tendência, essa, que se acentuou na década de 1980, como se verá.

Apesar dos percalços sofridos por um dos maiores empreendimentos produtivos do Rio Grande do Norte – a não conclusão da fábrica de processamento da barrilha (a ALCALIS-RN) – não é prudente afirmar, como fez Fernandes (2007), que o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico não logrou grandes transformações no estado. Observe-se que, por conta do referido Plano de Desenvolvimento Nacional, as atividades extrativas minerais voltaram a ser acionadas no território potiguar. A ALCALIS começou a ser instalada no ano de 1974, e, a PETROBRÁS, a partir de 1976. Esta última foi de grande importância para a economia do estado, devido a maior diversificação produtiva que suas instalações criaram em seu interior. Era o capital industrial de volta à região mais rica do estado, em estoques de

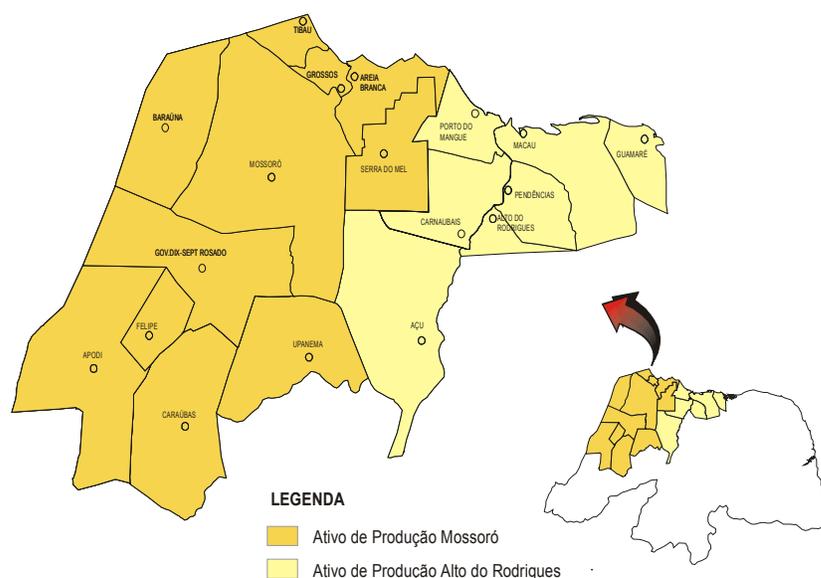
minerais. Tratava-se de uma estratégia da política de industrialização do Estado nacional. Dada a grande crise do petróleo de 1974, o II PND tinha a finalidade de fundamentar a base industrial de bens intermediários que, dentre outros objetivos, buscava diminuir a dependência externa de determinadas matérias-primas como o petróleo e a barrilha¹⁴⁰.

Assim, as atividades da PETROBRÁS no interior do Rio Grande do Norte fizeram com que muitos municípios que nunca tiveram importância econômica para o estado (e muito menos para a região e o país) passassem a tê-la. Nos primeiros anos, as exceções foram Mossoró – que já figurava como uma espécie de pólo econômico interiorano – e os municípios adjacentes, onde começava a aflorar com maior força a agricultura irrigada (sobretudo os municípios pertencentes ao Vale do Assú), e Macau, município conhecido como grande produtor de sal do país¹⁴¹. Nos demais municípios, a economia era a agricultura de subsistência, a atividade pesqueira e o comércio (onde as feiras livres eram o *locus* econômico mais importante, com as mercearias em segunda posição). Devido à Petrobras, foi possível a integração de 18 municípios à economia do estado e à economia nacional (ver Mapa 1). Obviamente que as atividades da PETROBRÁS reforçaram a importância de Mossoró como município pólo local uma vez que, dentre todos os demais, era o que já dispunha de uma infra-estrutura mínima de serviços urbanos (pousadas, hotéis, restaurantes, serviços de alugueis de carros, casas de ferragens e de bens duráveis etc.) que permitiu recepcionar toda a estrutura produtiva de uma empresa da dimensão da PETROBRÁS. Alerta-se apenas que parte das atividades administrativas da empresa tinha como sede Natal, o que de certa forma também acabou funcionando como mais um elemento de interação econômica entre o interior e a capital.

¹⁴⁰ Há vários registros de outros pesquisadores sobre a atuação do Estado no setor de petróleo no Rio Grande do Norte, desde os anos de 1950. Ver sobre assunto, por exemplo, Rocha (2005), Rodrigues Neto (2008) e Silva (2008).

¹⁴¹ Embora Macau ainda seja o município mais conhecido, encontramos grandes produções de sal em outros municípios do Rio Grande do Norte, tais como: Areia Branca, Galinhos, Porto do Mangue, Grossos e Guamaré. Soma-se a estes o município de Mossoró que embora não esteja no litoral é o segundo maior produtor de sal do estado através da utilização das várzeas dos rios Mossoró e do Carmo e de uma grande conjunção de fatores naturais que permitiram que o município se tornasse um produtor de peso. Ver em Rocha (2005), com grande riqueza de detalhes, os processos naturais que permitiram a Mossoró essa “proeza”.

Mapa 1- Municípios Produtores de Petróleo



FONTE: PETROBRÁS. Departamento de Comunicação e Segurança de Informações, 2007.

Portanto, fica claro que o interior do estado não ficou congelado nos anos de crescimento da economia brasileira, em geral, e do Rio Grande do Norte, em particular¹⁴². Nos primeiros anos da década de 1980, era possível contar três diferentes atividades produtivas no interior, sobretudo, concentradas nas microrregiões de Mossoró, Chapada do Apodi, Vale do Assú e Macau: a atividade salineira, a petrolífera e a fruticultura irrigada, todas aprofundando a integração do estado à economia nacional e, especificamente, no caso da fruticultura, à economia internacional. Na verdade, podemos mesmo afirmar que essas atividades econômicas estavam quase que totalmente voltadas para os mercados externos¹⁴³, dadas as próprias características do produto da PETROBRÁS (de uso industrial e de demanda

¹⁴² Entre 1970 e 1980, o PIB do Rio Grande do Norte (12,1%) foi superior ao do Brasil (10,3%) e ao da Região Nordeste (10,5). Cálculos efetuados a partir do Banco de Dados IPEADATA.

¹⁴³ O sal ainda hoje é exportado para o Continente africano (Camarões e Nigéria), para o europeu (Dinamarca e Bélgica) e para o norte-americano (Estados Unidos da América). A fruticultura esta em grande parte voltada para os mercados da União Européia e para os estados Unidos da América e a produção da PETROBRÁS (petróleo e gás natural) voltada para o mercado nacional.

nacional), do sal (de demanda nacional e internacional) e das frutas, sobretudo devido as pequenas potencialidades do mercado consumidor do estado.

É fato que essa dinâmica econômica também contribuiu para maior urbanização dos municípios e, ao mesmo tempo, para a manifestação de outros conflitos entre o capital e o trabalho. Rocha (2005), estudando o processo de urbanização de Mossoró, advertiu que a dinâmica econômica que se instalou no território mossoroense criou novos atrativos ao capital imobiliário que logo tratou de fazer incisivas especulações com o solo da cidade. Essas atividades do capital mercantil (imobiliário) tiveram início ainda no período de reestruturação do setor salineiro do estado que ocorreu a partir do início dos anos de 1970 com forte apoio da SUDENE.

Ainda é importante que se diga que, à exceção da fruticultura irrigada, a dinamização dessas atividades produtivas no Rio Grande do Norte foi resultado de uma política de desenvolvimento nacional colocada em prática pelo Estado com o intuito de fundamentar o processo de industrialização e de integração do mercado nacional, além de, como já mencionamos, diminuir a dependência das importações de matérias-primas essenciais ao prosseguimento do desenvolvimento econômico do país. Foi nessa linha de atuação que, de certa forma, a SUDENE buscou orientar alguns dos seus incentivos à produção de mercadorias no Rio Grande do Norte, o que obviamente contemplava seu maior objetivo na região e no estado: atuar sobre as causas e os efeitos do subdesenvolvimento dos mesmos, diminuindo, assim, os desequilíbrios regionais.

Nesse sentido, deve ser observado que outras atividades se somariam às atividades produtivas industriais, fazendo do estado um território onde a reprodução do capital poderia ocorrer em outros setores econômicos, como nos serviços e, neste, em especial, as atividades ligadas diretamente ao turismo ao avançar da década de 1980.

É importante frisar que a intervenção da SUDENE no decorrer da década de 1980 teve grande importância no sentido de continuar com sua histórica política de desenvolvimento dos macrossetores econômicos da região. Todavia, não conseguiu desconcentrar os montantes de investimentos para as indústrias mais dinâmicas o que fortaleceu o aprofundamento do padrão industrial instalado em seus primeiros anos de atuação na região.

As informações contidas na Tabela 20 comprovam essa afirmação. Nela, estão expostos os valores dos projetos aprovados para os estados da região Nordeste no período de

1980-1989. Observa-se inicialmente que, com exceção do estado da Bahia – que obteve aprovação de um montante substancial de recursos para a indústria química (US\$ 45,6 milhões) –, nos demais estados, foram contemplados com maiores montantes de investimento os setores de sempre, com relevo para o têxtil, mas também para o de vestuário e calçados e o de minerais não-metálicos.

Embora se tenha reforçado os investimentos na indústria tradicional, pode-se observar que a região obteve um grande impulso industrial em plena década de 1980 – caracterizada como de “crise do endividamento” e cognominada de “década perdida”, como se verá mais à frente –, dado que alguns gêneros de indústria (como mecânica, papel e papelão, minerais não-metálicos e metalurgia) passaram a ter maior importância no bojo da política de desenvolvimento industrial da região. Assim, vejamos de forma sucinta os montantes financeiros aprovados para cada estado separadamente. Começemos, pois, pelos dois principais, ou seja, os maiores contemplados com tais recursos no período 1980-89: Alagoas e Bahia.

O caso de Alagoas surpreende pelo fato de ser um estado que detém uma das menores estruturas industriais da região. No entanto, conseguiu mais de US\$ 40,6 milhões aprovados para sua indústria química. Isso representava, no período 1980-89, 94,2% dos recursos (US\$ 43,1 milhões) que o estado havia conquistado, no total da região, e 97,3% do montante destinado à sua indústria de transformação. Seus outros setores (agropecuária e serviços) não tiveram a mesma sorte.

A agropecuária alagoana teve apenas 1,9% do total de recursos disponibilizados para o estado e, o setor de serviços, apenas 1,3%. Muito provavelmente, a quase inexistência de um setor químico até o limiar dos anos de 1980 foi a razão de o estado ter priorizado a sua ampliação assim como o fato de se tratar de investimentos complementares à industrialização da Bahia e de Pernambuco. Porém, se observarmos o setor agropecuário, isoladamente, ver-se-á que mais de 77% dos recursos estão concentrados na atividade pecuária. No setor de serviços, também ocorreu grande concentração: 97,4% dos recursos, ou seja, US\$ 543 mil encontravam-se concentrados em atividades de telecomunicações. Alagoas foi o estado que realizou a captação do segundo maior montante de recursos do FINOR. Do total disponibilizado para a região Nordeste no período (1980-90), 18,8% teve a economia alagoana como destino (ver Tabela 20).

Para a economia baiana, foram aprovados cerca de US\$ 76,2 milhões (33,2% do montante aprovado para a totalidade da região Nordeste), dos quais, 82,6% foram destinados à indústria de transformação. Nesta classe de indústria, chama a atenção o montante de investimento destinado à indústria química: US\$ 45,6 milhões, ou seja, 59,8% do total dos recursos aprovados para o estado, ou, se quisermos ler de outra forma, 72,4% dos recursos da indústria de transformação no período de 1980-89. Destacam-se ainda na indústria de transformação baiana, a indústria mecânica que foi a mais representativa da região em termos de montantes de investimentos no período em discussão (US\$ 8,5 milhões), e as indústrias de produtos alimentares (com 3,8% dos recursos totais do estado). Quanto aos demais setores de sua economia, 3,8% dos montantes aprovados diziam respeito aos projetos do setor de serviços (a totalidade para projetos de hotelaria); e 13,6% para a agropecuária, onde se destacaram, na recepção desses valores, os empreendimentos agrícolas, pecuários e os avícolas. Como é perceptível, a Bahia tinha um grande diferencial em relação aos demais estados da região: suas indústrias química e mecânica haviam avançado significativamente, por causa, sobretudo, do grande empreendimento industrial concentrado no pólo de Camaçari.

Pernambuco teve US\$ 31,7 milhões aprovados pela SUDENE e disponibilizados para investimentos em sua economia. Esse valor correspondia a 13,8% do total de recursos disponibilizados para a região Nordeste através do Sistema FINOR. Observem que à indústria de transformação pernambucana foram direcionadas 90,2% do financiamento alocado no setor industrial no período de 1980 a 1989, ou seja, cerca de US\$ 28,6 milhões. Nessa indústria, destacaram-se os seguintes gêneros: a indústria de minerais não-metálicos, que fora contemplado com mais de 30% dos recursos destinados ao estado e com 33,4% dos recursos destinados à indústria de transformação; a indústria de produtos de materiais plásticos, com 11,7% dos recursos destinados ao estado; as indústrias de produtos alimentares, com 8,5%; a indústria de material elétrico e de comunicações, com 7,4%; e a indústria têxtil com 7,2% (Tabela 20).

O caso de Pernambuco é um dos que ilustra um grande progresso na diversificação industrial. O setor agropecuário foi o segundo maior contemplado com recursos do FINOR no estado. Ao mesmo foram destinados US\$ 3,0 milhões (9,7% do valor total aprovado para Pernambuco). Em sua agropecuária, destacaram-se as atividades da pecuária, com 5,2% dos recursos aprovados para o estado e a suinocultura, com participação nas disponibilidades

creditícias de 3,2%. Observem que o montante investido na indústria química pernambucana esteve bem abaixo das inversões realizadas nas indústrias químicas alagoana e baiana.

Sergipe foi o estado que obteve o menor montante de recursos aprovados. Recebeu apenas 0,3% do total disponibilizado para a região. Dos US\$ 667 mil carreados para sua economia, US\$ 618 mil, ou seja, 92,7%, foram para a indústria de transformação. Nessa indústria, os gêneros mais contemplados foram o de minerais não-metálicos, devido à grande atuação da PETROBRÁS no estado – com 40,3% dos investimentos destinados ao estado e o equivalente a 43,5% dos recursos destinados à sua indústria de transformação; e a indústria têxtil que obteve, respectivamente, os seguintes percentuais de aprovação de recursos: 30,1% e 32,5%. Ademais, foram contemplados os gêneros de bebidas, vestuário e calçados, alimentos e agroindústria, com percentuais de recursos que variaram entre 2,2% e 5,5% do total disponibilizado para o estado.

O estado da Paraíba teve US\$ 6,6 milhões em projetos aprovados (2,9% do total de recursos disponibilizados para a região Nordeste). Daquele montante, US\$ 4,1 milhões tiveram como *locus* de investimento a indústria de transformação. Nesta, três gêneros de indústrias tiveram relevo quanto à recepção dos referidos incentivos: a agroindústria, que concentrou 50,9% dos recursos da indústria de transformação; a de materiais elétricos e de construção, que foi contemplada com 21,8%; e a indústria de calçados, vestuário e artigos de tecidos, com 19%. Para sua agropecuária foi carreada a quantia de US\$ 2,5 milhões, 37,6% do total de recursos conquistados pelo estado. Na agropecuária, destacaram-se as atividades pecuárias, com 19,4% dos recursos destinados ao estado e 51,5% do total do setor. Dos US\$ 24 mil destinados ao setor de serviços, 62,5% foram para as atividades de turismo e hotelaria e os demais 37% para o de telecomunicações.

O Rio Grande do Norte teve aprovado US\$ 1,2 milhão em projetos, o que representava 0,6% do total de recursos aprovados para a região no período de 1980 a 1989. A agropecuária foi o setor que teve o maior montante de recursos aprovados: US\$ 979 mil. Esse valor representava 75,9% dos recursos aprovados para o estado. No setor, as atividades pecuárias foram as que mais se beneficiaram com os incentivos fiscais. Reteram cerca de 40,9% dos recursos aprovados para o setor, secundadas pelas atividades de pesca e suinocultura com, respectivamente: 37,1% e 19,8% do total dos recursos do setor. A indústria de transformação do estado fora contemplada com US\$ 302 mil (23,4% dos recursos destinados ao estado no

período de 1980-89). Nessa indústria, destacaram-se os seguintes gêneros: têxtil, com 48,7% do total dos seus recursos e a indústria de minerais não-metálicos, com 21,9%. No setor de serviços, todos os projetos eram pertencentes às atividades de hotelaria e turismo, o que comprova alguns argumentos expostos mais à frente quanto à importância relativa do setor para a economia do estado.

O Ceará teve o terceiro maior montante de recursos aprovados no período em análise: 14,4% do total de recursos referentes aos projetos aprovados para a região Nordeste. Foram US\$ 32,9 milhões, dos quais 66,6% foram referentes aos projetos da indústria de transformação. Nesta os recursos foram bem distribuídos pelo conjunto dos gêneros industriais. Assim, destaca-se o montante aprovado para projetos agroindustriais: US\$ 10,0 milhões que equivalia a cerca de 45,7% do total de recursos direcionados para a indústria de transformação. Ademais, sobressaem-se as indústrias de vestuário, calçados e artigos de tecidos, com 17,3% dos recursos destinados à indústria de transformação; a indústria têxtil, com 12,8%; a indústria de papel e papelão, com 7,5%; além das indústrias mecânica e de mobiliário, com respectivamente: 5,7% e 5,5% do total de recursos aprovados para implantação de projetos.

A agropecuária cearense concentrou US\$ 10,9 milhões, 33,3% dos recursos destinados ao estado. Deste montante, US\$ 4,1 milhões estiveram concentrados em atividades de avicultura (cerca de 37,6% dos recursos da agropecuária). Obtiveram ainda destaque neste setor as atividades pecuária, com 35,9%, e a agrícola, com 18,8% dos recursos da agropecuária. No setor de serviços, todo o montante aprovado esteve concentrado em atividades de hotelaria e turismo: foram US\$ 63 mil.

O Piauí foi um caso bem diferente dos demais. Em primeiro lugar, dentre os seus setores econômicos, o agropecuário foi o maior contemplado com recursos aprovados pela SUDENE. Foram destinados a esse setor 70,8% dos montantes de recursos concernentes aos projetos aprovados: US\$ 18,3 milhões contra US\$ 6,6 milhões do setor de serviços (25,5%) e apenas US\$ 972 mil (3,7%) da indústria de transformação. Nesta última, destacou-se o gênero industrial de minerais não-metálicos que concentrou recursos da ordem de 87,3% dos destinados à mesma.

Tabela 20 - Nordeste: Valor dos Projetos Industriais, Agropecuários e de Serviços Aprovados e % dos Mesmos no Valor Total - 1980-1989 (Valores em US\$ 1.000,00)

Estados.....	MA		PI		CE		RN		PB	
	IT	%	IT	%	IT	%	IT	%	IT	%
Setores/Ramos/Gêneros										
A - Indústria	1.699	15,81	972	3,7	21.948	66,6	302	23,4	4.144	62,0
1- Extrativa	5	0,0	-	-	-	-	-	-	-	-
00 - Extração Mineral	5	0,0	-	-	-	-	-	-	-	-
2 - Ind. de Transformação	1.694	15,8	972	3,7	21.946	66,6	302	23,4	4.144	62,0
10 - Minerais Não Metálicos	47	0,4	849	3,3	50	0,2	66	5,1	72	1,1
11 - Metalurgia	1.380	12,8	4	0,0	88	0,3	32	2,5	6	0,1
12 - Mecânica	0	0,0	0	0,0	1.259	3,8	0	0	0	0,0
13 - Mat. Elét. e de Comunicações	0	0,0	0	0,0	4	0,0	4	0,3	903	13,5
14 - Mat. de Transporte	0	0,0	0	0,0	6	0,0	0	0,0	0	0,0
15 - Madeira	34	0,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
16 - Mobiliário	39	0,4	0	0,0	1.213	3,7	0	0,0	2	0,0
17 - Papel e Papelão	39	0,4	0	0,0	1.635	4,9	0	0,0	14	0,2
18 - Borracha	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
19 - Couros, Peles e Similares	0	0,0	0	0,0	15	0,0	0	0,0	0	0,0
20 - Química	7	0,1	0	0,0	418	1,3	0	0,0	2	0,0
21 - Prod. Fármacos e Veterinários	4	0,0	8	0,0	3	0,0	0	0,0	0	0,0
22 - Perfumaria, Sabões e Velas	0	0,0	4	0,0	0	0,0	6	0,5	1	0,0
23 - Prod. Materiais Plásticos	13	0,1	2,5	0,0	30	0,1	0	0,0	6	0,1
24 - Têxtil	65	0,6	28	0,1	2.806	8,5	147	11,4	100	1,5
25 - Vestuário, Calçados. e Artigos de Tecidos	5	0,0	15	0,1	3.794	0,1	14	1,1	788	11,8
26 - Produtos Alimentares	35	4,7	1	0,0	19	0,1	4	0,3	50	0,7
27 - Bebidas	15	0,1	48,5	0,2	0	0,0	17	1,3	71	1,1
28 - Fumo	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
29 - Editorial e Gráfica	0	0,0	4	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
30 - Diversos	0	0,0	0	0,0	583	1,8	7	0,5	19	0,3
31 - Atividades. de Apoio e Serv. Industriais	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
32 - Agroindústria	11	0,1	8	0,0	10.023	30,4	5	0,4	2.110	31,6
B - Serviços	36	0,3	6.618	25,5	63	0,2	9	0,7	24	0,4
Telecomunicações	10	0,1	822	3,2	0	0,0	0	0,0	9	0,1
Hotéis de Turismo	26	0,2	5.796	22,3	63	0,2	9	0,7	15	0,3
C - Agropecuário	9.011	83,9	18.396	70,8	10.966	33,3	979	75,9	2.512	37,6
Agrícola	33	0,3	7.535	28,9	2.065	6,3	17,5	1,4	12,5	0,2
Pecuário	8.662	80,6	9.645	37,1	3.942	11,9	401	31,1	1.294	19,4
Bubalinocultura	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Avicultura	1	0,0	858	3,3	4.125	12,5	2	0,2	491	7,4
Caprinocultura	0	0,0	351	1,4	0	0,0	2	0,2	104	1,5
Suinocultura	310,5	2,9	2	0,0	742	2,3	194	15,0	608	9,1
Pesca	4	0,0	5	0,0	92	0,3	363	28,1	2	0,0
Total	10.746	100,0	25.986	100,0	32.975	100,0	1.290	100,0	6.680	100,0
% do Estado/Investimento Total da Região	4,7	-	11,3	-	14,4	-	0,6	-	2,9	-

(Continua)

(Continuação)

Tabela 20 – Nordeste: Valor dos Projetos Industriais e Agropecuários e de Serviços Aprovados e % dos Mesmos no Valor Total 1980-89 (Valores em US\$ 1.000,00)

Estados	PE		AL		SE		BA		Total
	IT	%	IT	%	IT	%	IT	%	
Setores/Ramos/Gêneros									
A – Indústria	28.609	90,15	41.761	96,8	618	92,7	63.016	82,6	163.069
1- Extrativa	-	-	-	-	-	-	-	-	5
00 - Extração Mineral	-	-	-	-	-	-	-	-	5
2 - Ind. de Transformação	28.609	90,2	41.761	96,8	618	92,7	63.016	82,6	163.069
10 - Minerais Não Metálicos	9.546	30,1	5	0,0	269	40,3	1.412	1,9	12.315
11 – Metalurgia	919	2,9	8	0,0	3	0,4	2.424	3,2	4.864
12 – Mecânica	34	0,1	6	0,0	1	0,1	8.560	11,2	9.860
13 - Mat. Elét. E de Comunicações	2.338	7,4	7	0,0	0	0,0	65	0,1	3.321
14 - Mat. De Transporte	15	0,0	0	0,0	0	0,0	18	0,0	39
15 – Madeira	1.008	3,2	0	0,0	0	0,0	8	0,0	1.050
16 – Mobiliário	7	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1.261
17 - Papel e Papelão	1.205	3,8	12	0,0	0	0,0	711	0,9	3.616
18 – Borracha	7	0,0	0	0,0	0	0,0	64	0,1	71
19 - Couros, Peles e Similares	6	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,0	22
20 – Química	1.082	3,4	40.635	94,2	5	0,7	45.649	59,8	87.798
21 - Prod. Fármacos e Veterinários	2	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	17
22 - Perfumaria, Sabões e Velas	0	0,0	0,5	0,0	0	0,0	0	0,0	11,5
23 - Prod. Materiais Plásticos	3.717	11,7	0	0,0	1	0,1	91	0,1	3.860,5
24 – Têxtil	2.270	7,2	44	0,1	201,0	30,1	212	0,3	5.873
25 – Vestuários, Calçados e Artigos de Tecidos	31	0,1	25	0,1	37	5,5	10	0,0	4.719
26 - Produtos Alimentares	2.702	8,5	12	0,0	15	2,2	2.864	3,8	5.702
27 – Bebidas	0	0,0	0	0,0	66	9,9	12	0,0	229,5
28 –Fumo	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0
29 - Editorial e Gráfica	1.542	4,9	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1.546
30 – Diversos	33	0,1	0	0,0	0	0,0	18	0,0	660
31 - Atividades de Apoio e Serv. Industriais	0	0,0	1.001	2,3	0	0,0	106	0,1	1.107
32 – Agroindústria	2.146	6,8	5,5	0,0	20	2,9	791	1,0	15.119,5
B – Serviços	35	0,1	543	1,3	43	6,4	2.878	3,8	10.249
Telecomunicações	0	0,0	529	1,2	8	1,2	0	0,0	1.378
Hotéis de Turismo	35	0,1	14	0,0	35	5,2	2.878	3,8	8.871
C – Agropecuário	3.089	9,7	843	1,9	6	0,9	10.402	13,6	56.204
Agrícola	169,5	0,5	0,3	0,0	5	0,7	3.955,0	5,2	13.792,8
Pecuário	1.646,5	5,2	654,7	1,5	0	0,0	3.395	4,4	29.640,2
Bubalinocultura	1	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1
Avicultura	246	0,8	0	0,0	0	0,0	2.110	2,8	7.833
Caprinocultura	8	0,0	0	0,0	0	0,0	930	1,2	1.395
Suinocultura	1.013	3,2	188	0,4	1	0,1	0,5	0,0	3.059
Pesca	4	0,0	0	0,0	0	0,0	11	0,0	481
Total	31.734	100,0	43.147	100,0	667	100,0	76.296	100,0	229.526
% do Estado/Investimento Total	13,8	-	18,8	-	0,3	-	33,2	-	

FONTE: SUDENE - Relatórios Anuais - 1980-1990. In: Apolinário (p. 61-62, 1996).

Nota: Fizemos algumas alterações na presente Tabela. Além de corrigirmos parte das somas, retiramos o estado de Minas Gerais que continha muitos equívocos numéricos. Nossa análise está concentrada apenas nos projetos aprovados para a região Nordeste. No entanto, ratificamos que seu conteúdo permanece praticamente o mesmo das fontes anteriormente citadas.

Na agropecuária, os recursos ficaram concentrados nas atividades pecuária (52,4% dos recursos aprovados para o setor) e agrícola (com 40,9%). No setor de serviços, as atividades de turismo concentraram 22,3% dos recursos destinado ao estado e cerca de 87,6% dos recursos do setor.

O Maranhão também foi outro caso diferente dos demais estados da região. A primeira diferença diz respeito ao fato de que, dentre os estados nordestinos, foi o único que teve recursos aprovados para a classe de indústria extrativa mineral. Foram apenas US\$ 5 mil. A segunda diferença, que o aproxima neste aspecto ao estado do Piauí, diz respeito ao setor agropecuário. Este concentrou os maiores montantes aprovados para o estado: US\$ 9,0 milhões, ou seja, cerca de 83,9% do total destinado ao Maranhão. Nesse setor destacaram-se a pecuária e a suinocultura, tendo ambas absorvido, respectivamente, 96,1% e 3,4% do total destinado à agropecuária. Sua indústria de transformação represou cerca de US\$ 1,6 milhão dos quais 81,5% foram recursos concernentes aos projetos de metalurgia. A metalurgia angariou 12,8% do total dos recursos do FINOR direcionados ao estado no período de 1980-89. No setor de serviços as atividades de hotelaria e turismo também concentraram maior proporção dos recursos direcionados ao mesmo, 72,2%.

Dessa forma, faz parte da história da industrialização da região e do Rio Grande do Norte – ainda antes de sofrerem intervenções desenvolvimentistas –, uma estrutura industrial com poucas potencialidades de integração setorial, negando por sua própria dinâmica – apesar da importância e do sucesso da posterior orientação da SUDENE na região – um dos principais propósitos institucionais: criar um centro manufatureiro autônomo. As razões de tais dificuldades já foram por demais mencionadas.

Porém, o mais importante foi que o Estado – primeiro com a SUDENE e, complementarmente, com o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) e com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) –, abriu caminho para o aprofundamento e diversificação da industrialização da região e do Rio Grande do Norte. Os capturou e os colocou na rota da acumulação capitalista nacional.

Os governos subnacionais também participaram do processo de financiamento (incentivo à produção). O governo do estado do Rio Grande do Norte marcou presença através de cessão de incentivos materiais (obras de infra-estrutura e financiamentos para compra de terrenos); incentivos financeiros, com fundos criados e mantidos pelo Tesouro estadual (através do Fundo

de Desenvolvimento Industrial); e incentivos fiscais (concedendo deduções de até 60% do ICMS a recolher) a título de reinvestimento na própria empresa pelo prazo de 5 anos (APOLINÁRIO, 1996, p. 77). O que de fato aconteceu com o Rio Grande do Norte? Que proveito tirou, o estado, desse processo induzido de industrialização? Essas são as questões que se tentará responder nas próximas páginas.

3.3. Modernização e expropriação capitalista no Rio Grande do Norte

Assim, como exposto anteriormente sobre a agricultura do Rio Grande do Norte, também foram destinados esforços no sentido de atender as elites industriais que reclamavam da falta de interesse do governo do estado em apoiá-las em suas reivindicações de modernizar a indústria potiguar. De acordo com suas interpretações, o único impulso que faltava era a prática de políticas públicas estaduais voltadas ao empresariado local, uma vez que o interesse dos empresários e as potencialidades naturais eram dados positivos para que se deslanchasse no estado uma industrialização “virtuosa”¹⁴⁴.

Dessa forma, como bem registrou Fernandes (2007), ao avançar do século XX, por volta de 1961-1965, o governo do estado¹⁴⁵, com forte apoio da União e seguindo suas determinações “integradoras”, buscou consolidar parte da infra-estrutura que há anos era solicitada pelas elites potiguares. Fez parte da concretização dessa infra-estrutura a criação da Companhia de Água e Esgoto do RN (CAERN) e a Companhia de Telefonia do Rio Grande do Norte (TELERN).

Esse esforço do governo norte-riograndense, com forte apoio da União, deu inclusive sobrefôlego às elites locais. Só no fim dos anos de 1960, perderam a propriedade das salinas para o capital internacional e para União.

Com isso, não se está negando a existência de uma dinâmica capitalista inferior e complementar, construída, notadamente, por forças políticas e econômicas nas circunscrições do território potiguar que encontraram espaço de reprodução e continuaram garantindo seus *status*

¹⁴⁴ Quanto a este aspecto, ver as diversas reivindicações do empresariado potiguar e a opinião dos mesmos quanto ao que chamavam de “descaso do governo” registradas por Fernandes (2007).

¹⁴⁵ Nesse período, o governador do Estado era Aluizio Alves, grande aliado da ditadura militar (O MOSSOROENSE, 2 DE DEZEMBRO DE 2005). Disponível em <http://www2.uol.com.br/omossoroense/100807>. Acesso em 18 de abril, de 2006.

quo – mesmo quando o capital monopolista nacional passou a dominar o processo de reprodução capitalista industrial no estado – em um ambiente que passava por grandes transformações políticas e econômicas.

As modernas forças capitalistas que dominavam a acumulação no território potiguar – tanto na agricultura (como visto) quanto na indústria – desde o período das clássicas intervenções desenvolvimentistas capitaneadas pela SUDENE se adequaram muito mais do que conflitaram com a ordem econômica e política já estabelecida pelas elites locais, agora também modernizadas e cada vez mais atreladas ao domínio das instituições públicas e políticas do estado.

Assim, seguindo os ímpetus integracionistas da União que depositava na industrialização a certeza de uma integração regional mais equilibrada, o governo do estado criou alguns instrumentos que deveriam auxiliar e complementar as políticas federais. Esses instrumentos foram direcionados à instalação de uma engrenagem industrial mais moderna no Rio Grande do Norte, sobretudo fortalecendo a criação de um Distrito Industrial, foram eles: a Cia. de Fomento do Rio Grande do Norte (que em seguida passou a Banco do Desenvolvimento do Rio Grande do Norte/BDRN); no ano de 1975, a Cia. de Desenvolvimento Mineral (CDM); a Secretaria da Indústria e Comércio (1976). Foram criados ainda os seguintes Fundos de Desenvolvimento: o Fundo de Apoio à Indústria Têxtil (FUNTEXTIL); o Fundo de Apoio à Indústria Mineral (FUNDEMINAS) e o Fundo de Apoio à Indústria do Sal (FUNPERSAL), criados em 1973; e o Fundo do Desenvolvimento Comercial e Industrial (FDCI), de 1975. (FERNADES, 2007)

Criadas as instituições financiadoras e reguladoras do Rio Grande do Norte para viabilizar a produção de riqueza, parecia que as condições objetivas para a reprodução do capital, sobretudo do “local”, estavam postas. Assim, como reivindicavam as elites estaduais, parte dos obstáculos à reprodução capitalista fora dissipada pela intervenção desenvolvimentista do governo do estado e pela SUDENE. Ademais, no Rio Grande do Norte, o empresário industrial têxtil existia desde 1888¹⁴⁶, condição esta por ser um razoável produtor e exportador de algodão, bastava, portanto, na interpretação das elites locais, reunir esforços para reativar a produção têxtil.

Embora muito já tenha sido dito sobre o algodão neste trabalho, deve-se atentar que a importância desse produto para o Rio Grande do Norte não esteve limitada apenas à agricultura. Logo após a migração dos instrumentos de trabalho para as cidades – na verdade, de

¹⁴⁶ Ver sobre o assunto Evangelista (2000).

beneficiamento do produto que estavam represados no interior das propriedades algodoeiras¹⁴⁷ – foram criadas as condições mínimas para que brotasse o ideário de que era possível fundar um pólo industrial têxtil com base no próprio algodão produzido no estado¹⁴⁸.

De um lado, a produção de algodão era um fato. Sua qualidade (o algodão mocó, de fibra longa) era o melhor de todo o país e as quantidades suficientes para começar um processo de industrialização capaz de absorver a força de trabalho “disponível” para essa atividade. Todavia, seria necessário colocar em prática políticas que defendessem o produtor de algodão local da supremacia da demanda do Sudeste, sobretudo de São Paulo, e dotar o cultivo do algodão de técnicas modernas capazes de resistir aos surtos de pragas que eram ameaças constantes ao sucesso das safras e de tecnologias que aumentassem sua produtividade.

Mas, como o conjunto da região, o Rio Grande do Norte enfrentou uma sequência de problemas econômicos (falta de tecnologias adequadas e técnicas mais racionais de cultivo, queda de produção, baixa produtividade por hectare, queda nacional e internacional dos preços do produto etc.) e climáticos (longos períodos de secas, sobretudo na segunda metade da década de 1970)¹⁴⁹. Todos esses fatores contribuíram para a crise do algodão que veio à tona em meados da década de 1980.

Os eventos acima expostos reforçaram os ímpetus reivindicatórios dos capitais locais represados no setor de confecções¹⁵⁰ que dependiam sobremaneira do algodão e demais matérias-primas. A principal reivindicação era construção de um Parque Têxtil com políticas e incentivos específicos para o setor¹⁵¹. Assim, um ano antes da primeira crise do petróleo foi colocado em prática a criação do Pólo Têxtil com o incentivo da SUDENE (FINOR) e com a concessão de

¹⁴⁷ Faz-se, mais uma vez necessário, para melhor entendimento desse fenômeno no Rio Grande do Norte, recorrer à pesquisa de Clementino (1986) para que se possa compreender todo o processo de transferência do maquinário – que ocorreu após 1930 – bem como as consequências desta transferência para o conjunto das relações sociais de produção nas décadas seguintes.

¹⁴⁸ “Na década de 1950, por exemplo, antes da ação e dos estímulos industrializantes da SUDENE, registrava-se o funcionamento de duas unidades têxteis – o Cotonifício Dantas & Ribeiro e o Cotonifício Norte-rio-grandense – que produziam fios e tecidos para sacaria.” (Cf. EVANGELISTA, 2000, p. 11).

¹⁴⁹ Sobre os graves efeitos deste período de seca para a produção agropecuária do Nordeste, ver o relatório do Ministério do Interior (MINTER/SUDENE, 1980).

¹⁵⁰ Nos anos de 1970 e 1980, o setor têxtil/confecções era formado pelos seguintes grupos: Confecções Guararapes, T. Barreto Indústria e Comércio S.A., Soriedem S.A., Confecções Sucar S.A., Confecções Reis Magos S.A., Confecções Inharé e a Indústria Têxtil Seridó (EVANGELISTA, 2000; FERNANDES, 2007).

¹⁵¹ Com a crise da produção algodoeira, o ramo de confecções foi abruptamente atingido. De acordo com Fernandes (2007) mais de 90% da matéria-prima consumida pelas confecções instaladas no Rio Grande do Norte, no ano de 1979, provinha do Sudeste.

ICM por parte do governo do estado. Ou seja, a reivindicação da elite local instalada no setor têxtil/confeções foi devidamente atendida.

No entanto, as elites potiguares não entendiam que necessitavam muito mais do que apenas capital de giro, crédito para investimento e subsídio em impostos. Necessitavam de proteção ostensiva para que assim pudessem suportar a concorrência das empresas do Sudeste no mercado interno. Por isso, contraditoriamente, o pronto atendimento às suas reivindicações foi um dos fatores que ocasionou a decadência econômica das elites locais no setor têxtil/confeções do estado. Os incentivos acabaram por atrair grandes empresas que já atuavam em âmbito nacional provocando uma verdadeira eliminação das empresas locais¹⁵². Apenas a Guararapes Têxtil resistiu à entrada dos capitais no mercado potiguar¹⁵³.

Com o lançamento do Programa Parque Têxtil Integrado do Rio Grande do Norte, no ano de 1979, o processo de exclusão do empresariado potiguar foi reforçado, embora o mesmo visasse, em primeira instância, privilegiar o empresariado local na recuperação de seus empreendimentos produtivos. Ora, fazer parte do seletivo grupo de confeções e da indústria têxtil só seria possível através da modernização de todo o capital fixo, dado o atraso do maquinário potiguar *vis-à-vis* ao do Sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro) e ao internacional que atuavam no setor. Esse intento onerou o orçamento da maioria dos pequenos e médios fabricantes locais e os moveu em direção ao fosso da concentração do capital. Ou seja, não dispondo de caixa nem de incentivos nos montantes capazes de permitir uma maior resistência frente aos grandes capitais “forâneos” foram açambarcados por estes últimos. Até mesmo alguns grupos do Sudeste sucumbiram frente aos concorrentes que produziam em maior escala¹⁵⁴ – como a União das

¹⁵² Entraram no mercado potiguar as seguintes empresas que operavam em âmbito nacional: a “Sperb (do Rio Grande do Sul); Alpargatas Confeções do Nordeste S.A. (de São Paulo); empresa de confeções SPARTA Nordeste (grupo UEB-RJ); Sulfabril Nordeste S.A. (Santa Catarina).” (SÁ, 1980 apud FERNANDES, 2007, p. 65). Soma-se ainda a Indústria Têxtil Seridó (também pertencente ao grupo carioca, o União das Empresas Brasileira – UEB, a Fiação Borborema S.A. com sede na Paraíba e a indústria Guararapes Têxtil, com sede no Rio Grande do Norte, que se transformou numa grande potência nacional tanto no que diz respeito à produção têxtil quanto de confeções, sendo inclusive proprietária de uma das maiores redes de lojas de departamento (confeções) do país: as lojas Riachuelo. Ver, ainda, Lima e Ferreira (1994), onde fazem um levantamento histórico da indústria têxtil e, a partir desta, da trajetória operária urbana no Rio Grande do Norte. Numa perspectiva muito parecida a desses dois autores, ver Evangelista (2000).

¹⁵³ Na pesquisa realizada anualmente pela Revista Exame, que indica as “Melhores e Maiores” empresas do país, a Guararapes tem aparecido como uma grande empresa do setor têxtil.

¹⁵⁴ Os grandes capitais que se instalaram no Rio Grande do Norte foram beneficiados pelo arranjo institucional criado para viabilizar a acumulação do capital local. Fernandes (2007) registra que os grandes capitais foram beneficiados com isenção de ICMS por 12 anos, além de se beneficiarem da construção de infra-estrutura e cessão de terreno. Em relação a essas duas últimas benesses concedidas aqueles capitais, o autor não afirma que as mesmas foram concedidas pelo governo do estado, fato que fica subentendido.

Empresas Brasileiras, do Rio de Janeiro, que foi comprado pelo grupo COTEMINAS, de Minas Gerais.

Os capitais locais instalados no setor de extração de minerais também reivindicaram do governo do estado maior assistência ao setor, no sentido de revitalizá-lo dando-lhe condições para que se tornassem mais competitivo em âmbito nacional e internacional. Apesar da histórica abundância de tais recursos no Rio Grande do Norte, suas atividades estiveram limitadas à exploração e exportação para o Sudeste e para o exterior (sobretudo na segunda metade da década de 1940, devido à segunda Guerra Mundial, e na primeira metade da década de 1950, para atender à demanda coreana, em 1952, e nos anos de 1970).

Em outras passagens deste trabalho, foi colocado que o Rio Grande do Norte não tem uma burguesia industrial tipicamente inversionista. Veja-se, por exemplo, o setor mineral. Apesar da importância das ações da SUDENE voltadas para o aproveitamento do potencial de algumas áreas nordestinas com significativas reservas de produtos minerais – em seus primeiros anos de atuação na região –, no território potiguar, com exceção das atividades salineiras, nenhuma outra ação voltada à dinamização deste setor obteve sucesso. Os agentes locais (o governo do estado e os capitais locais que até o início dos anos de 1970 dominavam o setor) não tiveram a preocupação em ampliar as condições infra-estruturais da fase de beneficiamento do mineral explorado. Não criaram, portanto, um adensamento industrial a partir da exploração das riquezas minerais existentes em seu território. Passado o *boom* dos preços internacionais, o setor mineral potiguar entrou em profunda crise.

Não se diferenciando dos demais autores que se preocuparam em fazer uma rápida análise do setor no estado, Fernandes (2007) também chegou à mesma conclusão: se, nos períodos áureos dos preços do tungstênio/scheelita no mercado internacional, os empresários do setor tivessem a preocupação de ter criado uma indústria para além da exploração bruta do minério, o setor, muito provavelmente, estaria em melhores condições.

Assim, Fernandes (2007) não conseguiu capturar o conteúdo político-histórico e os compromissos da “burguesia potiguar” para com o desenvolvimento industrial. De fato, nunca possuíram esse compromisso e, por este mesmo motivo, acumularam, enquanto puderam, em todos os setores produtivos e de serviços que compõem a economia potiguar. Essa fração “mercantil” do capital potiguar nunca foi devidamente problematizada pelos pesquisadores potiguares. Se não, veja-se como apenas parte do fenômeno é compreendida:

Assim como procederam as lideranças ligadas à agricultura, à indústria têxtil e à indústria salineira, os empresários responsáveis pela pesquisa e lavra da scheelita assumem o discurso de que as potencialidades naturais do RN, nessa área, constituem um diferencial capaz de promover a modernização pela via da industrialização das matérias-primas minerais aqui existentes. Com essa justificativa os empresários da mineração intensificaram a luta pela industrialização da scheelita, em articulação com o Estado e o capital internacional, já que isoladamente não dispunham de tecnologia e nem capital para promover a modernização industrial, agora reivindicada. (FERNADES, 2007, p. 69).

Obviamente, tem razão o autor anteriormente citado. Todavia, faz-se necessário acrescentar o que foi dito, nos parágrafos acima, para que se revele em sua plenitude o *modus operandi* das elites potiguares: estas, historicamente patrimonialistas, nunca assumiram a produção de riqueza sem que o Estado a subsidiasse ou em consórcio com o capital internacional. Aliás, a rigor, quanto a esta forma de proceder em nada se diferenciam das demais elites nacionais. Não precisaram reivindicar ao Estado ou ao capital internacional apoio às suas acumulações quando os preços (nacional e internacional) as remuneravam a contento. Isso não é a manifestação acidental de um processo. É, antes de tudo, uma decisão consciente, de classe, previamente estabelecida em suas mentes. As elites potiguares nunca foram desenvolvimentistas a ponto de ver na industrialização o caminho do crescimento e do desenvolvimento. Nunca foram inversionistas no sentido de ter como preocupação fulcral o desenvolvimento ininterrupto das forças produtivas. Não por incompetência, mas por incapacidade econômica e desinteresse. Por isso, só reivindicam a intervenção do Estado quando a sua existência enquanto elite passa por sérias ameaças. Nesse caso se dispõem, inclusive, a tornarem-se industriais.

Em conformidade com o Pólo Mineral, foram despendidos esforços para implantar no estado de um Pólo Químico a partir da produção da barrilha para abastecer o mercado nacional. Com o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), foi erigida, na cidade de Macau, uma fábrica (a Álcalis do Nordeste/ALCANORTE) inaugurando o que deveria ser o início de um sólido pólo de indústrias químicas. Era, na verdade, a expansão da ALCALIS Nacional que se projetou para o Rio Grande do Norte devido ao estoque de riquezas minerais que se encontrava naquele território. A fábrica começou a ser montada no final do ano de 1974, justamente durante a primeira crise internacional do petróleo. Por este motivo, e obedecendo às determinações do

governo federal, os recursos destinados ao Rio Grande do Norte na perspectiva de efetivação do projeto químico industrial foram cessados¹⁵⁵.

Lembramos que o projeto da ALCALIS no Rio Grande do Norte obedecia aos princípios básicos do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico (II PND) elaborado para atender a uma agenda nacional de desenvolvimento econômico o referido Plano tinha a missão de aprofundar a industrialização do setor de bens intermediários. Deveria ainda atender a uma necessidade básica da burguesia nacional: sua histórica carência de financiamento dos investimentos produtivos, pois, ainda na década de 1970, a burguesia brasileira não se desvencilhara de suas amarras patrimonialistas, tão pouco das clientelistas¹⁵⁶.

Inicialmente, a União concentrou em seu poder toda a capacidade de financiamento do ciclo econômico. Só a partir deste feito, passou a flexibilizar, dependendo das negociações com diferentes facções de capital (nacionais e estrangeiros) e de grupos de poder (facções políticas e parte do trabalho sindicalizado também cooptado para se alinhar a agenda desenvolvimentista militar), fazendo com que a reorganização da sociedade para o desenvolvimento do país passasse necessariamente por seu crivo. Internamente, praticava-se uma política cambial “permissiva” que estimulava a entrada de capitais forâneos. Externamente, o mercado (euromercado, como à época se referia ao mesmo) encontrava-se superavitário, perfazendo assim uma conjuntura política e financeira viável às práticas do projeto militar.

Essa orientação político-econômica do ciclo produtivo brasileiro viabilizou, a priori, o crescimento nacional mantendo as diferenças sociais e regionais, em que pese a importância do II PND para a maior parte da economia periférica (com seus efeitos positivos sobre a periferia atingindo, inclusive, os primeiros anos da década de 1980), dada a orientação do referido Plano para ampliação ou instalação das indústrias de bens intermediários, de insumos básicos e a expansão dos serviços de infra-estrutura que viabilizou o desenvolvimento de algumas áreas específicas da periferia nordestina bem como o aprofundamento de sua integração à dinâmica econômica do país no período do aludido Plano. Ou seja, o II PND teria como meta fundamental:

¹⁵⁵ De acordo com Fernandes (2007), durante toda a década de 1980, nenhum recurso financeiro foi enviado para conclusão do projeto em Macau.

¹⁵⁶ “O capitalismo brasileiro de tradição patrimonial, encontrou um terreno extremamente fértil de desenvolvimento, no qual o Estado autoritário concentra os recursos para depois redistribuí-los discricionariamente, de acordo com o acesso pessoal à intimidade do regime” (TAVARES; ASSIS, 1985, p. 30).

(...) concluir o ciclo de instalação da indústria pesada, acabar de internar a indústria de bens de capital e completar o parque industrial de insumos básicos e de bens intermediários; e expandir os serviços de infra-estrutura econômica a cargo das empresas e autarquias estatais, sobretudo nos setores de energia, transporte e telecomunicações (TAVARES; ASSIS, 1985, p. 43).

Foi, nesse contexto econômico, que economias periféricas e de pouca expressão para o conjunto do desenvolvimento econômico nacional foram mais uma vez capturadas a fazer parte de um processo de crescimento econômico capitaneado pelo pólo do sistema capitalista nacional. No Rio Grande do Norte foram “tímidos” os investimentos para o setor mineral, por isto mesmo, de poucos resultados quanto à industrialização do setor.

A ineficiência em executar investimentos produtivos (industrial, sobretudo) das elites periféricas (nordestinas) foi, de certa forma, compensada pelas iniciativas do Estado no afã de remover os limites estruturais para viabilizar a acumulação capitalista na região que, desde a criação da SUDENE, esteve articulando as possibilidades de solidificação da integração da mesma à dinâmica econômica nacional.

Depois da SUDENE e do Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED, 1968-1970), foi o II PND que levou à periferia nordestina a última estratégia articulada de desenvolvimento industrial – com o pólo do sistema capitalista nacional –, embora conte negativamente para a região o fato de que o mesmo tenha ocasionado efeitos positivos a poucos ramos industriais e, nestes últimos, adstrito a poucas indústrias em sua grande maioria de capital oligopolista não-regional.

Tratava-se mais uma vez de responder aos impulsos expansionistas centrais como economia “reflexa”, como complementar à dinâmica capitalista do pólo, ou dos capitais originários deste último que não mais eram apenas privados nacionais devido a grande internacionalização produtiva de setores dinâmicos da economia nacional (sobretudo a partir dos acordos realizados no bojo das captações da liquidez internacional).

Dessa forma, cada vez mais ficava determinado – pelo centro do sistema capitalista nacional – que o desenvolvimento da periferia não teria resultado superior ao necessário à acumulação do pólo, uma vez que era patente, nessa dinâmica, os ímpetos colaterais dos “efeitos de bloqueio” que se manifestavam e funcionavam como fator contrarrestante aos “efeitos de estímulos”.

Obviamente que, nos estados da periferia onde se conseguiu atingir – no estágio anterior ao II PND –, um determinado padrão de industrialização (mesmo que complementar e pautado em indústrias tradicionais) os “efeitos de estímulos” que transbordaram para os mesmos com o II PND foram muito mais duradouros, dada a existência de uma melhor infra-estrutura capitalista e social¹⁵⁷. Efeitos de estímulos com maior duração não podem ser confundidos com uma industrialização comandada pelos agentes capitalistas locais, isto é, sob o domínio das decisões inversionistas do capital privado regional. Neste sentido, embora já advertido acima, vale prestar especial atenção a passagem que segue:

A partir do momento em que o processo de industrialização pesada se instaura predominantemente no pólo, é nesse espaço econômico que seriam centralizadas as decisões de “onde”, “quando” e “em que setor” o capital que domina a dinâmica de acumulação à escala nacional deverá investir. Assim – a despeito dos incentivos regionais –, a partir desse momento não teria sentido falar em “industrialização autônoma” em qualquer outra região. Dito de outra forma, a partir desse momento, as maiores decisões privadas de inversão (incentivadas ou não) na periferia nacional, do capital industrial sediado no “pólo”, seriam tomadas quase que independentemente de decisões da tecnocracia e das burguesias regionais (...). Assim é que do total dos investimentos incentivados realizados na região NO e NE, os originados de SP, até o início da década de 70, perfaziam cerca de 50%; os originados das próprias regiões, em torno de 10% (CANO, 1998, p. 241).

Por seu potencial mineral, na retórica oficial do II PND, o Rio Grande do Norte seria beneficiado com a instalação de um Pólo Químico Industrial, moldando-o às metas do projeto de expansão da indústria de bens intermediários que, embora de pouca expressão para o conjunto do desenvolvimento industrial do estado – uma vez que se tratava de produzir matéria-prima a baixos custos para as indústrias sediadas, em sua maioria, fora do território potiguar – seria positiva a internalização de um Pólo Químico devido o potencial do mesmo em atrair outras indústrias. Suas reservas minerais foram, pretensamente, o fator atrativo das “inversões produtivas” do II PND.

¹⁵⁷ Esses foram os casos, no Nordeste, de Pernambuco, Bahia e um pouco menos do Ceará. No Norte, é exemplo o Amazonas que teve os “efeitos de estímulos” estendidos devido à “invenção” da Zona Franca de Manaus. Mesmo assim, deve-se instar que em todos os casos a organização de suas produções esteve voltada para as demandas do pólo.

Ou seja, o projeto militar que propunha tornar o país uma potência internacional passaria necessariamente pela solução do problema de insuficiência tecnológica e de financiamento das inversões privadas nas indústrias estratégicas, as dinâmicas de bens de capital e de bens intermediários, que também exigiam um maior gasto com capital fixo sem as quais o país não atingiria o *status* de desenvolvido.

Apesar dos transtornos causados pela primeira crise do petróleo aos países em desenvolvimento e periféricos, o II PND foi implantado com certo sucesso face à permanência dos empréstimos internacionais. A má conjuntura dos fluxos monetários com sentido centro-periferia e o maior rigor de algumas instituições internacionais na liberação dos montantes demandados não chegou a criar obstáculos ao Brasil como criou para outros países latino-americanos e africanos.

O Brasil continuou com abertas possibilidades de negociações com diversos bancos privados como (CITICORP¹⁵⁸, Eximbank, Chase Manhattan Bank etc.) e com as grandes instituições financeiras (FMI, BM, BIRD) pilares da valorização do capital em todos os circuitos econômicos internacionais. Juntos dominavam direta ou indiretamente todos os instrumentos e engrenagens do processo de reciclagem dos eurodólares/petrodólares e tinham a periferia como um espaço seguro de transformação do “dinheiro em dinheiro linha”, ou seja, mais dinheiro. A comunidade financeira pouco estava interessada no destino que os tomadores dariam aos excedentes nela despejados. Assim, a liquidez internacional, foi, sem sombra a dúvidas, um dos maiores atrativos de se levar adiante o sonho de potência mundial.

Internamente, as contradições não eram poucas nem pequenas. Ademais, o caminho percorrido para o desenvolvimento de uma nação com problemas estruturais seculares (econômicos e sociais) não teria que seguir, necessariamente, como meta “tentar chegar a qualquer custo ao primeiro mundo”. Furtado (1974) mostrou que outros caminhos existiam, não apenas em seu texto que agora se faz menção, mas o conjunto de sua obra tem como um dos principais propósitos criticar os caminhos perseguidos para se alcançar o desenvolvimento. Propôs outros, mais nacionais, mais integradores da nação, mais humanos. Ora, autores como Cruz (1999), Tavares e Assis (1986), Baer (1989), Carneiro (2000), Cano (1995), Fiori (1995), Araújo (1997) dentre muitos outros, se incumbiram de engrossar o exército dos críticos

¹⁵⁸ Esse foi o banco líder absoluto nos empréstimos ao Terceiro Mundo. Ver mais sobre o assunto em Payer (1989).

estudando os problemas micro e macroeconômicos que assolam ainda hoje a nação e suas regiões indiscriminadamente.

No caso específico da década de 1970, o resultado fora caótico, pois capturados ao endividamento externo os países do Terceiro Mundo reagiriam àquela realidade diferenciadamente. O Brasil experimentou o “milagre” econômico. O pesadelo veio uma década depois, no período conhecido como de crise da dívida externa. Neste período não fora apenas a periferia que “pagou os seus pecados”. O pólo teve anos agonizantes dado que o mesmo foi epicentro da “crise da dívida”.

Todavia, apesar dos transtornos que tiveram início ainda na segunda metade da década de 1970, foi através do II PND que o país ampliou o processo de integração produtiva que se encontrava em marcha a mais de quatro décadas. Os investimentos, pelas mãos da União, tomaram, notadamente, o sentido centro-periferia.

De acordo com Araújo (1997), a região Nordeste passou por uma mudança qualitativa devido ao fato de que o capital produtivo saiu do centro para produzir na periferia. Mas, que mudança foi essa? Faz-se necessário aprofundar esse ponto dado que, embora muitos estados nordestinos tenham crescido por efeito do II PND, o capital continuou sendo o mesmo (oligopolista estatal e privado – do centro), as tecnologias utilizadas na região eram produzidas fora do mercado regional, o tipo de produto a ser produzido no Nordeste era direcionado, notadamente, para o mercado nacional etc.

Como bem observou Araújo (1997), a indústria que foi implantada no Nordeste não serviu ao seu mercado. Por esta razão, argumenta-se, neste trabalho, que a velha funcionalidade capitalista instalada na região desde a “SUDENE militar/oligárquica” (com o golpe de 1964) foi “perpetuada” pela condução da política macroeconômica nacional.

Como o Plano de Metas (do final dos anos de 1950), o II PND também era um Plano nacional e como o primeiro nenhuma falsa esperança fora lançada no ar, pois na passagem de Tavares e Assis (1986) registrada anteriormente (à página 113) estava bem claro quais eram de fato os objetivos, as metas a serem alcançadas. Não se tratava de industrializar a periferia! Apenas de concluir o processo de industrialização nacional colocado em marcha desde o primeiro governo Vargas.

No Rio Grande do Norte, as ações da União via II PND não foram muito eficazes, sobretudo na extração de sal, uma vez que para este setor foram direcionadas algumas propostas

de criação de um pólo industrial, como registrado em passagens anteriores. Alerta-se para o fato de que a escolha do setor salineiro como referência prévia para ilustrar o setor mineral potiguar, dá-se tão somente por dois fatores: em primeiro lugar, porque as políticas do II PND estavam voltadas especificamente para áreas onde o potencial mineral era reconhecidamente uma realidade, dada às necessidades de se concluir a indústria complementar do país. Em segundo lugar, por ser a produção de sal potiguar a mais representativa em termos de grandes transformações produtivas quando comparada à totalidade do setor como, por exemplo, a extração e beneficiamento de scheelita.

Dentre outras reservas minerais do estado as de sal foram imprescindíveis ao processo de industrialização do país desde os intentos desenvolvimentistas de Vargas nos anos de 1940¹⁵⁹. Trata-se de uma matéria-prima para a produção da barrilha e da soda cáustica e derivados, por exemplo, que por sua vez são matérias-primas necessárias à produção de vários outros produtos da indústria química. Assim, o desenvolvimento da indústria química passava essencialmente pelo domínio dos estoques dessa matéria-prima. Portanto, não é estranho na produção dessa mercadoria a presença do grande capital estatal na produção da infra-estrutura e no financiamento e o estrangeiro no domínio da produção.

O sal, um dos produtos mais antigos do Rio Grande do Norte¹⁶⁰ só veio sofrer alterações significativas em seus métodos de extração e em sua tecnologia a partir da orientação da SUDENE no início de 1970. Ou seja, a SUDENE foi responsável pelo primeiro impulso modernizador na produção salineira do Rio Grande do Norte bem como na construção de infra-estrutura¹⁶¹ necessária ao escoamento da mesma, como foi o caso da construção do Porto Ilha no município de Areia Branca¹⁶².

Fernandes (2007), que desde 1995 se dedicou a estudar a produção de sal do estado, ressaltou em sua tese de doutorado que a maior parte das empresas nacionais (algumas regionais

¹⁵⁹ Em 1943, no governo Vargas, foi criada a Companhia Nacional de Álcalis, o primeiro passo na constituição de uma grande empresa estatal voltada para a produção química. Como a Cia. Álcalis, a Vale do Rio Doce fora fundada no mesmo período para atender os mesmos propósitos de industrialização. Ver Lessa (1986).

¹⁶⁰ No capítulo 1, foi registrado que sua produção tem origem ainda quando o estado era uma capitania.

¹⁶¹ O governo federal, no período 1968-1970, direcionou 80% dos investimentos propostos pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento para construir, ampliar, e modernizar a infra-estrutura nacional.

¹⁶² “O Porto Ilha é uma espécie de ilha artificial. Foi construindo a 11 km da costa da cidade de Areia Branca, com 150m de comprimento por 66 metros de largura, com uma capacidade de estocagem de 90.000 mil toneladas de sal. Sua construção foi iniciada em 1970 e concluída em 1974. Foram investidos 35 milhões de dólares oriundos do BNDE e de Empréstimos feitos ao Eximbank. Esse Porto, que continua estatal, é, ainda hoje, a principal via de exportação do sal produzido no RN.” (FERNANDES, 2007, p. 84).

e locais), passou para o controle de grandes grupos econômicos, tais como a Sociedade Salineira do Nordeste (conhecida como SOSAL, com sede em Natal) que foi incorporada pela Dow Chemical; a Companhia Comércio e Indústria do Nordeste (a CIRNE, com sede no Rio de Janeiro) que passou ao controle do grupo holandês AKZO; a Henrique Lage Salineira (com sede na Bahia) que foi incorporada pelo grupo italiano conhecido como Nora¹⁶³.

É necessário registrar que ao mudar a propriedade do capital na produção salineira, mudou na verdade a estrutura de poder naquele espaço produtivo, dado a maior inserção dos grandes grupos estrangeiros nas esferas de poder da União. Ocorreu uma modernização conservadora genuinamente capitalista, ou seja, com expulsão do trabalho do *locus* de produção¹⁶⁴, bem como por meios menos sociais (“à bala”), mas não menos clássicos, sobretudo para a região¹⁶⁵. Apenas de passagem, deve-se atentar para o fato de que este último método de resolução do embate entre capital e trabalho não se manifesta isoladamente nos longínquos espaços de acumulação capitalista do Rio Grande do Norte. Para Harvey (2004), o capital estará sempre disposto a reinventar, a reincorporar à dinâmica de sua reprodução, todos os mecanismos e métodos (até os mais medievais) necessários à sua expansão.

A produção de sal no Rio Grande do Norte serve de exemplo para duas linhas de argumentações registradas neste trabalho. Ambas têm relação direta com o posicionamento de Cano (1986) tal qual exposto anteriormente. A primeira diz respeito ao capital oligopolizado.

O grande capital forâneo (nacional e estrangeiro) não permitiu – após o processo de modernização da produção das salinas – que os pequenos empreendedores locais (com muito mais características de capital mercantil do que industrial) continuassem a responder pela propriedade do capital. Ora, isso tem implicação direta com a segunda linha de argumentação, pois ia de encontro à filosofia básica do GTDN e da SUDENE (anterior ao golpe) que era desenvolver a indústria mineral/química local e regional oportunizando os capitais nativos. Mas, o capital oligopolista não permitiria o antigo quadro de produtores *tupiniquins*. O resultado foi que os grupos estrangeiros citados acima “(...) passaram a controlar 80% da produção de sal no

¹⁶³ A concepção de grupo econômico adotada neste trabalho é a seguinte: “O grupo econômico é um centro de poder no sentido amplo: tem poder internamente, diante dos recursos materiais e financeiros que movimenta (isto é, próprios e de terceiros) e frente à massa de pessoas que emprega, e possui poder fora do grupo, por sua capacidade de interferir no mercado, nos circuitos financeiros, nas relações políticas (partidárias ou não), na legislação e no Estado.” (PORTUGAL Jr.; COMIM; NARETTO; BRESLER, 1994, p. 26).

¹⁶⁴ Nos termos da modernização clássica e historicamente determinada, como ocorreu em outros espaços capitalistas nacionais e estrangeiros.

¹⁶⁵ É por demais grande o número de processos trabalhistas e criminais contra a “indústria do sal” no Rio Grande do Norte (por mortes e ameaças de mortes de trabalhadores nas salinas devido a conflitos com capatazes).

litoral norte-riograndense, absorvendo, em seguida, 90 pequenas e médias empresas das 120 existentes.” (FERNANDES, 2007, p. 84).

Teoricamente, o que ocorreu nas salinas do Rio Grande do Norte – e que Fernandes (2007) não se deu conta ou julgou de menor importância – foi um avassalador processo de concentração de capital¹⁶⁶, pela rapidez dos fatos.

A produção do sal, como no tempo das capitânicas, continua voltada para fora da economia estadual¹⁶⁷. Não foi criado durante toda sua existência nenhum tipo de adensamento industrial a partir da mesma limitando, dessa forma, todo o potencial dessa economia para o estado. Frágeis como capitalistas, os grupos locais não têm forças para, nesse setor, exigir do Estado maiores providências. Os capitais que o dominam são estrangeiros, a tecnologia (mecânica essencialmente) produzida no Sudeste ou importada do exterior, os técnicos especializados são contratados fora do estado e não moram nos municípios salineiros¹⁶⁸.

Aos pequenos capitais que não foram açambarcados pelos grandes restou continuar na atividade sem a mínima condição de concorrência e foram forçados, como os demais, a fechar suas fabriquetas ou vendê-las pelo preço que o grande capital julgou correto.

A luta dos trabalhadores para manter os postos de ocupação perdidos devido à incorporação das máquinas de purificação, das esteiras e barcas no transporte do sal, da forma colocada por Rocha (2005) e por Fernandes (2007) lembra a inócua luta de Dom Quixote de La Mancha contra os moinhos na idade média. Nas salinas potiguares o inexorável progresso das forças produtivas acabou modificando a secular forma de produzir sal no estado. Sob o ponto de vista social, o resultado foi o desemprego em massa na região das salinas¹⁶⁹.

Esta realidade contou com a participação direta do estado com seu poder de polícia que, em prol da acumulação de capital, prendeu as lideranças locais, desarticulou os sindicatos e, o

¹⁶⁶ Sobre o fenômeno da concentração de capital, ver Marx (1985), em especial, o Livro 1 e em Hobson (1985) além da espetacular apresentação de Maria da Conceição Tavares, ver os capítulos 4, 5, 8 e 9. Para conhecer os efeitos da mecanização da produção de sal sobre os municípios salineiros e suas populações nativas, ver Rocha (2005) e Fernandes (2007).

¹⁶⁷ Mesmo antes da internacionalização do setor, os grandes produtores não eram os capitais regionais. Eram do Sudeste, mais especificamente, do Rio de Janeiro.

¹⁶⁸ Quanto à contratação de mão-de-obra fora do município, constatou-se que havia uma grande apatia da população local quanto a esta prática. Essas informações foram colhidas pelo autor no município de Macau, no ano de 2000. As mesmas foram concedidas por antigos moradores e muitos de seus parentes que foram trabalhadores de salinas.

¹⁶⁹ Ao estudar o assunto, Rocha (2005) deixou claro que ocorreu um grande espraiamento das consequências desse desemprego tecnológico para o município de Mossoró, pois aquele fato elevou a pobreza, criou favelas e demais ocupações espaciais não planejadas e aumentou significativamente os gastos públicos na tentativa de imprimir políticas que reparassem os transtornos urbanos que derivaram daqueles acontecimentos.

mais lamentável, os transformou “em agência de locação de mão-de-obra para o capital”¹⁷⁰. Mas, não poderia ser outro o resultado em uma área periférica onde as elites estaduais não têm poder capitalista quando colocadas lado a lado às elites do pólo ou das estrangeiras. O empresário de “espírito” inovador-inversionista, “de ar schumpeteriano”, não foi formado na região. Nem se pode afirmar que nela esteve presente, dado ter sido o Estado o agente que criou todo o aparato de transferência do capital do Sudeste para o Nordeste¹⁷¹ bem como os mecanismos de financiamento dos mesmos, tornando o ambiente atraente à sua permanência na região por um longo período.

O Rio Grande do Norte ainda fora contemplado com a instalação, em 1973-74, da estatal Petróleo do Brasil S.A (PETROBRÁS) que esteve envolvida com pesquisa e abertura de poços nas áreas do interior do estado – nas mediações do território mossoroense como já mencionado anteriormente – e, em 1974, da Campanha Nacional de Álcalis que produziria barrilha¹⁷², essencialmente na cidade de Macau. Somadas às empresas internacionais que se instalaram na produção de sal, estava assim formado o Pólo Químico Industrial do estado. Como significativa parte do capital instalada neste pólo era estatal, a crise do petróleo no ano de 1974 causou grande impacto nos montantes de investimentos que deveriam se dirigir ao mesmo. Nesses anos de crise, o governo federal com o intuito de equilibrar as contas públicas diminuiu a massa de investimento que efetivava em alguns empreendimentos do II PND, dentre estes estavam os do Pólo Químico Industrial do Rio Grande do Norte¹⁷³.

No que tange especificamente à produção de barrilha, adverte-se para o fato de que o capital internacional era responsável por 75% do fornecimento de barrilha às indústrias brasileiras o que tornava – para muitos analistas – inviável a conclusão da fábrica de barrilha potiguar. Fernandes (2007), por exemplo, esforça-se para mostrar a inviabilidade do projeto e a impossibilidade do mesmo ter dado certo devido ao controle do mercado interno da barrilha pelo

¹⁷⁰ O texto entre aspas é de autoria de Fernandes (2007).

¹⁷¹ Fernandes (2007) lembra que a única ação no sentido de amenizar as perdas dos trabalhadores foi a criação em 1973 do Fundo de Apoio ao Pequeno Produtor de Sal (FUNPESAL), pelo então governador Cortez Pereira de Araújo. Com essa atitude, o governador entrou numa quebra-de-braço com a União e um embate aberto com o Coronel do Exército que estava à frente da administração do grupo italiano Nora. Para maiores detalhes, ver a análise de Fernandes (2007), em particular, as páginas 85 e 86 do capítulo 8.

¹⁷² A barrilha é na verdade carbonato de sódio que deriva da fusão do sal com o calcário, matéria-prima abundante nas áreas de salinas do Rio Grande do Norte.

¹⁷³ De acordo com Fernandes (2007), para a construção da fábrica de barrilha fora investido no estado US\$ 128 milhões. Com a crise do petróleo, o projeto passa por interrupções que comprometeram por demais a consolidação do Pólo Químico, situação agravada, inclusive, pelo abandono de parte dos investimentos pelo capital estrangeiro.

capital estrangeiro¹⁷⁴. O referido autor esqueceu que esse era o problema a ser encarado e que o governo militar estava disposto a encará-lo a todo custo, pois se tratava de diminuir a dependência externa em petróleo e derivados e de matérias-primas como a barrilha. Mais uma vez, chama-se a atenção para o texto de Tavares e Assis (1986). A meta maior do II PND era concluir o parque de indústrias pesadas e de bens intermediários.

A concorrência internacional foi um obstáculo grande, mas não intransponível, pois se assim o fosse a indústria de petróleo nacional¹⁷⁵ – inclusive a unidade potiguar – não teria atingido a importância que atingiu. Reside, portanto, na descoberta pelos Estados Unidos de uma grande reserva de Trona¹⁷⁶ (substituto imediato da barrilha), na crise de financiamento externo, no excesso de empreendimentos estatais em vários outros pontos da periferia e do país, na corrupção etc., as reais causas das interrupções de muitos dos projetos do II PND. A concorrência e o “monopólio” estrangeiro em alguns setores da economia nacional foram apenas mais um obstáculo, não o principal.

Este foi o quadro econômico-social do período de instalação dos empreendimentos do II PND na indústria mínero-salineira do Rio Grande do Norte. Como já colocado, tratava-se de avançar no projeto de industrialização retirando os obstáculos à instalação, dentre outras indústrias, da indústria química. Assim, o Rio Grande do Norte foi “contemplado”, mas pouco beneficiado, como área privilegiada para instalação de um Pólo Químico Industrial.

Dessa forma, quanto à ordem política, econômica e social no Rio Grande do Norte, tudo continuou como antes uma vez que a produção tinha como principal destino o mercado nacional, conservando, dessa forma, um antigo padrão de crescimento com notável heterogeneidade entre unidades produtivas de um mesmo setor, bem como insuficientes articulações econômicas entre estes últimos.

¹⁷⁴ O cartel da barrilha consubstanciava o grupo American Natural Soda Ash Association (ANSAS). O fato é que realmente o projeto foi interrompido. A fábrica foi construída, a vila operária erigida. Faltava colocar a fábrica em funcionamento. Mas, esse foi um dos problemas de vários projetos faraônicos dos militares.

¹⁷⁵ Devido à ousadia dos governos brasileiros no setor de petróleo, o país é auto-suficiente e com grande possibilidade de, até 2010, tornar-se o mais novo exportador de petróleo do mundo, devido às últimas descobertas anunciadas pela PETROBRAS (FOLHA ONLINE, 09/11/2007).

¹⁷⁶ A descoberta das reservas de Trona possibilitou aos Estados Unidos formarem um grande cartel com as empresas estrangeiras que já atuavam no setor, inclusive as que forneciam e pretendiam produzir barrilha no Brasil.

3.4. O Rio Grande do Norte na década de 1980

Neste tópico, o principal objetivo é analisar o desenvolvimento econômico ocorrido no Rio Grande do Norte na década de 1980. Cognominada de “década perdida” devido aos vários fatores internacionais e nacionais que a levaram à recessão, ver-se-á que na região Nordeste do Brasil e, especificamente, no Rio Grande do Norte, a crise que se estabeleceu nessa década não chegou a criar grandes estrangulamentos sobre o desempenho de suas economias (ver Tabela 21). Com isso não se está afirmando que as mesmas não foram impactadas pela crise de endividamento externo que pairou sobre a economia brasileira. Mas, diferentemente das economias estaduais mais industrializadas, como São Paulo, as economias da região Nordeste e a potiguar encontravam-se, nesse período, em melhor situação dado que a região e muitos dos seus estados “colhiam” as benesses dos investimentos do II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico (II PND).

Apenas de passagem, deve-se ainda buscar registrar que a crise da dívida externa e seus efeitos sobre os diferentes espaços econômicos nacionais originaram-se nos eventos econômicos que afloraram na segunda metade da década de 1970¹⁷⁷.

O quadro internacional era de alta liquidez, de taxas negativas de juros sobre os empréstimos e de expansivos prazos de pagamento¹⁷⁸. Os estados periféricos bem como os capitais privados localizados em suas economias (nacional e estrangeiro) foram verdadeiramente capturados ao circuito do endividamento. Ou seja, o que parecia ser uma via profícua de se levar adiante um projeto de industrialização (pelo baixo custo corrente) transformou-se numa penosa armadilha para toda sociedade.

Portanto, passada a conjuntura do *boom* econômico do período 1957-1972, o choque do petróleo de 1974 indiretamente anunciou que a crise que estava para se estabelecer seria ainda mais danosa. Esse choque contribuiu, decididamente, para que os países desenvolvidos diminuíssem os “motores” de suas economias e passassem a restringir o “derrame” monetário que tinha nas economias em desenvolvimento às melhores possibilidades de reciclagem dos seus excedentes de “eurodólares” (CRUZ, 1999).

¹⁷⁷ Carneiro (1992); Furtado (1992).

¹⁷⁸ De acordo com Furtado (1992, p. 68) as tomadas de empréstimos internacionais eram efetuadas à taxa negativa de 2% a.a., em 1973, e a -6% a.a. em 1974, permanecendo baixa até o fim dos anos de 1970.

Quanto à periferia, embora os choques do petróleo – e todos os elementos de crise que se manifestaram por consequência dos mesmos na década de 1980 (inflação, desemprego, queda da taxa média de investimentos etc.) – tenham agravado sua crise, é necessário ter em conta que cada país foi impactado de forma diferenciada. Nesse sentido, no que diz respeito ao Brasil, deve-se dar maior relevo ao II PND que funcionou como um instrumento de ajustamento estrutural que possibilitou a economia brasileira continuar no caminho da industrialização pesada, postergando para a década seguinte, a de 1980, a crise que nos países desenvolvidos e em boa parte dos países em desenvolvimento exteriorizou-se já na segunda metade da década de 1970.

Teve peso, no maior rigor em relação às liberações de empréstimos, a crise da Polônia e do México (LANGONI, 1985), na primeira metade da década de 1980 (quando decretaram moratórias), dado a possibilidade da crise de ambos os países se espraiassem para os demais países devedores. A partir desse momento, as captações de dólares dos países em desenvolvimento junto ao mercado monetário internacional à taxas de juros negativas e a longo prazo sofrem uma abrupta interrupção. Por todas essas razões, a realidade econômica brasileira na década de 1980 foi completamente outra. A estratégia brasileira de encarar a crise que nesta década tomou a periferia do planeta esteve voltada para o ajustamento das contas externas com o propósito de viabilizar as transferências de recursos reais para o exterior por exigência, sobretudo, do Fundo Monetário Internacional (FMI) que passou a arbitrar as diferentes negociações dos países em desenvolvimento com os países desenvolvidos (credores).

Ademais, a política de altas taxas de juros que os Estados Unidos da América passaram a adotar como um dos principais instrumentos de recuperação de sua hegemonia econômica internacional foi a maior responsável pela aceleração do endividamento externo dos países em desenvolvimento. Furtado (1992, p. 70) registrou que “em 1980, essas taxas já passavam de 8%, em 1982, haviam chegado a 12%”.

A periferia foi ainda mais sufocada devido ao fato de, por influência da política norte-americana, todos os países do primeiro mundo forçaram suas exportações a patamares jamais vistos, como resultado de uma política de defesa de seus desequilíbrios externos. Assim, ao se defenderem da avassaladora crise internacional, que teve como epicentro a economia norte-americana, os países desenvolvidos acabaram se alinhando com as duras políticas praticadas naquele momento pelo governo norte-americano. Tavares (1997, p. 35-36) fez o seguinte registro desse fato:

Todos tiveram claro de 1979 a 1981, que não deviam alinhar-se, mas apesar disso todos foram sendo submetidos. Todos os países desenvolvidos do mundo, quaisquer que sejam seus governos – socialistas, social-democratas, conservadores etc. – estão praticamente alinhados em termos de política cambial, política de taxa de juros, política monetária e política fiscal. O resultado deste movimento é que o espectro das taxas de crescimento, das taxas de câmbio e de juros passou a ser concêntrico ao desempenho destas variáveis no âmbito da economia norte-americana. O ‘equilíbrio macroeconômico’ da economia mundial, dada a ‘dolarização’ generalizada do sistema de crédito, obriga a maioria dos países a praticar políticas monetárias e fiscais restritivas e a obter superávites comerciais crescentes para compensar a situação deficitária global da potência hegemônica. Estas políticas, por sua vez, esterilizam o potencial de crescimento endógeno das economias nacionais e convertem os déficits públicos em déficits financeiros estruturais, inúteis para uma política de reativação econômica, de corte keynesiano.

Dessa forma, a década de 1980 entrou para a história brasileira como um dos períodos de maior crise econômica e social jamais experimentada pela sociedade brasileira. Após mais de 5 décadas de crescimento econômico e de consolidação da economia nacional como uma das mais prósperas entre os países subdesenvolvidos, a crise da dívida externa retardou essa “marcha desenvolvimentista”. Em outras palavras, a década de 1980 encerrou um longo período de construção da economia e da sociedade brasileira (FURTADO, 1992).

Essa crise manifestou-se com maior perversidade, como já mencionamos, nos estados mais industrializados do país fazendo com que a taxa de investimento¹⁷⁹ caísse significativamente, o desemprego aumentasse e ocorresse uma tendência à diminuição da propensão média a consumir. Para além desses episódios, a inflação (que até então não havia se constituído em empecilho ao processo de industrialização do país) tornou-se um dos maiores obstáculos ao crescimento econômico e ao desenvolvimento social, aprofundando ainda mais o fosso econômico e social existente entre as diferentes classes e camadas de classes no Brasil.

Em âmbito nacional, Carneiro (1992) analisou com acuidade a evolução dos investimentos produtivos. Chamou a atenção para o fato de, na segunda metade da década de 1970, a queda dos investimentos privados ter sido compensada pelo aumento relativo dos investimentos públicos. “A participação do investimento privado no investimento total caiu de 60%, em 1974, para 55%, em 1979. Em contrapartida, o investimento das empresas estatais

¹⁷⁹ De acordo com Carneiro (1992, p. 154), foi no crescimento negativo do investimento que a crise da década de 1980 adquiriu “o seu significado mais profundo”.

aumenta sua participação em igual magnitude, passando de 23,5% do total , em 1974, para 28,5%, em 1979”. (CARNEIRO, 1992, p. 148).

Diferentemente da década anterior, na de 1980, os investimentos públicos sofreram acentuada queda: “são aspectos centrais dessa ruptura o decréscimo sistemático dos investimentos do setor produtivo estatal (7,5% a.a.) e o crescimento nulo do gasto público em infra-estrutura e dos investimentos privados” (CARNEIRO, 1992, p.155). Essa queda dos investimentos estatais na recuperação da economia brasileira foi seguida pelos capitais privados que vão se refugiar, em grande medida, tanto no mercado imobiliário quanto no financeiro (nacional e internacional). Na segunda metade da década anterior, 1970, a retração dos investimentos privados – por causa dos ainda resistentes impactos do primeiro e do segundo choques do petróleo, que aumentou significativamente os custos de produção – foi compensada pelo aumento dos investimentos públicos nos setores de infra-estrutura e de bens intermediários e de capital.

A Tabela 21 reúne algumas informações importantes. A primeira é que o país, além de sofrer drásticas quedas em suas taxas de expansão do produto em relação à década imediatamente anterior a de 1980, cresceu menos do que a região Nordeste com exceção apenas do subperíodo 1985-90 quando a região apresentou uma taxa média de expansão anual da ordem de 0,2% contra 2,0% do Brasil, e do subperíodo 1990-95, de recuperação da economia nordestina. Ademais, no subperíodo de 1980-85, o Brasil cresceu abaixo das taxas alcançadas pelos estados nordestinos (à exceção do Maranhão).

Tabela 21 - Taxa Média de Crescimento do PIB do País, do Nordeste e dos Estados Seleccionados 1980-2000

UFs, NE E BR	1985/80	1990/85	1995/90	2000/95	2000/80
MA	-0,71	3,52	2,69	3,56	2,25
PI	2,88	4,68	5,02	1,89	3,61
CE	4,19	0,78	6,79	1,75	3,35
RN	6,22	0,35	3,45	5,19	3,78
PB	3,81	5,42	2,54	2,60	3,54
PE	2,59	2,33	3,40	1,79	2,53
AL	7,27	-1,83	0,56	2,65	2,11
SE	21,01	-7,11	2,03	1,89	3,97
BA	6,27	-1,47	1,40	3,36	2,35
NE	5,29	0,17	2,94	2,74	2,76
BR	1,88	2,03	3,07	2,23	2,30

FONTE: IPEADATA/IBGE. Elaboração Própria.

No que concerne à totalidade do período (1980-2000) observa-se que apenas os estados de Alagoas e Maranhão registraram taxas médias de crescimento inferiores a do Brasil. Todos os demais estiveram acima da taxa média de crescimento do país, com destaque para as economias sergipana e potiguar que obtiveram as maiores taxas médias de crescimento dentre os estados e a região Nordeste. Ora, esse resultado não ocorreu por outro motivo senão pelo fato de que na década de 1980 aquelas economias atingiram o estágio de amadurecimento dos investimentos realizados pelo Estado Nacional e demais agentes desenvolvimentistas (capitais privados e governo do estado) em suas economias.

Embora o Rio Grande do Norte tenha crescido em meio à crise da economia brasileira, sua indústria de transformação ainda permaneceu fundamentada nas indústrias tradicionais como vestuário e calçados, de alimentos e a têxtil, embora em relação às décadas anteriores alguns setores considerados mais dinâmicos sofreram um pequeno crescimento, sobretudo a partir da atuação da PETROBRÁS no estado que acabou incentivando alguns gêneros de indústrias mais dinâmicas como, por exemplo, a química. Observem que este seguimento industrial ainda no meado da década de 1970 apresentava um insignificante peso no Valor da Transformação Industrial do estado (0,4%) crescendo significativamente a partir de 1980 quando as atividades da PETROBRÁS se intensificam. Em 1985 a indústria química potiguar atingiu o histórico percentual no Valor da Transformação Industrial do estado, 6,4% (ver Tabela 22).

Outro setor que se destacou nesta década de 1980 foi o da mecânica. Historicamente de peso insignificante na composição do VTI estadual passou a ter seu peso aumentado a partir de 1980, alcançando 2,0% do VTI no meado da década. Em que pese a importância desse aumento, para o conjunto da economia potiguar ainda foi extremamente incipiente e incapaz de imprimir maior dinâmica ao setor industrial.

As indústrias do gênero de transformação de materiais não-metálicos foram as que mais aumentaram o peso na composição do VTI quanto se compara a evolução das mesmas entre a década passada e a de 1980¹⁸⁰.

Tabela 22 - Rio Grande do Norte: VTI da Indústria de Transformação em (%)¹ de Valor -1975-85

Indústria de Transformação	ANO		
	1975	1980	1985
Transformação de Materiais Não-Metálicos	10,95	13,69	11,67
Metalúrgica	3,06	2,14	1,13
Mecânica	0,30	1,14	2,00
Material Elétrico e de Comunicação	0,17	0,16	0,39
Material de Transporte (Construção e Montagem)	0,26	0,79	0,34
Madeira	1,14	0,93	0,60
Mobiliário	0,81	1,15	2,04
Papel e Papelão	0,99	0,66	(X)
Borracha	0,16	0,21	0,18
Couros e Peles e Produção Similares	1,54	0,94	1,09
Química	0,36	3,51	6,37
Produtos Farmacêuticos e medicinais	x	0,36	0,13
Perfum. Sabões e Velas	0,35	0,19	0,43
Produtos de Material Plástico	1,11	1,18	(X)
Têxtil	23,87	22,95	19,42
Vestuário, Calçados e Artefatos de Serviços	23,64	27,38	25,74
Produtos Alimentares	26,91	19,23	25,15
Bebidas	0,53	0,31	0,35
Fumo	-	-	-
Editorial e Gráfica	2,38	2,17	1,22
Diversas	1,36	0,91	1,05
Total	100,00	100,00	100,00

FONTE: IBGE. Censo Industrial. Vários Anos. Elaboração Própria.

1. Na Indústria Química (para todos os anos) o valor do VTI correspondente a Óleos, Ceras e Gorduras foi subtraído e adicionado ao VTI da indústria de alimentos.

¹⁸⁰ No ano de 1970, seu peso era de apenas 4,7% do VTI do Rio Grande do Norte (Tabela 13, Cap. 2).

3.5. Breves informações sobre a produção mineral potiguar

O setor mineral potiguar não se resume apenas à scheelita. Soma-se a esta última a exploração do minério áureo-argentíferas, do sal, da gipsita e da columbita-tantalita¹⁸¹ e muitos outros¹⁸². Todavia, o setor sofreu – em todo o período de exploração – grande concorrência internacional, baixa capitalização (tecnologia, transportes e financiamento), ineficiente infraestrutura (armazenagem e estradas, por exemplo), baixo padrão de beneficiamento do minério explorado e logística de distribuição (circulação) deficiente.

No que tange as ocorrências de minerais, seus estoques estão localizados mais precisamente na região do Seridó paraibano e potiguar, conhecida tecnicamente pelos engenheiros de minas como Província Pegmatítica da Borborema¹⁸³. Nesta região, foram explorados os seguintes minerais para abastecer a indústria bélica: tungstênio (scheelita), berilo e tântalo.

A importância como estratégia de segurança militar era tal que à época os governos do Brasil e dos EUA criaram dois órgãos de Estado para dirigir a exploração nacional de minerais. O Brasil criou o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), com sede em Campina Grande, na Paraíba, e os EUA o Serviço Geológico dos Estados Unidos (SSGS).

¹⁸¹ Em 1933, a exploração incipiente de pegmatitos para a produção de berilo e columbita-tantalita era praticada no Seridó (na cidade de Parelhas). Mas, os registros de exploração mineral no Rio Grande do Norte datam de 1650 (onde foi encontrado um minério denominado à época pelos holandeses de áureo-argentíferas); em 1802 o sal (em Mossoró, Areia Branca, Macau e Assu); e 1923 a gipsita (para a produção de gesso e como aditivo na produção de cimento) – encontrada à época no Distrito de São Sebastião no município de Mossoró, hoje cidade Governador Dix-Sept Rosado. Parte desse minério teve sua produção interrompida na década de 1960/70 (por vários motivos, dentre eles a concorrência internacional), mas foi retomada na década de 1980 quando a PETROBRAS (através da Petromisa) descobre novas reservas e diversidades de minérios em Macau, Mossoró e Guamaré. Deixa-se registrado que a SUDENE foi a instituição pioneira no estudo das riquezas minerais do estado.

¹⁸² Além dos já citados o estado ainda produz bens minerais como: feldspato, mica, ouro, quartzo e água marinha. As cidades que possuem essas riquezas são Acari, Lajes Pintada, Carnaúba dos Dantas, Equador, Parelhas, São Tomé, Tabuleiro Grande, Tenente Ananias, Cerro Corá, Currais Novos, Jardim do Seridó e Lajes. De acordo com a SERM/RN o novo mapa geológico do estado registra a existência de 1.800 jazidas minerais. O Rio Grande do Norte possui mais de 30 substâncias minerais que vão das mais simples (argila, cascalho, pedras britadas, rochas ornamentais, entre outros) até as mais complexas (águas minerais, metais ferrosos como scheelita e minério de ferro, semimetals, metais não-ferrosos, minerais industriais e energéticos, como petróleo e gás natural, preciosos, como o ouro e as gemas, com destaque para as águas marinhas, as turmalinas coradas e o rubi, de alto valor comercial. (Secretaria de Recursos Minerais do Rio Grande do Norte – SERM/RN). Ver também os diversos Anuários Minerais Brasileiros do Departamento Nacional de Produção Mineral.

¹⁸³ “A Província Pegmatítica Borborema-Seridó abrange área de exposição de centenas de corpos pegmatíticos, de dimensões variadas, nos Estados do Rio Grande do Norte e Paraíba” (Cf. <http://www.cefetn.br/dpeq/livro2/encontro>). Acesso em 28 de março de 2007.

Com o avanço das pesquisas e explorações na referida região mineral, foram descobertas novas reservas como: pegmatitos¹⁸⁴, columbita-tantalita, barilo, cassiterita, espodumênio, amblygonita etc., todos com grande potência de scheelita. No Rio Grande do Norte a scheelita derivada do tungstênio foi o mineral mais importante. (FAPERN/SEDEC-RN, 2005)

Na cidade de Currais Novos, foram encontrados enxofre, fluorita e ouro. Em Parelhas e Santana do Seridó, ocorreram reservas de barita e, em Tenente Ananias, a água marinha. Assim, no Rio Grande do Norte outros minerais não-metálicos são produzidos, desde a década de 1950, sobretudo as gemas contidas nos pegmatitos que são produzidas especificamente para atender a demanda do mercado interno. A passagem abaixo mostra a diversidade mineral do estado:

O crescimento deste mercado interno a partir da década de 1950, exerceu nos anos seguintes a sua influência para estimular o aproveitamento de outros bens minerais não metálicos, como dos minerais industriais e minerais gemas contidos nos pegmatitos, caso do feldspato, caulim, mica, quartzo e variedades, água marinha, as elbaítas (turmalinas coradas), das argilas, dos agregados naturais como as areias e pedras britadas, das pedras de cantarias (quartzitos) e rochas ornamentais (mármore), da barita, da água mineral e dos calcários, da Bacia do Apodi, e mármore, do pré-cambriano. O feldspato e o caulim foram explorados a partir do início da década de 1950, nos clássicos pegmatitos denominados Altos do Giz e dos Mamões, em Equador, pela Mineração José Marcelino de Oliveira, uma das empresas pioneiras nesta atividade, atualmente encontra-se paralisada. (AVALIAÇÃO E DIAGNÓSTICO DO SETOR MINERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. SEDEC/FAPERN, p. 10, 2008)

Dessa forma, a “indústria bélica” havia não apenas ocupado o território da capital potiguar, geograficamente importante como ponto de apoio às ações dos aliados, mas se estendeu até o interior do estado e ultrapassou suas fronteiras ao atingir o Seridó paraibano. Não se pode, contudo, afirmar que o interior fora tomado por um impulso de urbanização e de desenvolvimento, haja vista que as atividades de exploração exigiam implementos de capital fixo (máquinas e equipamentos específicos) e conhecimento científico (engenharia de minas, engenharia mecânica, liminologia etc.) que estavam além da capacidade da região ofertar. Ou seja, as atividades de exploração dinamizavam outros centros: a capital do estado e o exterior.

¹⁸⁴ Os pegmatitos são rochas portadoras de diversos minerais utilizados por vários segmentos industriais. Ver sobre o assunto Souza, Araújo, Melo e Lima (Disponível em <http://www.annq.org/congresso2007>. Acesso em 22/10/2007).

Infelizmente, não foi encontrada uma série de dados segura para uma avaliação em quantidade e em valores da produção mineral do estado neste período¹⁸⁵. Todavia, há registros de que as reservas de tungstênio encontradas nas terras privadas do interior do estado (no Seridó) fortaleceram sobremaneira as oligarquias interioranas¹⁸⁶. No entanto, deve ser lembrado que, quando da intervenção da SUDENE na região Nordeste, uma de suas pretensões era aproveitar o potencial de riquezas mineras da região para expandir a partir daquele um núcleo industrial-mineral. A história das riquezas minerais do Rio Grande do Norte comprova que a SUDENE tinha uma compreensão científica do potencial mineral da região. Ao avançar das décadas, os esforços na perspectiva de mapear o potencial mineral potiguar findaram na pesquisa e exploração de petróleo, embora, como se verá, este mineral também já havia sido descoberto no Rio Grande do Norte antes do meado da década de 1940.

Para os anos mais recentes foi possível agruparmos algumas informações estatísticas que nos permitem ter uma idéia de como se encontra o setor de minerais metálicos e não- metálicos.

Com base na Tabela 23, pode-se perceber que, de 1996 a 2005, a produção dos principais minerais metálicos existentes no Rio Grande do Norte tem sido demasiadamente insignificante¹⁸⁷. Diferente das reservas de minerais não-metálicos, como se verá, os metálicos não ocorrem em grande variedade nem suas quantidades exploradas (até o momento) foram significativas no período analisado (1996-2005). A principal explicação para esta realidade tem sido a ainda baixa

¹⁸⁵ Existem dados para a produção nacional. Antes de 1943, era de 32 toneladas. Em 1943, já atingia 1.264 e um ano após havia atingido 2.221 toneladas. Muito provavelmente a maior parte dessa produção ocorria no Nordeste (CUNHA, 1988 apud CLEMENTINO, 1990). Tratava-se da scheelita do tungstênio. No início da década de 1990, admiti-se que 90% da produção mineral do país era nordestina. Hoje, em meados dos anos 2000, 78% da produção de tungstênio é proveniente do estado de Rondônia e 22% do Rio Grande do Norte. Percentuais extraídos da entrevista do Coordenador de Recursos Minerais da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Norte – SEDEC, Otacílio O. de Carvalho, à Revista Eletrônica Natalpress.com/index. Acesso em 29 de outubro de 2007.

¹⁸⁶ Como a atividade mineradora dependia, em suas primeiras décadas de exploração, da demanda externa e, portanto, das cotações do mercado internacional, as oligarquias trataram de se capitalizar – mais especificamente se patrimonializar – investindo parte dos lucros em toda sorte de negócios possíveis de se obter rendas: prédios para alugar, terras para arrendar, rebanho para ter liquidez, comércio de toda espécie e muitas vezes indústrias e empresas de transportes etc. É na verdade a prática do capital mercantil. Sobre essa prática, ver Pereira (1989) e Cano (1988a).

¹⁸⁷ A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), empresa estatal vinculada ao Ministério de Minas e Energia, tem intensificado pesquisas para identificar novas fontes de recursos em todo o Nordeste. No Rio Grande do Norte, até o ano de 2006, já havia investido mais de R\$ 1,5 milhão em pesquisas, na confecção do novo mapa mineral do estado (o qual foi realizado à base de tecnologia digital), na reabertura de antigas minas com grande potencial mineral (através da utilização de novas tecnologias exploratórias foram reabertas cinco minas de scheelita de um total de 14 que estavam fechadas) etc. Esses investimentos foram realizados em parceria com o governo do estado. No cômputo do novo mapeamento, foram identificadas 1.800 jazidas minerais (o quádruplo do mapeamento anterior) e, aproximadamente, 30 tipos diferentes de minerais metálicos e não- metálicos. Para ver mais sobre o assunto: <http://www.fatorgis.com.br/vernoticia.asp>. Acesso em 20 de dezembro de 2007 (ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE).

capitalização dos poucos empreendimentos industriais do setor, o baixo nível da tecnologia utilizada no processo de exploração, a falta de qualificação do pessoal ocupado, a precária estrutura de armazenamento e transporte etc. Soma-se a estes fatores a forte concorrência internacional.

A precariedade da produção de minerais pode ser observada nos diversos hiatos temporais produtivos que estão contidos no período 1996-2005. No primeiro quinquênio do período anteriormente citado, não há registro da produção bruta de ferro enquanto existe para o ferro beneficiado. A realidade inverte-se quase que completamente no quinquênio imediatamente posterior, o que sugere certo descompasso entre a produção das empresas do setor.

O tungstênio em particular tem apresentado algumas singularidades. Apesar de ser considerado um mineral essencial para a indústria siderúrgica, sobretudo para a produção de aços especiais de alta resistência, na produção de instrumentos de cortes de grande precisão e de perfuração e na indústria aeronáutica, sua produção não tem sido expressiva no estado como pode ser percebida na Tabela 23. Analisando alguns textos¹⁸⁸ sobre o setor mineral potiguar, a produção do tungstênio foi mais expressiva apenas em curtos períodos, como por exemplo, durante os dois últimos conflitos bélicos mundiais; no período da guerra da Coreia; e durante a grande crise do petróleo de 1974. Nos dois primeiros casos para construção de instrumentos bélicos e armamentos. No segundo, para perfuração de poços de grandes profundidades (em terra e em mar).

Rico em scheelita, aquele mineral teve uma produção bruta para a totalidade do período de apenas 53.333 toneladas (ocorreu apenas no biênio 1996-1997) e suas quantidades beneficiadas não atingiram 500 toneladas em todo o período, além de ter ocorrido, também, de forma descontínua no tempo. Sua cadeia produtiva também carece de uma indústria de beneficiamento. Os dois principais minerais metálicos explorados no Rio Grande do Norte (ferro e tungstênio) no período de 1996-2005 representavam, respectivamente, 33,8%¹⁸⁹ e 100% do total de toneladas produzidas na região Nordeste.

¹⁸⁸ Ver em especial Garcia (2001) e o relatório Avaliação e Diagnóstico do Setor Mineral do Estado do Rio Grande do Norte, disponível em www.sedec.rn.gov. Acesso em 15 de agosto de 2008.

¹⁸⁹ Os demais estados da região produtores de ferro no período 1996-2005 foram: Ceará, que representava 57,6% da produção regional, e o Maranhão, com 8,6%.

Sua produção no Rio Grande do Norte esteve sempre em função das demandas nacional e internacional e, sobretudo, sob forte influência do preço de mercado. Sobre este último, a produção potiguar tem contribuído de forma extremamente marginal.

Garcia (2001) analisando o movimento do preço do tungstênio produzido no estado, observou que passado o período de crise do petróleo, o preço do referido mineral caiu, sendo seguido pela queda das quantidades produzidas (porém, menos acentuada em relação a dos preços). Quando, a partir de 1993, o “preço unitário” voltou a subir não foi acompanhado por um maior aumento da produção devido ao fato de que esta última encontrava-se próxima de sua capacidade plena. Essa é uma explicação bastante razoável, dadas as ainda precárias condições de exploração do produto, da inexistência de estoques reguladores e da baixa produtividade que acabam elevando, sobremaneira, os custos de produção do mineral potiguar.

Portanto, a principal razão para a incipiente produção do tungstênio, bem como dos demais minerais (metálicos e não-metálicos), só podem ter origem na falta de uma política específica para o setor que envolva as diferentes fases de exploração e beneficiamento, que só se viabilizarão através do financiamento à produção, da introjeção de tecnologias apropriadas, de condições de armazenamento (para garantia de estoques, com os quais se poderia enfrentar com mais solidez os possíveis momentos de crise), da melhoria e ampliação das condições de transporte e de estradas e através de maior capacitação da mão-de-obra etc.

Deve ser observado que, embora o Rio Grande do Norte tenha produzido em todo o período apenas 53.787 toneladas de tungstênio, essas quantidades representavam 100% da produção regional. Isto significa que o referido estado tem potencial para aumentar a produção de tungstênio e tornar-se um grande exportador do mesmo, posto hoje ocupado pelo estado de Rondônia.

Quanto aos minerais não-metálicos, 13 tipos foram explorados no período de 1996-2005. Mas, deve-se ter em conta que em quase sua totalidade não são minerais de grande valor de mercado se não forem beneficiados para comercialização. Dos minerais não-metálicos expostos na Tabela 24, apenas a Diatomita e o Calcário registram produção bruta e beneficiada do produto. Para os demais minerais, essas informações não são constantes, isto é, não ocorreram para a totalidade do período (1996-2005), o que indica certa fragilidade na cadeia produtiva de tais minerais.

O Caulim, o Sal e o Calcário são minerais importantes na fabricação da barrilha. Foi com o propósito de produção deste último mineral – indispensável como matéria-prima à produção de diversas outras indústrias como, por exemplo, a de vidros – que fora construída, no meado dos anos de 1970, uma fábrica, no município de Macau, que deveria ser especializada na produção da barrilha no Rio Grande do Norte: a ALCALIS do Nordeste, à época, uma grande estatal federal. O insucesso desta fábrica, como já comentado, criou várias frustrações no caminho percorrido pelo estado para desenvolver um braço importante da indústria química potiguar. Todavia, o insucesso do referido empreendimento não foi atribuído à frágil cadeia produtiva que o cercava no período. Fernandes (2007), em sua tese doutoral, atribuiu a falência da ALCALIS potiguar à falta de recursos do governo federal para conclusão das obras. Mais tarde, em pleno avanço da década de 1980, quando o governo do estado voltou-se para a conclusão do projeto, a fábrica continuou completamente “apagada”, o que sugere que não fora apenas a falta de recursos a grande responsável pelo não funcionamento da ALCALIS do Nordeste.

Observe-se que, no período de 1996-2005, o Caulim foi explorado em pequenas quantidades, ocorrendo apenas no subperíodo 1996-1998 e no ano de 2000. Ademais, não há registros de quantidades beneficiadas o que atribuiria maior qualidade ao mineral e agregaria mais valor. Assim, antes de se pensar na construção de uma grande fábrica de barrilha, dever-se-ia ter o total domínio da produção dos minerais que conformam sua base produtiva, o que parece ainda não ser o caso do setor mineral do estado.

Tabela 23 - Rio Grande do Norte: Quantidade e Valor da Produção dos Minerais Metálicos – 1996-2005

Ano	Ferro			Tungstênio			Ouro			Berilo			Tântalo		
	Quant. (t)		VP	Quant. (t)		VP	Quant. ¹		VP	Quant. ³		VP	Quant.		VP
	Bruta	Benefic.	US\$	Bruta	Benefic.	US\$	Bruta	Benefic.	US\$	Bruta	Benefic.	US\$	Bruta	Benefic.	US\$
1996	-	929	14.140	37.058	171	683.658	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	-	4.818	190.494	16.275	70	299.016	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	-	13.514	466.015	-	-	-	-	1.000	6.895	-	-	-	-	-	-
1999	-	16.679	321.632	-	-	-	-	3.077	20.937	-	-	-	-	-	-
2000	-	22.065	484.633	-	-	-	-	10.546	72.851	40	20	-	100 ²	100 ³	-
2001	14.306	-	248.626	-	27	165.847	-	13.000	169.144	-	-	-	-	-	-
2002	17.968	-	310.470	-	29	148.150	-	7.000	46.242	-	-	-	-	-	-
2003	11.138	-	120.194	-	21	100.324	-	1.000	12.120	-	-	-	-	-	-
2004	12.717	-	43.412	-	-	-	-	2.000	21.103	-	-	-	-	-	-
2005	-	11.459	63.150	-	136	1.219.585	-	2.000	33.338	-	-	-	-	-	-
Total	56.129	69.464	2.262.766	53.333	454	2.616.580	-	39.623	382.630	40	20		100	100	-

FONTE: DNPM-DEM. Elaboração Própria.

Taxa média cambial para compra (R\$/US\$): Ano de 1996 = 1,004; 1997 = 1,0775; 1998 = 1,1603; 1999 = 1,8150; 2000 = 1,8302; do ano de 2001 a 2005 foram utilizadas as taxas (médias anuais) de câmbio calculadas pelo Banco Central.

(1) Unidade expressa em gramas.

(2) Unidade expressa em metros cúbicos.

(3) Unidade expressa em quilogramas.

Nota (1): Não há registro de valores para o Barilo e o Tântalo.

Nota (2): A fonte dos dados que constituem a presente Tabela não informa se os valores da produção estão em US\$ 1,00 ou US\$ 1.000,00. Também não há esclarecimentos sobre as unidades monetárias na metodologia registrada pela fonte.

Tabela 24 – Rio Grande do Norte: Quantidade e Valor da Produção dos Minerais Não-Metálicos – 1996-2005

Ano	Água Mineral			Areia e Cascalho			Argilas Com. e Plast.			Calcário		
	Quant. ¹		VP	Quant. ²		VP	Quant. (t)		VP	Quant. (t)		VP
	Bruta	Benc.	US\$	Bruta	Benc.	US\$	Bruta	Benc.	US\$	Bruta	Benc.	US\$
1996	24.700.915	-	1.306.591	426.999	-	1.952.117	381.700	-	3.098.461	449.193	19.415	2.213.490
1997	33.763.137	-	3.118.503	1.531.829	-	6.991.113	293.710	-	2.177.546	482.184	17.694	2.539.919
1998	53.338.436	-	3.499.860	1.865.701	-	6.421.585	315.620	-	1.991.156	412.052	1.813	2.112.332
1999	85.440.193	-	2.276.043	1.862.227	-	5.036.890	304.471	-	1.211.983	410.367	1.428	1.401.750
2000	90.377.196	-	1.869.488	1.609.500	-	4.262.311	295.850	-	1.212.368	506.598	506.310	2.140.362
2001	-	87.810.000	1.326.750	1.802.500	-	11.611.026	14.855	910	178.495	37.466	369.980	915.422
2002	-	85.015.000	2.054.623	1.640.783	-	7.137.591	96.100	-	63.253	2.839	392.301	1.238.653
2003	-	88.775.000	1.481.699	1.428.928	-	5.696.966	174.600	24.200	347.641	6.508	405.939	1.184.947
2004	-	91.137.000	1.451.706	1.396.675	-	7.907.660	169.543	47.955	415.449	91.728	439.865	1.451.097
2005	-	87.554.000	1.781.650	1.575.494	-	6.564.039	201.377	81.310	1.173.128	76.163	446.921	2.582.860
Total	287.619.877	440.291.000	20.166.913	15.140.636	-	63.581.298	1.932.206	154.375	11.869.480	2.475.098	2.601.666	17.780.832

(Continua)

Tabela 24 – Rio Grande do Norte: Quantidade e Valor da Produção dos Minerais Não-Metálicos – 1996-2005

Ano	Diatomita			Feldspato			Pedras Britadas			Sal Marinho			Caulim		
	Quant. (t)		VP	Quant. (t)		VP	Quant. ²		VP	Quant. (t)		VP	Quant. (t)		VP
	Bruta	Benc.	US\$	Bruta	Benc.	US\$	Bruta	Benc.	US\$	Bruta	Benc.	US\$	Bruta	Benc.	US\$
1996	20.939	6.917	3.004.580	1.593	-	55.834	321.630	310.442	4.434.002	3.450.000	-	51.543.825	1.053	-	27.835
1997	7.891	4.800	1.987.358	-	-	-	1.053.592	1.039.440	15.442.226	4.808.000	-	64.053.140	2.619	-	72.892
1998	10.825	4.427	1.729.397	135	-	2.909	1.141.444	1.221.186	15.596.653	5.108.000	-	81.442.729	810	-	20.943
1999	10.978	2.350	974.587	4.443	-	32.655	1.106.283	1.104.653	9.750.601	4.378.000	-	32.563.635	-	-	-
2000	2.363	1.088	418.116	2.460	-	32.409	1.110.000	1.122.164	9.927.007	4.436.000	-	29.085.349	1.360	-	22.293
2001	1.520	1.547	427.734	4.833	-	59.768	1.080	1.210.765	11.421.548	4.165.000	-	44.297.245	-	-	-
2002	1.484	858	290.795	-	-	-	9.506	1.102.137	8.389.902	4.680.000	-	56.354.252	-	-	-
2003	1.321	867	343.871	-	-	-	4.560	959.831	6.092.495	4.738.000	-	75.579.099	-	-	-
2004	1.330	899	407.135	240	1.518	35.358	8.615	938.167	8.268.974	4.812.917	-	113.331.218	-	-	-
2005	1.036	767	383.866	-	120	2.850	12.892	932.692	6.894.221	5.344.483	-	184.476.809	-	-	-
Total	59.687	24.520	9.967.439	13.704	1.638	221.783	4.769.602	9.941.477	96.217.629	41.240.400	-	732.727.301	5.842	-	143.963

(Continua)

Tabela 24 – Rio Grande do Norte: Quantidade e Valor da Produção dos Minerais Não-Metálicos – 1996-2005

Ano	Gnaisse Ornam.			Granito Ornam.			Dolomito			Gemas e Diamantes		
	Quant. ²		VP	Quant. ³		VP	Quant. (t)		VP	Quant. (t)		VP
	Bruta	Benc.	US\$	Bruta	Benc.	US\$	Bruta	Benc.	US\$	Bruta	Benc.	US\$
1996	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2000	12	x	x	389	X	75.780	-	-	-	-	-	-
2001	-	-	-	1.466	-	229.640	-	43.762	265.620	x	x	298.411
2002	-	-	-	3.568	-	1.463.829	-	39.766	162.681	x	x	524.162
2003	-	-	-	3.223	-	1.385.027	-	57.012	241.787	x	x	411.864
2004	-	-	-	3.029	-	1.204.355	-	-	-	x	x	918.025
2005	-	-	-	3.504	-	1.384.268	-	-	-	x	x	183.002
Total	12	-	-	15.179	-	5.742.899	-	140.540	670.088	-	-	2.335.464

FONTE: DNPM-DEM. Elaboração Própria.

(1) Unidade expressa em Litros.

(2) Unidade expressa em metros cúbicos.

(3) Unidade expressa em metros quadrados.

(4) Taxa média cambial para compra (R\$/US\$) ano de 1996= 1,004; 1997= 1,0779; 1998= 1,1603; 1999 = 1,8150; 2000 = 1,8302. A partir do ano de 2001 a 2005 foi utilizada a taxa (média anual) de câmbio calculada pelo Banco Central do Brasil;

Nota (1): Onde tem a letra (X), na tabela original, encontrava-se como espaço vazio;

Nota (2): A fonte dos dados que constituem a presente Tabela não informa se os valores da produção estão em US\$ 1,00 ou US\$ 1.000,00. Também não há esclarecimentos sobre as unidades monetárias na metodologia registrada pela fonte.

A reativação de parte da produção mineral potiguar e a dinamização da já existente consubstanciarão em importantes iniciativas quanto à criação de novos postos de ocupação no setor. Apesar da tecnologia de ponta, necessária à maior produção e produtividade que o setor exige para se viabilizar economicamente, é sabido que o setor ainda é um grande demandador de mão-de-obra. Quanto ao período que vimos nos referindo (1996-2005), o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) registrou que 70,2% das ocupações do setor encontravam-se nas minas, isto é, nas atividades de exploração. Observe que, considerando as extremidades do período, a ocupação nas minas aumentou em mais de 100% e nas usinas em mais de 20%.

Tabela 25 - Rio Grande do Norte: Mão-de-Obra Ocupada na Mineração

Ano	Pessoal Ocupado					
	Minas (a)	Usinas (b)	Total (c)	a/c (d)	b/c (e)	d+e (f)
1996	318	248	566	56,18	43,82	100
1997	344	166	510	67,45	32,55	100
1998	262	117	379	69,13	30,87	100
1999	330	47	377	87,53	12,47	100
2000	234	98	332	70,48	29,52	100
2001	388	104	492	78,86	21,14	100
2002	485	159	644	75,31	24,69	100
2003	551	282	833	66,15	33,85	100
2004	521	251	772	67,49	32,51	100
2005	742	303	1045	71,00	29,00	100
Total	4.175	1.775	5.950	70,17	29,83	100

FONTE: DNPM. Vários Anos. Elaboração Própria.

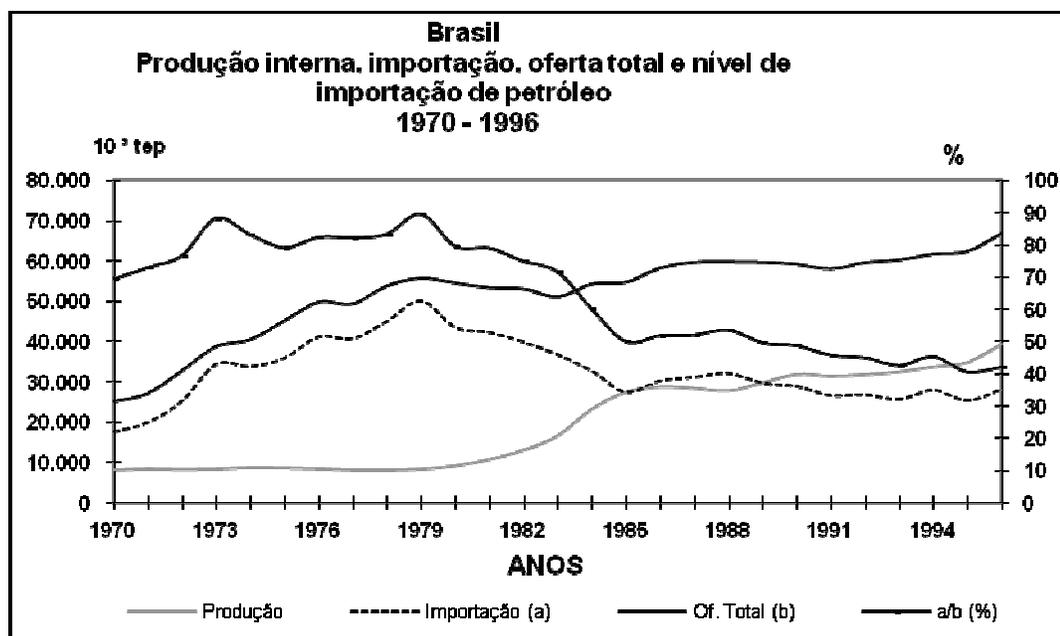
3.5.1. O Petróleo no Rio Grande do Norte

A produção de petróleo no Rio Grande do Norte não pode ser dissociada das grandes questões internacionais e nacionais que levaram o Estado Nacional a adotar uma política agressiva de produção da referida fonte de energia. Tratava-se da principal fonte de energia que movia a produção de mercadorias em todo o mundo.

Em âmbito nacional a PETROBRÁS havia conseguido um feito inusitado em pouco mais de uma década atuando no setor petrolífero: conseguiu ampliar a produção de petróleo bruto de 130.000 m³/ano, em 1953, para 10.000.000 m³/ano no final da década de 1960, fazendo com que a dependência do país em relação ao petróleo importado caísse de 98,7% para 70%. (GARCIA, 2001)

Dada a quadruplicação do preço do petróleo no mercado internacional (em 1974), o Estado brasileiro passou a aprofundar as atividades de pesquisa, exploração e beneficiamento do petróleo nacional¹⁹⁰. Essas iniciativas foram intensificadas a partir do segundo choque do petróleo (1979) e, somou-se à produção de uma fonte de energia opcional, o álcool. Assim, apesar da crise internacional do petróleo, a produção interna do produto voltou a crescer a partir de 1979 enquanto as quantidades importadas tenderam à queda, absoluta e relativa, no mesmo período (1979-85) (Ver Gráfico 1).

Gráfico 1 – Brasil: Produção Interna, Importação, Oferta Total e Nível de Importação de Petróleo – 1970-1996



FONTE: DNDE. Balanço Energético Nacional. In: Garcia (2001, p. 62).

¹⁹⁰ Com essa política, de um déficit na balança comercial de aproximadamente US\$ 4,7 bilhões de dólares em 1974, o país passou a ter um superávit de US\$ 96 milhões em 1977. Ver mais sobre a opção do governo brasileiro em continuar aprofundando a política de desenvolvimento em momento crítico dos hiatos creditícios internacionais em Garcia (2001).

Foi neste contexto, de crise internacional do petróleo e de práticas de políticas econômicas nacionais voltadas para aceleração do crescimento industrial brasileiro, que a PETROBRÁS passou a ampliar sua produção no estado do Rio Grande do Norte. Todavia, ainda em 1956 a PETROBRÁS já havia perfurado dois poços de petróleo no Rio Grande do Norte: o de Gangorra, no município de Grossos e outro no município de Macau, com intuito de avançar nas pesquisas sobre o potencial de recursos da região, bem como sobre a qualidade dos produtos (petróleo e gás natural)¹⁹¹. Em 1973, foi descoberta uma reserva na costa do Rio Grande do Norte, no município de Guamaré (no denominado Campo de Ubarana), onde foi perfurado o poço 1-RNS-3 que, para a PETROBRÁS, poderia ter alguma validade econômica uma vez que suas reservas foram estimadas em 80 milhões de barris¹⁹².

A partir desta descoberta, a PETROBRÁS passou a investir mais na perfuração de poços em outros espaços da costa potiguar descobrindo novas concentrações¹⁹³. Em 1975 funda-se o Campo de Agulha (poço 1-RNS-7) e, em 1980, o de Pescada (poço 1-RNS-27) e o de Aratum (1-RNS-43) (RODRIGUES, 2008). Ora, dado o peso de uma atividade industrial como a do petróleo, pode-se mesmo afirmar que ocorreu determinada modificação da estrutura industrial do estado a partir de meados da década de 1970.

Em que pese à importância da descoberta e exploração experimental dos Campos anteriormente citados, só a partir de 1976 a exploração comercial foi iniciada, no Campo de Ubarana. Na Tabela 26, estão registrados os três maiores produtores de petróleo do país do período de 1976 a 2000. A mesma ajuda a evidenciar o crescimento da produção potiguar que em 1980 era de 778.000 m³ de petróleo bruto atingindo mais de 4,2 milhões m³ em 1990, mantendo uma produção, a partir desta data, superior a da Bahia até o ano de 2000. Cresceu, entre 1980 e 1990, a uma taxa média de 18,5% a.a., bem acima da região Nordeste que se expandiu, no período, a uma taxa média de apenas 3,9% a.a., e o Brasil, a 13,2% a.a. No mesmo período, a produção bruta de petróleo do estado do Rio de Janeiro cresceu à taxa de 30,1% a.a. e da Bahia à taxa de -1,2%.

¹⁹¹ De acordo com Rodrigues Neto (2008), a descoberta foi anunciada ao presidente Juscelino Kubitschek em 18/02/1956. As reservas existentes foram designadas como de formação arenítica com fraca impregnação de óleo. Sobre a história da descoberta do petróleo no Rio Grande do Norte, devem ser consultados os seguintes autores: Rocha (2005) e Rodrigues Neto (2008).

¹⁹² A exploração teve início precisamente em novembro de 1973 (RODRIGUES NETO, 2008).

¹⁹³ Na verdade, as pesquisas da PETROBRAS sempre tiveram como foco, em mar, o vasto espaço denominado de Bacia Potiguar. Esta é formada pelos campos de produção mapeados em território potiguar e cearense. Esse espaço tem 48 mil Km² de mar e uma profundidade de até 2.000 metros (PETROBRAS/RPNS, 1992 apud ROCHA, 2005).

Especificamente, quanto à produção, deve-se ter em conta que o peso da estrutura produtiva da indústria do petróleo, no Rio Grande do Norte, esteve concentrado na perfuração e na exploração do petróleo e do gás natural e na pesquisa¹⁹⁴.

A produção de petróleo e gás natural tem se constituído numa produção de carácter consorciada. Pode-se observar no Gráfico 2 que a produção de gás natural também teve uma evolução significativa no estado. Após sofrer uma suave queda entre 1987 e 1990 voltou a crescer significativamente no período posterior, 1991-96, e ainda mais entre 1998 e 2000.

¹⁹⁴ Atualmente, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte encontra-se o segundo maior centro de pesquisa sobre o petróleo e o gás natural do país, com 31 laboratórios dedicados à temática. O primeiro centro de pesquisa do petróleo tem sede na UFRJ (Gerência de Comunicações da PETROBRAS, 2008).

Tabela 26 - Brasil: Principais Produtores de Petróleo Bruto em 1.000 m³ - 1976-2000

Período	Bahia	Var. %	Rio de Janeiro	Var. %	Rio Grande do Norte (a)	Var. %	Sudeste	Nordeste (b)	Total (c)	a/b (%)	a/c (%)	b/c (%)
1976	6.278		-	-	70	-	-	6.348	6.348	1,10	1,10	100
1977	5.739	-8,59	-	-	182	160	-	5.921	5.921	3,07	3,07	100
1978	5.367	-6,48	493	-	260	42,86	810	8.495	9.305	3,06	2,79	91,3
1979	4.987	-7,08	941	90,87	598	130,00	1.279	8.382	9.661	7,13	6,19	86,76
1980	4.604	-7,68	1.663	76,73	778	30,10	2.117	8.446	10.563	9,21	7,37	79,96
1981	4.340	-5,73	3.130	88,21	824	5,91	4.047	8.338	12.385	9,88	6,65	67,32
1982	4.280	-1,38	5.371	71,60	1.010	22,57	6.383	8.697	15.080	11,61	6,70	57,67
1983	4.365	1,99	8.432	56,99	1.367	35,35	9.538	9.582	19.120	14,27	7,15	50,12
1984	4.425	1,37	14.489	71,83	1.740	27,29	15.749	11.043	26.792	15,76	6,49	41,22
1985	4.558	3,01	19.227	32,70	1.933	11,09	20.385	11.324	31.709	17,07	6,1	35,71
1986	4.594	0,79	20.239	5,26	2.550	31,92	21.287	11.910	33.197	21,41	7,68	35,88
1987	4.637	0,94	19.938	-1,49	2.972	16,55	20.767	12.062	32.829	24,64	9,05	36,74
1988	4.542	-2,05	18.853	-5,44	3.523	18,54	19.817	12.406	32.223	28,4	10,93	38,5

(Continua)

(Continuação)

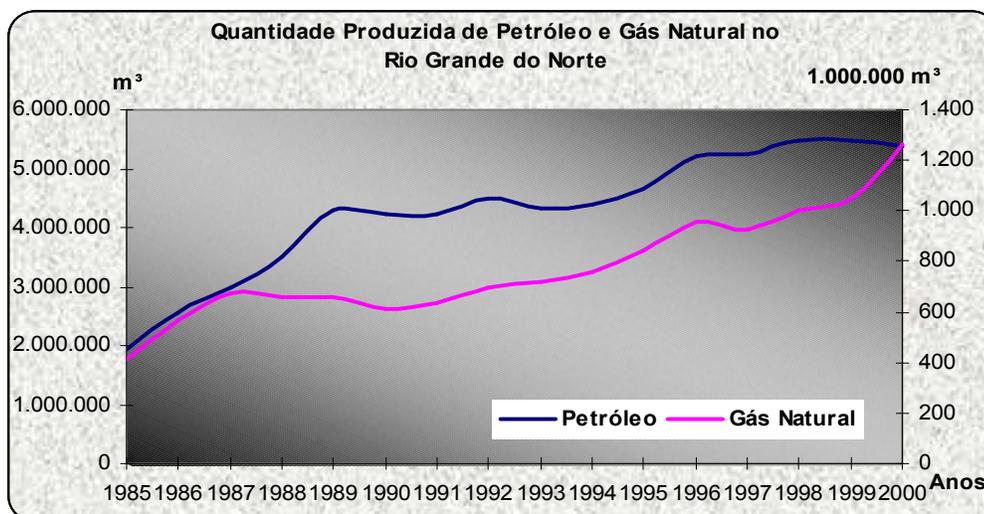
Tabela 26 - Brasil: Principais Produtores de Petróleo Bruto em 1.000 m³ - 1976-2000

Período	Bahia	Var. %	Rio de Janeiro	Var. %	Rio Grande do Norte (a)	Var. %	Sudeste	Nordeste (b)	Total (c)	a/b (%)	a/c (%)	b/c (%)
1989	4.424	-2,6	20.386	8,13	4.305	22,20	21.325	13.032	34.357	33,03	12,53	37,93
1990	4.077	-7,84	23.171	13,66	4.236	-1,60	24.013	12.359	36.372	34,27	11,65	33,98
1991	3.514	-13,81	23.498	1,41	4.237	0,02	24.276	11.566	35.842	36,63	11,82	32,27
1992	3.604	2,56	23.197	-1,28	4.479	5,71	23.864	11.873	35.737	37,72	12,53	33,22
1993	3.450	-4,27	24.338	4,92	4.340	-3,10	24.961	11.290	36.251	38,44	11,97	31,14
1994	3.350	-2,90	25.626	5,29	4.391	1,18	26.434	11.020	37.454	39,85	11,72	29,42
1995	3.199	-4,51	27.126	5,85	4.639	5,65	27.880	10.999	38.879	42,18	11,93	28,29
1996	3.172	-0,84	31.294	15,37	5.207	12,24	32.116	11.603	43.719	44,88	11,91	26,54
1997	3.035	-4,32	34.662	10,76	5.254	0,90	35.394	11.347	46.741	46,3	11,24	24,28
1998	2.964	-2,34	41.647	20,15	5.489	4,47	42.394	11.626	54.020	47,21	10,16	21,52
1999	3.087	4,15	49.766	19,49	5.753	4,81	50.563	12.511	63.074	45,99	9,12	19,83
2000	3.050	-1,2	57.733	16,01	5.375	-6,58	58.577	12.034	70.611	44,66	7,61	17,04

FONTE: IBGE. Anuário Estatístico Mineral. Vários Números. In: Rodrigues Neto (2008, p. 149).

NOTA: Modificamos a forma de configuração da presente Tabela e o seu enunciado. Todavia, o conteúdo foi preservado tal qual exposto na fonte original.

Gráfico 2 – Quantidade Produzida de Petróleo e Gás Natural no Rio Grande do Norte



FONTE: DNPM. Anuários Estatísticos Mineraiis. In: Garcia (2001, p. 29).

Estas atividades foram e são importantes no sentido de possibilitar maior impulso da economia potiguar, sobretudo, àqueles que se espraiam para o setor de serviços. Nesse setor, são mobilizados pelas demandas da PETROBRÁS por diversas atividades comerciais, de hotelaria e serviços de escritório. É neste sentido que compactuamos dos argumentos que defendem a importância da PETROBRÁS para o estado. Porém, quanto à capacidade da PETROBRÁS cooperar para maior dinamismo industrial e de criar um adensamento industrial a partir de suas atividades no território potiguar é apenas um *deveni*. No entanto, a importância de uma estrutura industrial com as dimensões da PETROBRÁS é, incontestavelmente, um privilégio para qualquer economia. Quanto menor esta for maior será a importância dessa estrutura produtiva¹⁹⁵.

Deve-se enfatizar, ainda, que as atividades da PETROBRÁS desenvolveram-se no Rio Grande do Norte, não apenas quando a economia nacional estava em profunda crise, mas, também, quando a histórica economia do algodão havia chegado ao esgotamento quase que completo, enquanto outras estavam em processo de modernização (as atividades salineiras) ou de pouca maturidade econômica, como foi o caso da agricultura irrigada de frutas tropicais e das

¹⁹⁵ A própria economia fluminense, que tem um peso industrial bem mais significativo do que a potiguar, hoje, é praticamente existente “por obra e graça” da estrutura da indústria do petróleo. Sobre o recente desempenho da economia fluminense, recomenda-se consultar Sobral (2007).

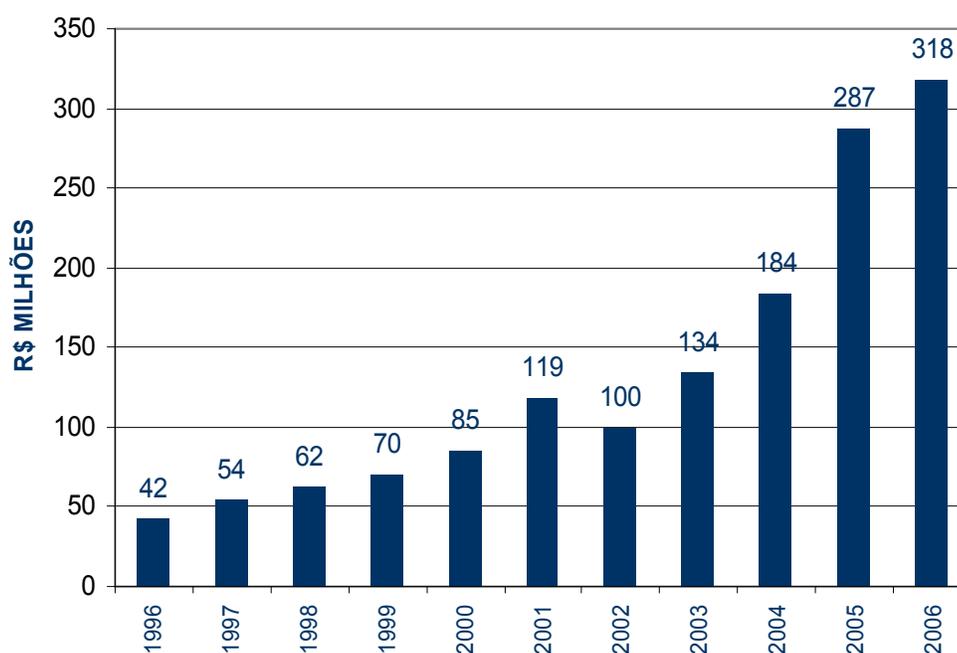
atividades de turismos que começavam a ganhar força como um verdadeiro subsetor econômico, onde a acumulação, a criação de empregos e a geração de renda poderiam ser viáveis.

Neste contexto de crise nacional e de reestruturação produtiva potiguar, a PETROBRÁS foi importante na medida em que contribuiu demandando serviços de diversos outros setores da economia. Rodrigues (2008) registrou que de 1976 a 2005 os investimentos da empresa no Rio Grande do Norte foram da ordem de US\$ 15,5 bilhões além de contratar os serviços de cerca de 586 empresas e demandar compras a 369 fornecedores do estado.

As demandas da PETROBRÁS têm significativo peso na economia potiguar. Funcionam como um fator multiplicador de investimentos, sobretudo no comércio de peças de reposição, mas também em outros setores da economia como: nos serviços de restaurantes e hotelaria, escritórios, serviços de acessória em pesquisa etc. No Gráfico 3, estão registrados os valores gastos pela empresa em aquisições de bens e serviços no estado no período de 1996 a 2006. Entre 1996 e 2000, os gastos aumentaram mais de 100% e, entre 2000 e 2006, mais de 270%.

Gráfico 3

**EVOLUÇÃO DO DESEMBOLSO
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS NO RN**



FONTE: Gerência de Comunicações da PETROBRÁS, 2008.

Deve-se ainda registrar dois fatores importantes que passaram a fazer parte da realidade potiguar desde a chegada da PETROBRÁS¹⁹⁶. O primeiro, diz respeito à quantidade de dinheiro injetada pela empresa na economia (no período de 1997 a 2007) como forma de pagamento de *royalties*. Esse montante foi superior a R\$ 1,6 bilhões¹⁹⁷. O segundo, diz respeito à quantidade de empregos e demais postos de ocupação que a empresa foi capaz de criar: foram 49.850 empregos, dos quais 2.307 foram contratos para comporem o quadro de funcionários da empresa (4,6%); 7.543, foram contratos terceirizados (15,1%) e 40.000 foram de empregos indiretos (80,2%)¹⁹⁸.

Obviamente que a PETROBRÁS não foi a solução para que a economia potiguar criasse um parque industrial mais completo. De fato, a falta de um parque produtivo mais diversificado e integrado contou negativamente para que o Rio Grande do Norte internalizasse (até o momento - 2009) maiores ganhos com a presença de uma estrutura produtiva como a da PETROBRÁS que tem a capacidade de apoiar o desenvolvimento de muitas empresas dinâmicas, o que dotaria a economia potiguar de maior força produtiva industrial. Esta possibilidade já é um fato no Rio Grande do Norte dada à grande produção de gás natural no Complexo Petrolífero de Guamaré.

O estado exporta a produção excedente de gás, que não precisou ser direcionada à movimentação do equipamento instalado, para os estados do Ceará, Paraíba e Pernambuco. Trata-se do gás GLP, de cozinha, e do gás natural veicular (GNV). Esse potencial somado à produção de energia eólica¹⁹⁹, à energia solar²⁰⁰ e ao biodiesel, poderia ser utilizado como forma de incentivar a instalação de vários gêneros de indústrias no Rio Grande do Norte. O estado ainda contaria com o apelo, hoje de grande importância, de ter a capacidade de cooperar para a manutenção de novos investimentos industriais através do fornecimento de energia “limpa”.

¹⁹⁶ Parte das informações estatísticas desse parágrafo foi capturada de Rodrigues Neto (2008). Outras informações estatísticas sobre a PETROBRÁS que conformam o corrente tópico foram pesquisadas pelo autor do presente trabalho junto à Gerência de Comunicação da PETROBRÁS (RN) nos anos de 2007 e de 2008.

¹⁹⁷ Os beneficiados diretos com o pagamento de *royalties* foram os 18 municípios produtores de petróleo e todos os municípios das áreas adjacentes às que produzem petróleo e por onde passam oleodutos, gasodutos, maquinários etc. (cerca de 77 municípios); o governo do estado; e, desde 1996, cerca de “586 proprietários” de terras onde existem atividades produtivas da empresa. Para ver, com riqueza de detalhes, maiores informações, ver Rodrigues Neto (2008), em particular, o cap. 3, tópico 3.2, às páginas 153-157.

¹⁹⁸ Pode-se, ainda, acrescentar que a PETROBRÁS contribuiu com a recuperação de obras de infra-estrutura (123 km de rodovias) em consórcio com o governo do estado.

¹⁹⁹ A energia eólica ainda encontra-se no estágio de experimentação no município de Macau, mas já com grande sucesso, pois tem produzido “1,8 megawatts” de energia, suficiente para abastecer os Campos de exploração de “Macau, Serra, Aratum e Salina Cristal” (RODRIGUES NETO, 2008, p. 164).

²⁰⁰ Essa fonte de energia também se encontra em projeto piloto comandado pelo PETROBRÁS. A energia produzida tem sido utilizada para diversas atividades da empresa nos campos terrestres.

Há de se acrescentar, ainda como forma de oferta de maiores quantidades de energia, a atual obra da termelétrica TERMOAÇU que também funcionará utilizando a oferta de gás natural disponível no estado. Em tese, será mais uma indústria de pouco potencial poluidor. Assim, o suposto problema energético parece que, ao menos para o Rio Grande do Norte, seria totalmente contornado no médio prazo. Porém, apenas esse fator de produção não é suficiente para modernizar e tornar competitiva a, ainda muito incipiente, indústria potiguar.

3.6. A agropecuária potiguar: 1980-2006

Neste tópico, nosso objetivo é analisar as causas e os efeitos das transformações que acometeram a agropecuária potiguar no período de 1980-2006. Iniciamos com uma rápida investigação a cerca da estrutura agrária do Rio Grande do Norte, no subperíodo de 1980 a 1995, quanto ao número de estabelecimentos e de hectares por grupos de área. Em seguida, foram abordadas algumas considerações sobre a ocupação no setor agropecuário. Foram incorporadas à análise as informações complementares referentes ao Censo de 2006 (dados preliminares). Estas últimas não estão registradas nas Tabelas 27 e 28 por conflitarem metodologicamente com as contidas nos Censos agropecuários dos anos anteriores.

A primeira observação, que pode ser feita a partir de uma análise que leve em conta a relação entre as tabelas anteriormente citadas, é de que os estabelecimentos que pertencem ao grupo de menos de 50 ha, no ano de 1980, ocupavam uma área de apenas 767.148 ha. Já os estabelecimentos do grupo de 10.000 ha a menos de 100.000 ha (apenas 12 estabelecimentos) ocupavam 191.491 ha. Essa estrutura agrária caracterizava-se como profundamente concentrada. Observem que, para o primeiro grupo, corresponderiam aproximadamente 8,3 ha para cada estabelecimento, quando, para o segundo, essa relação seria de 15.957,6 ha.

Quando se analisa o último ano do período, percebe-se que a concentração da estrutura agrária permaneceu praticamente intacta no Rio Grande do Norte. Em 1995, 78.409 estabelecimentos de menos de 50 ha (86,19% dos estabelecimentos recenseados) ocupavam uma área de 620.971 ha. Os estabelecimentos com 10.000 e menos de 100.000 ha (9, apenas) ocupavam uma área de 137.747 ha. Em média, corresponderia, para cada estabelecimento desse grupo, cerca de 15.305,2 ha, enquanto, para o primeiro, uma média de apenas 7,9 ha.

Tabela 27 - Rio Grande do Norte - Estabelecimentos Rurais Segundo Grupos de Áreas e % de Cada Grupo Sobre o Total - 1980-1995

Grupos de Área Total em ha	Estabelecimentos					
	1980	%	1985	%	1995	%
De menos de 50	91.913	86,37	101.089	87,34	78.409	86,19
De 50 a menos de 100	6.912	6,5	7.075	6,11	5.904	6,49
De 100 a menos de 200	3.543	3,33	3.445	2,98	3.030	3,33
De 200 a menos de 500	2.593	2,44	2.620	2,26	2.335	2,57
De 500 a menos de 1.000	847	0,80	909	0,79	806	0,89
De 1.000 a menos de 2.000	382	0,36	398	0,34	325	0,36
De 2.000 a menos de 5.000	178	0,17	171	0,15	135	0,15
De 5.000 a menos de 10.000	36	0,03	21	0,02	23	0,03
De 10.000 a menos de 100.000	12	0,01	8	0,01	9	0,01
De 100.000 e mais	-	-	-	-	-	-
TOTAL	106.416	100	115.736	100	90.976	100

FONTE: Censo Agropecuário. Vários Anos. Elaboração Própria.

Tabela 28 - Rio Grande do Norte - Estabelecimentos Rurais Segundo o Número de Hectares por Grupos de Áreas - 1980-1995

Grupos de Área Total em (HA)	Área (ha)					
	1980	%	1985	%	1995	%
De menos de 50	767.148	17,00	776.193	17,71	620.971	16,63
De 50 a menos de 100	467.246	10,35	470.107	10,73	386.010	10,34
De 100 a menos de 200	484.050	10,72	470.182	10,74	408.652	10,95
De 200 a menos de 500	791.663	17,54	803.283	18,33	710.793	19,04
De 500 a menos de 1.000	570.614	12,64	613.029	13,99	550.843	14,75
De 1.000 a menos de 2.000	512.654	11,36	534.075	12,19	424.198	11,36
De 2.000 a menos de 5.000	503.331	11,15	484.121	11,05	362.543	9,71
De 5.000 a menos de 10.000	225.288	5,00	127.711	2,91	131.766	3,53
De 10.000 a menos de 100.000	191.491	4,24	104.312	2,38	137.747	3,69
De 100.000 e mais	-	-	-	-	-	-
TOTAL	4.513.485	100	4.383.013	100	3.733.523	100

FONTE: Censo Agropecuário. Vários Anos. Elaboração Própria.

Voltando-se especificamente para o número total de estabelecimentos agrícolas, pode-se observar que foi mais expressivo no ano de 1985. Neste último teve um aumento de 9,9% em relação ao ano de 1980. Esse crescimento ocorreu devido ao aumento da atividade pecuária e a maior dinâmica das atividades agrícolas irrigadas. No primeiro caso, observa-se um importante aumento dos efetivos dos principais rebanhos (bovino, caprino, suíno, ovino). Em 1980 era de 1.189.876 cabeças, evoluindo para 1.607.329 em 1985, e para 1.647.122 cabeças em 1996, o que representava cerca de 38,5% de aumento em relação a 1980. Em 2006 o efetivo de animais no estado havia atingido 1.716.263 cabeças, ou seja, um crescimento de mais de 44% se comparado ao ano de 1980²⁰¹.

Quanto à importância das atividades agrícolas, pode-se afirmar que também contribuiu para o relativo aumento do número de estabelecimentos agropecuários. Essas atividades estiveram mais centralizadas na região do Vale do Assú, como se verá mais adiante. Mas, observe-se que em 1985 o número de estabelecimentos atingiu seu ápice e ao mesmo tempo seu limite, pois no quinquênio imediatamente posterior caiu 21,4%. Além da queda do número de estabelecimentos, em 1995 verifica-se também uma redução da área total de 14,8% em relação a 1985 (Tabela 28).

O Censo de 2006 também registrou uma queda ainda maior se compararmos esse ano ao de 1985, pois, naquele ano, existiam no Rio Grande do Norte apenas 83.364 estabelecimentos o que indica uma queda de 27,9%. O decréscimo do total de estabelecimentos agropecuários bem como da área foi acompanhado também por um decréscimo da área colhida. Esta última era de 818.833 ha em 1980 e ao fim do período (2005) era de apenas 431.763 ha, perfazendo uma diminuição da área colhida em 47,3% (Tabela 29). Tomando-se como parâmetro de análise as extremidades do período, observa-se que a maior queda da área colhida ocorreu na lavoura permanente, esta foi de 53,9% contra 42,1% da temporária. Parte deste fenômeno pode ser atribuída a quase extinção do algodão arbóreo e a redução substancial do herbáceo que tiveram suas áreas colhidas diminuídas de respectivamente: 99,9% e 90,9%, no período de 1980 a 2005 (Tabela 30.)

A crise deste produto foi a maior responsável por parte da “decadência” da agricultura tradicional potiguar. Existe unanimidade entre os analistas da agricultura algodoeira estadual de

²⁰¹ A prosperidade da atividade pecuária pode ainda ser reforçada pelos indicadores de ocupação, ao menos no subperíodo 1980-85. O número de pessoal ocupado na pecuária teve um aumento de 16,8% entre estes anos (ver Tabela 31).

que boa parte de sua decadência foi de responsabilidade do inseto Bicudo que praticamente devastou as plantações no período de 1985-1987. Porém, deve-se ter em conta que os preços do algodão, recebidos pelos produtores, tenderam à quedas constantes no mesmo período enquanto os custos de produção se elevavam. Para Garcia (2003), as quedas do preço do algodão potiguar foram aprofundadas devido à redução das tarifas de importação praticadas a partir do início dos anos de 1990, à sobrevalorização cambial, à superprodução mundial e as maiores facilidades de financiamento para importação do produto. Com exceção do Bicudo, durante os anos de 1990, os demais fatores foram responsáveis pela queda dos preços do algodão em todo o país.

Tabela 29- Rio Grande do Norte - Área Colhida com Lavouras Permanente e Temporária – 1980-2005

Ano	Área Colhida (HA)		Total
	Lav. Permanente	Lav. Temporária	
1980	354.917	463.916	818.833
1985	433.545	625.007	1.058.552
1990	236.385	224.335	460.720
1995	166.857	481.751	648.608
2000	149.980	300.219	450.199
2005	163.328	268.435	431.763

FONTE: IPEADATA/IBGE. Vários Anos. Elaboração Própria.

Tabela 30 - Rio Grande do Norte - Área Colhida de Algodão Arbóreo e Herbáceo no Período de 1980-2005

Ano	Área Colhida (ha)	
	Alg. Arbóreo	Alg. Herbáceo
1980	253.517	158.340
1985	318.320	158.711
1990	78.097	6.822
1995	9.642	46.345
2000	54	21.699
2005	250	14.437
Total	1.106.408	505.175

FONTE: IPEADATA/IBGE. Censo Agropecuário. Vários Anos. Elaboração Própria.

No que concerne à ocupação, buscou-se registrá-la com base nos documentos censitários de 1980 e 1985. Para este quinquênio, torna-se possível uma análise mais coerente uma vez que os Censos Agropecuários estão padronizados quanto à classificação das atividades econômicas.

Como o Censo agropecuário, de 1995, e o mais recente, de 2006, não possuem a mesma classificação suas informações não foram incluídas na Tabela 31. Todavia, após a análise desta última fizemos algumas considerações sobre a questão da ocupação registrada nos Censos mais recentes.

Assim, no que diz respeito ao período estabelecido na Tabela 31, a agricultura foi a atividade que mais gerou ocupação em ambos os anos, secundada imediatamente pelas atividades pecuária e agropecuária. Porém, tanto a agricultura quanto à agropecuária sofreram quedas na ocupação, sendo portanto, muito leve a que ocorreu na atividade agrícola (2,5%), porém bem significativa na agropecuária (49,7%). A agricultura vinha se recuperando do difícil quinquênio anterior, por esta razão a leve queda de sua ocupação entre 1980 e 1985. Além do longo período de seca que havia acometido o estado, pode-se somar a acentuada diminuição da área colhida no conjunto da agricultura potiguar e à quase extinção do cultivo do algodão arbóreo. Apesar desses transtornos, era na agricultura onde se encontrava o maior percentual de ocupação do setor primário potiguar no período, tendo como pico o ano de 1980 quando assegurava 66,5% da ocupação total do setor primário potiguar. Quando considerada a totalidade da ocupação, observa-se que permaneceu praticamente a mesma entre 1980 e 1985.

Ainda quanto à ocupação, observe-se que a atividade pecuária experimentou uma variação positiva de mais de 16,8% entre 1980 e 1985. Seu ápice ocorreu no ano de 1985 com uma participação na ocupação do setor primário de aproximadamente 30%. Isso ocorreu devido à prosperidade dos rebanhos, como já mencionado, e ao refúgio de parte dos investimentos agrícolas para a pecuária como forma de se defender das intempéries climáticas. O fato é que os rebanhos, sobretudo, o caprino, são mais resistentes à seca do que a agricultura. Quanto aos rebanhos, os que mais cresceram entre 1980 e 1985 foram: o suíno, 44,6%; o ovino, 18%; o caprino, 12,2%; e o bovino, 1,5%

A classe de atividade agropecuária foi a terceira colocada no que tange à ocupação. Todavia, entre 1980 e 1985 a ocupação caiu aproximadamente 50%. Assim, pode-se afirmar que o maior número de pessoas ocupadas no ano de 1980 foi resultado da corrida do grande capital para as atividades agropecuárias irrigadas, sobretudo as praticadas no Vale do Assu. Da mesma

forma que, o segundo movimento de queda de quase 50% da ocupação, pode ser atribuído, em primeira instância, ao fato de que ocorreu na região do Vale, entre meados da década de 1980 ao início da década de 1990, um forte processo de compra e venda de terras que acabou se sobrepondo às atividades propriamente produtivas, pela crise na produção de algodão e pela crise de financiamento que se estabeleceu sobre boa parte da agricultura potiguar àquele período.

Com o término desta fase as atividades produtivas voltaram à normalidade, sobretudo, na região do Vale do Assú. Os projetos produtivos foram redimensionados e o grande capital passou a determinar a intensidade da acumulação na produção irrigada. As demais atividades tiveram pouca expressão no que tange ao quesito ocupação. Mesmo assim, a avicultura teve um aumento de 69% do pessoal ocupado entre 1980 e 1985 e a silvicultura e a carcinicultura em mais de 100%.

Tabela 31 - Rio Grande do Norte - Pessoal Ocupado de 14 Anos e Mais Segundo a Classe da Atividade Econômica no Período de 1980 a 1985*

Classe da Atividade Econômica	Anos			
	1980	%	1985	%
Agricultura	287.744	66,58	280.660	64,92
Pecuária	110.789	25,63	129.420	29,94
Agropecuária	20.751	4,8	10.432	2,41
Horticultura ou Floricultura	1.025	0,24	776	0,18
Silvicultura	201	0,05	414	0,1
Avicultura	1.755	0,41	2.966	0,69
Cunicult./Apicult./Sericult.	13	0	94	0,02
Extração Vegetal	9.910	2,29	7.555	1,75
Total	432.188	100,00	432.317	100,00

FONTE: Censo Agropecuário. Vários Anos. Elaboração Própria.

*Na presente Tabela não foram incluídas as informações disponíveis sobre os anos de 1995-96 e de 2006 pelo fato de que, nesses anos, o IBGE utilizou outra classificação para as atividades econômicas que não correspondem às dos anos registrados acima. Ver Censo Agropecuário de 1995-1996, p. 62 e as informações preliminares do Censo Agropecuário de 2006, disponível em <http://www.ibge.gov.br/censo.agropecuário/2006>. Acesso em 18 de julho de 2008.

Quanto ao Censo de 1995-96 e os dados preliminares do Censo de 2006, o que pode ser registrado é que em 1995 existiam no Rio Grande do Norte 332.516 pessoas ocupadas no setor primário; e de acordo com o último recenseamento, de 2006 (dados preliminares), eram apenas

247.204. Ou seja, se comparado este último resultado com o do ano de 1980 o decréscimo na ocupação do setor Agropecuário do Rio Grande do Norte foi de 42,8% (CENSO AGROPECUÁRIO, vários anos).

3.6.1. Desenvolvimento capitalista tardio da agricultura do Rio Grande do Norte

Como enfatizado anteriormente, o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Norte esteve a reboque preponderantemente do desenvolvimento capitalista nacional. Isto ocorreu, em parte, devido ao fato de que a dinâmica capitalista nacional atingiu o estado e se alocou nas atividades produtivas mais rentáveis sem a menor resistência das elites locais. Muito pelo contrário, estas últimas, participaram desse processo como sócias menores. Em alguns casos, como na produção de têxteis, de sal e demais minérios e mais tarde na produção de frutas tropicais, por exemplo, foram expulsas não apenas como sócias mas da participação majoritária naqueles setores produtivos. Porém, na agricultura resistiram até o período da abertura econômica. Mais adiante, esta questão será esplanada com maiores detalhes²⁰².

Cooperou para este estado de coisas a carência de uma elite empresarial estadual com ímpetos inversionistas industrializantes, embora cogitassem, desde o final da década de 1950, por modernidade e apoio institucional (toda sorte de benefícios da União e do governo subnacional) no sentido de prepará-las para assumir a produção de riqueza no território estadual²⁰³.

Para a agricultura, essas elites também fizeram reivindicações pontuais, como se verá a frente. Neste particular deve-se destacar as iniciativas praticadas como forma de atendimento à parte daquelas reivindicações nas microrregiões (Salineira-Norte-Riograndense e Assu-Apodi) onde se encontram os municípios beneficiados pelos recursos hídricos. Esses recursos são provenientes, em parte, das águas do Rio Piranhas-Assu que banham 28 municípios paraibanos e

²⁰² A produção de frutas tropicais por capitais potiguares foi a que mais resistiu à perda de comando do setor para o capital internacional e estatal (União). Tal evento só veio ocorrer, de fato, no ano de 2004, quando a maior produtora de frutas do estado, a Mossoró Agroindústria S/A (MAISA) bem como a Fazenda São João, por questões de dívidas, tiveram suas terras compradas pelo governo federal.

²⁰³ Fernandes (2007), em sua tese de doutorado, registrou várias falas de empresários capitalistas onde as elites locais reclamavam da falta de incentivo do governo do estado para a agricultura e a indústria no sentido de modernizá-las (entenda-se, desenvolver os principais setores econômicos).

8 do Rio Grande do Norte, responsáveis pela formação do Vale do Assú²⁰⁴. Nesse último, a agricultura passou por grandes transformações tanto no que diz respeito aos métodos e instrumentos de produção utilizados quanto ao tipo de cultura produzida.

Deve-se lembrar que, nessa faixa territorial norte-riograndense, a agricultura irrigada já era praticada bem antes da cultura das frutas tropicais. Nessa porção do território potiguar, os recursos hídricos asseguravam a reprodução do “complexo” algodão-pecuária-lavouras alimentares, associadas à extração da cera-de-carnaúba (SILVA, 1992).

A região passou por um processo lento no avanço das forças produtivas. Silva (1992, p. 76) registrou que o “cata-ventos” foi um dos primeiros instrumentos utilizados na prática da irrigação. Nos anos de 1950, como resultado dos esforços conjuntos da Igreja e do estado em prol do desenvolvimento dos Vales do Assú e do Apodi, este instrumento foi substituído por motobombas “(...) com fins específicos de estimular o desenvolvimento de pequenos empreendimentos irrigados nos vales norte-riograndenses”.

Mas, nada comparável a agricultura irrigada que passou a ser praticada a partir da década de 1970, mais precisamente no governo de Cortez Pereira (1971-1974). As elites potiguares encontraram maior respaldo no que tange às ações desenvolvimentistas do governo do estado. Isto devido, sobretudo, a capacidade de pensar a realidade local que tinha à época o governador do estado. Embora colocado no poder pela ditadura militar, tinha o tirocínio e a *práxis* dos desenvolvimentistas da época. Do ponto de vista da integração da economia estadual, sua prática resultou muito mais racional no aspecto da reprodução do capital, dado ter efetivamente praticado políticas que transformaram a agricultura irrigada do estado, assim como políticas de forte impacto positivo sobre o trabalho, visto que associou à produção agrícola de plantas específicas, como o caju, projetos de colonização de forte impacto sobre o trabalho, via seu Programa Rural-Norte, e buscou começar as transformações através de um vasto Programa estadual de desenvolvimento econômico²⁰⁵.

²⁰⁴ Esse Vale é formado pelos seguintes municípios: Assú, Alto do Rodrigues, Carnaubais, Ipanguaçu, Jucurutu, Macau, Pendências, São Rafael. No entanto, deve-se acrescentar a estes municípios os de: Mossoró e Dix-Sept-Rosado conformando o recorte territorial que foi beneficiado pelo Projeto Baixo Assú e ao perímetro considerado pelo BNB, desde 1990, como Pólo de Desenvolvimento Integrado Assú/Mossoró onde foram incorporados outros municípios como: Serra do Mel, Itajá e Afonso Bezerra.

²⁰⁵ O projeto Rural-Norte era voltado exatamente para a modernização da agricultura. Com recursos do Banco Mundial, o governo do estado começou o processo de transformação (modernização agrícola) do estado. Em seguida, atraiu alguns empresários capitalistas – via incentivos fiscais, financiamento públicos e vasto acesso a água –, que passaram a produzir frutas tropicais para exportação, dentre eles destacaram-se: o grupo MAISA, o FRUNORTE e o MAIA, todos locais. Esse foi o início da agricultura capitalista “moderna” no Rio Grande do Norte.

Nesse período, o país já se encontrava bem articulado com o mercado monetário internacional desfrutando, dessa forma, da farta conjuntura de excedentes monetários (petrodólares/eurodólares) o que acabou facilitando o acesso dos governos subnacionais aos diversos mecanismos nacionais e internacionais de empréstimos e financiamentos bem como aos incentivos ao fomento agrícola sustentado pela União através de suas agências de desenvolvimento. Assim, antes do país ser acometido pelas crises internacionais da década de 1970, o governo de Cortez Pereira voltou-se, a priori, a tratar das velhas demandas das oligarquias agrárias estaduais.

Essencialmente, em relação à agricultura, além dos subsídios do governo do estado somam-se as excelentes condições naturais: clima quente (que favorece a foto-síntese, melhorando sobremaneira a qualidade dos frutos) e água em abundância no recorte territorial onde o Programa de Modernização Agrícola foi inicialmente implantado, isto é, no Vale do Assu e na chapada do Apodi no Oeste potiguar²⁰⁶.

O Projeto Agroindustrial do Vale do Assú (Projeto Baixo-Assu) foi, a priori, desenvolvido pelo governo do estado do Rio Grande do Norte como políticas públicas para dar apoio aos projetos de assentamentos que iriam se fixar naquela faixa do território potiguar. A viabilidade desse projeto se concretizaria através da construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves que potencializaria, com o fornecimento de recursos hídricos, a agricultura familiar, base econômica dos assentamentos. Teoricamente, o projeto era factível e viável. Porém, a referida Barragem – que começou a ser construída no ano de 1979 e apenas em 1983 teve sua primeira fase encerrada – atribuiria à região potencialidades capitalistas até então “adormecidas” que vieram à tona mesmo antes de sua inauguração²⁰⁷.

Existiam na região, à época, aproximadamente 213.793 habitantes que se encontravam distribuídos da seguinte forma: em Mossoró 145.981 habitantes; em Assú 34.398; em Ipangaçu 12.229; em Carnaubais 12.133; e em Dix-Sept Rosado 9.052. Mossoró e Assu foram os

²⁰⁶ Muitos grupos de pesquisas comprovaram as riquezas naturais do Vale do Assu. As mais representativas foram realizadas pela PETROBRÁS, pelo Projeto RADAMBRASIL (que sinteticamente tratava-se de mapear as riquezas minerais de todo o subsolo brasileiro) e pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (IPT/SP). Somam-se a esses trabalhos as experiências de alguns empresários (e do governador do estado) que foram à Israel estudar o processo de agricultura irrigada. (Depoimento do ex-governador Cortez Pereira em entrevista concedida ao autor do corrente trabalho no ano de 1997, no município de Serra do Mel, quando então era prefeito. Ver também sobre este ponto o tratamento dado por Fernandes (2007).

²⁰⁷ Ver a respeito da especulação imobiliária e das “novas” relações de trabalho estabelecidas no Vale do Assú, a partir da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, o excelente texto de Silva (1999) bem como o prefácio do opúsculo de Santana (1997), escrito pelo primeiro autor.

municípios que tiveram as maiores taxas médias de crescimento anual de suas populações. Entre 1970 e 1980, aquelas foram de respectivamente: 4,1% a.a. e 3,2% a.a. (CENSO de 1980).

A construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, foi custeada em parte pelo governo federal (DNOCS) e em parte pelo governo do estado do Rio Grande do Norte. Neste ponto, além dos municípios que conformam o Vale do Assú, outros foram beneficiados pela mesma e hoje pertencem à subzona irrigada do Assú, tais como: Afonso Bezerra e Itajá.

No restante dos municípios que formam o pólo frutífero do Rio Grande do Norte, pertencentes à subzona de Mossoró e polarizada por este município (Mossoró, Apodi, Baraúna, Gov. Dix-Sept Rosado, Serra do Mel, Areia Branca, Upanema e Caraúbas), os recursos hídricos eram, e são, preponderantemente provenientes de poços artesianos com profundidade de 700 m a 1.000 m. Esse sistema de captação de água é de alto custo, mas este problema da subzona irrigada de Mossoró, a exemplo da de Assú, foi resolvido com a intervenção do governo do estado que arcou com custos, em média para cada poço construído, de R\$ 800.000,00 (SILVA, 1998). Essas obras foram, e são, provas incontestáveis do subsídio público ao processo de valorização do capital privado num estado onde significativa parte da população sofre os efeitos da pouca disponibilidade de água para o consumo humano e para a produção de gêneros alimentícios que conformam a cesta básica da maioria da população. A carência desses recursos hídricos potáveis, embora crie sérios problemas para o conjunto da população, afetam com intensidade a população que se encontra em “situação de risco social”²⁰⁸.

Registra-se, de passagem, que a Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, com capacidade para acumular mais de 2,4 bilhões de metros cúbicos de água, foi construída em cima desse discurso: em nome de todo tipo de carência da população da região e em prol da construção de assentamentos economicamente viáveis (pela produção agrícola irrigada) e socialmente mais humanos (pelo acesso da maioria aos meios produtivos coletivizados). Assim, partiram da União as grandes transformações infra-estruturais como os açudes que possibilitaram a agricultura capitalista irrigada no estado, das rodovias e ferrovias, poços tubulares, financiamentos de safras e de maquinários, política de preços subsidiados etc., através, sobretudo, da SUDENE e do BNB²⁰⁹.

²⁰⁸ Ver sobre esta e outras questões ligadas diretamente à pobreza no Rio Grande do Norte o Relatório do Banco Mundial de 2003.

²⁰⁹ Adverte-se que outras instituições também participaram como financiadoras dos investimentos no Nordeste, tais como: Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e os Bancos estaduais bem como outras

Devido à barragem, o capital impetrou no Vale do Assú/Mossoró uma nova ordem capitalista. Passaram a determinar a forma e a intensidade da produção bem como o que produzir. Ademais, a especulação imobiliária, portanto o capital mercantil, veio à frente, preparando o recorte territorial para a alocação do capital agroindustrial. Silva (1999) não apenas foi um dos primeiros a registrar essas transformações econômico-sociais como, corretamente, percebeu que o capital mercantil imobiliário elevou o preço da terra a patamares jamais imaginados a partir das obras da barragem. Ademais, em sua análise, pode-se capturar o essencial para a economia política. Essa nova ordem que pairou sobre o Vale do Assú levou à expropriação de muitos pequenos proprietários e acabou redefinindo a função econômica da produção agrícola familiar, ou seja, esta última continuou existindo, porém, assumiu uma função auxiliar na reprodução dos novos agentes que buscaram o Vale do Assú com o intuito primeiro de ampliação de seus capitais²¹⁰. Para tanto, contariam, essencialmente, com toda forma de subsídio do governo do estado, bem como com as políticas de créditos do governo federal voltadas para o setor de exportação de produtos agrícolas²¹¹.

Por todos esses condicionantes, à produção de riqueza na agricultura capitalista potiguar, deve-se prestar atenção às mudanças que ocorreram a partir da entrada do “grande” capital na “região das águas”. Os recursos hídricos, de fato abundantes na região²¹², a partir dos anos de 1980, foram utilizados de forma planejada e cada vez mais atendendo às demandas capitalistas. Com a construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, a água da região foi direcionada, principalmente, para a produção de frutas tropicais, sob o comando do capital nacional e estrangeiro.

As terras onde o projeto de modernização foi desenvolvido estiveram sempre concentradas nas mãos de grupos como MAISA, FRUNORTE e MAIA, todos nacionais e locais, além do CALIMAN²¹³ (capixaba) e do DELMONTE (norte-americano). Foram esses grupos que

fontes opcionais. De acordo com Ribeiro (1976), ainda existiam fontes como: Reavaliação do Ativo; Dividendos; Lucros em Suspensão; Extra Projeto etc., dados esses que, na maioria dos Pareceres (da SUDENE) acham-se englobados, não permitindo, portanto, sua discriminação.

²¹⁰ A pequena propriedade familiar foi incorporada à nova ordem produtiva através da produção integrada que é “dirigida” pelo grande capital que padronizou os métodos de produção bem como a tecnologia a ser empregada no processo produtivo em prol da obtenção de determinada qualidade do produto. Ver sobre o assunto Silva (1998).

²¹¹ Sobre os incentivos fiscais do governo do estado do Rio Grande do Norte em prol da acumulação dos grandes capitais na agricultura irrigada do Vale do Assú, ver o brilhante trabalho de Santana (1997).

²¹² A referida região tem como fontes de captação de água os canais dos rios Assú e Pataxó, a lagoa de Piató e poços artificiais que se encontram por diversos pontos do Vale (SILVA, 1992).

²¹³ De acordo com Fernandes (2007, p. 54.), a Calliman encontrava-se, no ano de 2007, em negociação para adquirir do grupo local – Paires Exportação e Importação Ltda. – uma área de 15.227 hectares localizada no Vale do Assú

imprimiram no Vale potiguar a produção, especificamente, para o mercado, em especial, para o internacional.

Sob o comando do grande capital, ao método arcaico de irrigação (por gravidade, como inundação e infiltração, intensivos em mão-de-obra) somou-se outro mais moderno, o método sob pressão (que pode ser por gotejamento ou aspersão²¹⁴). Esse último, no Rio Grande do Norte, esteve restrito às grandes empresas que possuem maior poder de inovação tecnológica como, por exemplo, a Maísa, que investiu US\$ 400 mil em média na década de 1990 com tecnologia; a Viva Agroindustrial, que tem utilizado o sistema de irrigação cuja vazão da água para cada cultura é controlada por computadores que também informam constantemente o volume da água consumida por cada área irrigada; a FINOBRASA; etc.

Em 1980, o Rio Grande do Norte passou por um grande avanço no que tange à incorporação da irrigação à produção agrícola. No território mais irrigado do estado (Vale do Assú), os maiores destaques quanto à introdução desta técnica na fruticultura foram os municípios de Assú, Ipanguaçu e Mossoró, todos ampliaram em mais de 100% o perímetro da agricultura irrigada em relação ao quinquênio anterior (CENSO AGROPECUÁRIO DE 1970, 1975, 1980). Isso ocorreu, em primeiro lugar, devido ao fato de que, ao passo que as obras da barragem avançavam, foi se delimitando na região do Vale toda uma situação (econômica e social) que tendia a garantir a alocação do capital na produção agrícola eminentemente para o mercado em detrimento dos antigos proprietários que, em sua maioria, foram desapropriados à pretexto das inundações que tomariam suas terras.

De acordo com Silva (1992), neste período o Banco do Brasil suspendeu suas linhas de créditos aos agricultores da área agravando ainda mais a situação de insegurança da população. Esse processo de expropriação acabou resultando em um verdadeiro colapso produtivo na região do Vale, desencadeando uma grande emigração das áreas rurais e dos municípios sedes que seriam inundados além de estimular a especulação por parte de vários agentes mercantis que

para o cultivo de frutas para exportação. Atualmente, a Calliman mantém uma parceria com os trabalhadores Sem-Terra (no Rio Grande do Norte) produzindo mamão papaya para exportação, com destino para os mercados norte-americano e europeu, de acordo com o sistema de produção integrada.

²¹⁴ Esses dois métodos surgiram como resultado do desenvolvimento de tecnologias específicas com o intuito de diminuir os custos de produção na agricultura irrigada. Na Europa e no EUA, já eram utilizados desde o final do século XIX. No Brasil, o método por aspersão foi introduzido no pós II Guerra e o de gotejamento no início da década de 1970. Detalhes sobre o surgimento e utilização destes e de outros métodos de irrigação consulte-se Silva (1992)

procuraram tirar o máximo proveito do estado de pânico que pairou sobre a população local (SILVA, 1992).

Em segundo lugar, deve-se estar atento a um aspecto de marcante importância no que tange às possibilidades técnicas de sucesso do projeto de irrigação Baixo-Assú: ambos os municípios (Assú e Ipanguaçu) formam a bacia de irrigação do projeto. Dado este último aspecto, se por um lado os municípios sofreram com as desapropriações também foram os que mais se beneficiaram após a construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves. Silva (1992, p. 98), embora não tenha dado ênfase a este importante aspecto registrou em sua tese que “Assu já se constituía num centro de certa tradição comercial, polarizando, juntamente com a cidade de Macau, toda área de influência do Vale”. No caso específico de Ipanguaçu, seus benefícios derivavam do fato de ter sediado o projeto de irrigação.

Assim, a barragem Armando Ribeiro Gonçalves funcionou como um elemento atrator, a partir da década de 1980, de novos agentes econômicos em direção ao Vale do Assú, bem como foi “responsável” pelo desenvolvimento de uma nova dinâmica capitalista na região. Por essas razões não surpreende terem, ambos os municípios, sofridos os maiores impactos desta obra.

De acordo com pesquisa realizada por Santana (1999), as principais empresas (Fazenda São João, Viva Agroindustrial, Frunorte, Finobrasa e Maísa) que produziam frutas tropicais no Pólo Agroindustrial ocupavam individualmente uma área irrigada superior a 300 ha e que as mesmas estavam concentradas nos Municípios de Mossoró e Assú.

A Maísa foi a pioneira na produção de frutas tropicais no estado. Estava localizada na Cidade de Mossoró e possuía 35 mil hectares de área (no período da pesquisa realizada pela autora anteriormente citada) com aproximadamente 3.200 ha irrigados e dedicados à produção de melão (2.600 ha), acerola (400 ha), manga (140 ha), caju (12.000 ha) e uva (60 ha) (SANTANA, 1999).

Dentre as empresas analisadas, era a que dispunha de maior diversificação de frutas em suas plantas. Porém, o mais importante é registrar que as empresas produtoras de frutas desde o início das instalações produtivas contaram com o incentivo do governo do estado (principal financiador de todo o Programa de Irrigação), da SUDENE e do BNB e, em alguns casos, do BNDES.

Ademais, no ano de 1991 foram beneficiadas pela liberação – por tempo indeterminado – de ICMS sobre suas operações internas e externas²¹⁵, isto é, o que deveriam recolher em impostos aos cofres públicos fora acumulado aos seus patrimônios como incentivo à criação de emprego e geração de renda. Esse era o discurso oficial.

Santana (1999) fez um exercício interessante sobre o faturamento líquido das empresas selecionadas como amostra para desenvolvimento de sua pesquisa. O objetivo era registrar o montante em dólares de impostos não recolhidos aos cofres do estado e os efeitos dessa iniciativa sobre a produção de frutas e a economia e sociedade potiguares em sua totalidade.

Assim, no período de 1991 a 1994, a Maísa computou um faturamento líquido sobre suas atividades no valor de US\$ 95.911.012,88 distribuídos da seguinte forma: US\$ 71.385.680,62 realizados no mercado interno e US\$ 24.525.332,26 no mercado externo – período em que as atividades da empresa encontravam-se totalmente subsidiadas. A partir destes números e utilizando-se das taxas referentes aos impostos de comércio (interno, interestadual e externo, conforme registrado em nota de rodapé de nº 217, a referida autora concluiu que a Maísa deixou de recolher aos cofres públicos cerca de US\$ 11.879.499,81, o que perfazia algo em torno de 2,22% da receita tributária do estado àquele período. Em contrapartida, de acordo com informação de agentes da própria empresa concedida à autora, eram mantidos cerca de 4.500 empregos diretos. No entanto, a empresa não concedeu informações sobre o histórico de emprego sustentado pela mesma desde tempos pretéritos.

A Fazenda São João, localizada no município de Ipanguaçu, registrou um faturamento líquido de US\$ 12.421.000 onde US\$ 3.975.000 foram realizados através de exportações ao mercado externo e US\$ 8.446.000 ao mercado interno. A empresa tinha uma produção baseada nos seguintes produtos: melão, manga e laranja. Deixou de recolher aos cofres públicos US\$ 1.538.716 entre 1991 e 1994. Atente-se que de acordo com Santana (1999) os cálculos foram efetuados com base nos preços praticados em 1994. À época da pesquisa, a empresa empregava 600 trabalhadores rurais que recebiam salário mínimo mais 8% do mesmo ao mês, acréscimo este conquistado pelo Sindicato dos Trabalhadores da agroindústria da região (SANTANA, 1999).

²¹⁵ Deve ser observado que a isenção de impostos fora concedida às empresas “agroindustriais” por tempo indeterminado. Santana (1999, p. 49) assinalou que, antes de 1991, os impostos estavam assim determinados pelo governo do estado: “(...) 13% sobre as exportações, 12% sobre as operações interestaduais e 17% sobre as operações dentro do próprio Estado do RN”.

A Viva Agroindustrial, que produzia especificamente melão, estava localizada na cidade de Mossoró. Teve um faturamento de US\$ 6.975.000,00. Essa empresa entrou em operação no ano de 1993, portanto, já começou suas atividades gozando das benesses dos subsídios (concessões de ICMS pelo estado). Reteve ao seu faturamento líquido a quantia de US\$ 813.751 que não fora recolhida ao erário. Do montante não recolhido US\$ 189.750 correspondiam às atividades referentes ao ano de 1993 e os restantes US\$ 624.001 referentes ao ano de 1994, valores calculados, deve ser lembrado, a partir dos preços praticados em 1994²¹⁶. A empresa tem mantido em média cerca de 500 empregos anuais com o mesmo sistema de remuneração praticado por suas congêneres.

A Finobrasa (produtora de manga e melão preponderantemente para exportação), obteve um total de faturamento líquido referente aos anos de 1993 e 1994 de US\$ 705.000. Devido os subsídios concedidos, deixou de recolher aos cofres do estado cerca de US\$ 88.110. Em relação às empresas anteriormente citadas, a Finobrasa tinha poucos trabalhadores, eram apenas 103 dentre trabalhadores braçais e técnicos especializados. Sua sede encontrava-se no Vale do Assú, porém seus trabalhadores eram provenientes de outros municípios circunvizinhos como, Ipanguaçu, ou de municípios um pouco mais distantes como Upanema e Baraúnas, o que contribuiu, de certa forma, para criar um imbricamento econômico e social entre os municípios.

A Frunorte era a segunda maior empresa do Pólo Agroindustrial do Assú. Estava localizada no Vale do Assú e possuía (em 1994) uma área de 10.0000 ha dos quais 2.500 ha eram irrigados. Deste total de área irrigada aproximadamente 60% foi destinada a produção de melão (1.000 ha), manga (280 ha), acerola (100 ha), e uva (40 ha). Além da variedade de frutas, a empresa produzia de forma irrigada o palmito em uma área de 50 ha e possuía um rebanho bovino de, em média, 1.500 cabeças anuais (SANTANA, 1999). Esta empresa contava com financiamento do BNDES além, evidentemente, de também ter se beneficiado com os subsídios do governo do estado. De acordo com Santana (1999), seu faturamento líquido no período de 1991 a 1994 foi de US\$ 32.524.873,52 divididos da seguinte forma: US\$ 13.009.949,22 realizados no mercado interno e US\$ 19.514.924,30 no mercado externo. Fazendo os cálculos utilizando as alíquotas de transações comerciais determinadas pelo estado, a autora chegou à conclusão de que a Frunorte não recolheu aos cofres públicos a quantia de US\$ 4.137.163,75,

²¹⁶ Ver, com riqueza de detalhes, em Santana (1999), as porcentagens da produção que foram direcionadas para o comércio interestadual, para o mercado internacional e a cota-parte que foi comercializada no mercado estadual, pois sobre as mesmas não foram imputadas as respectivas alíquotas, anteriormente abordadas.

incorporada ao seu patrimônio como incentivo fiscal à produção de riqueza no território noroeste-riograndense e a criação de empregos. No período que esteve gozando de isenções de impostos a empresa manteve, em média, 900 empregos por ano.

Dessa forma, por um lado, pode-se afirmar que o Pólo Agroindustrial do Assú tornou-se o *locus* mais moderno e desenvolvido da agricultura potiguar. Neste recorte territorial foi possível reunir novas técnicas de cultivo e manuseio das terras, tecnologias de ponta de irrigação – geralmente pacotes tecnológicos de países como Israel que têm vasta experiência na produção de frutas e demais mercadorias agrícolas em áreas áridas e semi-áridas –, pesquisa direcionada para frutos específicos, acompanhamento técnico especializado (nacional e estrangeiro) etc. Somou-se a esse conjunto de fatores técnico-econômicos, a iniciativa do estado com todo o seu equipamento desenvolvimentista a começar pelo dinheiro (o crédito). Esse conjunto de fatores possibilitou desenvolver na região do referido Pólo uma agricultura com capacidade de responder e de atender às exigências internacionais mais rigorosas. De outra parte, sucumbiu paulatinamente e *vis-à-vis* ao aumento dos lucros privados, o projeto social do governo que tinha na irrigação a alavanca para desenvolver a região do Pólo (economicamente e com justiça social) e de todo o polígono Assú/Mossoró.

A produção do Pólo Agroindustrial do Assú esteve preponderantemente voltada para o mercado externo, fortalecendo o discurso e o ideário neoliberal que defendem que áreas como estas devem ter prioridade dos Estados-nações pelo fato de responderem “positivamente” às expectativas racionais do capital, vide, por exemplo, autores como Ohmae (1996) e Campos (2002) que defendem, diretamente como o primeiro, “o fim do Estado-nação” ou, como o segundo assecla do neoliberalismo, as vantagens nacionais e mundiais de uma economia livre dos excessos de Estado.

De acordo com Santana (1999, p. 76), “(...) a Maísa afirmou que somente 3,5% da produção é comercializada no estado do RN; a Frunorte 6%; a Viva, no 1º ano de produção, nenhum percentual, no 2º ano 5%; a Fazenda São João uma média de 2% e a Finobrasa praticamente nada, a não ser excepcionalmente”.

O Pólo Agroindustrial do Assú é um desses santuários de reprodução ampliada do capital na agricultura subdesenvolvida. Nele o capital estabeleceu uma nova ordem de criação e apropriação de mais-valia (a extraordinária) com a aquiescência desenvolvimentista do estado (em suas três esferas de poder). Com esses ímpetus modificou as relações de produção naquele

recorte territorial, pois represou no mesmo a mais moderna tecnologia, elevou sobremaneira a produtividade média do trabalho, fez alguns pequenos proprietários de terra tornarem-se força de trabalho assalariada etc. Quanto à elucidação dessa dinâmica, foi Santana (1999) que, em primeira mão, teve a capacidade crítica de capturar a manifestação desse fenômeno no pólo frutífero potiguar.

A autora supracitada registrou o número de empregos criados em contrapartida à isenção fiscal bem como sua variação no período, isto é, seu comportamento em cada empresa. De acordo com suas conclusões, ao final do período (1994) a Maísa havia criado 4.500 empregos, a Fazenda São João 630 e a Frunorte 950 – que equivalia “a aproximadamente 5,6% a mais que antes da isenção de ICMS” (SANTANA, 1999, p. 77). Quanto à Finobrasa e a Viva Agroindustrial, a autora apenas registrou que no caso da primeira o número de empregos tem exaltado uma tendência ao decréscimo e no da segunda uma certa estabilidade. Não foi possível precisar quantitativamente o número de empregos por falta de um histórico mais seguro dos mesmos, dado que ambas as empresas passaram a produzir frutos no ano de 1993.

Quanto ao montante de ICMS não recolhido ao erário como produto da atividade frutífera norte-riograndense, a autora registrou o equivalente a US\$ 18.457.240,72 dos quais: US\$ 11.879.499,81 ficaram retidos na Maísa; US\$ 1.538.716,00 na Fazenda São João; US\$ 813.751,00 na Viva Agroindustrial; US\$ 88.110,00 na Finobrasa; e US\$ 4.137.163,91 na Frunorte. Lembre-se que esses valores correspondem ao acumulado do período 1991-1994. Para além dessas considerações, deve-se ainda deixar registrado que no Rio Grande do Norte:

A receita tributária desse período, considerando a economia como um todo, decresceu de 1990 a 1991, ano em que foi liberado o ICMS sobre as frutas tropicais, um percentual de 26,48%, e continuou decrescendo, chegando em 1994 a US\$ 115.284.526,71, o que se comparado ao ano de 1990, ano anterior à liberação desse imposto percebe-se um decréscimo de 44,23%. No mesmo período o valor não arrecadado de ICMS cresceu um percentual de 54,4%, o qual se tivesse sido recolhido representaria um aumento de 3,5% no total de ICMS do Estado no período de 1991 a 1994 (SANTANA, 1999, p. 80).

Por tudo que fora exposto anteriormente, pode-se inferir que a agricultura capitalista de frutas do Rio Grande do Norte é totalmente subsidiada. Esta pode ser “a chave do tesouro”. Certamente, trata-se de uma área de boa fertilidade natural do solo, de fartos recursos hídricos, de luz solar em mais de 300 dias do ano, em média, (necessária para a fotossíntese das plantas e

asseguradora de boa qualidade dos frutos). Esses foram os requisitos mínimos que funcionaram como atratores naturais ao capital.

Hoje, a região conta com um mercado de trabalho qualificado para aquele tipo de atividade além de técnicas e tecnologias modernas e totalmente dominadas. Mas, não foi o capital que uniu as potencialidades naturais – da primeira natureza, como bem explicou Smith (1988) – às eminentemente reprodutoras do capital (da segunda natureza). No Rio Grande do Norte, a exemplo do restante do país, quem o fez foi o Estado, quem comandou, foi o capital.

Assim, apesar da relativa importância desta atividade para a economia do estado em geral e da região em particular, é sabido que as atividades frutíferas não têm o poder germinativo de dinamizar a economia para outros setores. Isto é, “não cria dinamismo econômico nem para frente nem para trás” de modo a integrar as demais atividades econômicas existentes nos municípios que sediam a produção irrigada de frutas. Para os pesquisadores que têm acompanhado o desenvolvimento da agricultura irrigada do referido pólo, esta ineficiência é decorrente do alto padrão tecnológico incorporado à produção em todas as suas etapas. Veja-se textualmente o parecer que se segue:

Essas etapas constituem-se de pacotes tecnológicos específicos que se transferem com relativa facilidade das grandes indústrias produtoras/fornecedoras diretamente às empresas agroindustriais de irrigação. Conforme observamos na planilha de custos da produção irrigada de melão, são insumos e equipamentos muito específicos, grande parte importados, e que, em geral são fornecidos por grandes empresas comerciais sediadas em centros urbanos maiores da região do entorno do Pólo Fruticultor, como Recife, Fortaleza e Natal. Os pequenos municípios rurais que concentram a produção irrigada nos Pólos, como Baraúna, Açu, Ipanguaçu e Carnaubais, têm usufruído minimamente da expansão desse tipo de economia da irrigação, reduzindo-se os benefícios a uma tênue diversificação comercial (pequeno comércio, mercadinho, restaurante self-service, lojas de vestuário etc.) e a algumas instalações de packing house (SILVA, 2008, p. 4).

Ademais, apesar do potencial e do sucesso isolado de alguns empreendimentos, os municípios do Vale do Assú (pertencentes ao Pólo Assú/Mossoró) já começam a manifestar algumas dificuldades econômicas. De acordo com o IBGE a participação do Vale na geração da riqueza agropecuária estadual vem declinando ao longo do tempo. Em 1999, por exemplo, os nove municípios do Vale produziam 7,7% do PIB agropecuário estadual. No ano de 2002 o percentual de produção foi reduzido a 6,5% do total.

Deve-se ainda registrar que a estrutura agrícola do Pólo Assú/Mossoró não está formada apenas pela produção de frutas irrigadas, embora estas últimas sejam preponderantes. No referido Pólo, a área de frutas colhidas foi reduzida em 23,5% entre 1990 e 2006, contra uma significativa ampliação do total da área colhida referente ao algodão herbáceo, ao feijão e à mandioca de 227,7%. Esse elevado crescimento deve-se, em maior parte às áreas colhidas de feijão. No ano de 1990, as frutas tinham uma participação de 94,3% na área colhida total (coluna M da Tabela 32) – devido, sobretudo, a castanha de caju que sozinha respondia a 90,4% da mesma – contra 5,7% do conjunto das demais lavouras. Todavia, ao final do período a participação das frutas no total da área colhida foi reduzida para 79,5%. As demais lavouras ampliaram-na para 20,5%. Apesar do decréscimo relativo da participação das frutas no total da área colhida com os principais produtos agrícolas do Pólo Assú/Mossoró, percebe-se claramente o domínio da lavoura de frutas tropicais irrigadas no Pólo, ou seja, ratificam a histórica caracterização do mesmo como produtor de frutas no estado.

Tabela 32 - Área Colhida das Principais Culturas Produzidas no Pólo Assú/Mossoró - 1990-2007

Ano	Produto											L	M
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J			
	Banana	Castanha de Caju	Manga	Mamão	Melancia	Melão	Alg. Herb.	Feijão	Mandioca	Total (ha) (A+B+C+D+E+F)	Total (ha) (G+H+I)	Total (ha) (J+L)	
1990	559	62.651	411	81	139	1.546	1.747	446	1.748	65.387	3.941	69.328	
1991	457	56.568	452	71	112	2.319	7.278	21.657	1.463	59.979	30.398	90.377	
1992	391	56.797	522	68	113	2.213	9.269	19.327	1.444	60.104	30.040	90.144	
1993	262	53.727	534	70	100	2.969	-	195	1.191	57.662	1.386	59.048	
1994	293	36.806	574	70	428	2.801	9.630	19.570	147	40.972	29.347	70.319	
1995	301	37.206	884	27	245	4.539	9.740	18.124	231	43.202	28.095	71.297	
1996	244	36.480	988	28	387	4.687	6.739	14.813	862	42.814	22.414	65.228	
1997	548	39.994	1.058	30	332	4.451	6.065	9.990	621	46.413	16.676	63.089	
1998	544	39.924	1.058	30	335	6.211	785	722	221	48.102	1.728	49.830	
1999	882	32.541	1.070	81	1.207	3.986	1.653	5.330	205	39.767	7.188	46.955	
2000	1.010	32.361	1.081	88	1.426	3.326	4.969	12.990	71	39.292	18.030	57.322	
2001	1.154	34.115	1.096	223	1.415	5.512	2.509	4.975	76	43.515	7.560	51.075	
2002	2.630	35.089	1.363	202	912	6.325	3.923	11.621	145	46.521	15.689	62.210	
2003	2.986	34.930	1.330	214	4.059	6.400	4.296	11.013	124	49.919	15.433	65.352	
2004	3.106	34.950	1.340	248	4.544	5.021	3.987	7.175	125	49.209	11.287	60.496	
2005	3.393	33.800	1.200	578	4.406	4.787	3.342	6.433	155	48.164	9.930	58.094	
2006	3.348	32.692	1.183	923	4.127	7.725	3.240	9.550	126	49.998	12.916	62.914	

FONTE: IBGE. Produção Agrícola Municipal. Elaboração Própria.

As variações do crescimento absoluto das áreas colhidas com frutas no Pólo Assú/Mossoró são mais expressivas com relação à banana, à melancia e ao mamão. Esse último, embora cultivado desde o final da década de 1980 para fins comerciais (mercado interno), só a partir do ano de 2001, quando experimentou um crescimento de mais de 153% em relação ao ano anterior, afirmou-se como uma cultura extremamente rentável dada à crescente demanda do fruto e, sobretudo, ao aumento do financiamento da cultura para diversas categorias de produtores, inclusive os assentados a partir de meados da década de 1990. Ademais, essas culturas, entre o ano de 1990 e 2006 ampliaram demasiadamente suas áreas colhidas²¹⁷.

Dentre as frutas, a melancia foi a que experimentou o maior crescimento da área colhida. Essa área colhida em 2006 foi aproximadamente 30 vezes maior do que a área colhida no ano de 1990. Todavia, só veio ter expressividade na agricultura de frutas a partir do final da década 1999, também motivada pelo aumento do consumo regional e nacional.

Observe que, das culturas não-frutíferas, o feijão foi a que experimentou a maior variação da área colhida entre 1990 e 2006. O algodão herbáceo, apesar da crise do bicudo, da tendência internacional da queda de seu preço de mercado e do alto custo de produção (recorrente nos algodoads norte-riograndense desde o final da década de 1980) ampliou a área plantada em 85,5% no referido período. Quanto à mandioca, cultura de grande peso na base alimentar da região, quase desapareceu: sofreu uma queda de -92,8% entre 1990 e 2006. Para Lima, Passos e Silva (2005) *apud* Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte, a seca foi a maior responsável pela decadência da produção da mandioca na região, sobretudo entre os anos de 1990 e 2001 quando experimentou uma queda da área colhida de -95,7%.

Contudo, a persistência dos altos índices de crescimento da área colhida de outras culturas de maior valor de mercado pode ser mais um indicador de que a seca tem influência reduzida em relação à crise que se estabeleceu sobre a cultura da mandioca no estado. Atente-se para o fato de que, neste momento, a análise que se faz está adstrita a um perímetro irrigado. Se fosse a seca, antes da mandioca, que é muito resistente ao referido fenômeno, as demais culturas frutíferas

²¹⁷ Apesar de expressar a menor extensão de área colhida o mamão papaya desde 1995 passou a ter mercado garantido no exterior. No referido ano, o Rio Grande do Norte havia exportado 5 mil e 700 quilos do produto (para a União Européia, Argentina e Canadá) assumindo a 15ª posição na pauta de exportação do estado. A partir de 2006 o estado passou a exportar para o mercado norte-americano. Por esta razão os municípios de Touros, Pureza, Rio do Fogo, Barra de Maxaranguape, Taipú, Ceará-Mirim, Extremoz, Ielmo Marinho, São Gonçalo do Amarante, Natal, Parnamirim, Vera Cruz, São José do Mipibu, Nízia Floresta, Monte Alegre, Arez, Senador Georgino Avelino, Espírito Santo, Goianinha, Tibau do Sul, Vila Flor, Canguaretama e Baía Formosa serão os novos produtores que visam àqueles mercados (Secretaria Estadual do Desenvolvimento Econômico – SEDEC/CEASA-RN, 2005-2006. Cf.: <http://www.rn.gov.br> e <http://www.ceasa.rn.gov.br>).

sucumbiriam frente às intempéries climáticas. Quanto ao peso das culturas frutíferas no total da área colhida de frutas (ver Tabela 33) chama a atenção, no ano de 1990, a castanha de caju que tinha participação de 95,8%. À exceção desta cultura, todas as demais aumentaram seu peso no total da área colhida de frutas, sobretudo a melancia e o melão que tinham participação em 1990 de apenas 0,2 e de 2,4% e, em 2006, no caso da primeira foi de 8,3% e, no da segunda, 15,5%.

Tabela 33 - Participação (%) das Principais Culturas Frutíferas do Pólo Assú/Mossoró no Total da Área Colhida de Frutas

Produto	Anos	
	1990	2006
Banana	0,85	6,7
Castanha de Caju	95,82%	65,39
Manga	0,63	2,37
Mamão	0,12	1,85
Melancia	0,21	8,25
Melão	2,36	15,45
Total	100,00	100,00

FONTE: Tabela 32. Elaboração Própria.

Por fim, tanto o algodão herbáceo quanto à mandioca tiveram seus pesos – no que tange ao total da área colhida dos principais produtos não-agrícolas – significativamente diminuídos entre 1990 e 2006, confirmando, no caso do algodão, a grande instabilidade econômica que pairou sobre a cultura. Entre estas, apenas o feijão aumentou o seu peso entre 1990 e 2006, de 11,3 para 73,9%, respectivamente (ver Tabela 34). O fato é que a irrigação possibilitou a ampliação da produção de feijão que deixou de ser uma produção especificamente de subsistência para se tornar preponderantemente direcionada ao mercado estadual.

Tabela 34 – Participação (%) das Principais Culturas Não-frutíferas do Pólo Assú/Mossoró no Total da Área Colhida das Mesmas

Produto	Anos	
	1990	2006
Feijão	11,32	73,94
Alg. Herb.	44,33	25,09
Mandioca	44,35	0,97
Total	100,00	100,00

FONTE: Tabela 32. Elaboração Própria.

Para além dessas considerações, deve-se ainda registrar que a fruticultura desenvolvida no estado tem grande peso em sua pauta de exportação. Ou seja, não se trata de uma atividade complementar à dinâmica econômica potiguar, mas essencial à captação de divisas e à maior integração do estado ao mercado regional, nacional e internacional. Com o auxílio das informações contidas na Tabela 35 é possível observar que tanto a produção de castanhas de caju quanto a de melão tem peso significativo na pauta de exportação do estado. A castanha de caju manteve para a totalidade do período (1991-1999) um peso na pauta de exportação acima dos 13%. Sua maior participação ocorreu no ano de 1992: 29,6%. O melão também manteve uma participação na pauta de exportação acima de 13%. Sua maior participação foi registrada no ano de 1994, com 29,8%. Ademais, manteve participação na pauta de exportação acima de 20% no triênio 1997-1999, afirmando-se, assim, como a principal cultura frutífera do estado.

Tabela 35 - Rio Grande do Norte: Valor e Participação das Exportações Segundo os Principais Produtos 1991-1999

Produtos	Valor FOB (US\$ 1.000)						Participação (%)					
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Melões Frescos	10.935	10.891	22.012	25.822	14.197	20.556	13,6	14,9	27,1	29,8	17,9	21,7
Castanha de Caju, Fresca ou Seca, Sem Casca	18.203	21.621	16.029	16.453	16.981	17.326	22,7	29,6	19,7	19,0	21,4	18,3
Couros/Peles Int./Meio Bovino Curt. Cromo Úmido	2.572	4.263	4.832	4.626	8.794	11.004	3,2	5,8	5,9	5,3	11,1	11,6
Camisas de Algodão de Uso Masculino	135	173	770	4.121	...	2	0,2	0,2	0,9	4,8	-	0,0
Bombons ou Balas, Caramelos/etc. de Confeitar	2.011	2.947	3.523	3.956	...	4.521	2,5	4,2	4,3	4,6	-	4,8
Outros Açúcares de Cana/Beterraba	-	-	2.786	3.893	3.171	-	-	-	3,4	4,5	4,0	-
Sal de salina e Sal Marinho	895	428	2.587	3.568	1.352	2.258	1,1	0,6	3,2	4,1	1,7	2,4
Açúcar Cristal, de Cana, em Bruto	-	-	2.975	2.735	3.360	3.350	-	-	3,7	3,2	4,2	3,5
Goma de Mascar,de Confeitaria sem Cacau	1.650	2.880	2.702	2.732	2.409	2.287	2,1	3,9	3,3	3,2	3,0	2,4
Cordéis p/ Atadeiras/Enfard. De Sisal/Fibra	1.101	1.048	1.750	2.540	719	319	1,4	1,4	2,2	2,9	0,9	0,3
Lagostas (Palinurus/Panulirus/Jasus SPP	16.367	11.901	4.990	2.352	5.485	4.450	20,4	16,3	6,1	2,7	6,9	4,7
Couros/Peles Bovino Prepar. Curt. Cromo Flor (1)	1.006	228	3	1.229	...	249	1,3	0,3	0,0	1,4	-	0,3
Pirulitos de Confeitaria Sem Cacau	180	659	1.291	1.196	1.092	1.390	0,2	0,9	1,6	1,4	1,4	1,5
Camarões Congelados	-	-	307	1.142	1.089	...	-	-	1,4	1,3	1,4	-
Álcool Etilico N/ Desnaturado, Teor Maior = 80% (1)	-	-	-	915	...	-	-	-	-	1,1	-	-
Fio de Algodão (Maior =85%) Cru de Fibra N/ Pent.	454	528	702	899	612	249	0,6	0,7	0,9	1,0	0,8	0,3
Fio de Algodão (Maior =85%) Retorc. Fibra N/ Pent. (1)	1.989	860	491	886	...	-	2,5	1,2	0,6	1,0	-	-
Açúcar Refinado de Cana/Beterraba	-	-	-	-	8.594	12.566	-	-	-	-	10,8	13,2
Outros Açúcares de Cana/Beterraba	22.683	14.508	13.538	7.664	11.373	14.349	28,3	19,9	16,7	8,8	14,4	15,1
Total	80.189	72.934	81.288	86.729	79.228	94.876	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(Continua)

(Continuação)

Tabela 35 - Rio Grande do Norte: Valor e Participação das Exportações Segundo os Principais Produtos 1991-1999

Produtos	Valor FOB (US\$ 1.000)			Participação (%)		
	1997	1998	1999	1997	1998	1999
Melões Frescos	19.358	25.673	24.617	20,7	25,2	21,3
Castanha de Caju, Fresca ou Seca, Sem Casca	15.519	13.558	19.634	16,6	13,3	17,0
Outros Açucares de Cana/Beter.no Sacar Quim. Pura	13.190	11.391	8.765	14,1	11,2	7,6
Outrs. Couros/Peles Bovino/Equid. Curt. Recurtida	11.367	8.672	2.341	12,2	8,5	2,0
Bombons Caramelos, Conf. E Pastilhas p/Confeitar	4.323	4.500	5.056	4,6	4,4	4,4
Tecid. De Algodão Maior=85%, Tint, Ponto Sarj, P Maior 200g/m	4.138	4.403	4.882	4,4	4,3	4,2
Lagostas (Palinurus/Panulirus/Jasus)	3.664	2.398	1.553	3,9	2,4	1,3
Sal Marinho a Granel, Sem Agregados	2.281	5.331	7.301	2,4	5,2	6,3
Outros Produtos de Confeitaria Sem Cacau	2.003	1.366	1.305	2,1	1,3	1,1
Bananas Frescas ou Secas	2.001	2.230	2.607	2,1	2,2	2,3
Gomas de Mascar s/ Cacau m Revestidas de Açúcar	1.991	1.903	2.231	2,1	1,9	1,9
Outr. Tipos de Sal, Clor., de Sódio Puro e Água do Mar	1.646	1.452	426	1,8	1,4	0,4
Cord. Sisal Outros Tipos Agave p/Atadeira/Enfard.	1.548	1.267	701	1,7	1,2	0,6
Ceras Vegetais	1.463	209	1.608	1,6	0,2	1,4
Sucos de Outrs. Frutas. Produz. Hort. Não Fermentado	1.443	811	550	1,5	0,8	0,5
Outrs. Peix. Frescos Ref. Exe Filés, Outrs. Carne etc.	1.350	1.501	3.524	1,4	1,5	3,1
Goiabas, Mangas e Mangostões Frescos ou Secos	1.086	5.634	3.137	1,2	5,5	2,7
Camisas "T-Shirts" de Malha de Algodão	799	4.509	981	0,9	4,4	0,8
Outros	4.334	4.940	24.254	4,6	4,9	21,0
Total	93.504	101.748	115.473	100,0	100,0	100,0

FONTES: MDIC/SECEX/DECEX; SUDENE/CPE/NE/Contas Regionais. In: SUDENE/Boletim Conjuntural, agosto de 2000.

3.7. O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROADI): guerra fiscal e industrialização

3.7.1. Desenvolvimento econômico no contexto da guerra fiscal: o debate

Antes de efetivamente discutir o Programa de Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROADI), faz-se necessário um esforço no sentido de estabelecer os termos do debate que o fenômeno “guerra fiscal” provocou. A pretensão inicial é buscar compreender – à luz de algumas interpretações sobre a temática – quais são as verdadeiras transformações ocasionadas por iniciativas industrializantes desconectadas de um projeto nacional mais amplo, ou seja, de uma política de planejamento econômico proveniente da União.

Para entender o mecanismo operacional de um instrumento de financiamento como o PROADI, deve-se inseri-lo, em primeiro lugar, na questão do desenvolvimento regional e dos desequilíbrios entre as regiões, já que o mesmo é apenas um dos tipos de estímulo à industrialização praticada no Rio Grande do Norte sendo acompanhado na atualidade pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento das Atividades do Pólo Gás-Sal²¹⁸ e pelo Programa de Áreas Industriais²¹⁹.

Em segundo lugar, o PROADI é um instrumento creditício-subsidiador que está inserido no bojo do que se convencionou chamar de “guerra fiscal”. Dessa forma, no presente tópico, convém registrar as diferentes opiniões acerca desta última e ao mesmo tempo enfatizar que sua prática acirrada dá-se pela ausência de uma política nacional e regional de desenvolvimento econômico coordenada pelo Estado. Por esse motivo, a questão dos desequilíbrios regionais volta à tona.

A partir dos anos de 1990, a questão dos desequilíbrios regionais é posta a uma realidade nacional qualitativamente diferente das décadas anteriores. A partir daquele ano os governos

²¹⁸ Esse “Programa se destina à concessão de incentivos sob a forma de tarifas diferenciadas às indústrias que utilizam o gás natural como fonte de energia em sua atividade produtiva, possibilitando uma redução em seus custos operacionais.” (MDICE, 2004, p. 334).

²¹⁹ Trata-se de incentivo às indústrias que venham se instalar no estado, estritamente no Distrito Industrial de Natal (DIN), localizado no município de Extremoz (Região Metropolitana de Natal); no Centro Industrial Avançado (CIA), no município de Macaíba (Região Metropolitana de Natal); e no Distrito Industrial de Mossoró (DIM).

subnacionais são interpretados como “atores” que têm um novo papel no que tange ao desenvolvimento de suas unidades territoriais. São eles os responsáveis (“independentes”) pelo sucesso ou insucesso de suas economias.

Desde o início daquela década aos dias de hoje, o que há de novo é o contexto histórico e, por isso mesmo, o fenômeno volta a ser alvo de várias análises uma vez que na contemporaneidade o processo de reinserção subordinada da economia brasileira à economia internacional tem aprofundado a dependência da economia brasileira ao centro do sistema capitalista e, internamente, pode criar novos percalços à histórica prática de se atuar no combate às desigualdades regionais²²⁰.

Para Cano (1998) a sociedade brasileira está inserida num falso debate sobre o repasse de responsabilidades da União a outras esferas de poder. De acordo com este autor o “culto ao poder local (...) coopera ativamente para o debilitamento do Estado Nacional”, que é a única instituição capaz de enfrentar os grandes problemas do país (CANO, 1998, p. 310).

Outro aspecto interessante na interpretação desse autor é a de que a prática de políticas neoliberais pode acabar levando a um novo processo de “reconcentração espacial produtiva em detrimento da periferia capitalista nacional”, pelo fato dos estados situados no pólo terem a melhor infra-estrutura já instalada para receber a nova onda de modernidade.

O capital, sempre apto a transpor fronteiras nacionais e regionais, movimenta-se entre as diferentes nações e regiões em busca de valorização. Todavia, as formas de reprodução do capital e do trabalho que se encontram fragmentadas em diferentes espaços de valorização, em diferentes *locus* acumulativos, tendem a sofrer influência do centro do sistema de acumulação, ou seja, suas relações de produção são independentes porém, subordinadas ao centro que tem determinado a dinâmica geral da acumulação nacional.

Como São Paulo, desde o complexo cafeeiro tem sido o carro chefe da acumulação nacional concretizou uma estrutura econômica (nos três macrossetores) que o coloca como o mais capacitado estado brasileiro a atrair investimentos. Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul podem tirar grande proveito da turbulenta conjuntura de “guerra fiscal” por terem desenvolvido uma infra-estrutura urbana de significativo porte, por estarem no pólo do sistema capitalista brasileiro e por serem vizinhos de São Paulo ainda, a maior economia do país.

²²⁰ Sobre o processo de inserção subordinada das economias latino-americanas e asiáticas à economia internacional ver o brilhante texto de Carneiro (2007b).

É neste contexto que se deve procurar entender as recentes tentativas dos diversos estados da federação que se “digladiam” no propósito de atrair alguns capitais a se instalarem em seus domínios territoriais, constituindo o fenômeno que se convencionou chamar – desde os anos 1970 – de “guerra fiscal”.

Essa “guerra” tem-se constituído, nos últimos anos, num instrumento amplamente utilizado com vistas a atender as agendas econômicas dos diferentes governos subnacionais, na perspectiva de resolver, sobretudo, dois grande problemas: a baixa taxa de industrialização e os altos índices de desemprego.

De fato, há um evidente conflito entre os diferentes autores que têm dedicado especial atenção sobre a eficiência, eficácia ou equívocos da “guerra fiscal” deflagrada no Brasil de forma mais abrangente a partir da década de 1990.

Todavia, em que pese a originalidade de cada análise sobre o fenômeno, é comum encontrar entre os autores pontos de vista convergentes como, por exemplo, o fato de que a “guerra fiscal” pode ser um fenômeno negativo para a nação, mas positivo para os estados que a praticam²²¹. Ou a aparentemente simples conclusão, também encontrada em todos os autores, que seria ideal se as políticas de descentralização fossem criadas e orientadas pela União com a participação das esferas menores do poder público e dos agentes privados como em tempos idos²²².

O que se convencionou chamar de “guerra fiscal” nada mais é do que a concessão de subsídios praticada pelos estados brasileiros onde, o mais utilizado, tem sido a redução total ou parcial do ICMS a recolher para capitais que queiram se instalar em determinado espaço econômico.

Dessa forma, Varsano (1997) indica três condições necessárias para que não se questione as isenções do ICMS pelos Estados; são elas:

- a) recursos que não seriam aproveitados em qualquer ponto do território da unidade considerada caso o incentivo não fosse concedido;
- b) que seja efetivamente nova, isto é, uma adição ao investimento na unidade e
- c) cujos

²²¹ Refere-se, especificamente, sobre Prado (1999), Varsano (1997) e Brito e Cassiolatto (2000).

²²² Apenas, aparentemente, é banal a conclusão de que deveria ser o Estado o grande orientador de políticas industriais no Brasil. Quando se faz uma análise histórica dos últimos ciclos de industrialização do país, percebe-se que jamais se teria atingido tal crescimento industrial sem as significativas inversões da União, sem a sua orientação planejada e executada através de seus diversos órgãos, mesmo sendo uma intervenção conservadora – pois não modificou a estrutura de poder político e de propriedade nem no campo nem na cidade – jamais se teria atingido o grau de industrialização e desconcentração que o Estado criou em diferentes regiões do país.

benefícios sejam, pelo menos parcialmente, apropriados por residentes da unidade que, a menos de externalidades interjurisdicionais (spillovers), são os que perdem com a redução da provisão pública de bens e que a parte apropriada supere os benefícios gerados pelo anterior uso público dos recursos (VARSANO, 1997, p. 3).

Hoje, carentes de políticas federais, os governos subnacionais partem à frente criando as possibilidades de conquistar o capital produtivo. O problema encontra-se, para Varsano, no fato de que esta é uma função do governo central e quando as esferas inferiores de governo resolvem defendê-la, na prática, “o resultado tende a ser desastroso”.

Por um lado, o desastre está exatamente no fato de que o capital tem utilizado a guerra fiscal como um mecanismo de acumulação de limitado extravasamento para a totalidade da população. À medida que a guerra se acirra, as possibilidades para sua valorização vão se concretizando. Por outro lado, ao renunciar à arrecadação os governos subnacionais estão deixando de cumprir suas agendas sociais. Por este motivo Varsano (1997) conclui que a “guerra fiscal” não contribui nem para o desenvolvimento regional nem para a desconcentração industrial, é, antes, uma “inimiga” dessas políticas.

Para o capital, a atual situação de “guerra fiscal” dá-lhe maior margem de manobra nas negociações com os diferentes governos estaduais e municipais. Isto quer dizer que se as políticas de incentivos levadas a cabo pelos governos subnacionais não forem bem formuladas – de acordo com as reais necessidades de industrialização dos mesmos – podem funcionar como simples mecanismos de ampliação da reprodução privada sem resultar em nenhum ganho econômico-social para a unidade federada concessora.

Prado (1999), ao analisar a relação entre os estados e o capital, afirma que os argumentos dos operadores da “guerra fiscal” de que os incentivos acabam resultando em investimentos é uma tese de fácil refutação. Em se tratando do grande capital, para este autor, na maioria dos casos relevantes a decisão de investimento é dada previamente, pois decorre de planejamentos de longo prazo que tendem a ser realizados mesmo na ausência de incentivos. Vide, por exemplo, o setor automotivo.

O fato é que, na atual onda de abertura econômica que vem dismantelando os mercados nacionais e regionais, o capital acaba se deixando capturar pela atual conjuntura de “guerra fiscal” levando-o a acumular lucros elevadíssimos.

Do rico trabalho de Prado (1999) ainda é interessante ressaltar dois pontos fundamentais quanto às diferentes tendências que assumem a “guerra fiscal”. Primeiro, há uma tendência a transformarem os programas mais típicos de ampliação do grau industrial de determinado espaço social em operações dedicadas onde se criam programas para atender determinados projetos de grande porte.

O segundo ponto é que, quando renunciam ao recolhimento do ICMS, os estados não estão necessariamente comprometendo suas receitas tributárias correntes. Estão apenas deixando de recolher os impostos de novas plantas que por motivo de tais incentivos procuram se instalar em seus espaços econômicos.

Porém, o fato é que a maioria dos governos subnacionais não tem condições de, pela concessão fiscal, subsidiar grandes montadoras. Todavia, apesar desta assertiva, os mesmos vêm internalizando determinado número de empresas. É interessante observar se, a partir de concessões oferecidas a estas empresas, outras foram atraídas “espontaneamente” para dentro do estado.

Fica claro que, para Prado (1999), a concessão de incentivos a novas plantas industriais nem sempre influi na arrecadação corrente do estado – de forma ampliada, dos governos subnacionais –, o que coloca por terra alguns argumentos contrários à concessão de subsídio fiscal. Geralmente, tais argumentos não perpassam a crítica de que os incentivos fiscais concedidos à industrialização não criam nenhum efeito “multiplicador” para a economia que os internalizam. Mas, isso não é verídico! Nesse ponto, tanto Prado (1999) quanto Varsano (1997) compactuam da mesma opinião, ou seja, do ponto de vista de que os estados e municípios, independentemente uns dos outros, podem conseguir ganhos (políticos, econômicos e sociais), porém, na perspectiva nacional, o país perde.²²³

Ao se analisar a “guerra fiscal” sob a ótica da economia política, fica claro que sua utilização é institucionalmente aceita pelo fato de garantir a manutenção do *status quo* de determinados agentes sociais. A “guerra fiscal” tem garantido tanto a reprodução do sistema quanto das relações capitalistas em regiões ainda débeis na fundamentação de um padrão de produção preponderantemente industrial. Isso, por si só, já avaliza “socialmente” a sua prática e por este mesmo motivo a Constituição Nacional foi colocada à margem.

²²³ Ver, com maior riqueza de argumentos, Varsano (1997).

Para Prado (1999) – à maneira de Afonso (1994) e Affonso (1997) –, a “guerra fiscal” dá-se pelo fato de não existir uma coordenação estatal-nacional no atual processo de desconcentração, o que tem fortalecido o setor privado possibilitando-o maximizar seus lucros, mas não cria alternativas para que os benefícios públicos sejam maximizados. Ademais, a guerra fiscal não leva inexoravelmente os governos subnacionais à degradação fiscal. Esta última dependerá da forma de isenção fiscal praticada por cada governo subnacional, de sua capacidade fiscal etc. Por essa razão, fazem-se necessárias ações políticas para controlá-la, pois os altos custos da “guerra fiscal” incidem sobre o conjunto da sociedade e sem tal “controle público sobre um processo dominado, em última instância, pelo setor privado”, ocorrerá uma tendência “à expansão desmedida de benefícios, fora de qualquer critério racional.” (PRADO, 1999, p. 31).

O fato é que, de forma geral, a “guerra fiscal” criou um ambiente desfavorável para que os governos subnacionais desenvolvam políticas locais pautadas em condições reais de competitividade, condição necessária para que se possa montar uma estrutura industrial mais dinâmica e diversificada.

Assim, a “guerra fiscal” pode se constituir em um frágil instrumento de mobilização do desenvolvimento, sobretudo, industrial e sua futura irrelevância como fator de decisão locacional pode estar muito próxima devido os estados praticarem políticas de incentivos muito semelhantes. As disputas fiscais podem levá-los a não definir políticas de desenvolvimento nem prioridades setoriais próximas as potencialidades locais. Esse é um perigo constante.

Não há dúvidas da coerência dos argumentos dos autores anteriormente citados. O fato é que, embora a “guerra fiscal” seja negativa quanto à totalidade do país – e mesmo futuramente para os governos subnacionais individualmente, devido os mesmos não privilegiarem as reais necessidades de industrialização – os agentes envolvidos nesse processo querem tirar proveito dos resultados imediatos, de curto prazo.

Deve-se entender que no sistema capitalista – sobretudo na contemporaneidade, onde a falta de emprego leva as massas a exigirem dos governos atitudes urgentes – o conflito entre os governos subnacionais e o capital resultou, por um lado, na manipulação política das massas de desempregados por governos populistas, e por outro lado, na ampliação da acumulação em benefício do grande capital.

Estado, capital e trabalho buscam a racionalidade na irracionalidade da “guerra fiscal”. Pode-se mesmo admitir que se o resultado geral deste processo são perdas, tais agentes estão preocupados com os ganhos relativos imediatos.

Nesse contexto, deve-se prestar especial atenção ao agravamento da dívida das esferas subnacionais de poder dado o fato de que ao passo que as mesmas se endividam a tendência tem sido reduzir investimentos em obras sociais básicas de suas estritas competências.

Como o Estado não criou políticas industriais no sentido de contrarrestar os impactos negativos da abertura econômica sobre o bloco de capital produtivo nacional, os governos subnacionais brasileiros criaram, à “revelia” da União, alguns incentivos locais para ocupar o espaço econômico abandonado pela mesma. Como cada estado e município está relativamente livre para conceder seus benefícios – o maior empecilho à execução desta tarefa encontra-se na situação de suas finanças – a “guerra fiscal” acaba beneficiando sobremaneira o capital privado.

Vale registrar que não se trata apenas de uma inversão de valores em benefício do capital, mas, antes de tudo, a máxima expressão da danosa democracia de mercado em tempos de *Estado Mínimo*. O capital produtivo tem algumas razões para investir em novas instalações em outras unidades da federação.

Brito e Cassiolatto (2000) citam uma pesquisa realizada pela CNI/CEPAL (1997) com o intuito de descobrir quais eram as motivações para a instalação de plantas produtivas em determinado espaço econômico nacional. A pesquisa revelou que os dois principais fatores que mais influenciam na decisão do deslocamento do capital produtivo para outras unidades federativas são: os benefícios fiscais e a proximidade dos mercados.

O fator mão-de-obra aparece em segundo lugar como o mais importante no momento da decisão do capital. Ademais, a favor deste último, conta positivamente a desorganização política das massas, mesmo as que se encontram empregadas.

As diversas realidades – como é o caso do Ceará e do Rio Grande do Norte com o setor têxtil – mostram que a força de trabalho em abundância e relativamente qualificada para atuar nos setores tradicionais tem servido como fator catalisador dessas indústrias para aqueles estados. No caso específico do Ceará, por exemplo, o pólo têxtil e de confecções é emblemático reunindo cerca de três mil empresas que geram 60 mil empregos diretos e é responsável pela geração de 12% do ICMS do Estado (LIMA; KATZ, 1993 apud ARAÚJO, 1997, p. 164).

Mas, continua como principal fator e a tendência é de prevalecer ainda mais, a isenção fiscal e outras concessões de incentivos aos médios e grandes capitais sem que, na maioria dos casos, uma contrapartida em termos de adensamento da cadeia produtiva seja exigida. É esse um dos principais fatos que coloca em dúvida a utilização dos incentivos para estruturar ou reestruturar os espaços econômicos.

Resumindo, Brito e Cassiolatto (2000) expuseram alguns elementos positivos e negativos que justificariam a concessão de benefícios dos estados e municípios ao capital na perspectiva de levarem adiante seus processos de industrialização. Os positivos podem ser assim elencados: crescimento do conjunto da economia com elevação do emprego e da renda no setor industrial; modernização do parque industrial (de pouca competitividade ou mesmo obsoleto); criação de adensamento de algumas cadeias produtivas locais e a construção de um ambiente favorável à reprodução de antigas unidades produtivas e à instalação de novas.

No que diz respeito aos aspectos negativos, foram enfatizados os seguintes pontos: dados os incentivos, os capitais colocam em segundo plano as condições concretas de competitividade local, incorrendo em distorções na alocação dos investimentos e elevam os custos de produção; agravamento da situação financeira dos governos subnacionais por não basearem suas concessões em uma meticulosa análise de custo-benefício; a adoção dos incentivos pode ser totalmente inócua, do ponto de vista locacional dos empreendimentos, dado simplesmente o alto grau de sua generalização.

A prática da “guerra fiscal” faz com que os capitais sejam privilegiados por uma conjuntura econômica de inescrupulosa concorrência que, no geral, tem comprometido a sociedade brasileira como um todo e, no âmbito dos governos subnacionais, garantido a reprodução de velhos fenômenos como a concentração da riqueza e da renda.

Frisamos que, embora o incentivo fiscal não seja um fenômeno especificamente da era neoliberal, nela se manifestou como “guerra fiscal” em toda sua plenitude já que nos anos de 1990 todos os estados brasileiros exerciam algum tipo de programa²²⁴ de incentivo ao desenvolvimento econômico com efeitos sobre a indústria, mas também sobre outros setores da economia, como a agricultura. Esse, por exemplo, foi o caso concreto do PROADI no Rio Grande Norte.

²²⁴ Ver Brito e Cassiolatto (2000), e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior-MDICE (2004).

No geral, pode-se afirmar que a adoção da agenda neoliberal ocasionou diversas consequências na reprodução dos diferentes agentes sociais (facções de capitais, no trabalho e no Estado). Por isso, os argumentos que defendem que o atual processo de inserção subordinada da economia brasileira à economia internacional tem, internamente, causado alguns deslocamentos de blocos de capitais produtivos em direção às regiões menos industrializadas requerem maiores esclarecimentos. Em tese, tais capitais vão à busca de melhores condições de reprodução no afã de resgatar suas margens de lucro perdidas na concorrência com o capital internacional, em decorrência da abertura indiscriminada da economia brasileira que tem permitido a entrada de produtos, em geral, de melhor qualidade e de menor preço.

Sair de seus antigos centros em busca de melhores condições de reprodução significa ir ao encontro de melhores vantagens comparativas como: excedente de força de trabalho (no Nordeste e Norte do país encontram-se tais excedentes dispostos a trabalhar por qualquer tipo de remuneração, o que torna o custo do trabalho bastante atrativo aos capitais); incentivos fiscais estaduais e federais (estes, muito mais que a oferta de força de trabalho, parecem ser os principais atrativos); concessões financeiras e de financiamentos diferenciadas; infra-estrutura e suporte logístico-operacional. Todavia, o que interessa é entender não apenas como o capital tem migrado, mas, para onde migrou. E muito mais do que isto, a pergunta a ser feita é: que modificações estruturais de fato ocorreram, via migração de capital, no espaço que o recebeu?

Para alguns estudiosos da questão – Brito e Cassiolatto (2000), por exemplo –, nos estados e regiões historicamente subdesenvolvidas foram poucas as vantagens da “adoção” desses capitais produtivos, resultando, muito mais, em um processo de valorização do capital do que, notadamente, em superação do quadro de desemprego crônico e de baixas rendas.

Contudo, a questão não pode ser resumida a apenas esse efeito, pois sem a União comandando um novo processo de investimentos produtivos aos governos subnacionais poucos instrumentos restaram no sentido de atrair e mesmo manter unidades produtivas nas circunscrições de seus territórios. Portanto, a “guerra-fiscal” manifesta-se bem menos como uma escolha deliberada dos governos subnacionais do que como uma imposição dos capitais privados e da própria conjuntura histórica de abandono do Estado de algumas de suas funções desenvolvimentistas. Outro estudioso da questão tem reiteradas vezes argumentado que a falta desta política é a responsável imediata pela “guerra fiscal” entre os GSNs em favor das empresas

privadas que “promovem verdadeiros leilões a ver quem oferece mais vantagens – fiscais, fundiárias, legais etc.” (VAINER, 2006, p. 7).

Para Vainer (2006) o Estado abdicou da responsabilidade de liderar e mediar práticas de cooperação federativa, apenas exigindo que as esferas de poder subnacionais exerçam a máxima *responsabilidade fiscal*, atendendo, assim, às exigências do FMI que, como colocado anteriormente, já ampliou aos governos subnacionais esta responsabilidade anteriormente adstrita a União.

Assim, fica patente que o movimento do capital em direção aos territórios que melhor lhes remunerem pela concessão fiscal tem motivado a discussão sobre as reais benesses das concessões fiscais no sucesso da industrialização e da criação de novos empregos em regiões e estados que até o momento foram pouco beneficiados com inversões privadas “espontâneas”. Por esta razão, é importante que façamos uma análise específica sobre os efeitos ocasionados por um Programa da natureza do PROADI. Em outras palavras, deve-se investigar como o fenômeno da “guerra fiscal” tem se manifestado no interior da economia do Rio Grande do Norte e, por derivação, que modificações ocorreram no desenvolvimento econômico do estado, no emprego e na renda.

Qualquer conclusão mais precisa sobre o sucesso ou não das isenções fiscais e dos mais diversos meios de subsídio ao capital deve ser orientada por pesquisas científicas específicas que analisem cada caso particular e não apenas se deter em resultados mais gerais desse processo. Com esse propósito, o tópico abaixo busca dar os primeiros passos na análise do caso concreto do Rio Grande do Norte.

3.7.2. As circunstâncias históricas de implantação do Programa de Apoio à Industrialização do Rio Grande do Norte (PROADI)

Neste tópico, pretende-se analisar o efeito que o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROADI) ocasionou no processo de industrialização do estado, se atingiu as metas²²⁵ previamente estabelecidas na legislação que o rege ressaltando sua

²²⁵ As principais metas do PROADI são: atrair o capital produtivo; criar empregos diretos para o conjunto da economia (não apenas na indústria); gerar e elevar o nível da renda; integrar produtivamente a economia do estado pela interiorização das unidades produtivas, de forma a contribuir para diminuição do desequilíbrio intra-estadual; e aprofundar a integração do estado à economia regional e nacional.

contribuição também para o conjunto da economia potiguar (se de fato ocorreu) no que tange à produção de riqueza, à criação de empregos e à geração de renda, já que estes indicadores sintetizam boa parte dos conflitos entre o Estado, o capital e o trabalho, no modo de produção capitalista. Procuramos, também, analisar o impacto espacial que os investimentos do Programa ocasionaram sobre as diferentes localidades onde foram realizados.

O PROADI foi criado em 1985 e desde então as normas que o regem têm sofrido alterações no sentido de tornar o Programa mais acessível a um maior número de empresas. Em sua primeira década e meia de existência, tem permitido a reprodução de alguns capitais, a criação de determinado número de empregos e a condução de um processo de industrialização que, em vários aspectos, se identifica com os praticados nos estados da região, tais como: concessão de benefícios com poucas exigências à contrapartida do capital; maior peso das indústrias tradicionais – sobretudo, têxteis e de alimentos e confecções que juntas representavam cerca de 59,5% do total de projetos aprovados no estado entre 1986 e 2000 (ver Tabela 36) -, alta concentração nos municípios metropolitanos - mais de 75% das empresas estavam concentradas na região Metropolitana de Natal etc. (ver Tabela 37).

Tabela 36 - Rio Grande do Norte - Distribuição dos Projetos Aprovados Segundo Gêneros de Indústrias 1986-2000

Gênero de Indústrias	Nº de Empresas
Alimentos	32
Confecções	29
Química	25
Têxtil	17
Minerais Não Metálicos	6
Couros e Peles	5
Farmacêutica	3
Metalúrgica	2
Gráfica	2
Papel	2
Material Elétrico	2
Calçados	1
Diversos	5
Total	131

FONTE: SINTEC. In: Baracho (2000, p. 46).

Tabela 37: Rio Grande do Norte: Distribuição Espacial das Empresas Beneficiadas Pelo PROADI - 1986-2000

Ano	Localização		Total (C)	% A/C D	% B/C E
	Grande Natal (A)	Interior (B)			
1986	5	2	7	71,4	28,6
1987	2	-	2	100	-
1988	13	2	15	86,7	13,3
1999	18	4	22	81,8	18,2
1990	7	-	7	100,0	-
1991	8	2	10	80,0	20,0
1992	5	1	6	83,3	16,7
1993	4	1	5	80,0	20,0
1994	5	3	8	62,5	37,5
1995	-	2	2	-	100,0
1996	2	2	4	50,0	50,0
1997	9	1	10	90,0	10,0
1998	12	8	20	60,0	40,0
1999	5	1	6	83,3	16,7
2000	4	3	7	57,1	42,9
Total	99	32	131	75,6	24,4

FONTE: SINTEC. In: Baracho (2000, p. 60). Tabela reelaborada pelo autor.

Nota: As colunas D e E, que mostram os percentuais de empresas beneficiadas pelo PROADI na Grande Natal e no interior para todos os anos do período 1986-2000, não existem na tabela original.

No que diz respeito à coordenação da distribuição das unidades produtivas pelo território norte-riograndense, o governo do estado tem se esforçado para evitar a concentração dessas unidades produtivas na capital, através da remoção de barreiras (como, por exemplo, a falta de infra-estrutura), sobretudo, as existentes para além da capital. Para estas faixas do território potiguar o governo tem abdicado do recolhimento de maior percentual do ICMS em favor dos capitais que tenham como meta a reprodução nas áreas do interior. Todavia, como exposto na Tabela 37, esse objetivo do estado não foi atingido a contento.

Mas, apesar da concentração espacial do PROADI, sem o mesmo as possibilidades de se praticar uma política estadual de industrialização seriam muito mais débeis, pois outros estados brasileiros – até mesmo do Nordeste como são os casos da Bahia, Ceará e Pernambuco – dispõem de melhores condições infra-estruturais, de políticas de incentivos fiscais muito mais agressivas, de um parque industrial muito mais articulado “para dentro e para fora” de suas economias do que o Rio Grande do Norte, além de seus governos gozarem de melhores condições políticas na

atual conjuntura nacional, o que facilita sobremaneira o apoio da União na execução de seus Programas²²⁶. Como colocado acima, participar da “guerra fiscal” em um momento da história em que a União não arbitra o processo de desenvolvimento econômico não é uma escolha, é antes uma imposição. É neste contexto que se “concretiza” a industrialização do Rio Grande do Norte. Neste último, Estado, capital e trabalho – resguardadas suas relativas forças políticas e econômicas reais – buscam, através da concessão fiscal, solucionar um problema secular: o subdesenvolvimento. Este intento tem, de certa forma, reconfigurado o espaço de valorização do capital nos limites de seu território.

No entanto, as dificuldades enfrentadas pelo Rio Grande do Norte – por encontrar-se entre as economias complementares – não o impossibilitou de experimentar uma expansão industrial significativa nos últimos anos, sobretudo porque, como os demais estados da região, foi palco de diversas intervenções desenvolvimentistas provenientes da União e do governo do estado como registrado anteriormente. Cabe, portanto, buscar compreender, qual foi a contribuição do PROADI na busca da superação de alguns entraves – como a falta de crédito para investimentos – que historicamente os parques capitais produtivos locais sempre reivindicaram.

A este Programa deve-se ter especial atenção por vários motivos. Primeiro, porque é recorrentemente colocado à sociedade norte-riograndense como um instrumento dos mais eficientes no combate ao desemprego nas áreas metropolitanas e no interior do estado. Segundo, porque tem como uma de suas metas distribuir de forma equilibrada a indústria por todo o território estadual, isto é, é um Programa que em princípio contribuiria para uma melhor espacialização da indústria, meta aliás não atingida pelo mesmo como ficou nítido com as informações contidas na Tabela 37. Terceiro, porque por sua via o governo do estado estaria dando continuidade às iniciativas implantadas desde o período da SUDENE, ou seja, não apenas industrializar, mas concretizá-la com equidade e justiça social dada à geração de renda que a mesma manteria nos espaços estaduais onde ainda não chegou ou onde não conseguiu as devidas condições capitalistas para permanecer. Em quarto, o PROADI não se resume apenas a um Programa de industrialização, dado que tem contribuído para o desenvolvimento de outras atividades e setores como o de turismo e o agropecuário. Estas são apenas algumas motivações.

²²⁶ Faz parte da “guerra fiscal” a pressão de outros estados no sentido de atrair para suas economias os capitais alocados nas economias vizinhas. Britto e Cassiolatto (2000) oferecem uma breve e brilhante análise de algumas políticas de incentivos à desconcentração e industrialização praticadas por vários estados brasileiros nestes últimos anos.

Inicialmente, deve ser enfatizado que no período 1980/2005 a indústria no Rio Grande do Norte teve melhor desempenho do que a agricultura. Esse desempenho não deve ser dissociado da presença da SUDENE no estado bem como dos incentivos do governo estadual para o setor. Todavia, observe-se que, o primeiro subperíodo (1980-1985) registrou a maior contribuição do setor na produção do PIB estadual (ver Tabela 38). Em 1980, 35,1% do PIB norte-riograndense estava concentrado no setor industrial e, em 1985, 50,6% do mesmo contra 12,6 e 9,3%, respectivamente, no setor agropecuário. O Programa de desenvolvimento industrial do governo do estado, o PROADI, encontrava-se em atividade exatamente a partir do segundo subperíodo (1985-1990) o que pode ter contribuído para que o setor industrial alcançasse alta participação no resultado total do produto estadual.

Tabela 38 - Participação do PIB do Rio Grande do Norte Segundo Setores Econômicos (em % de Valor) a Preços Constantes de 2000 (R\$ Mil) - 1980-2005

SETORES	ANOS					
	1980	1985	1990	1995	2000	2005
Agropecuária	12,60%	9,30%	7,20%	7,10%	2,40%	0,1%
Indústria	35,10%	50,60%	34,70%	31,50%	38,50%	23,0%
Serviços	52,30%	40,1	58,10%	61,40%	59,10%	77,0%
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,1%

FONTE: IBGE. Vários anos - Elaboração Própria.

Na Tabela 38 não abrimos o setor industrial, isto é, os dados sobre a indústria correspondem à soma da indústria de transformação com a extrativa mineral, uma vez que nossa intenção neste momento foi buscar entender se o PROADI criou algum impacto positivo no conjunto da mesma e qual era, no período 1986-2005, o peso de cada setor na conformação do PIB do estado. Porém, mais à frente, abrimos a indústria de transformação com o intuito de analisar a evolução do Valor da Transformação Industrial (VTI) de 1996 a 2006 e se o PROADI lhe trouxe alguma contribuição.

Mas, ainda nos detendo na Tabela 38, observe-se que em 1990 ocorreu uma queda substancial da participação do setor industrial no PIB do estado. De 50,6%, no ano de 1985, caiu para 34,7%, em 1990. Porém, apesar desta queda, ainda continuou com maior participação na formação do PIB, muito superior ao setor agropecuário que no mesmo ano correspondia a apenas 7,2% do total daquele. Esta queda do produto (na indústria e na agricultura) deveu-se às altas

taxas de juros praticadas no referido período (que encarecia significativamente o crédito) à persistente queda na taxa de investimento produtivo etc. Ademais o setor industrial cresceu a uma taxa média anual de 3,0% ao passo que o agropecuário teve taxas médias de crescimento anuais negativas, não apenas neste subperíodo, mas na totalidade do período exposto na Tabela 38 (1980-2005). Alerta-se ainda para um grande problema recorrente na economia potiguar: a participação dos seus setores no PIB do estado ocorreu de forma muito desigual, sobretudo entre o agropecuário e o industrial. Veja-se que, nos períodos em que este último tem seu peso no PIB estadual aumentado, o primeiro o diminuiu de forma acentuada (Tabela 38).

Não há dúvidas de que o maior crescimento do setor industrial em relação ao agropecuário tem sua importância, pois poderia irradiar um processo de desenvolvimento mais coeso onde o mesmo fosse o coordenador da acumulação capitalista dado sua capacidade de produzir em maior escala para os demais setores econômicos e, dado ainda o fato de ser ele mesmo produtor de tecnologia, o que não foi o caso do setor industrial do Rio Grande do Norte.

Durante os anos de 1990, a queda dos pesos dos setores, exclusive o de serviços, no produto estadual muito provavelmente estava correlacionada aos resultados da política macroeconômica neoliberal capitaneada pela União que resultou, dentre outros transtornos, na abertura indiscriminada da economia brasileira, na diminuição da taxa média de investimento, no encurtamento do crédito e na histórica manutenção de altas taxas de juros.

No entanto, nada foi mais duro do que a intervenção da União nos instrumentos de financiamento dos governos estaduais como, concretamente, o fechamento de seus bancos, e maior dureza também quanto às renegociações das dívidas dos executivos estaduais²²⁷. Não foi por acaso que, na contramão da queda do peso do produto agropecuário no PIB estadual e da menor participação do industrial em relação ao de serviços, fez este último, no Rio Grande do Norte, afirmar-se como o de maior peso na formação do PIB estadual. Essa afirmação, contudo, deve ser vista com cautela, para não dizer desconfiança, dado, sobretudo, o alto grau de informalidade que se encontra “mergulhada” a economia do estado.

Apesar desses transtornos, pode-se afirmar que o bom desempenho da economia potiguar deve-se as intervenções das diferentes esferas de governos. Nesse sentido, fica evidente a

²²⁷ Quanto à questão das dívidas dos governos subnacionais, ver Lopreato (2000).

importância da contribuição do governo subnacional na criação de fatores atrativos às inversões privadas²²⁸.

Embora diferente do 34/18-FINOR, o PROADI traz em seu bojo os mesmos princípios industrializantes do mecanismo anterior. Através do 34/18-FINOR, a SUDENE buscou amenizar o problema dos desequilíbrios regionais que, de acordo com as interpretações mais coerentes daquele momento histórico²²⁹, persistiam na Região Nordeste por inexistência de um padrão de acumulação semelhante ao do pólo – faltava ao Nordeste uma indústria que consolidaria a integração do mesmo à economia nacional. Feita esta análise, a SUDENE ficou responsável pela condução do processo de correção dos desequilíbrios existentes entre o Sudeste e o Nordeste via desconcentração da indústria do pólo para a periferia, como discutido nos capítulos anteriores.

Apesar da função de complementaridade da indústria nordestina, nem todos os estados da região criaram indústrias complementares como os estados da Bahia, de Pernambuco e do Ceará. No caso concreto do Rio Grande do Norte, embora tenham prevalecido como indústrias complementares as pertencentes aos setores mais tradicionais de transformação – onde tiveram maior relevância os ramos de alimentos e bebidas, o têxtil e o de confecções –, é possível afirmar que parte pequena da indústria mais intensiva em capital, como a química, obteve algum sucesso.

Neste sentido, tudo leva a crer que o PROADI aprofundou esta especialização industrial, mas ao mesmo tempo buscou orientar políticas de subsídios também para grandes empreendimentos industriais. Se observarmos a evolução do VTI da indústria de transformação potiguar no período 1996-2006 (Cf. Tabela 39), fica patente o crescimento do VTI das principais indústrias tradicionais mas, também, de indústrias mais dinâmicas em capital. A indústria química, por exemplo, que em 1996 representava apenas 1,4% do VTI da indústria de transformação, passou a ter peso de 3,3% em 2006. O mesmo ocorreu com as indústrias que produziam artigos de borracha e plástico – cujo peso no VTI da indústria de transformação no ano de 1996 era de apenas 1,4% atingindo 3,7% em 2006 – e as que produziam produtos de

²²⁸ Os estados e municípios vêm assumindo a responsabilidade pela manutenção dos incentivos aos investimentos produtivos – que anteriormente pertencia a União (LOPREATO, 2000).

²²⁹ Dizer que as interpretações dos teóricos da SUDENE eram coerentes não significa dizer que não eram passíveis de fragilidades. A SUDENE não percebeu que o “pólo” havia se industrializado pautado numa dinâmica específica totalmente determinada pelas condições históricas peculiares àquela região. Um outro aspecto da intervenção da SUDENE que pode ser criticado é o fato de que, para a mesma, o subdesenvolvimento do Nordeste explicava-se também pelo fato da região não ter desenvolvido com plenitude um capitalismo moderno – entenda-se por um capitalismo moderno um capitalismo industrial. Apesar dessas ressalvas muitos problemas econômicos, sociais e políticos, no Nordeste, só foram resolvidos devido à intervenção daquele órgão que durante décadas teve à frente cientistas sociais de refinado quilate científico.

metais, exceto máquinas e equipamentos, que tinham peso no VTI do estado, em 1996, de 0,5%, atingindo 2,0% em 2006.

Ora, para um estado onde historicamente as indústrias dinâmicas nunca foram expressivas quanto à transformação industrial, é de se supor que as iniciativas de industrialização via PROADI não devem ser desconsideradas. Ademais, apesar dos nefastos efeitos que a abertura econômica causou em determinados ramos tradicionais, como o têxtil e o de confecções, observe-se que mesmo nos períodos mais difíceis da década de 1990, como os últimos anos desta, os setores tradicionais instalados no Rio Grande do Norte mantiveram significativas participações anuais no VTI.

Mas, deve-se atentar para o fato de que os Programas de desenvolvimento estaduais não substituem a contento a coordenação da política de desenvolvimento econômico anteriormente praticada pela União. Isso porque só o Estado tem condições de mobilizar determinados instrumentos de política econômica, como o câmbio e a moeda, por exemplo, capazes de beneficiar o conjunto da nação. (CANO, 1998)

Os Programas dos governos subnacionais embora existam desde os anos de 1960²³⁰, são hoje praticados de acordo com as necessidades particulares de cada unidade federada sem levar em consideração seus efeitos sobre os estados vizinhos. Por esse motivo, recebe a alcunha de “guerra fiscal”, pois cada governo subnacional elabora o seu Programa que, embora sejam bastante parecidos entre si – do ponto de vista de seus conteúdos econômicos trata-se preponderantemente de concessão de ICMS – trazem sempre nas entre linhas, isto é, em suas legislações, uma vasta possibilidade de negociações que alimentam a “indústria normativa” (verdadeiras máquinas de jurisprudência a serviço do capital) fragilizando os executivos subnacionais em seus embates com os grandes capitais.

²³⁰ Ver sobre o assunto, Prado (1999).

Tabela 39 - Rio Grande do Norte: Indústria de Transformação - Valor da Transformação Industrial em % de Valor (Mil Reais) 1996-2006 (CNAE)

Gêneros de Indústrias	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Fabr. De Prod. Aliment. E Bebs.	30,13	35,06	33,84	29,06	26,79	41,98	38,53	32,25	32,05	35,91	34,41
Fabr. De Prod. Do Fumo	X	X	-	-	X	X	X	-	X	-	-
Fabr. De Prod. Têxteis	38,08	21,91	20,08	32,18	30,03	13,74	15,08	23,88	24,63	25,33	17,84
Conf. De Art. Vest. E Acessór.	3,73	10,24	10,71	10,13	17,47	17,73	17,01	12,17	10,02	8,18	13,24
Prep. De Couros e Fabr. De Sapat.	1,36	2,86	1,26	2,89	2,83	3,36	4,09	4,19	3,99	3,35	3,84
Fabr. De Produt. De Madeira	0,13	0,22	0,23	0,34	0,10	0,12	0,16	0,12	0,21	0,14	0,18
Fabr. De celulose, Papel e Produtos de Papel	0,14	0,36	0,27	0,30	0,28	0,28	0,25	0,51	0,55	0,72	0,63
Edição, Impressão de Produtos de Gravação	2,47	7,09	4,72	3,50	2,94	2,83	3,08	2,34	3,02	2,53	2,78
Fabric. De coque, de Refino de Petróleo, Elaboração de Combust.											
Nucleares e Fabricação de Álcool	6,93	X	X	X	1,70	1,45	X	4,43	4,53	X	X

FONTE: IBGE/SIDRA. Vários Anos. Elaboração Própria.

(Continua)

(Continuação)

Tabela 39 - Rio Grande do Norte: Indústria de Transformação - Valor da Transformação Industrial em % de Valor (Mil Reais) 1996-2006 (CNAE)

Gêneros de Indústrias	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Fabric. De Produt. Químicos	1,39	0,94	0,80	0,71	0,55	1,06	1,11	1,50	1,63	1,82	3,29
Fabric. De Artigos de Borracha e Plásticos	1,41	1,29	2,84	2,24	3,45	3,41	2,92	2,51	4,42	4,16	3,65
Fabric. De Produt. De Minerais Não-Metálicos	8,64	6,85	8,55	6,66	7,58	8,46	10,11	9,40	6,05	5,67	7,59
Metalurgia Básica	0,09	0,09	0,03	0,07	0,04	0,11	0,19	0,05	0,02	0,08	0,14
Fabric. De Produt. De Metais - Exceto Máq. E Equipamentos	0,50	0,16	0,22	0,17	0,38	0,45	1,13	1,27	1,38	1,66	2,02
Fabric. De Máq. E Equipamentos	2,43	3,29	2,71	3,12	1,67	1,46	2,68	2,26	4,66	2,76	3,79
Fabric. De Máq. P/ Escritório e Equipamento de Informática	-	-	-	-	-	X	X	X	X	0,44	0,39
Fabric. De Máq., Aparelhos e Materiais Elétricos	X	X	X	0,21	0,12	0,12	0,37	0,28	X	4,05	2,53
Fabric. De Material Eletrôn., de Aparelh. E Equip. de Comunic.	-	X	X	-	X	-	-	X	X	X	X

FONTE: IBGE/SIDRA. Vários Anos. Elaboração Própria.

(Continua)

(Continuação)

Tabela 39- Rio Grande do Norte: Indústria de Transformação - Valor da Transformação Industrial em % de Valor (Mil Reais) 1996-2006 (CNAE)

Gêneros de Indústrias	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Fabric. De Apar. E Instr. Médico-Hospit. Instr. De Precís. E Óptico Equip. para Autom. Industrial e Cronômetros e Relógios	X	X	0,02	X	0,03	0,13	0,01	0,02	0,07	0,06	0,08
Fabric. E Montagem de Veículos Automotores, Reboqs. Carrocerias.	0,30	0,80	0,43	0,45	0,14	0,22	0,24	0,27	0,19	0,18	0,25
Fabric. De Outros Que. De Transp.	X	X	0,51	0,78	0,43	0,76	X	0,72	0,32	0,52	0,23
Fabric. De Movéis e Indst. Divers.	1,99	3,14	2,90	2,62	3,00	2,26	2,18	1,60	1,78	2,15	2,78
Reciclagem	X	0,01	X	0,03	X	0,06	0,03	0,06	0,05	0,05	0,07
Outros	17,77	5,73	25,35	4,30	0,47	-	0,81	0,18	24,50	21,37	0,28
Total	100,00										

FONTE: IBGE/SIDRA. Vários Anos. Elaboração Própria.

Prado (1999) classificou os diversos tipos de incentivos que podem ampliar os fluxos de investimento nos estados de aspectos sistêmicos e benefícios seletivos. Todavia, é fundamental deixar claro do que se trata e em quais desses se encaixa o PROADI. Para o referido autor os aspectos sistêmicos guardam relação direta com o

1) processo de desregulamentação e privatização que reduzam custos de transação, insumo e serviços e restrições de acesso a mercados; 2) instituições públicas dedicadas ao desenvolvimento regional, pesquisa aplicada, centros de apoio à atividade privada, 3) inversão em infra-estrutura econômica e social. Benefícios seletivos são: “1) vantagens locacionais específicas para uma empresa: melhoramento localizados de infraestrutura, garantia de suprimento de matéria prima e insumos, terrenos e instalações portuárias etc. 2) redução ou diferimento de carga tributária por empresa, com ou sem subsidiamento creditício implícito; 3) concessão de crédito subsidiado e 4) participação acionária (PRADO, 1999, p. 20-21).

Nota-se que de acordo com a classificação exposta acima, quanto à tipologia de incentivos fiscais, o PROADI encontra-se exatamente na de *benefícios seletivos*.

O PROADI, como é conhecido, consubstancia-se muito mais em um Programa de atração/incentivo aos investimentos produtivos privados do que estritamente um Programa de industrialização dado também seu direcionamento ao setor agropecuário estadual. Este é um aspecto pouco levado em conta, quando se analisa os efeitos do Programa no desenvolvimento da economia estadual, pois os analistas não direcionaram suas atenções aos efeitos do mesmo sobre o setor primário²³¹.

Assim, trata-se de buscar entender quais são as vantagens em industrializar o Rio Grande do Norte através de incentivos supostamente desviados dos fins sociais imediatos, na tentativa de atingi-los via industrialização. O número de empresas instaladas no estado com o apoio do PROADI e o número de empregos criados a partir deste incentivo têm fortalecido o discurso do executivo estadual e de vários outros agentes sociais que advogam a “tese” de que sem tal iniciativa o resultado da industrialização seria, por demais, débil.

Neste sentido, é possível que os Programas de atração e incentivo à industrialização praticados pelos estados e municípios sejam armas poderosíssimas nas mãos das velhas oligarquias e de seus representantes populistas. Mas, também é verdade que historicamente o capital nunca esteve propenso a migrar para áreas onde os retornos capitalistas são duvidosos ou

²³¹ Garcia (2005) escapou dessa limitação.

pífios – refere-se no momento especificamente ao capital produtivo. Assim, deve-se investigar se no Rio Grande do Norte o hiato dos incentivos creditícios deixado pela União foi, em certa medida, ocupado pela criação do PROADI. Cabe, portanto, analisar: 1º) se realmente o PROADI serviu como elemento propulsor da industrialização do Rio Grande do Norte ou se, simplesmente contribuiu para garantir a acumulação privada no estado a partir da crise dos anos de 1980 aos dias atuais; e, 2º) se tal processo de industrialização tem criado e mantido novos postos de trabalho no estado e contribuído para a elevação da renda.

Com relação às questões do primeiro item, acima, pode-se afirmar que o PROADI não surtiu o efeito de modificar a estrutura industrial norte-riograndense no sentido de ter viabilizado a instalação de indústrias dinâmicas com a capacidade de modernização da economia industrial do estado. De acordo com a Tabela 36, as empresas que utilizam os benefícios do Programa são preponderantemente pertencentes aos antigos ramos industriais já existentes na economia potiguar anteriormente à implantação do mesmo. Quanto a este ponto, não há nada de novo a não ser o fato de que muitas empresas dos setores de alimentação e têxtil utilizam tecnologias de ponta, uma vez que quase todas produzem para outros mercados (nacional e internacional).

Assim, o Programa, por um lado, fortaleceu a especialização produtiva tradicional e, por outro lado, viabilizou a reprodução privada através do financiamento do capital de giro.

Quanto à segunda preocupação acima exposta, que diz respeito ao número de empregos que foram criados no Rio Grande do Norte a partir da implantação do PROADI, é possível afirmar que além de ter criado um bom número de empregos (mais de 18.000 mil empregos diretos entre 1986 e 2000 e mais de 17.000 mil entre 2003 e 2007) os incentivos do Programa foram responsáveis pela manutenção dos mesmos no estado. Esta observação não se trata de nenhum elogio ao Programa, porém apenas uma constatação.

Desde o início do PROADI, em 1985-86, o estado tem realizado algumas concessões de significativos valores à iniciativa privada. Só uma análise – custo/benefício²³² de tal processo poderá expor se tem sido compensatório para o estado a adoção de políticas de incentivo ao financiamento pela renúncia do ICMS. Os empresários que mantêm unidades produtivas no Rio Grande do Norte muito certamente não têm opinião diferente daqueles que responderam a

²³² A Secretaria de Estado e da Tributação (SET, 2005) realizou um estudo sobre as vicissitudes e limitações do PROADI, onde ressalta a importância do Programa para a industrialização do estado e ao mesmo tempo a responsabilidades das autoridades estaduais em manter uma fiscalização rígida quanto aos cumprimentos das normas constantes em seu regulamento. Ver www.set.gov.br.

pesquisa da CNI/CEPAL, citada por Brito e Cassiolatto (2000), sobre as motivações de se produzir em determinado estado da federação. Lembramos: a primeira motivação dizia respeito exatamente aos incentivos fiscais. Por isso, não seria absurdo afirmar que se o estado abandonar esta política de financiamento, muito provavelmente as empresas migrarão para outras regiões ou estados do país onde são oferecidas melhores condições de instalações e de valorização do capital.

3.7.3. PROADI: em busca da industrialização tardia

O PROADI foi criado em 11 de outubro do ano de 1985 pela Lei N° 5.379 com o intuito de se tornar em mais um instrumento efetivo de apoio ao desenvolvimento industrial do estado. De acordo com a Secretaria de Tributação (SET), de 1985 ao ano de 1990, estiveram excluídas de acesso aos benefícios do Programa as empresas que contavam com algum tipo de incentivo da União, tais como: fumo e cigarros, derivados de cana-de-açúcar e bebidas. A exclusão incluía também as indústrias de artefatos de cimento ou concreto, cerâmica vermelha, sal marinho, processamento de mármore e granito, sacos plásticos e esquadrias de metal e madeiras.

Após 12 anos, a Lei N° 7.075 de 17 de novembro de 1997, sucedeu a de 1980. A nova lei foi regulamentada pelo Decreto N° 13.723, de 24 de dezembro de 1997. Seu objetivo principal foi introduzir novos critérios de avaliação de projetos com intentos de produzir mercadorias no território potiguar. Três anos mais tarde, uma nova lei foi formulada, a de N° 7.810, de 16 de março de 2000 que foi regulamentada pelos seguintes Decretos: 16.332/02, 16.408/02, 17.083/03, 17.101/03 e 18.309/05 (SET, 2005).

À medida que os anos de 1990 foram avançando, parte das empresas até então excluídas dos benefícios do PROADI foi paulatinamente incorporada ao rol das que podiam reivindicá-los, incluindo entre as anteriormente citadas as indústrias produtoras de bebidas não alcoólicas, beneficiamento de café, processadoras de derivados de milho e de condimentos e extração mineral, graças às respectivas leis e decretos formulados para que tivessem acesso ao PROADI. Mas continuam excluídas as empresas de manutenção, consertos e restauração de máquinas e equipamentos, as de produtos alimentares destinados à venda direta ao consumidor, as de fumo,

as de serviços gráficos diversos, de extração e beneficiamento de sal marinho, de construção civil e correlatas, de extração mineral que não executam atividades de beneficiamento e as de esquadrias de madeira e metal (SET, 2005).

Apesar das várias leis e dos decretos que as regulamentam, o princípio básico do Programa continuou intacto. Através do Programa, as seguintes empresas podiam requerer seus incentivos: 1^a) empresa nova; 2^a) empresas que pretendiam ampliar sua capacidade produtiva em no mínimo 50% mediante investimentos fixos; 3^a) empresas que estão paralisadas a pelo menos doze meses ou que tenham, nos últimos sessenta meses anteriores ao pedido do incentivo, capacidade ociosa que corresponda a pelo menos 50% da capacidade instalada total, desde que, a critério do Conselho de Desenvolvimento do Estado (CDE) demonstrem esforço de recuperação mediante adoção das seguintes providências: a) realizações de novos investimentos capazes de restaurar a viabilidade econômica do empreendimento; b) utilização de capacidade instalada que torne igualmente possível o empreendimento (DECRETO N^o. 13.723, 24/12/1997).

O PROADI tem como parâmetro o valor do ICMS devido, apurado mensalmente pelo beneficiário de acordo com determinados limites máximos que já estão definidos nas normas de financiamento, não podendo ser superior a 10% do faturamento da empresa. Sobre seu financiamento incidem juros de 3% ao ano que devem ser calculados sobre o saldo devedor em cada trimestre e atualizado pela Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP). O prazo de financiamento pode se estender até 10 anos com prazo de carência que varia de 3 anos a, no mínimo, 1 mês. Esse prazo de financiamento pode ser prorrogado por mais 10 anos se a empresa se comprometer em ampliar sua capacidade produtiva em 25% no período de 5 anos (DECRETO N^o. 13.723, 24/12/1997).

Para as empresas que se instalarem na área metropolitana de Natal são concedidos financiamentos equivalentes a 60% do ICMS devido e, para as demais, em direção ao interior do estado, aquele percentual sobe para 75%²³³. Esse último benefício (75%) pode ser estendido às empresas cujo investimento inicial próprio seja de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) (DECRETO N^o. 13.723, 24/12/1997).

De 1986 a 1997, foram aprovados 97 projetos para instalação e ampliação de empresas pelo PROADI. Desse total, oito não efetivaram os contratos com o Programa e uma teve suas

²³³ Esses percentuais foram estabelecidos a partir de 1994, enfatizando a preocupação com a distribuição espacial do capital no território potiguar.

atividades encerradas restando, portanto, 88 empresas das quais 64 eram novos projetos e 33 correspondiam a ampliação de empresas já instaladas no estado (BARACHO, 2000; SET, 2005).

As mudanças sofridas pelo PROADI no ano de 1997 permitiram o acesso do grande capital aos benefícios do Programa²³⁴. Neste mesmo ano outras empresas foram fechadas por irregularidades quanto ao cumprimento das normas estabelecidas pelo mesmo. Mas, de acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SEDEC) e da Secretaria de Tributação (SET) foi muito mais representativo o número de empresas que renovaram contrato e que efetivaram o primeiro contrato com o compromisso de produção no estado. Deve-se acrescentar ainda que poucas empresas conquistaram autonomia financeira a ponto de não recorrer à renovação de contratos com o PROADI. Nesse sentido é importante a passagem que segue:

É notável que 62 empresas tenham sido beneficiadas pela repactuação dos contratos (...) em 1999, sendo que metade delas entrou no programa antes de 1998, quando os critérios de avaliação foram modificados. Isso significa que das 86 empresas implantadas na primeira fase do programa, apenas 22 (25,5%) sobreviveram sem prorrogação dos benefícios (...) (SET, 2005, p. 19).

Assim, as secretarias supracitadas registraram, no ano de 2005, 134 empresas cadastradas no PROADI. Destas, 14 tinham algum tipo de irregularidade, sendo que 5 foram fechadas²³⁵. Ou seja, 125 encontravam-se em atividades aquele ano e 9 na iminência de regularidade com o Programa.

Em que pese ser produto da “guerra fiscal”, o número de empresas beneficiadas pelo PROADI é por demais significativo. Ou seja, 23 anos após a implantação do Programa no Rio Grande do Norte as empresas ainda não se independentizaram dos incentivos como forma de reprodução do capital. O fato é que ainda nos dias de hoje (2009) o PROADI é o maior fator atrator de empresas do estado. Um crítico mais arguto observaria que o projeto de industrialização do Rio Grande do Norte fecha-se tão-somente em um receituário pautado nos princípios e fundamentos da “guerra fiscal”. É exatamente disso que se trata. Não poderia ser diferente, dado a falta de coordenação do ciclo econômico pela esfera superior de poder, a União.

Se, por outro lado, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SEDEC) elaborasse algumas exigências e as incluíssem no Regimento do PROADI impondo às empresas

²³⁴ A partir do ano de 1997, o grande capital passou a contar com a possibilidade de reivindicar 75% de crédito para inversões na área metropolitana. Observe-se que esse total era de 60%.

²³⁵ Quanto às especificidades das irregularidades consultar <http://www.m.gov.set> (2005).

contrapartida nas inversões nos mesmos montantes de incentivos concedidos (o que deveria ser inclusive uma obrigação constitucional, dado que os recursos concedidos ao capital são antes de tudo públicos, provenientes do esforço do trabalho social), muito provavelmente as empresas migrariam para territórios onde não existisse este, ou qualquer outro compromisso, dada a variedade de Programas existentes em todo o país²³⁶. Em poucas palavras, o Rio Grande do Norte está preso à mediocridade da política macroeconômica adotada pelo governo do estado, de ares “washingtonianos” e de desinteresse pelo fortalecimento da nação. Nesta mesma situação encontram-se os demais estados da federação.

A “guerra fiscal” é apenas uma dentre tantas formas de manifestação e de cristalização do ideário neoliberal. Por este motivo muito provavelmente o governo do estado continue a fazer do PROADI (bem como do Programa de Apoio ao Desenvolvimento das Atividades do Pólo Gás-Sal/PROGÁS e do Programa de Áreas Industriais) a tábua de salvação do processo de industrialização potiguar. Por isto, a crítica que aqui deve ser registrada é direcionada, em primeira instância, à condução da política macroeconômica. Só ela pode fazer com que os Programas dos governos subnacionais sejam refeitos para servir aos interesses dos mesmos e não preponderantemente do capital. Como não há projeto de nação, o PROADI – e seus congêneres – apresentar-se-á por ainda muitos anos, como iniciativa “progressista”. Esse foi o fosso em que todos caíram.

Nos anos de 1990, as empresas mais significativas para o Rio Grande do Norte quanto à criação de postos de ocupação e geração de renda encontravam-se, como antes do PROADI, localizadas nos setores tradicionais. Como já registramos, o PROADI não alterou o perfil industrial do estado mas tem garantido, por um lado, que a industrialização prossiga e, por outro lado, que as empresas instaladas em seu território não migrem para outras regiões.

Os setores tradicionais foram os maiores beneficiados pela liberação de recursos. A primeira posição é da indústria de confecções com R\$ 12.392.658,36, seguido pelo setor de

²³⁶ No Nordeste, são exemplos os seguintes Programas: O Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração (DESENVOLVE), um dos praticados pelo governo da Bahia; A Política de Atração de Indústrias, praticada no Ceará; Sistema de Apoio à Indústria e Comércio Exterior (SINCOEX), um dos sistemas de apoio à industrialização praticado no Maranhão; o Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas (PRODESIN); no Estado da Paraíba o desenvolvimento industrial está sob o comando da Companhia de Desenvolvimento da Paraíba – (CINEP), com políticas específicas de subsídios fiscais para vários setores industriais; em Pernambuco o Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco (PRODEPE); No Piauí os benefícios fiscais concedidos abrangem da agricultura à indústria; e em Sergipe a industrialização está sob os incentivos do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI).

alimentos com R\$ 6.695.018,41. Em terceiro lugar, vem o setor têxtil com R\$ 4.407.665,36. Em conjunto, no ano de 1999, o setor tradicional recebeu R\$ 23.574.652,34 e dos 18.757 empregos diretos mantidos em 2000 na indústria do Rio Grande do Norte, foi responsável pela criação de 16.252 postos de ocupação, o que corresponde a 86,7% da mão-de-obra contratada naquele ano resultante de investimentos subsidiados.

O quarto setor mais beneficiado foi o setor químico. Este último é composto preponderantemente por empresas de baixo padrão tecnológico e baixo investimento em pesquisas. Mesmo assim, recebeu a quantia de R\$ 2.014.607,81. Embora o Rio Grande do Norte não tenha tradição em “hospedar” indústrias químicas modernas, de elevado implemento tecnológico – diferentemente dos estados da Bahia e de Pernambuco que desde os áureos anos da SUDENE internalizaram este tipo de indústria –, poderia se constituir em uma boa opção para este tipo de capital pelo simples fato de ter a PETROBRÁS em seus domínios territoriais e por já ter “internalizado” parte da infra-estrutura necessária à produção da barrilha, como colocamos nos primeiros tópicos deste capítulo. A operação da PETROBRÁS no território potiguar fez do estado o maior produtor de petróleo em terra do Brasil (na região oeste), o segundo maior no mar e o quarto maior produtor nacional de gás natural (VIEIRA, 1999).

Além disso, recentes estudos sobre as ações da PETROBRÁS no Estado revelam que a empresa foi uma das maiores beneficiadas pelo PROADI²³⁷ “(...) ao receber incentivos fiscais para comercializar seus produtos finais ante o compromisso de investir na produção e transformação do petróleo em derivados.” (SOBRINHO, 2006, p. 166).

Ainda em relação ao setor tradicional, é importante registrar que no Rio Grande do Norte existem grandes unidades da indústria têxtil nacional que operam com benefícios fiscais federais e estaduais²³⁸. Esses são os casos, por exemplo: da Vicunha Têxtil do Nordeste S/A, da Guararapes Confecções S/A (grande capital com sede no estado) e da Companhia de Tecido Norte de Minas (COTEMINAS). De acordo com o estudo de caso realizado por Silva (2005) essas três empresas e mais uma – de capital limitado que não permitiu a exposição de seu nome na referida Dissertação – eram responsáveis, em janeiro de 2005, por 23,2% do total de incentivo

²³⁷ Sob a proteção da Lei 7.810, criada no ano de 2000, as empresas do setor petroquímico (petróleo e gás natural) que produziam querosene de aviação tiveram 15 anos de financiamento. Ou seja, o PROADI passou a subsidiar empresas de grande porte com cinco anos a mais do até então praticado pelo Programa, desde que as mesmas cooperassem para a formação do adensamento industrial do setor.

²³⁸ Observe-se que as empresas do setor têxtil não fazem parte do grupo de empresas que por receber incentivos federais estavam fora do Programa estadual, como registrado acima.

concedido pelo PROADI e por 79,7% se for observada apenas as empresas têxteis beneficiadas pelo Programa²³⁹.

Dessa forma, trata-se de buscar entender as reais potencialidades de um Programa que já deveria ter atingido sua maturidade econômica, social e política num estado onde os bolsões de miséria permeiam as estatísticas do próprio executivo estadual²⁴⁰.

No entanto, apesar das distorções do PROADI, em tempos de “guerra fiscal” seu fechamento poderia causar danos ainda maiores a determinados setores sociais menos abastados. Como já observado, esse Programa tem se constituído na mais importante iniciativa de desenvolvimento econômico, pois contempla, por um lado, a falta de planejamento e de incentivos da União e, por outro lado, serve de atrator de novos investimentos privados. Estes, por suas próprias iniciativas, muito provavelmente não ingressariam no Rio Grande do Norte nos montantes desejados para sustentação de um parque produtivo diversificado.

Na Tabela 40, estão expostos alguns dados que expressam os efeitos do PROADI sobre o emprego industrial no Rio Grande do Norte no período de 1986 a 2000. Essas informações foram sintetizadas por Baracho (2000) através de pesquisa de campo realizada junto ao Sindicato dos Técnicos Industriais do Rio Grande do Norte (SINTEC/RN). Todavia, com intuito de extrair mais informações sobre o número de empregos criados pelo Programa, também recorreremos à referida fonte – através de análises de relatórios capturados do seu sítio eletrônico.

Analisando a fonte original, constatou-se que os dados referentes ao emprego (25.631) superavam o total exposto no quadro de Baracho (2000) que é de apenas 18.757 empregos, entre 1986 e maio de 2000. Ocorre que na fonte que pesquisamos estão reunidos todos os empregos criados pelos empreendimentos que usufruíram de incentivos do Programa, ou seja, não apenas os industriais como corretamente selecionou Baracho – por critérios necessários à comprovação de seus argumentos –, já que estava tratando exclusivamente dos empregos na indústria.

Ao término da pesquisa da referida autora, ficou nítido o esforço que a mesma fez no sentido de identificar as indústrias por ramos uma vez que nem todas traziam essa informação com a precisão que se faz necessária para uma análise mais real dos ramos indústrias e suas

²³⁹ Ver maiores detalhes em Silva (2005), especialmente, os itens 3.1 e 3.2 do capítulo 3. Nesta dissertação, o autor dedica-se apenas ao estudo do financiamento de quatro empresas do setor Têxtil/Confecções.

²⁴⁰ Num documento intitulado *O Mapa da Fome* do Instituto de Desenvolvimento Econômico (órgão pertencente à Secretaria de Comércio, Indústria, Ciência e Tecnologia do estado do Rio Grande do Norte), encontra-se uma interessante investigação sobre os bolsões de miséria do estado.

contribuições na formação do produto estadual, no número de empregos que criaram e no número de empresas que o compõem etc.

Também, chamamos a atenção para o fato de que eram, até o ano de 2000, 131 empresas beneficiadas pelo PROADI, como exposto na Tabela 36, mas em atividade, de acordo com as informações capturadas do Sindicato dos Técnicos Industriais do Rio Grande do Norte (SINTEC), havia apenas 104.

Tabela 40 - Rio Grande do Norte: Total de Empresas em Atividade por Ramo de Indústria, Número de Empregados e Tamanho Médio - 1986-2000

Ramos de Indústrias	Nº de Empresas	Nº de Empregados	Tamanho Médio*
Alimentos	26	4.075	157
Confecções	25	7.360	294
Química	22	1.820	83
Têxtil	14	4.817	344
Minerais Não-Metálicos	5	131	26
Couros e Peles	2	281	140
Farmacêutica	2	82	41
Metalúrgica	2	-	-
Gráfica	2	66	33
Papel	1	8	8
Material Elétrico	0	0	-
Diversos	3	117	39
Total	104	18.757	180

FONTE: SINTEC. In: Baracho (2000, p. 52)

Nota: Fizemos correções quanto à soma na primeira e na última coluna da presente tabela. Por esta razão, não coincidem com a exposta pela referida fonte.

É perceptível que os ramos de confecção, que participa com 39,2% dos empregos na indústria beneficiada, o têxtil, com participação de 25,7%, e o de alimentos, com 21,7%, expressam a supremacia em relação aos demais. Juntos representam 86,7% da totalidade dos empregos nas indústrias beneficiadas pelo PROADI no período de 1986 a 2000. Os três ramos são, em boa medida, intensivos em mão-de-obra, o que facilita a instalação de unidades produtivas dos mesmos em regiões e estados onde o custo da força de trabalho é relativamente menor ao de regiões e estados cuja classe trabalhadora encontra-se mais organizada. Um outro

fator que tem servido de atrativo à instalação de capitais de outras regiões no Nordeste é a proximidade desses capitais às fontes de matérias-primas específicas.

Para além das informações registradas acima, vejamos a importância do PROADI no período mais recente, 2003-2007. A Coordenadoria de Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (CODIT) organizou algumas importantes informações por microrregião. A primeira informação que se pode extrair da Tabela 41 é que o Programa continua preponderantemente concentrado na Região Metropolitana de Natal dado que 63% dos projetos aprovados, e por consequência 75,2% dos investimentos do Programa, encontram-se na Região Metropolitana de Natal (RMN). Da mesma forma, em direção ao interior a situação também continuou a mesma, pois como dantes, a microrregião de Mossoró concentrou o segundo maior percentual de projetos aprovados bem como de investimentos que foi, respectivamente, cerca de 13,0% e 15,0% no período de 2003-2007.

Tabela 41 - Distribuição dos Projetos Aprovados Pelo PROADI (novas empresas, ampliação e postergação), Por Microrregião 2003-2007

Microrregião	Nº de projetos		Investimento (em R\$ milhão)	
		%		%
RM de Natal	68	62,96	507,80	75,19
Mossoró	14	12,96	101,20	14,98
Chapada do Apodi	2	1,85	1,70	0,25
Vale do Açu	2	1,85	3,80	0,56
Pau dos Ferros	2	1,85	1,40	0,21
Seridó Ocidental	1	0,93	4,00	0,59
Seridó Oriental	9	8,34	7,70	1,14
Baixa Verde	2	1,85	1,60	0,24
Borborema Potiguar	2	1,85	2,40	0,36
Agreste Potiguar	3	2,78	18,10	2,68
Litoral Nordeste	1	0,93	3,00	0,44
Litoral Sul	2	1,85	22,70	3,36
Total	108	100	675,4	100

FONTE: CODIT. In: Macedo e Araújo (2008, p. 16)

Nota: A presente tabela sofreu pequena modificação, pois inserimos as colunas dos percentuais.

Os 108 projetos que compõem a amostra da Tabela 41 correspondiam a 98 empresas beneficiadas com a concessão do PROADI. No referido período, estavam assim distribuídos por “modalidade de uso”, segundo a CODIT: 12% correspondiam à ampliação de plantas já existentes; 33% à prorrogação; e 55% com implantação de novos projetos.

Quanto aos novos projetos também foi bastante expressiva a concentração dos mesmos na RMN. Aproximadamente, 63% estavam concentrados nos municípios metropolitanos bem como cerca de 54% dos investimentos que lhes foram destinados. As microrregiões de Mossoró e do Seridó Oriental ocuparam a segunda e terceira posições, respectivamente, quanto à participação relativa no total de novos projetos. Mas, observe-se que quanto ao investimento a microrregião de Mossoró participou com 24,3% ao passo que a do Seridó Oriental apenas com 1,9%. Pode-se observar ainda que a microrregião do Litoral Sul, com apenas 1 projeto, obteve participação superior a 8,0% no total de investimentos.

Tabela 42 - Distribuição dos Projetos de Novas Empresas Aprovados pelo PROADI por Microrregião - 2003-2007

Microrregião	Nº. de projetos		Investimento (R\$ milhão)	
		%		%
RM de Natal	37	62,71	132,8	53,72
Mossoró	6	10,17	60,00	24,27
Chapada do Apodi	2	3,39	1,70	0,69
Vale do Açu	2	3,39	3,80	1,54
Pau dos Ferros	1	1,69	0,30	0,12
Seridó Ocidental	1	1,69	4,00	1,62
Seridó Oriental	5	8,47	4,70	1,90
Borborema Potiguar	1	1,69	1,30	0,53
Agreste Potiguar	3	5,08	18,1	7,32
Litoral Sul	1	1,69	20,5	8,29
Total	59	100	247,2	100

FONTE: CODIT. In: Macedo e Araújo (2008, p. 16).

Nota. A presente tabela sofreu pequena modificação, pois inserimos as colunas dos percentuais.

É importante que registremos que a manutenção de um Programa de desenvolvimento econômico com as características do PROADI estará sempre na dependência da capacidade de financiamento do Tesouro estadual, uma vez que é a principal fonte de financiamento do PROADI. O Conselho de Desenvolvimento do Estado (CDE) tem sido o responsável pela determinação dos montantes que serão disponibilizados para suprir financeiramente o Programa que é limitado a 10% da receita tributária líquida do estado. Neste particular, as informações mais recentes comprovam que, pelo menos no período de 2000 a 2007, o PROADI não comprometeu a receita tributária líquida do estado, pois absorveu em média apenas 6,5% da mesma, conforme pode ser observado na Tabela 43 (MACEDO; ARAÚJO, 2007).

Tabela 43 - Participação do PROADI na Receita Tributária Líquida - 2000-2007

Ano	(A) Receita Tributária Líquida (em R\$ Milhões)	(B) PROADI Realizado (em R\$ Milhões)	B/A
2000	626,3	40,9	6,5
2001	717,8	52,2	7,3
2002	844	64,3	7,6
2003	1.054,40	75,7	7,2
2004	1.211,90	81,4	6,7
2005	1.443,90	89,5	6,2
2006	1.729,40	98,5	5,7
2007	1.816,30	110	6,1

FONTE: SET/SIAF - SEPLAN -AGN - SEDEC/CODIT. In: Macedo e Araújo (2008, p. 10).

É incontestável que o PROADI representa uma queda da receita líquida do estado que poderia ser destinada, por exemplo, a gastos sociais (saúde, educação, segurança, saneamento etc.). Mas, relativizemos. Os dados da Tabela 43 são de grande importância porque amenizam a força dos críticos do Programa quanto ao comprometimento do total da receita tributária corrente uma vez que no período 2000-2007 não foi utilizado (em média), sequer os 10% permitidos pela Legislação estadual. Com essa constatação, não estamos negando a significativa renúncia fiscal do estado. Esta última tem sido expressiva, sobretudo, quando comparamos os recursos do

PROADI com os de outras fontes de financiamento do desenvolvimento econômico e social do estado – provenientes da União. Infelizmente, não foi possível reunir informações sobre um período maior, mas a título de exemplificação vejamos o período de 2002 a 2006, conforme exposto na Tabela 44. Observe-se que, até 2003, os recursos do PROADI eram superiores a de todas as demais fontes. A partir de 2004, os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) superaram os do PROADI e só no ano de 2006 os recursos do PRONAF os superaram.

Tabela 44 - Recursos do FNE, PRONAF, BNB e PROADI no RN (em Milhões R\$) - 2000-2006

Ano	FNE*	PRONAF	BNB**	PROADI
2002	5,4	10,1	17,4	64,3
2003	22,6	20,6	13	75,7
2004	218,5	32,7	80,9	81,4
2005	108	79,4	8,4	89,5
2006	152	121,2	28,2	98,5
Total	506,5	263,9	147,9	409,4

FONTE: Para o PROADI, Tabela 43. Para o FNE, PRONAF e BNB, Macedo e Araújo (2008, p.11).

*Exclusive o PRONAF.

** Exclusive FNE e PRONAF.

Quando analisamos a distribuição dos projetos aprovados pelo PROADI no período de 2003-2007, segundo os grupos de atividades econômicas, é patente sua contínua concentração em gêneros industriais que historicamente sempre tiveram maior expressão na estrutura industrial potiguar. Ou seja, o Programa não logrou modificar a estrutura produtiva do estado ampliando as possibilidades de absorção de indústrias mais dinâmicas. Observe-se que apenas três grupos de atividades econômicas concentram 67,5% do montante de investimentos do PROADI. Por ordem decrescente são elas: as destinadas à fabricação de produtos têxteis, 25,9%; as de confecções de artigos do vestuário e acessórios, 22,1%; e as de fabricação de produtos alimentícios e bebidas, 19,5% (ver Tabela 45).

Deve-se observar ainda que, embora o número de projetos para as atividades químicas tenha sido significativo – 14 projetos –, o percentual do investimento total que foi destinado às

mesmas foi significativamente baixo quando comparado aos direcionados aos grupos de atividades mais tradicionais citados anteriormente. De certa forma, isto significa que o setor químico potiguar – resguardadas as atividades que derivam da produção de petróleo, obviamente – ainda mantém as mesmas características produtivas (incipientes implementos tecnológicos) de tempos idos. Mas, não foi desprezível a quantidade de projetos aprovados para o grupo de atividades produtoras de artigos de borracha e plásticos que conformam seguimentos industriais supostamente mais dinâmicos em tecnologia. Estas últimas tiveram um peso de 14,8% no total de projetos aprovados no período de 2003-2007 e foram beneficiadas com 12,6% do total de recursos do Programa. Assim, pode-se afirmar que as informações quantitativas sobre o referido período – consubstanciadas na Tabela 45 – também comprovam que o PROADI continuou aprofundando a especialização industrial tradicional no Rio Grande do Norte.

Quando analisamos apenas a distribuição dos projetos de novas empresas aprovados pelo PROADI, observa-se que passam a ter maior peso exatamente os projetos de fabricação de produtos de borracha e plásticos com 18,6% do total de projetos aprovados e retendo 29% dos investimentos total do período 2003-2007. Foi seguido pelos projetos de empresas que produzem minerais não-metálicos que, embora de pequeno peso relativo no total de projetos aprovados (apenas 5,1%) correspondiam a 23% do total de investimentos aprovados no referido período. (TABELA 46)

Ainda com relação aos novos projetos, chama a atenção os que dizem respeito à indústria de alimentos e bebidas. No período 2003-2007 os projetos desta indústria correspondiam a 25,4% do total de novos projetos aprovados e 23,8% do total de investimento. Também, chama a atenção o fato de que apenas 1 projeto correspondente à fabricação de produtos têxteis foi aprovado no referido período. Observe-se que foi muito pequena a participação relativa no total de investimento em novos projetos destinado a estas atividades: 0,6%. Este último percentual somado ao das atividades de confecção de artigo do vestuário e acessórios totalizou apenas 3,1% do montante de investimentos destinados aos novos projetos no período 2003-2007 (ver Tabela 46).

Deve-se observar ainda os projetos concernentes à fabricação de produtos químicos. Seu peso relativo no total de novos projetos é bastante significante (13,6%). Todavia, teve uma participação relativa medíocre no que tange ao total de investimentos: 3,5%. Isso ratifica a permanência da baixa intensidade tecnológica da indústria de transformação potiguar uma vez

que o ramo da química geralmente exige maior grau de implemento tecnológico se comparado aos demais.

Já afirmamos anteriormente que o PROADI não tem conseguido atrair empresas intensivas em capital, isto é, tecnologicamente mais avançadas. Observe-se na Tabela 47 que os investimentos do Programa têm se concentrado em projetos de empresas que operam com intensidade tecnológica baixa e médio-baixa (96,4%) onde também estão concentrados 96,2% dos empregos. Ou seja, a estrutura industrial do Rio Grande do Norte permanece ainda preponderantemente tradicional com algumas ilhas de modernidade, quase sempre referentes às atividades petrolíferas ou em algumas poucas unidades têxteis. Por esta razão deve-se atentar para o fato de que:

A não predominância de atividades de ponta indica que o estado não apresenta fatores sistêmicos que lhe permitam atrair investimento com maior conteúdo tecnológico e com maior encadeamento sobre o setor produtivo, com a indústria de bens de capital. Ademais, apesar da existência do Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNDET²⁴¹, é inexistente a articulação entre o mesmo e o PROADI na perspectiva de criar e manter uma efetiva política industrial para o estado. O fato é que programas deste tipo atendem a um duplo interesse: do ponto de vista do governo estadual garante visibilidade pela atração de novas empresas ainda que falte uma política industrial para o estado, indicando que o único resultado esperado é o aumento do capital fixo instalado; do ponto de vista das empresas beneficiadas, o mecanismo funciona como financiamento a baixíssimo custo do capital de giro, portanto, não se pode esperar que neste contexto surjam práticas inovadoras e/ou investimentos em atividades mais dinâmicas que encontram em outros espaços condições sistêmicas mais favoráveis para sua reprodução. (MACEDO; ARAUJO, 2008, p. 15)

²⁴¹ Segundo a legislação que o regula, o FUNDET tem por finalidade apoiar o financiamento de programas e projetos de pesquisa e desenvolvimento, que sejam considerados pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, de relevância para o desenvolvimento científico e tecnológico, dentro das seguintes finalidades específicas: I - custear pesquisas, estudos e projetos destinados ao desenvolvimento de programas, governamentais ou não, de interesse científico e tecnológico; II – dotar os órgãos do Estado, que exercem trabalho na área de ciência e tecnologia, de infra-estrutura compatível com as suas funções; III – financiar projetos em âmbito estadual, voltados para a solução das carências populacionais com o uso de novas tecnologias. Na prática, esse fundo pouco funciona.

Tabela 45 – Distribuição dos Projetos Aprovados Pelo PROADI (novas empresas, ampliação e prorrogação), segundo Grupo de Atividades (CNAE 1.0) 2003-2007

Grupo de Atividades	Nº de projetos	Investimento (em R\$ milhão)	Nº de projetos (em %)	Investimento (em %)
Agropecuária	1	3	0,9	0,4
Extração de minerais não-metálicos	10	10	9,3	1,5
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	29	131,9	26,9	19,5
Fabricação de produtos têxteis	10	175	9,3	25,9
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	10	149	9,3	22,1
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	3	3,9	2,8	0,6
Fabricação de coque, refino de petróleo, elab.combs.	1	20,5	0,9	3,0
Fabricação de produtos químicos	14	19,6	13,0	2,9
Fabricação de artigos de borracha e plástico	16	85,4	14,8	12,6
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	5	62,5	4,6	9,3
Fabric.de prod. de metal - exceto máquinas e equip.	3	9,5	2,8	1,4
Fabricação de móveis e indústrias diversas	6	5,1	5,6	0,8
Total	108	675,4	100	100

FONTE: CODIT. In: Macedo e Araújo (2008, p. 13)

Tabela 46 - Distribuição dos Projetos de Novas Empresas Aprovadas Pelo PROADI, SEGUNDO Grupos de Atividades (CNAE 1.0) - 2003-2007

Grupo de atividades	Nº de projetos	Investimento (em R\$ milhão)	Nº de projetos (em %)	Investimento (em %)
Extração de minerais não-metálicos	7	7,5	11,9	3
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	15	58,8	25,4	23,8
Fabricação de produtos têxteis	1	1,4	1,7	0,6
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	5	6,2	8,5	2,5
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	1	2,8	1,7	1,1
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de com.	1	20,5	1,7	8,3
Fabricação de produtos químicos	8	8,6	13,6	3,5
Fabricação de artigos de borracha e plástico	11	71,8	18,6	29
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	3	56,8	5,1	23
Fabricação de produtos de metal - exceto máquinas e equip.	3	9,5	5,1	3,8
Fabricação de móveis e indústrias diversas	4	3,3	6,8	1,3
Total	59	247,2	100	100

FONTE: CODIT. In: Macedo e Araújo (2008, p. 14.).

Tabela 47 - Distribuição dos Projetos Aprovados para Novas Empresas Pelo PROADI, Segundo Intensidade de Tecnologia na Indústria de Transformação 2003-2007

Intensidade de Tecnologia	Investimento (em %)	Emprego (em %)
Alta e Média-alta	3,6	3,8
Baixa e Média-baixa	96,4	96,2
Total	100	100

FONTE: CODIT In: Macedo e Araújo (2008, p.14).

Anteriormente, analisamos a concentração dos projetos já existentes e novos por microrregião. Porém, faz-se de fundamental importância para o presente trabalho estender essa análise sob o ponto de vista dos principais grupos de atividades econômicas. Sob este parâmetro três grupos de atividades se destacam entre os demais no período 2003-2007, pois juntos concentravam R\$ 187,4 milhões em investimentos: os de fabricação de produtos de borracha e plástico, com R\$ 71,8 milhões; os de produtos alimentares e bebidas, R\$ 58,8 milhões; e os de fabricação de minerais não-metálicos, R\$ 56,8 milhões (TABELA 46). Observe-se que 96,2% dos investimentos aprovados pelo PROADI para as atividades de produção de borracha e plásticos estavam concentradas na RMN, onde também se concentrava aproximadamente 56,1% dos investimentos aprovados para o setor de alimentação e bebidas. Já a microrregião de Mossoró concentrava 93,7% dos investimentos aprovados para as atividades de fabricação de produtos de minerais não-metálicos, muito provavelmente, beneficiada por ser a microrregião de maior estoque de matéria-prima necessária à produção desse tipo de produto. (TABELA 48)

Ainda observamos que apenas a RMN e a microrregião de Mossoró foram contempladas com investimentos em mais de dois ramos de atividades econômicas, o que mostra que, sob o aspecto produtivo, ambas as regiões encontram-se bem mais diversificadas do que as demais. Em situação mais complicada quanto ao desenvolvimento industrial, encontram-se outras oito microrregiões do estado – Angicos, Baixa Verde, Litoral Nordeste, Macau, Médio Oeste, Serra de Santana, Serra de São Miguel e Umarizal – que no período 2003-2007 não receberam nenhuma contribuição do PROADI quanto à aprovação de novos projetos, o que de certa forma

expõe mais uma limitação do Programa e reforça, ao mesmo tempo, sua identidade concentradora (MACEDO; ARAÚJO, 2008).

As microrregiões que não foram contempladas pelo PROADI são importantes porque nelas está concentrada significativa parte do produto estadual. A passagem que segue revela algumas informações que poderiam servir de base para que as autoridades estaduais responsáveis pelo desempenho do PROADI o direcionasse para aquelas microrregiões:

Esse conjunto de microrregiões correspondia a 10,1% do PIB estadual no ano de 2005; 15,5% da população total no mesmo período; 8,8% do emprego formal total em 2006, além de apresentar um PIB per capita equivalente a cerca de 61% do agregado das outras dez microrregiões no ano de 2005. Esses dados indicam que essas microrregiões deveriam ser alvo prioritário das políticas de desenvolvimento estadual (MACEDO; ARAÚJO, 2008, p.19).

Dada a grande concentração dos projetos e dos montantes de investimentos na RMN, não surpreende o fato de que também nesta região encontre-se o maior número de empregos criados pelo PROADI. Assim, aquela concentrava 53,2% do total de empregos concernentes aos novos projetos (ver Tabela 49). Nessa região, os ramos de atividades de produtos alimentares e bebidas, de artigos de borracha e plástico e de produtos de metais (exceto máquinas e equipamentos) foram responsáveis por 73,6% dos empregos criados pelo PROADI. A segunda microrregião com maior participação no número de emprego total criado pelo Programa foi o Litoral Sul, com 23,1% dos mesmos, onde 100% estavam concentrados na produção de coque, refino de petróleo e elaboração de combustíveis.

A microrregião de Mossoró, embora concentrasse o segundo maior número de projetos aprovados pelo PROADI quanto ao número de empregos criados pelo Programa e derivados dos novos projetos, ocupava a terceira posição, com apenas 8,1% do total de empregos criados no período 2003-2007.

Setorialmente, pode-se observar que a atividade de produção de alimentos e bebidas contribui com 26,6% dos empregos concernentes aos novos projetos. Surpreende o fato de que o segundo lugar foi ocupado pela produção de coque, refino de petróleo e elaboração de combustível que contribuiu com 23,1% dos novos empregos criados. Em terceira e quarta posições apareceram as atividades de artigos de borracha e plástico e de confecções que contribuíram, respectivamente, com: 12,9% e 10,1% (MACEDO; ARAÚJO, 2008).

Assim, quanto ao número de emprego, é possível afirmar que o PROADI teve determinada relevância. De acordo com informações capturadas da RAIS/CAGED, o estoque de emprego da indústria de transformação do Rio Grande do Norte cresceu em 18,3 mil novos empregos no período 2003-2007. Considerando que os 59 projetos aprovados, no referido período, foram responsáveis pela criação de 5.583 novos empregos, isto significa que este montante de projetos contribuiu com 31,0% da variação do estoque de empregos da indústria de transformação no referido quinquênio (MACEDO; ARAUJO, 2008).

Tabela 48 - Distribuição dos Projetos de Novas Empresas Aprovados Pelo PROADI (em milhão R\$), Segundo Grupo de Atividades (CNAE 1.0) por Microrregião - 2003-2007

Grupo de Atividades Econômicas	Microrregião										Total
	RM de Natal	Mossoró	Chapada do Apodi	Vale do Açu	Pau dos Ferros	Seridó Ocidental	Seridó Oriental	Borborema Potiguar	Agreste Potiguar	Litoral Sul	
Extração de minerais não-metálicos	2,6	1,3	1,2	-	-	-	2,4	-	-	-	7,5
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	33	2,2	-	3,4	0,3	4	-	-	15,9	-	58,8
Fabricação de produtos têxteis	1,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,4
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	4	-	-	-	-	-	-	-	2,2	-	6,2
Fabricação de produtos químicos	7,6	0,5	0,5	-	-	-	-	-	-	-	8,6
Fabricação de artigos de borracha e plástico	69,1	-	-	0,4	-	-	2,3	-	-	-	71,8
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	2,3	53,2	-	-	-	-	-	1,3	-	-	56,8
Fabricação de produtos de metal - exceto máquinas e equip.	9,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9,5
Fabricação de móveis e indústrias diversas	3,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,3
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	-	2,8	-	-	-	-	-	-	-	-	2,8
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de comb.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20,5	20,5
Total	132,8	60	1,7	3,8	0,3	4	4,7	1,3	18,1	20,5	247,2

FONTE: CODIT. In: Macedo e Araújo (2008, p. 17).

Tabela 49- Distribuição dos Empregos Gerados Pelos Projetos Apoiados pelo PROADI, Segundo Grupos de Atividades (CNAE 1.0) por Microrregião - 2003-2007

Grupo de Atividades Econômicas	Microrregião										Total
	RM de Natal	Mossoró	Chapada do Apodi	Vale do Açu	Pau dos Ferros	Seridó Ocidental	Seridó Oriental	Borborema Potiguar	Agreste Potiguar	Litoral Sul	
Extração de minerais não metálicos	107	52	80	-	-	-	107	-	-	-	346
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	1.165	48	-	120	83	13	-	-	54	-	1.483
Fabricação de produtos têxteis	23	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	270	-	-	-	-	-	-	-	292	-	562
Fabricação de produtos químicos	114	76	7	-	-	-	-	-	-	-	197
Fabricação de artigos de borracha e plástico	613	175	-	41	-	-	64	-	-	-	718
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	89	-	-	-	-	-	-	12	-	-	276
Fabricação de produtos de metal - exceto máquinas e equip.	410	-	-	-	-	-	-	-	-	-	410
Fabricação de móveis e indústrias diversas	180	-	-	-	-	-	-	-	-	-	180
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	-	100	-	-	-	-	-	-	-	-	100
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de comb.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.288	1.288
Total	2.971	451	87	161	83	13	171	12	346	1.288	5.583

FONTE: CODIT. In: Macedo e Araújo (2008, p. 17).

Mas, as evidências factuais não permitem afirmar que o PROADI foi eficaz quanto à condução da desconcentração industrial no território potiguar, tão pouco no que diz respeito à viabilização da introjeção de projetos industriais de alta tecnologia. Tais intentos não foram alcançados na dimensão desejada por seus formuladores. Os dados, como expusemos anteriormente, mostram outra realidade, isto é, maior concentração dos projetos na RMN bem como a preponderância de projetos de plantas industriais tradicionais. Mesmo porque os agentes privados não estão obrigados a exercer suas inversões produtivas nas áreas onde os governos subnacionais exigirem. No Rio Grande do Norte, por exemplo, podem escolher ficar ou não na área metropolitana. A legislação do PROADI permite essa escolha. Ademais, a diferença nos percentuais de benefícios (em abdicação de ICMS pelo Estado) não é tão grande a ponto de beneficiar o capital que se dirija ao interior. Por esta razão, as atividades produtivas ainda estão concentradas na Região Metropolitana de Natal ou em suas proximidades, com exceção das atividades produtivas, onde a matéria-prima fundamental encontra-se em áreas específicas do território potiguar, como é o caso da produção mineral.

CAPÍTULO 4 – DEMOGRAFIA E URBANIZAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE: 1940-2000

4.1. A produção social do espaço urbano nordestino: a definição da identidade regional

O meio urbano expressa os variados fenômenos que foram constituídos em momentos históricos pretéritos. Dessa forma, o urbano não deve ser entendido como um fenômeno que se encontra acabado, aquém ou além das relações sociais historicamente determinadas que lhe dão sentido. É o resultado de uma dinâmica sócio-econômica concreta, derivado da ação e do conflito entre diferentes agentes sociais sobre determinado meio físico²⁴². Nesse contexto, as diferentes formas de organização sócio-econômicas incorrerão na formação de diferentes tipos de urbano.

Como exemplo, vale observar como procedeu a urbanização do Sudeste e a do Nordeste do Brasil. No Sudeste e no Sul, onde as relações capitalistas de produção atingiram um alto grau de amadurecimento em relação às demais regiões do país, a urbanização ocorreu de forma muito mais intensa e diversificada quanto à estrutura física que foi construída, as economias urbanas montadas e a rede de cidades que se configurou. No Sudeste em particular, o intenso ritmo da acumulação capitalista exigiu que os agentes privados (capitalistas de vários setores econômicos) e públicos (das várias instâncias de poder, mas, prioritariamente, os poderes estaduais e federais) viabilizassem o processo de acumulação, segundo o nível de desenvolvimento das forças produtivas e da divisão social do trabalho que se atingiu.

No Nordeste, a urbanização ocorreu a “passos lentos”, como que obedecendo aos ritmos e racionalidades de uma organização social e produtiva onde a preservação das formas arcaicas de produção fora de fundamental importância à reprodução secular do tipo de facção de capital que a organizou, o mercantil. Nessa região, apenas mais tarde o Estado aprofundou a instalação do capital industrial e recondicionou – embora de forma conservadora – toda a economia nordestina.

Numa expressão, pode-se afirmar que o atrito entre as formas de organização da produção no campo com as formas de organização da produção na cidade tem como produto um tipo específico de urbano. Numa perspectiva mais ampla, que permite que se projete o fenômeno na

²⁴² Sobre o assunto, ver Coraggio (1988) e Breitbach (1988).

dimensão das diferentes regiões do Brasil, Clementino (1990, p. 19) coloca o mesmo problema da seguinte forma:

Ao ser privilegiada a questão regional, é possível deduzir que os processos históricos de desenvolvimento econômico de cada uma das regiões do país vai ensejar diferentes processos de urbanização: uns mais atomizados, outros mais articulados e até os que apresentam uma lei hierárquica de cidades. Todos, no entanto, muito diferentes entre si.

Ou seja, o meio urbano, nas diferentes regiões do país, desenvolveu-se de forma e intensidade diferentes e, de certa forma, obedecendo, a priori, às demandas da economia que dominava as relações sociais em determinada região e no país. Assim, passado o período colonial e atendendo a uma nova fase da divisão social internacional do trabalho, o Brasil e toda a periferia deveriam assumir novas funções comerciais e produtivas.

Nessa “nova ordem”, por um lado, o Brasil foi inserido no mercado internacional a partir da produção de alimentos e matérias-primas com o intuito primeiro – mas não único – de atender às demandas do capitalismo externo, ou seja, deveria assumir a função de fornecedor primário com a qual participava com sua cota para o rebaixamento dos preços internacionais daquelas mercadorias²⁴³. Atendida essa demanda, os custos internacionais de reprodução da força de trabalho seriam mantidos baixos, na razão inversa do aumento das exportações dos produtos primários, equação que, *per si*, elevava o lucro do capital em geral. Boa parte dos resultados econômicos dessa relação com o mercado exterior foi internalizada, sem a qual não poderia o país, ainda antes dos anos de 1930, atingir o nível industrial e de urbanização que atingiu.

Embora continue o setor primário a ser a máquina da acumulação produtiva nacional como no período colonial, sua diversificação produtiva, voltada para atender às exigências da demanda externa, forçou a cidade a concentrar cada vez mais funções que viabilizassem o movimento de realização do capital-mercadoria. Sua infra-estrutura fora ampliada notadamente para estes fins. Nesse ponto, vale ressaltar que tanto a cidade quanto o campo, no Brasil das primeiras décadas do século XX, encontravam-se ainda sob a dominação do capital mercantil. Devemos, ainda, ter em conta que a cidade também muda devido às exigências do próprio mercado interno e da urbanização que conseqüentemente se formou a partir das novas funções

²⁴³ Ver em Prado Jr. (1999) uma excelente análise sobre a passagem da fase colonial para a de construção da Nação, em especial, o capítulo VII.

produtivas assumidas para atender a ambos os mercados, o interno e o externo. Nesse momento, a função da cidade passou por um forte processo de transformação.

Para Clementino (1990, p. 20), a mudança pode ser atribuída ao fato de que as cidades, nesse período, “exerciam o papel de centros do capital comercial baseados no controle da produção agrícola voltada para a exportação”. Concordamos plenamente com as colocações da autora, apenas chamamos a atenção para um detalhe, que não é menor, sobretudo ao avançar da terceira década do século XX: os estados do Rio de Janeiro e, principalmente, o de São Paulo já haviam atingido significativo grau de industrialização e suas capitais foram, naquele período, cidades onde a reprodução ampliada do capital industrial havia sinalizado que facções do capital teriam a hegemonia da acumulação nacional.

Essa segunda fase foi importante em parte porque, durante seu longo período (duas últimas décadas do século XIX às três primeiras do século XX), fora gestado e amadurecido uma nova classe social de capitalistas brasileiros voltada para a produção, e no futuro próximo (década de trinta), para a integração e formação do mercado interno, como discutido anteriormente. De outra parte, fora também se consolidando e amadurecendo politicamente o mercado de trabalho “nacional”, que, evidentemente, teria algumas características regionalizadas. No Sudeste, por exemplo, desde os tempos áureos do café, o mercado de trabalho era bem mais heterogêneo, quanto à diversidade de nacionalidades bem como de pessoas de diferentes partes do país, como, também, diversificado quanto às suas exigências reprodutivas, isto é, quanto ao consumo de mercadorias e serviços.

Ademais, a dinâmica produtiva do Sudeste (aqui, estamos nos referindo especificamente a São Paulo) criou um imbricamento produtivo entre os diferentes setores da economia. A riqueza produzida na agricultura, desde o ciclo do capital cafeeiro, determinou transformações significativas em sua estrutura urbana para que assim viabilizasse a acumulação dos capitais invertidos no café. A estrutura urbana logo se transformou por força e orientação dos agentes cafeicultores.

A paisagem urbana vai se complexificando: armazéns para depósito das safras, estrutura de uma malha de escoamento e de financiamento da produção (estradas, transportes, casas de exportação, portos, bancos e demais casas financiadoras etc.), habitações de vários padrões sociais, escolas, postos de saúde etc. Essa estrutura produtiva e urbana assim definida funcionou como fator de atração de uma grande quantidade de força de trabalho estrangeira.

Cano (1983, p. 48) registrou que, entre 1887 e 1930, entraram em São Paulo “cerca de 2,5 milhões de imigrantes, dos quais, 280 mil brasileiros (nordestinos e mineiros, principalmente) e 85 mil japoneses”. Os imigrantes estrangeiros, de acordo com o referido autor, contribuíram com sua demanda para uma ampla e rápida diversificação na importação de gêneros de primeiras necessidades que mais tarde seriam produzidos internamente, contribuindo assim para fortalecer o urbano irradiado das atividades cafeicultoras. Todo esse processo seria, a partir da década de 1930, dinamizado pela própria política de desenvolvimento econômico nacional.

Já foi registrado neste trabalho – com base nos principais autores que analisaram o período – que, a partir da década de 1930, o país ingressou de fato em um processo de industrialização. O capital industrial, no pólo, já havia se independentizado das determinações do capital mercantil, ou seja, já possuía a hegemonia do processo de acumulação do capital (LESSA; DAIN, 1998). O capitalismo periférico nacional passou para uma etapa superior de acumulação que só poderia lograr sucesso se integrasse o mercado nacional a partir da dinâmica econômica instalada no pólo (produção em alta escala). Passa-se a produzir de forma a atender cada vez mais às demandas do mercado interno, função esta que exigiu um maior reaparelhamento infra-estrutural do meio urbano.

A cidade, no pólo, ganhou novos atributos e papéis. Não se limitou apenas a ser palco de circulação de mercadorias provenientes da agricultura nem, muito menos, restringiu suas atividades urbanas à importação, exportação e prestação de pequenos serviços. Permanecendo com suas antigas funções urbanas, porém com maior grau de sofisticação nos serviços oferecidos, tornou-se o núcleo principal da produção de mercadorias. A urbanização do passado recente não podia atender às novas demandas da cidade industrial. A construção de um novo meio urbano foi (e é) uma exigência das novas forças econômicas e políticas e, assim como o processo de industrialização, a urbanização assumiu uma etapa superior que no pólo do sistema capitalista nacional pode ser entendido como a insurgência de um setor terciário cada vez mais complexo, dada a variedade de serviços que passou a concentrar e, também, dada à quantidade de funções ocupacionais que é capaz de suportar, muitas das quais ilícitas²⁴⁴.

No Nordeste, essas transformações levaram mais tempo. A cidade continuou sob a hegemonia do capital mercantil e suas antigas funções urbanas permaneceram praticamente

²⁴⁴ Sobre os problemas da acumulação capitalista nos “subcircuitos ilegais da economia urbana metropolitana”, ver Souza (2008).

intactas. A cidade nordestina continuou por décadas a ser, preponderantemente, importadora de mercadorias produzidas além de suas fronteiras. Em verdade, o modelo capitalista industrial chegaria bem mais tarde à região.

Acima, enfatizamos que a estrutura produtiva montada no Nordeste reproduziu-se economicamente de forma pífia durante mais de dois séculos e meio. Essa estrutura chegou ao século vinte praticamente a mesma no que tange a introjeção do progresso tecnológico e, mesmo, das modernas técnicas de produção incorporadas à terra.

Sob o ponto de vista social, devemos observar a permanência da secular estrutura de propriedade agrária latifundiária em contraposição, de certa forma, às estruturas que preponderavam nas agriculturas de exportação de outras regiões do país onde as relações de propriedade eram mais equânimes e as relações sociais de produção e o nível das forças produtivas experimentaram significativo avanço.

A elite produtiva nordestina não foi capaz de se livrar de suas antigas concepções de aumento do produto via expansão territorial de sua produção²⁴⁵. Nem foi capaz de substituir seu secular produto capitalista, a cana-de-açúcar, por outro de ampla aceitação, como o fez o Sudeste com o café. Ademais, no Nordeste, nem toda planta (como o café, por exemplo) suportaria os sucessivos períodos de estiagem e demais carências técnicas secularizadas na região. Contra essa região pesava a qualidade natural do solo bem como a quase inexistente capitalização do mesmo, na perspectiva de recuperar e melhorar sua fertilidade natural. O pouco solo de melhor qualidade estava concentrado nos latifúndios, nem sempre produtivos²⁴⁶.

As rígidas estruturas agrária e de poder que foram estabelecidas no Nordeste são, se não os primeiros, um dos principais problemas que impossibilitou, decisivamente, a formação de um processo de urbanização diversificado e mais dinâmico. Por esse motivo, entende-se que a urbanização nordestina teve uma evolução truncada e incipiente devido à rigidez daquelas estruturas que foram estabelecidas nessa região desde o século XVI.

²⁴⁵ Sobre a produção diretamente ligada à terra no Nordeste, é interessante o posicionamento de um dos maiores estudiosos da região, Manuel Correia de Andrade. Atendendo a uma demanda do governo para elaboração do Plano Decenal, ele realizou um estudo sobre a região. Dentre outros resultados, apontou que: “As grandes propriedades que sempre têm mais de 500 ha e que, às vezes, se estendem por 20 a 30 mil ha, são subaproveitadas tanto do ponto de vista horizontal – as culturas não ocupam grandes percentagens da área apropriada – quanto do ponto de vista vertical – a produtividade é baixa.” (ANDRADE, 1970, p. 105).

²⁴⁶ O solo mais rico em nutrientes encontrava-se nas proximidades do litoral. Eram “solos argilosos, argilo-silicosos, argilo-humíferos e de turfa, conhecidos localmente como de ‘barro vermelho’ e ‘massapé.’” (ANDRADE, 1970, p. 90).

Qualificando um pouco mais os argumentos expostos nos parágrafos acima, pode-se afirmar que a concentração dessa estrutura agrária e de poder não tinha (se, hoje, tem é discutível) como prioridade a revolução das forças produtivas superiores, isto é, capitalistas produtivas, onde a elevação da base técnica de produção e, portanto, da produtividade fosse o objetivo primeiro dos agentes que a dominavam. Ou seja, a introjeção de novas tecnologias e de formas de produção mais modernas (relação de assalariamento e não parceria, meia, diária etc.) não fazia parte das pretensões dos agentes que dominavam a reprodução do capital na agricultura nordestina. As relações de assalariamento estiveram fundamentalmente restringidas às poucas funções ligadas diretamente aos latifúndios como, por exemplo, as atividades administrativas que, diga-se de passagem, eram cargos assumidos, quase sempre, por um membro da família²⁴⁷.

Portanto, esse quadro inviabilizava um processo de modernização agrícola necessário para dar apoio ao surgimento de um vigoroso mercado de trabalho – pelos métodos clássicos de expulsão²⁴⁸ em massa de excedentes de força de trabalho do campo para a cidade – e, por consequência, a disseminação de um processo de urbanização mais consistente. A urbanização apenas atingiu grande sucesso nos casos em que, anteriormente, se desenvolveram em sua plenitude outros eventos (como uma agricultura de alimentos mais produtiva e diversificada e maior monetização da economia, por exemplo). Somente depois, num segundo momento, foi possível o urbano também colocar em movimento suas alavancas dinamizadoras do desenvolvimento agrícola, industrial e de serviços. Desta forma, vale observar que:

Uma agricultura mais moderna e dinâmica, justamente com uma estrutura industrial mais completa e moderna promove, como se sabe, melhor interdependência estrutural técnica e econômica e, portanto ocupacional, entre os setores primário, secundário e terciário, dinamizando assim um processo de urbanização. (CANO, 1988, p. 79).

²⁴⁷ O fato de um membro da família ser o administrador do latifúndio e demais negócios da mesma, sempre foi considerado como o melhor meio para assegurar a “perpetuação” do patrimônio entre as gerações de determinada família. Nesta mesma concepção “patrimonialista”, pode-se encarar o casamento entre pessoas de uma mesma família (primos, por exemplo), ou de famílias distintas com os mesmos interesses, como uma espécie de aliança patrimonialista.

²⁴⁸ Essa expulsão em massa não ocorreu por vários fatores. Um deles pode ser tributado à prática de uma agricultura de subsistência, como havia afirmado Furtado (1974), que serviu como elemento de atenuação de crises sociais e de retardamento da migração da força de trabalho que se encontrava no latifúndio. Outra, pode ser atribuída à falta de um ambiente urbano regional com capacidade de atrair os excedentes de força de trabalho do campo. Mais tarde, como sabido, essa migração ocorreu em direção ao pólo do sistema capitalista nacional.

No Nordeste em geral, mas, sobretudo no Rio Grande do Norte, a separação entre o campo e a cidade ocorreu de forma extremamente lenta, obedecendo a um objetivo prioritário das elites que era o de manter seu *status quo*. De toda forma, embora lenta e pouco diversificada quanto ao equipamento citadino, a urbanização ocorreu.

Assim, mais uma vez, a explicação para esta lenta e descontínua relação entre campo e cidade, no Nordeste, leva-nos a crer que tem origem e continuidade nas rígidas estruturas agrária e agrícola: muito concentradas e pouco produtivas.

Atente-se, também, para o fato de que desde a colônia a agricultura de alimentos foi um espaço eminentemente camponês, isto é, de produção familiar e, portanto, com todas as limitações que lhe são inerentes como: pouca terra para produzir; limitação de mão-de-obra, preponderantemente composta por membros da família; baixa produção e produtividade; irregularidades na oferta; difícil acesso às diversas formas de crédito quando esses passaram a existir; além de um sem-número de outras dificuldades de reprodução.

Essa engrenagem econômico-social só pôde resistir onde o capital industrial não era hegemônico. Ademais, a chegada deste último ao Nordeste não alterou de imediato – nem no campo nem no meio urbano da região – a antiga ordem de acumulação instalada pelo capital mercantil. A ela se adaptou, não causando, portanto, grandes fissuras na estrutura econômica nem na ordem política anteriormente estabelecidas pelos agentes mercantis locais. É fato que de uma relação de baixa monetização e de difícil acesso à propriedade da terra rural e urbana só poderia derivar um tipo de urbano com um setor terciário profundamente incipiente, que durante muitas décadas assim permaneceria por falta de uma dinâmica econômica motivada pela industrialização e, ao mesmo tempo, por falta de uma agricultura capitalista voltada em significativa proporção para produção de produtos de primeiras necessidades.

Desse contexto surgiu um meio urbano com insignificante relação econômica entre o campo e a cidade, com baixíssimo grau de industrialização e, por consequência, com um setor terciário demasiadamente limitado sob o aspecto econômico e inchado sob o aspecto demográfico.

Já a dinâmica que se instalou em São Paulo foi outra, completamente diferente. Depois de vencidas as limitações econômicas remanescentes do período colonial – acredita-se que a mais importante para a urbanização foi a substituição da força de trabalho escrava pela assalariada –, São Paulo passou a produzir café em bases eminentemente capitalistas.

Já na primeira década do século XX, detinha uma agricultura de bens de primeiras necessidades que viabilizou a manutenção do valor da força de trabalho em níveis compatíveis com a acumulação capitalista periférica, substituindo suas importações de alimentos provenientes de outras regiões do país. Some-se a isso a diversificada produção de matéria-prima que a agricultura paulista criou e foi capaz de sustentar na transição do século XIX para XX, o que deu lastro ao nascente processo de industrialização. Essa parece ser parte da agricultura abordada na passagem abaixo:

Assim, em São Paulo *se implantou também uma agricultura não-café* e o maior parque industrial do país que, justamente com a atividade principal deram surgimento a um processo de urbanização e de terciarização mais avançada a essa economia (CANO, 1988, p. 71, grifo nosso).

Assim, em São Paulo, diferentemente do Nordeste, ocorreu um processo de inter-relação entre o campo e a cidade onde o primeiro subsidiou o desenvolvimento citadino não apenas através da agricultura capitalista (café), que aprofundou a capacidade de importação de bens de capital, possibilitando, décadas à frente, a insurgência do setor secundário e o domínio da acumulação nacional a partir do mesmo, mas, também, através de uma vigorosa agricultura de subsistência e de matérias-primas sem a qual o sucesso do setor secundário muito provavelmente não teria sido o mesmo.

Colocadas essas breves observações sobre alguns dos problemas históricos e mais gerais do processo de urbanização nordestino *vis-à-vis* o que se desenvolveu no sudeste do país, vejamos, no próximo item, suas transformações mais recentes, comparando os estados do Nordeste, com destaque para o caso do Rio Grande do Norte.

4.2. Dinâmica demográfica e urbanização do Rio Grande do Norte: 1940-2000

Discutiremos, nesta seção, as linhas gerais da evolução e das transformações ocorridas no processo de urbanização do Rio Grande do Norte no período de 1940 a 2000. Esse recorte temporal justifica-se pelas mudanças determinadas pelos seguintes fatores: Segunda Guerra Mundial e o processo de integração do mercado nacional que, de certa forma, criaram uma maior dinâmica produtiva e processo diversificador na agricultura e na indústria do estado (como já

abordadas nos capítulos anteriores); as políticas de desenvolvimento econômico implantadas e administradas pela SUDENE e algumas políticas econômicas e sociais praticadas pelo governo do estado. Todos esses fatores contribuíram para tornar mais complexo o processo de urbanização do Rio Grande do Norte. Modificou-se seu espaço construído e sua paisagem urbana, ampliou-se sua base infra-estrutural e potencializaram-se suas forças produtivas com a instalação da ÁLCALIS, da PETROBRÁS, dos Distritos Industriais – em alguns municípios que hoje formam a Região Metropolitana de Natal – e do Centro de Industrial Avançado (CIA).

Assim, apesar do intervalo temporal acima demarcado, deve-se registrar que não foi pequeno o crescimento da população do estado entre o início do século XX e os anos de 1940. Entre 1900 e 1940, a população do estado expandiu-se à taxa média anual de 2,6%, taxa esta que não teria paralelo até o ano de 2000. A expansão que mais se aproximou daquela foi a que ocorreu entre 1940 e 1950 (2,3% a.a.) (ver Tabela 50).

Com base na Tabela 50, percebe-se que, embora não sejam pequenas as disparidades das taxas de crescimento demográfico dos estados da região, pouca diferença substancial existe na estrutura de participação dos mesmos no total da população nacional. Porém, entre as regiões, essas diferenças estiveram bem mais acentuadas. Dentre os estados da região a Bahia, Pernambuco e o Ceará foram os que tiveram maior participação na população nacional no total do período (1940-2000). O primeiro teve a maior participação registrada na década de 1940 (9,5%) e o segundo e o terceiro na década de 1950 sendo, respectivamente, de: 6,5% e 5,1%. A Bahia manteve, até o ano de 2000, uma participação acima dos 7,5% e Pernambuco uma participação de 4,6%. Quanto às regiões, a Sudeste e a Nordeste foram, respectivamente, as que mantiveram os maiores coeficientes de participação nacional na totalidade do período: em média a região Nordeste teve participação acima de 31% e, a Sudeste, acima de 43%. A região de menor peso na população nacional foi a Centro-Oeste, secundada pela Norte.

Tabela 50- População dos Estados do Nordeste e das Regiões do Brasil: Taxa de Crescimento e Participação da População Total na Nacional 1940-2000

Estados e Regiões	Taxa de Crescimento Anual						Participação (%)						
	1940/50	1950/60	1960/70	1970/80	1980/91	1991/00	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000
MA	2,5	4,6	1,9	2,9	1,9	1,5	3,00	3,05	3,51	3,21	3,36	3,36	3,33
PI	2,5	1,9	3,0	2,4	1,7	1,1	1,98	2,01	1,78	1,80	1,80	1,76	1,68
CE	2,6	2,2	2,7	2,0	1,7	1,7	5,07	5,19	4,70	4,68	4,44	4,34	4,37
RN	2,3	1,8	3,1	2,1	2,2	1,5	1,86	1,86	1,63	1,66	1,60	1,65	1,63
PB	1,9	1,7	1,7	1,5	1,3	0,8	3,45	3,30	2,84	2,56	2,33	2,18	2,03
PE	2,4	2,0	2,2	1,8	1,4	1,2	6,52	6,54	5,83	5,54	5,16	4,85	4,67
AL	1,4	1,5	2,4	2,3	2,2	1,3	2,31	2,10	1,79	1,71	1,67	1,71	1,66
SE	1,7	1,7	1,7	2,4	2,5	2,0	1,32	1,24	1,07	0,97	0,96	1,02	1,05
BA	2,1	2,2	2,3	2,4	2,1	1,1	9,50	9,31	8,44	8,05	7,94	8,08	7,70
NE	2,2	2,2	2,3	2,2	1,8	1,3	35,00	34,60	31,59	30,18	29,25	28,94	28,12
NO	2,3	3,6	2,1	5,0	5,0	2,8	3,95	3,94	4,13	3,87	4,94	6,83	7,60
CO	3,4	5,7	6,6	4,1	2,0	2,3	2,65	2,95	3,77	5,45	6,34	6,42	6,85
SU	2,1	3,3	2,5	2,6	1,8	1,6	44,49	43,41	43,76	42,79	43,47	42,73	42,63
SUL	3,2	4,3	3,3	1,4	1,4	1,4	13,90	15,10	16,80	17,70	16,00	15,10	14,8
BR	2,3	3,2	2,8	2,5	1,9	1,6	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: Censo Demográfico do Brasil. Vários Anos. Elaboração Própria.

A Tabela 51 ajuda a ratificar o fato de que a população brasileira ainda está demasiadamente concentrada nas regiões que historicamente foram palco dos primeiros agrupamentos urbanos e econômicos, levando a crer que, apesar da crescente urbanização pela qual passou o país abarcando, inclusive, as regiões subdesenvolvidas, a concentração demográfica foi reforçada nas “antigas” regiões e, em muitos casos, nas mesmas cidades. Assim, observe-se na referida tabela que o Sudeste, o Sul e o Nordeste são as regiões que ostentam as maiores densidades do período (1940-2000). As regiões Centro-Oeste e Norte, embora tenham crescido à taxas médias anuais significativamente expressivas – a primeira, sobretudo entre 1940 e 1980, e, a segunda, entre 1940 e 1991 – possuem os menores coeficientes de densidade populacional do período em análise.

Ademais, as três regiões representam 36% da superfície e perfaziam 89% da população do país em 1980 (ABLAS et al., 1985). No ano de 2000, correspondiam a mais de 92% da população nacional. Isto significa que nelas está situado o epicentro dos maiores problemas urbanos da nação que certamente foram agravados devido a, aproximadamente, duas décadas de práticas de políticas neoliberais que aprofundaram os antigos problemas e criaram novos.

Observando os estados da região Nordeste quanto à densidade populacional, percebe-se acentuadas diferenças entre os mesmos. Dos nove estados da região, seis permaneceram com alta densidade demográfica no período de 1940 a 2000. Por ordem decrescente são eles: Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Sergipe, Rio Grande do Norte e Ceará. O caso de Alagoas surpreende pelo fato de chegar ao final do período (1940-2000) com uma densidade demográfica muito próxima das atingidas pelos países desenvolvidos²⁴⁹. Obedecendo a mesma ordem, os estados de menores densidades foram: Bahia, Maranhão e Piauí. Como é sabido, houve, também, concentração demográfica nas capitais dos estados e em outras poucas cidades do interior, devido, sobretudo, às suas infra-estruturas econômicas. Por essa razão, é preocupante a concentração da população em cidades de porte médio, como por exemplo, Alagoas, Paraíba e Sergipe. Vejamos um pouco mais desse aspecto para o conjunto do Nordeste e para o Rio Grande do Norte em particular. O Rio Grande do Norte, assim como os demais pequenos estados, também obteve altos coeficientes de densidade populacional, maiores do que os alcançados pelas regiões Nordeste, Norte, Centro Oeste e Sul (ver Tabela 51).

²⁴⁹249 Sobre o assunto ver Ablas, Müller e Smith (1985, v. 1).

Tabela – 51 - Densidade Demográfica dos Estados da Região Nordeste e Regiões – 1940-2000

Estados e Região	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
MA	3,7	4,8	7,5	9,0	12,0	14,9	17,0
PI	3,3	4,2	5,0	6,7	8,5	10,3	11,3
CE	14,1	18,1	22,40	29,3	35,5	42,8	49,8
RN	14,5	18,3	21,9	29,4	36,0	45,8	52,5
PB	25,2	30,40	35,8	42,2	49,1	56,7	60,9
PE	27,3	34,5	42,1	52,5	62,3	72,5	80,5
AL	34,3	39,4	45,8	57,2	71,4	90,5	101,5
SE	24,8	29,4	34,7	41,1	52,0	68,1	81,3
BA	6,9	8,7	10,6	13,3	16,7	21,0	23,1
NE	9,2	11,6	14,4	18,1	22,4	27,3	30,7
NO	0,4	0,5	0,8	0,9	1,5	2,6	3,30
CO	0,7	1,0	1,7	3,2	4,7	5,9	7,2
SU	19,8	24,4	33,6	43,1	56,0	67,9	78,2
SUL	10,0	13,6	20,6	28,6	33,0	38,4	43,5
BR	4,8	6,1	8,3	10,9	14,0	17,2	19,9

FONTE: Censos Demográficos, vários anos. Elaboração Própria.

Nessa perspectiva, encontram-se no anexo deste trabalho um conjunto de tabelas que reúnem informações por decênio para o mesmo período anteriormente estabelecido (1940-2000). Nelas, os estados nordestinos foram confrontados diretamente com a região Nordeste através da separação dos mesmos de acordo com a taxa média de crescimento anual que apresentaram (expostas na Tabela 50) e de acordo com o coeficiente de densidade demográfica *vis-à-vis* aos da região (expostos na Tabela 51).

Em primeiro lugar, verificamos que é bastante regular a posição da maioria dos estados nos diversos decênios estabelecidos. A Bahia foi o estado de maior regularidade em sua posição quanto à taxa de crescimento de sua população e o grau de densidade, ambas inferiores às da região Nordeste. Isto pode ser percebido no período de 1940 a 1970 (ver Anexos 1, 2, e 3) e no decênio 1991/2000 (ver Anexo 6). No decênio de 1950/60, a Bahia dividiu essa posição com o Piauí e, no decênio 1960/70, com o Maranhão. Entre 1991 e 2000 ocupou a mesma posição com o Piauí (ver ANEXO 6 Tabela 6). Portanto, é significativamente reduzida, na região, ocorrências de baixo dinamismo e baixa densidade demográfica. Também se pode observar que a partir do

decênio de 1950/60 passa a ocorrer um claro esgotamento do dinamismo demográfico da maioria dos estados de densidade elevada, fato este também evidenciado no decênio 1970/80 (ver ANEXOS 2 e 4 Tabelas 2 e 4).

Observe-se ainda que apenas três estados da região estiveram ocupando a posição de crescimento superior e de densidade igual ou inferior a do Nordeste, foram eles: o Maranhão e o Piauí, no primeiro decênio; o Maranhão, no segundo decênio; o Piauí, no terceiro decênio; o Maranhão, o Piauí e a Bahia, no quarto decênio; o Maranhão e a Bahia, no quinto decênio e apenas o Maranhão, no sexto decênio. Não há, em todo o período, registro de outros estados ocupando essa posição. Quanto aos estados que ocuparam a posição de maior dinamismo demográfico, combinado a densidade superiores as da região, pode-se citar o Rio Grande do Norte, que teve a maior ocorrência (quatro vezes, exclusive os períodos 1950/60 e 1970/80) secundado pelo Ceará, Alagoas e Sergipe, com três ocorrências cada um, e o estado de Pernambuco, com apenas uma ocorrência no decênio 1940/50.

Entre 1940 e 1980, período de altas taxas médias de crescimento do PIB da economia brasileira (7% a.a.), da regional (6%) e da potiguar (6,5% a.a.)²⁵⁰ – como foi demonstrado nos capítulos anteriores –, o Rio Grande do Norte também passou por grandes transformações demográficas e urbanas. Neste período (1940-1980), a população do estado se expandiu à taxa média anual de 2,3%.

No que concerne às taxas de expansão da população do Rio Grande do Norte em relação à região Nordeste, aquelas só não estiveram acima das taxas alcançadas por esta última entre 1950-60 (1,8% contra 2,2%) e 1970-80 (2,1% contra 2,2%). Também foi igual à taxa de expansão anual da população brasileira entre 1940-50 (2,3%) e esteve levemente acima da expansão populacional do Brasil entre 1960-70 (3,1% contra 2,8%) e entre 1980-91 (2,2% contra 1,9%). Isto demonstra que o Rio Grande do Norte a exemplo da maioria dos estados brasileiros experimentou um grande crescimento de sua população em curto espaço de tempo.

Na Tabela 7 (ANEXO 7) estão registrados os municípios com 10.000 mil habitantes e mais. Eram, no ano de 1940, 25 municípios. Em 1970, este número foi ampliado para 39 e, em 2000, atingiu 57. Os municípios que mais aumentaram suas populações foram exatamente os que, de certa forma, historicamente sempre tiveram maior importância (econômica e política) na

²⁵⁰ Cálculos efetuados com as informações disponíveis no Banco de Dados do IPEADATA/IBGE, 2008.

formação dos grandes aglomerados humanos do estado, tais como Natal e Mossoró²⁵¹, preponderantemente, e Ceará Mirim, Macaíba, Caicó, Currais Novos²⁵². Com pesos menores, pode-se citar Santa Cruz, São Gonçalo do Amarante e São José de Mipibu que tinham ligação direta com a economia da capital, por suas proximidades, e Macau que durante muitos anos teve maior ligação com a economia mossoroense.

Ainda pode ser observado na Tabela 7 que, à exceção de Monte Alegre e de Ceará- Mirim que mantiveram os seus pesos na população total do estado, entre 1991 e 2000, todos os demais municípios que hoje formam a Região Metropolitana de Natal (Parnamirim, Macaíba, Extremoz, São Gonçalo do Amarante, São José de Mipibu, Nísia Floresta e Natal) tiveram seus pesos aumentados no referido período. As migrações para essa região contribuíram para o aumento de suas populações e, portanto, para maior peso das mesmas na população total do estado.

Outros municípios do estado também aumentaram seus pesos relativos na população total do estado, são eles: Canguaretama e Parelhas, além de Baraúna, que só a partir de 1991 passou a ter mais de 10.000 habitantes, e Brejinho, que a partir do Censo de 2000 passou a ter registro de um pouco mais do que 10.000 habitantes. Ainda entre 1991 e 2000, dois importantes municípios tiveram seus pesos diminuídos na população total do estado, são eles: Macau e Mossoró. Todavia, há de se instar que Mossoró teve sua população aumentada em 11,22% entre 1991 e 2000.

Ou seja, diante desses dados há evidências para se crer que a RMN tem se constituído na “faixa” territorial do estado de maior atração populacional.

No tópico à seguir, e com base na discussão teórica sobre o recente rumo do meio urbano, faz-se uma breve análise nas últimas transformações que resultaram em maior aglomeração dos fatores econômicos necessários à acumulação do capital em alguns poucos espaços, determinando, por um lado, o redimensionamento e agravamento de antigos problemas (como a

²⁵¹ A importância desses dois municípios tornou-se uma constante, não pelo fato de terem uma grande população, mas por ambas as cidades serem dois grandes “pólos” estaduais, por terem ostentado durante séculos a posição de espaços eivados de certa dinâmica econômica e política, funcionando, assim, como atratoras de populações; por terem sido os principais espaços onde a indústria estadual esteve concentrada; no caso de Natal, por ser sede de grandes instituições como Universidade Federal, Forças Armadas, escritórios de administração de empresas como a PETROBRÁS; por concentrarem a maior parte dos serviços de assistência à saúde e à educação pública; por serem os dos grandes centros de compras, de lazer e de cultura do estado; etc.

²⁵² Embora Currais Novos tivesse diminuído o seu peso na população do estado entre 1940 e 1970 e entre 1980-2000, teve, no primeiro período, um crescimento populacional superior a 57% – à taxa de 1,5% a.a. – e, no segundo período (1980 e 2000), um crescimento superior a 16,5% – à taxa média bem menor (0,8%), mas, ainda assim, positiva.

maior concentração de desempregados, falta de habitação, criminalidade etc.) e, por outro lado, a criação de novos problemas urbanos (como, por exemplo, especulação fundiária urbana, aprofundamento do processo de gentrificação, concentração de maior oferta de serviços públicos em bairros e municípios que fazem parte da “rota do turismo”, etc.).

4.3. A crise e o processo de metropolização no Brasil e no Rio Grande do Norte

Nesta seção, analisamos o contexto mais geral das opções de condução da política econômica brasileiras realizadas no contexto de grandes transformações internacionais e os impactos no processo de metropolização do Rio Grande do Norte.

O espaço metropolitano potiguar sofreu profundas transformações decorrentes das mudanças no ambiente nacional e internacional a partir de meados dos anos de 1980. Como “pólo” econômico e urbano estadual reproduziu algumas tendências semelhantes às ocorridas nas grandes cidades como: grande crescimento demográfico; ocupação dos espaços do núcleo em direção à periferia, estimulando a especulação imobiliária de tais espaços; o afastamento e a segregação das camadas mais carentes da população para áreas de periferias sem as condições básicas de habitação, agravando, nos últimos quinze anos, a proliferação de favelas; maior concentração de determinadas atividades econômicas, inclusive produtivas, na RM, sobretudo, no município sede, Natal; em momento posterior à formação da RMN, ocorreu, à semelhança dos centros mais desenvolvidos, maior crescimento da periferia metropolitana *vis-à-vis* o município sede da mesma, e, sobretudo, um processo de urbanização predatório não só no que tange à biodiversidade, mas também aos direitos coletivos constitucionais, dado a grande carência e falta de muitos serviços público essenciais à reprodução da população; etc.

Embora a região metropolitana de Natal seja o núcleo dinâmico da economia do estado (por concentrar as atividades econômicas mais significativas tanto no que tange à produção quanto aos serviços de toda natureza) temos como hipótese que a “internalização” da tendência mencionada acima tenha ampliado as diferenças sociais e econômicas na referida região. Nesse sentido, não está completamente claro que a desconcentração produtiva e demográfica dá-se em proveito do conjunto das cidades de porte médio, sendo assim, faz-se necessário a

problematização e a qualificação desse processo que deve partir da análise de cada realidade em particular, pois mesmo entre os teóricos que estudam esse problema não há consenso acerca dos efeitos da reestruturação produtiva e social que o referido fenômeno ocasionou sobre as grandes e médias cidades.

Por exemplo, alguns estudos mais críticos afirmam que a globalização da economia e sua consequente reestruturação produtiva tendem a aprofundar as desigualdades sociais nas grandes cidades. Este é um fato inegável devido à tendência de se incorporar cada vez mais tecnologia às linhas de produção e também devido ao alto grau de automação no setor de serviços, mas, sobretudo, devido à própria concepção e prática de reprodução do capital que cada vez mais se afasta da esfera da produção de mercadorias para a esfera financeira (CHESNAIS, 1998).

Assim, embora as desigualdades sociais tenham sempre estado presentes na sociedade capitalista, hoje são maiores do que no passado recente. Essa é uma dinâmica específica da sociedade capitalista que se reproduz concentrando e centralizando o capital, ou seja, a propriedade, em qualquer uma de suas versões, e, *pari passu*, ampliando as diferenças sociais.

Nos anos de 1980, a literatura internacional tendeu a insistir na tese de que as transformações ocorridas no processo produtivo fariam com que as principais atividades econômicas fossem transferidas das cidades em busca de novos pólos industriais. Essa interpretação foi combatida por outras teorias que sinalizavam, no fim desta mesma década, uma possível capacidade de replanejamento das metrópoles “viável desde que cada cidade se unificasse e se tornasse um ator político”. Esta última interpretação fortaleceu a idéia, mais contemporânea, de que, com a globalização em curso no mundo, as cidades tenderiam a ter um papel fundamental uma vez que muitas variáveis macroeconômicas dependeriam do *locus* da cidade para se efetivarem.

Há ainda a tese da dualização que surgiu a partir da observação das novas atribuições produtivas assumidas pelas chamadas *Global Cities* (grandes centros urbanos, financeiros, de serviços e industriais) a partir do processo de globalização. De acordo com esses teóricos (CASTELLS, 1989; SASSEN/1991) haveria uma substituição das atividades do setor industrial por novos serviços produtivos, o que levaria a atual sociedade dos serviços a se apropriar, inclusive, dos espaços mais valorizados acarretando a exclusão e o fenômeno da dualidade.

Também surgiu a literatura sobre cidades-região que discutia o caso das cidades com cerca de um milhão de habitantes, dotadas de densidade produtiva e populacional que as capacitariam para a conexão nas redes globais de acumulação.

Essas teorias, que continuam tendo muitos adeptos no Brasil, carecem de fundamento para análise do caso da periferia capitalista e foram contestadas pelo fato de não servirem como instrumental capaz de analisar as diferentes realidades sociais uma vez que os diversos países não possuem o mesmo nível econômico e grau de organização social.

No que diz respeito à sociedade brasileira, de acordo com Ribeiro e Lago (1994), o modelo de crescimento urbano no Brasil – de 1940 a 1980 – permitiu que as camadas sociais populares se reproduzissem nas “extensas e precárias periferias” das grandes cidades. Na década de 1980, este perímetro urbano passou por um forte impacto de reestruturação com expansão das relações capitalistas de produção e exclusão social mais acentuada.

Todavia, a segregação social nunca foi tão perversa quanto nos anos 1990. As práticas neoliberais não apenas minimizaram a intervenção produtiva do Estado na economia, como, também, debilitaram a capacidade de formulação de políticas públicas numa sociedade que historicamente sempre teve, do Estado, a garantia das condições mínimas de reprodução. Além de estimular a desregulamentação econômica, desnacionalizou significativa parte do parque industrial levando as condições e relações de trabalho, no Brasil, a altos patamares de precarização (CANO, 1995; GONÇALVES, 1999).

Por sua capacidade de penetração e influência nas principais esferas decisórias do Estado, o capital fez convergir, a seu favor, uma bateria de políticas públicas que conseqüentemente ampliou as desigualdades sociais no interior da economia brasileira. De acordo com Ribeiro e Lago (1994, p. 5), pelo fato das políticas públicas terem atendido prioritariamente às demandas do grande capital, “em matéria de infra-estrutura e serviços urbanos”, relegou as demais reivindicações “concernentes à reprodução da força de trabalho”.

O fato é que apesar dos grandes empecilhos ao atendimento das reivindicações da classe trabalhadora dos grandes centros – que além do clássico embate entre capital e trabalho ainda sofria a repressão política da ditadura militar, que fortalecia o capital – foi possível conciliar desenvolvimento econômico com integração social e econômica de parte do trabalho concentrada nas grandes cidades. Todavia, a segregação sócio-econômica do trabalho não foi resolvida e o processo de urbanização foi redimensionado a partir da dinâmica do novo modelo de acumulação

industrial – de 1930 a 1970 – criando o que, hoje, se chama de grande metrópole, ou seja, surgida de dentro, do núcleo, e na esfera do espaço econômico historicamente constituído.

Partindo desse período (1930-1970), pode-se acompanhar como ocorreu o crescimento da população em algumas áreas urbanas do país. Na década de 1970, a população cresceu relativamente mais nas regiões metropolitanas da cidade do Rio de Janeiro e em São Paulo do que a população residente em seus respectivos estados, ou seja, crescia do núcleo metropolitano em direção a periferia dessas metrópoles. Na década de 1980, ocorreu exatamente o contrário, pois “em São Paulo, a taxa de crescimento populacional foi de 2,02% e da região metropolitana de 1,7% e, no Rio de Janeiro, de 0,99% e 0,82%, respectivamente.” (RIBEIRO; LAGO, 1994, p. 6-7). Ainda na década de 1980, esta tendência foi modificada de forma expressiva, pois se registrou uma queda das taxas de crescimento em grande parte das regiões metropolitanas e suas respectivas periferias.

A abertura do mercado nacional na perspectiva de assimilação de novos produtos e novas tecnologias, as práticas de altas taxas de juros e, em boa medida, a pré-disposição das unidades federativas em oferecer diversas formas de subsídios aos capitais produtivos (processo conhecido como “guerra fiscal”), estimularam, de certa maneira, os capitais produtivos a migrarem para as cidades de porte médio redimensionando, nas mesmas, seus processos de urbanização, seus conflitos sociais bem como a formulação de suas políticas públicas em prol de determinados grupos sociais.

Pesquisando sobre o processo de modernização (urbanização) da cidade de Natal, ocorrido na última década, Edna Furtado (2005) concluiu que os espaços mais valorizados da cidade foram exatamente os que passaram por maiores intervenções públicas no sentido de melhorias e reequipamento urbanístico para atender às necessidades do setor de turismo do estado.

As informações contidas em diversos trabalhos que versam sobre a tendência de uma inflexão no processo de desconcentração demográfica e econômica das metrópoles, ao mesmo tempo sinalizam para o fortalecimento das cidades de porte médio. São Paulo é um dos casos mais conhecidos e debatidos entre os estudiosos do fenômeno, pois experimentou um intenso processo de desconcentração industrial e de sua população no sentido ao interior do estado²⁵³.

²⁵³ Com foco na discussão sobre o desenvolvimento e os desequilíbrios regionais, ver Cano (1998). Ver também, para uma perspectiva de discussão focada nos fenômenos urbanos, especificamente para o Rio de Janeiro, o trabalho

Isso foi possível porque tinha uma rede urbana densa e dinâmica que pôde absorver tal movimento.

Com base nos dados contidos na Tabela 52, é possível perceber que no Rio Grande do Norte também ocorreu um grande crescimento da população urbana que esteve concentrada em poucos municípios além de sua capital, mas não há elementos para que afirmemos que no caso potiguar ocorreu a constituição de uma rede urbana.

Observe-se que, de 1940 a 1970, o crescimento da população dos municípios que viriam conformar a Região Metropolitana de Natal está praticamente restrito à Natal, Parnamirim e Macaíba. Após a década de 1970, sobretudo com a construção dos Distritos Industriais de Extremoz e de São Gonçalo do Amarante, do início de significativas iniciativas no sentido de desenvolver o turismo na área costeira próxima à capital e dos “esforços” do governo do estado (com guerra-fiscal), os demais municípios passaram a experimentar significativa expansão de suas populações. No subperíodo 1970/80, foi flagrante as altas taxas de expansão das populações de seus núcleos urbanos, sobretudo a de Extremoz que cresceu a uma taxa média de 17% a.a., a de Nísia Floresta (9,8% a.a.) e a de Parnamirim (7,2% a.a.). Nesse referido subperíodo, São Gonçalo do Amarante foi o único município onde a população do núcleo rural cresceu à taxa superior a do núcleo urbano: 5,4% a.a. contra 3,5% a.a.

Em Natal, cidade de porte médio, a taxa média de crescimento populacional no período de 1980/91 foi de 3,5% a.a. e o de sua periferia metropolitana foi de 3,7% a.a. No período de 1991/00, apresentou uma acentuada diminuição de sua taxa de crescimento populacional que foi de 1,8% a.a., porém, sua periferia cresceu significativamente à 3,3% a.a. Nesta última, as cidades que mais cresceram foram Parnamirim, 7,8% a.a., e São Gonçalo do Amarante, com 4,8% a.a. As demais cidades se expandiram da seguinte forma: Monte Alegre²⁵⁴, 1,9% a.a.; Ceará-Mirim, 2% a.a.; São José do Mipibu, 2,4% a.a.; Macaíba, 2,6% a.a.; Extremoz, 3% a.a.; e Nísia Floresta, 3,5% a.a. (ver Tabela 52).

Ainda deve ser registrado que, à semelhança do que ocorreu em grandes capitais, o município pólo vem sofrendo desconcentração populacional. Em 1980, sua população urbana correspondia a 37,4% da população urbana do estado. Mas, esse peso, desde então, teve uma tendência à suave queda ao avançar das novas décadas. Em 1991, foi de 36,4% e, em 2000, de

de RIBEIRO e LAGO (1994). Sobre economia paulista e o processo de urbanização recente do estado de São Paulo, ver Cano, Brandão, Macedo e Maciel (Org., 2007).

²⁵⁴ Monte Alegre passou a fazer parte da Região Metropolitana de Natal (RMN) recentemente, no ano de 2005.

34,9%. Mas, se por um lado, aquela desconcentração ocorreu em favor do município núcleo, por outro lado, acabou acarretando uma maior concentração no que se convencionou chamar de aglomeração urbana, ou seja, na RMN. Em 1980 o aglomerado urbano representava 44,6% da população urbana do estado. Ao contrário do município pólo, a RMN ingressou numa tendência ascendente de concentração urbana. Em 1991, seu peso na população urbana total do Rio Grande do Norte passou a ser de 44,9% e, em 2000, de 45,9%.

Tabela 52 – Região Metropolitana de Natal: Taxas Médias de Crescimento Anual das Populações Urbana, Rural e Total - 1940-2000

Municípios	Anos																	
	1940/1950			1950/1960			1960/1970			1970/1980			1980/1991			1991/2000		
	Urb.	Rural	Total															
Ceará-Mirim	0,8	1,9	1,7	-	-	3,0	-	-	0,9	2,9	-0,8	0,6	3,9	1,2	2,4	1,9	2,1	2,0
Extremoz	?	?	?	?	?	?	?	?	?	17	-4,1	-0,2	8,4	2,0	4,9	5,7	-1,1	3,0
Macaíba	2,1	2,9	2,7	-	-	1,0	-	-	3,0	5,5	-2,9	0,7	5,0	0,1	3,0	2,4	3,0	2,6
Monte Alegre	1,8	1,8	1,8	-	-	4,3	-	-	0,1	5,9	1,5	2,4	3,5	0,5	1,3	5,4	0,1	1,9
Natal	6,3	0,2	6,0	-	-	5,0	-	-	5,1	4,9	-	4,7	3,5	-	3,5	1,8	-	1,8
Nísia Floresta	?	?	?	-	-	2,7	-	-	-0,2	9,8	-4,2	0,6	1,4	4,7	3,1	4,1	3,1	3,5
Parnamirim	?	?	?	-	-	5,9	-	-	5,1	7,2	3,6	6,2	8,5	7,7	8,3	9,4	0,6	7,8
São G. do Amarante	?	?	?	?	?	?	-	-	1,3	3,5	5,4	5,0	3,3	3,7	3,6	1,9	5,4	4,8
São José do Mipibu	2,3	4,3	4,0	-	-	-1,1	-	-	-0,4	3,0	0,7	1,7	2,9	3,0	3,0	2,2	2,6	2,4

FONTE: Censo Demográfico, vários anos. Elaboração Própria.

Nota (1): O sinal de (?) significa que no Censo de 1940 não constavam os municípios de Extremoz, Nísia Floresta e Parnamirim e, no Censo de 1950, não constava o de São Gonçalo do Amarante. Adverte-se ainda que o município de Extremoz também não constava nos Censos de 1950 e 1960.

Nota (2): Para os subperíodos de 1950/1960 e 1960/1970, não foi possível calcular as taxas de expansão das populações urbana e rural pelo fato de não termos encontrado, em nenhum documento, informações sobre as populações urbana e rural por município referentes à década de 1960. Todavia, a análise não fica totalmente prejudicada, pois é possível fazê-la com base nas taxas de expansão registradas na coluna dos totais.

Essas altas taxas de crescimento determinaram o processo de concentração populacional acelerada em um restrito espaço territorial. Com isso, problemas inerentes à demanda especificamente urbana vão surgindo de forma altamente concentrada no tempo e no espaço. Problemas de mobilidade, com trânsito caótico; poluição e degradação ambiental; violência urbana, com a criminalidade aumentando; absorção insuficiente no mercado de trabalho formal etc.

O problema da carência de moradias se agrava. A escassez estrutural de prédios residenciais torna-se um fato ainda mais grave devido à transformação dos poucos que existem nas principais ruas do centro em prédios comerciais, fazendo com que o preço do metro quadrado urbano aumente ainda mais; também se acelera o processo de gentrificação nos bairros centrais e circunvizinhos, que passam por algum processo de renovação ou requalificação urbana.

Como exposto na Tabela 53, o município pólo apresenta uma densidade demográfica realmente assustadora. Em 1970 já havia atingido o montante de mais de 1.500 hab./km². Em 1991, eram mais de 3.500 e, em 2000, atingiu mais de 4.200 hab./km². O segundo município de maior densidade demográfica foi Parnamirim que, em 2000, registrou quase 1.000 hab./km². Já a RMN alcançou uma densidade demográfica da ordem de 383 hab./km².

Tabela 53- Rio Grande do Norte: Densidade Demográfica dos Municípios Metropolitanos - 1940/2000

Municípios	Período						
	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Ceará Mirim	30,00	35,44	46,66	52,22	55,22	71,81	85,95
Extremoz	-	-	-	66,75	65,3	110,92	145,30
Macaíba	30,58	40,02	42,24	59,47	63,84	88,71	112,05
Monte Alegre	28,10	33,69	54,07	52,02	65,77	75,54	89,83
Natal	324,28	580,89	947,68	1.563,45	2.465,36	3.588,92	4.212,40
Nísia Floresta	-	23,68	31,46	30,15	31,97	44,63	60,99
Parnamirim	-	39,54	73,55	115,00	209,06	502,08	988,82
São G. do Amarante	78,13	-	65,99	72,27	118,22	174,51	266,55
São J. do Mipibu	46,38	68,74	61,08	59,07	69,74	96,05	119,11
RMN	-	-	-	-	-	-	383,31

FONTE: IBGE. Elaboração Própria. www.sidra.gov.br.

Nota. Os Valores expostos acima correspondem aos resultados de cálculos efetuados a partir dos dados brutos sobre a população e a extensão territorial de cada município extraídos da base de dados SIDRA, do IBGE, para o período de 1970-2000. Os dados de população de 1940 a 1960 foram extraídos dos livros dos Censos Demográficos de cada ano. Dessa forma, alguns dos resultados expostos na referente tabela diferem levemente dos apresentados no "Relatório de Pesquisa: Análise da Estruturação Intra-Metropolitana de Natal", 2006.

Apesar das últimas transformações econômicas ocorridas na economia brasileira terem sido decisivas no que tange ao redirecionamento do processo de desconcentração da industrialização nacional, como se pode ver, também foram significativos os efeitos sobre o aumento da população urbana de alguns municípios próximos à capital. Em Natal, mais especificamente, o aumento da população residente passou a ser mais incisivo a partir do meado da década de 1940 (pelos motivos já expostos), mas devemos observar que seu entorno também acompanhou esse aumento populacional.

Com o auxílio da Tabela 54, constatamos que de 1950 a 1980 a taxa média de crescimento da população do município pólo (Natal) é significativamente maior do que a do estado e a do conjunto dos municípios que viriam constituir a RMN. Mas, esta última também teve um crescimento populacional superior ao conjunto do estado. A partir de 1991, a tendência se inverte. A população do conjunto dos municípios que estão no entorno de Natal passa a se expandir à uma taxa superior a verificada tanto no município pólo quanto no estado, porém também ingressa numa tendência decrescente.

Tabela 54 - População e Taxa Média de Crescimento Anual do Rio Grande do Norte, de Natal e da Região Metropolitana de Natal 1940-2000

Ano	População					
	RN	% a.a.	Natal	% a.a.	RMN*	% a.a.
1940	768.018	-	54.836	-	131.431	-
1950	976.921	2,4	98.229	6,0	183.173	3,4
1960	1.157.258	1,7	160.253	5,0	280.202	4,3
1970	1.550.188	3,0	264.379	5,1	411.407	3,9
1980	1.898.835	2,0	416.892	4,7	598.465	3,8
1991	2.415.567	2,2	606.887	3,5	884.164	3,6
2000	2.771.538	1,5	712.317	1,8	1.116.147	2,6

FONTE: Censo Demográfico. Vários anos. Elaboração Própria.

*Nota: Adverte-se que, a rigor, a Região Metropolitana de Natal só passou a existir do ponto de vista do direito a partir do ano de 1997, como já explicado anteriormente. Todavia, como Natal e seu entorno sempre foram receptores de migrações, não se constitui em erro crasso a construção da coluna RMN considerando os montantes populacionais dos Censos anteriores ao do ano de 2000.

A crise urbana que se aprofunda na RMN reflete o contexto mais geral de desconstrução nacional e de perda de instrumentos da política pública com os quais se poderia enfrentar os dramáticos problemas estruturais que tem afetado o meio urbano.

Após um longo período de crise que efetivamente pairou sobre a economia brasileira desde a segunda metade da década de 1970 até meados da década de 1990 – intercalada por poucos e descontínuos anos de recuperação –, o Estado Brasileiro passou a adotar políticas econômicas de cunho estritamente neoliberal, o que ocorre de forma mais explícita a partir de 1991. Com essa prática, o Estado nacional começou a moldar a economia brasileira de acordo com os objetivos econômicos e sociais das grandes instituições financeiras internacionais e dos governos dos principais países desenvolvidos²⁵⁵.

Não tardou para que, a cada ano da década de 1990, o Estado nacional desse um passo para trás no tocante aos grandes problemas estruturais que, de certa forma, assolavam toda a nação – como o problema do financiamento à produção, mais especificamente de dimensão microeconômica e os dos desequilíbrios regionais em âmbito macroeconômico. Ao afastar-se das grandes questões nacionais, o Estado dinamizava a disputa entre as esferas intermediárias de poder, sobretudo, entre os estados, que partiram para uma competição entre si sem precedentes na história da sociedade brasileira em busca de investimentos produtivos para o interior de seus territórios²⁵⁶.

Transformações ocorridas interna e externamente à economia brasileira, durante a última década e meia, acabaram “impondo” a algumas cidades de porte médio a necessidade de desempenharem um papel específico dentro dessa nova ordem econômica.

Todavia, os efeitos sociais, econômicos e políticos do fenômeno da desconcentração produtiva e demográfica não ocorrem de forma homogênea para o conjunto das cidades de porte médio. Dependendo de sua proximidade com o centro de produção e de decisão política, tais efeitos serão quantitativamente e, sobretudo, qualitativamente diferentes. Assim, as cidades que se encontram no raio de influência imediata das grandes transformações que ocorrem no pólo do sistema capitalista nacional, certamente, experimentaram mudanças significativas, embora nem

²⁵⁵ Ver sobre o assunto: Cano (1995, 2000), Tavares e Fiori (1998) e Carneiro (2007b).

²⁵⁶ Este não foi um conflito que teve origem na década de 1990, mas nela encontrou elementos que o dinamizou. O elemento principal foi a adoção, quase que inconteste, pelo Estado brasileiro dos princípios do receituário econômico contido no Consenso de Washington. Ver sobre o assunto Lopreato (2000a; 2000b).

sempre para melhor, em seus processos de urbanização e de desenvolvimento social²⁵⁷. Outro efeito, completamente diferente, diz respeito às cidades que estão muito aquém daquele raio de influência imediata e, portanto, do centro do sistema de decisão nacional.

Não se está descartando, contudo, que como cidade de porte médio as capitais nordestinas tenham passado por algumas modificações ocasionadas pelo processo que se refere e assim se integre de forma mais ativa a esta dinâmica globalizada. Todavia, deve-se estar atento que o maior efeito da abertura da economia brasileira, em boa parte dos estados nordestinos, se não em toda região, foi impulsionar ainda mais o processo de desmantelamento de unidades produtivas, sobretudo nas áreas do interior uma vez que em algumas Regiões Metropolitanas os Programas de desenvolvimento estaduais asseguraram determinada concentração de atividades econômicas, principalmente, nos municípios sedes.

Por serem centros de comando da acumulação estadual, as capitais dispõem de uma significativa infra-estrutura sócio-econômica, que lhes permite maior capacidade de administração dos impactos, nem sempre positivos, do aludido e questionável processo de desconcentração produtiva e demográfica. No Rio Grande do Norte, a tentativa de superação dos problemas da economia global ocorreu aprofundando a guerra fiscal e, portanto, fortalecendo os efeitos danosos das recentes tendências “descentralizadoras” na maior parte do território estadual (desemprego aberto, favelização e criminalidade, por exemplo).

Temos dado relevo ao fato de que as principais atividades econômicas, sobretudo a indústria de transformação e os serviços, estiveram essencialmente concentradas na capital e em seu entorno. Essa realidade foi mantida e reforçada. Nos últimos cinco anos, grande parte das atividades econômicas do estado esteve concentrada em sua Região Metropolitana. Também, com base em alguns trabalhos sobre a dinâmica econômica da RMN, é possível afirmar que as atividades econômicas que estão nela concentradas sofreram poucos impulsos desconcentradores em benefício de outros municípios que estão localizados mais ao interior do estado²⁵⁸.

Assim, uma questão cabe ser colocada neste momento: em que medida a Região Metropolitana de Natal (RMN) foi realmente influenciada pela tendência de desconcentração produtiva e demográfica ocorrida em significativa parte do país, e quais os impactos econômicos, sociais e políticos sofridos pela mesma em decorrência daquele processo?

²⁵⁷ Ver o livro sobre a “Economia Paulista” organizado por Cano, Brandão, Maciel e Macedo (2007).

²⁵⁸ Sobre este assunto, ver Silva (2008).

A resposta a esta questão deve ser construída através da análise da constituição da Região Metropolitana de Natal e de sua função no desenvolvimento econômico do estado, em geral, e do urbano, em particular. Foi o que buscamos substantivar no tópico 4.6, mas, antes, no tópico 4.4, fizemos uma breve análise do desempenho do setor terciário no Rio Grande do Norte e no tópico 4.5 sobre as migrações norte-riograndenses, dado que, suas dinâmicas têm ligação direta com o processo de urbanização do estado.

4.4. O Setor de Serviços

4.4.1. Primeiro período – 1970/1989.

O setor de serviços está envolto em muitas especificidades quanto às suas atividades econômicas. Isso torna sua análise mais difícil e por demais imprecisa. De acordo com Cano (2008, p. 57), essa imprecisão decorre da “heterogeneidade de suas atividades (comércio, finanças, transportes, governo, etc.), diferentes afetações de preços de seus segmentos e diversidade de formas usadas para sua estimativa”. Por essa razão, a análise que se segue ficará adstrita à algumas informações mais gerais, sobretudo, da evolução da estrutura do PIB do referido setor no Rio Grande do Norte, bem como à participação do mesmo, por subsectores de serviços, no PIB regional e nacional.

Dividimos a análise do setor de serviços em dois períodos: o primeiro, de 1970 a 1989 e, o segundo, de 1990 a 2005. Assim, advertimos que, em relação a ambos, a análise foi realizada com base na metodologia elaborada por Cano (2008), isto é, utilizamos apenas os valores relativos do PIB, que nos desobriga de deflacioná-los, o que seria problemático dado o período de alta inflação que o país atravessou.

Também, como fez o referido autor, na perspectiva de enriquecer a análise, utilizamos algumas informações sobre o emprego que foram capturadas dos Censos Demográficos e do banco de dados do IPEADATA.

Inicialmente, deve-se ter em mente que o crescimento econômico da década de 1970 e os efeitos da desconcentração industrial contribuíram fortemente para uma maior dinamização do processo de urbanização no Rio Grande do Norte fazendo com que algumas atividades, específicas do setor de serviços, passassem a ter maior peso em sua economia. Com base na Tabela 55, pode-se observar a evolução da participação dos subsetores do terciário em seu PIB.

De 1970 a 1980, o peso do comércio permaneceu praticamente estável. Embora a crise da década de 1980 tivesse ocasionado pequeno impacto negativo na economia do estado como um todo, entre 1980 e 1989, o subsetor do comércio teve uma queda na participação do PIB terciário de -11,4%, bastante significativa dada a importância que o mesmo tem na dinâmica econômica e social do estado. Analisando este subsetor pela ótica do emprego, verificamos que o mesmo sofreu variação positiva. Em 1970, foi responsável por 6,5% das ocupações do estado e, em 1980, por 8,8%, ou seja, ocorreu um aumento da participação do comércio de 2,3% na ocupação total, bem superior à ocorrida na administração pública que foi apenas de 0,4% neste período²⁵⁹. Ademais, os dados dos Censos Demográficos de 1970 e de 1980 mostram que o emprego no subsetor de comércio, entre estes dois anos, cresceu 87,8% e, no de administração pública, 53,2% o que, de certa forma, também serve para explicar a importância de ambos subsetores frente à intensificação da urbanização ocorrida no referido decênio.

A administração pública, como em todo o país, também no Rio Grande do Norte tem sido a que sustenta maior peso na conformação do PIB do setor terciário. Todavia, entre 1975 e 1980, teve seu peso diminuído em -7,9% em decorrência, sobretudo, dos efeitos da crise econômica que se estabeleceu em âmbito nacional e que afetou suas contas diretamente. Passada a turbulência dos primeiros anos da década de 1980, das várias negociações da União com o FMI e com as diversas administrações públicas nacionais, o subsetor, no Rio Grande do Norte, voltou a aumentar significativamente o seu peso na conformação do PIB do terciário.

A evolução das atividades de transporte e comunicações, embora tenha ocorrido de forma lenta, é produto da maior demanda da população urbana por esses tipos de serviços e também da maior diversificação da economia que passa a depender, crescentemente, dessas atividades. Deve-se ter em conta que a população urbana do Rio Grande do Norte cresceu 51,4% entre 1970 e 1980 à taxa média anual de 4,2%. Porém, esse crescimento não estimulou maiores transformações na oferta de serviços de saúde e educação dado que no quadriênio 1985-89, para

²⁵⁹ Censos Demográficos de 1970 e 1980.

o qual temos informações mais desagregadas, teve sua participação no PIB setorial acrescida em apenas 1,1%, o que mostra certo descompromisso das autoridades públicas em assegurar à população uma maior oferta destes serviços.

Registramos ainda que, entre 1970 e 1980, o movimento migratório interestadual ocorrido no Rio Grande do Norte de certa forma amenizou a pressão que o processo de urbanização imprimiu no interior do estado sobre os serviços que incidem diretamente nas necessidades básicas da população, funcionando assim como um “amortecedor social”²⁶⁰. Isto é, diluiu e desviou as tensões e demandas sociais para outras regiões do país e, principalmente, para a área metropolitana do estado que apresentou um ritmo de crescimento populacional no período de praticamente o triplo (3,8%) do restante do estado (1,3%). Entre 1970 e 1980, dos 672.414 potiguares que migraram do estado, 133.845 tiveram como destino São Paulo; 128.488, o Rio de Janeiro; 84.189, a Paraíba; 59.029, o Ceará; e 54.340, Goiás (ver ANEXO 8 Tabela 8). O restante, se dirigiu para os demais estados da federação, sobretudo da própria região Nordeste. Como o saldo líquido migratório do Rio Grande do Norte, no período, foi negativo (-437.435 pessoas), pode-se inferir que as emigrações ocorridas foram importantes como amenizadoras das tensões sociais anteriormente abordadas que ocorreram neste período.

Tabela 55 - Rio Grande do Norte - PIB do Setor de Serviços - Estrutura Setorial (% de Valor) - 1970/1989

Subsetores de Serviços*	Ano				
	1970	1975	1980	1985	1989
Comércio	27,57	28,97	29,29	22,53	17,89
Transporte e Comunicação	7,72	8,45	8,91	9,13	12,31
Administração Pública	31,88	32,58	24,72	42,04	45,13
Aluguéis	21,29	16,19	15,25	12,33	10,43
Aloj. Alimentação	-	-	-	7,86	7,23
Saúde e Educação	-	-	-	4,44	5,54
Serv. Domésticos	-	-	-	0,97	0,93
Outros serviços	11,54	13,81	21,83	0,70	0,53
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: IBGE. Sistema de Contas Regionais. Elaboração Própria.

* Exclusive Intermediação Financeira.

²⁶⁰ Cano (2008) foi o primeiro a explicar importância das migrações como “amortecedores sociais”.

Quanto à participação dos subsetores de serviços do estado nos totais regionais e nacionais, os dados expostos na Tabela 56 ajudam a entender como foi a evolução dos mesmos no período de 1970 a 1989. A rigor, pode-se afirmar que sofreram pouca alteração. O subsetor de comércio, por exemplo, teve sua participação regional aumentada em apenas 1,1% no subperíodo 1970-1980. Neste último, sua participação, em âmbito nacional, sofreu uma variação positiva quase que imperceptível: 0,1%. Entre 1980 e 1989, sua participação regional foi diminuída em -1,4%, o que se explica pela crise que se estabeleceu sobre a economia brasileira com alguns efeitos negativos sobre as atividades comerciais. Em âmbito nacional, considerando este último subperíodo, o peso do comércio potiguar no comércio nacional permaneceu praticamente o mesmo uma vez que caiu apenas 0,03%.

Para a totalidade do período 1970-1989, observamos que o subsetor de transportes e comunicações teve sua participação regional aumentada em 1,5%, a maior ocorrida no período dentre todos os subsetores. Em âmbito nacional o aumento foi de apenas 0,4%. Quanto à administração pública, esta teve pequena variação positiva (de 0,3%) do seu peso no total do subsetor da região no período de 1970-1989 e de 0,1% no subsetor da administração pública nacional.

Ou seja, pelos indicadores quantitativos, muito pouco se tem a registrar sobre a evolução da participação dos subsetores de serviços do Rio Grande do Norte nos totais da região e do país. No entanto, chama-se a atenção para o fato de que não apenas o estado experimentou insignificante crescimento do peso de seus subsetores de serviços na estrutura do terciário regional e nacional, como, em alguns casos (o de saúde e educação são bons exemplos), tiveram suas participações diminuídas nas duas esferas territoriais no subperíodo 1985-1989. Neste último período, o subsetor de serviços domésticos teve sua participação levemente aumentada tanto em relação à região quanto ao país. Mas, esse aumento não deve ser encarado com otimismo, dada a prática de contratação de mão-de-obra que pairou sobre essas atividades em todo o país e, principalmente, nas regiões periféricas, que tem se constituído em verdadeiros celeiros de exploração do trabalho sem remuneração monetária ou com remuneração abaixo do mínimo necessário!

Registramos, ainda, que o peso da população de 10 anos e mais ocupada no setor terciário do Rio Grande do Norte aumentou em aproximadamente 9% entre 1970 e 1980 quando passou de

30,2% para 39% da ocupação total²⁶¹. Porém, adverte-se para um problema gravíssimo que tendeu a permanecer no meio urbano nacional e, em particular, no potiguar: o alto peso da PEA urbana na PEA total. No Rio Grande do Norte, em 1970, este peso era de 45,1% e no de 1980, 59,8% (IPEADATA, 2008).

Por fim, deve-se acrescentar que a exemplo do restante do país e da região, também no Rio Grande do Norte as funções de “amortecedores sociais” de muitos dos subsetores do terciário, particularmente do comércio, foram ampliadas no período de 1970 a 1989, devido não apenas ter sido um período de crise permanente na economia nacional, que desaqueceu os investimentos industriais, mas, também, por conta do intenso processo de urbanização pelo qual passou as grandes regiões do país; e pelos anos de seca, sobretudo na década de 1970, que contribuíram para a migração da população de muitos estados nordestinos em direção às cidades de porte médio, notadamente suas capitais.

²⁶¹ Censos Demográficos de 1970 e de 1980.

Tabela 56 - Rio Grande do Norte - PIB do Setor de Serviços - Participação Regional e Nacional (%) 1970/1989

Subsetores de Serviços*	Ano									
	1970		1975		1980		1985		1989	
	RN/NE	RN/BR								
Terciário Total	5,10	0,65	5,38	0,65	5,42	0,70	5,38	0,85	5,51	0,79
Comércio	3,96	0,51	4,18	0,50	5,07	0,62	4,27	0,68	3,67	0,59
Transporte e Comunicação	5,16	0,57	5,81	0,63	5,53	0,68	5,28	0,65	6,67	0,92
Administração Pública	7,07	1,04	7,99	1,19	7,33	1,19	6,97	1,25	7,32	1,11
Aluguéis	5,49	0,69	5,25	0,66	5,03	0,69	4,36	0,63	4,55	0,47
Aloj. e Alimentação	-	-	-	-	-	-	6,58	1,29	6,37	1,12
Saúde e Educação	-	-	-	-	-	-	4,90	0,72	4,85	0,66
Serv. Domésticos	-	-	-	-	-	-	4,46	0,48	4,93	0,62
Outros serviços	4,26	0,47	4,53	0,44	4,62	0,55	1,73	0,21	1,05	0,15

FONTE: IBGE – Sistema de Contas Regionais; IPEADATA/IBGE. Elaboração Própria.

*Exclusive Intermediação Financeira.

4.4.2. Segundo Período: 1990/2005

Podemos começar a análise, para este período, registrando que dentre os setores da economia potiguar o terciário foi o que mais cresceu entre 1990 e 2005. O setor agrícola e o industrial cresceram respectivamente: 16,9% e 12,4%, contra um crescimento de 90,8% do setor de serviços²⁶². No que diz respeito aos pesos dos setores econômicos na constituição do PIB estadual, os setores industrial e agropecuário diminuíram seus pesos em respectivamente: 10,3% e 1,9%. Já o setor terciário teve seu peso aumentado em 12,2%²⁶³ (IBGE/CONTAS REGIONAIS).

O maior peso do setor de serviços, na periferia, pode estar envolto a um sem-número de fatores que caracterizam uma economia periférica, como por exemplo, um fraco desempenho das atividades produtivas dos demais setores econômicos, principalmente das atividades industriais. Observem que, entre 1990 e 2005, a contribuição dos setores agropecuário e industrial no PIB total do estado caem, ao passo que o do terciário se eleva bastante.

Analisando a estrutura do setor terciário potiguar com base nas Contas Regionais, como exposto na Tabela 57, observamos que o subsetor da administração pública teve seu peso diminuído no PIB terciário, entre 1990 e 2005, em -11,2%. O subsetor de comércio, embora tenha sofrido acentuada queda, entre 1990 e 2000 (em torno de -8,4%), aumenta seu peso no PIB setorial em 2,5%, quando nos detemos na análise da totalidade do período, 1990-2005.

A significativa queda das atividades comerciais entre 1990 e 2000, ocorreu devido ao fato de que durante o transcurso da segunda metade da década de 1990 ao ano de 2000, período em que a economia brasileira encontrava-se em franco processo de estabilização econômica, as ameaças de retomada do processo inflacionário, dado prioritariamente, o forte crescimento da demanda interna, levou as autoridades monetárias à adoção de medidas rigorosas de controle da demanda, através da redução dos gastos públicos, do

²⁶² Os referidos setores cresceram às seguintes taxas médias anuais: o agropecuário, à 1% a.a.; o industrial, à 0,9% a.a.; e o terciário, à 4,4% a.a.

²⁶³ Os setores econômicos tinham os seguintes pesos no PIB estadual: no ano de 1990, a agropecuária representava 7,5% e, no ano de 2005, 5,6%; o setor industrial, em 1990, perfazia 36,3% do PIB estadual e, em 2005, caiu para 26%; o terciário, em 1990, representava 56,2% do PIB estadual e, em 2005, 68,4%.

controle do crédito e do aumento dos juros, que afetaram o nível de atividade no comércio. Muito provavelmente, essas medidas também foram responsáveis pela diminuição do peso do subsetor de administração pública no PIB do setor terciário potiguar, devido, sobretudo, a política de cortes de gastos praticada pela administração pública que também foi pressionada, a partir do ano de 2000, pela Lei de Responsabilidade Fiscal²⁶⁴ que exigia maior controle sobre os gastos dos governos.

O subsetor de transporte e comunicação, como no período anterior, 1970-1989, teve seu peso, no PIB setorial, aumentado em 3%. O bom desempenho do subsetor de transporte e comunicação, no período de 1990-2005, relaciona-se, sobretudo, com o processo de modernização pelo qual passaram as atividades de comunicação depois das privatizações, culminando em uma verdadeira revolução tecnológica do setor no estado do Rio Grande do Norte, especialmente na área de telefonia móvel²⁶⁵.

Tabela 57 - Rio Grande do Norte - PIB do Setor de Serviços - Estrutura Setorial (% de Valor) - 1990/2005

Subsetores de Serviços*	Ano			
	1990	1995	2000	2005
Comércio	17,25	13,29	8,83	19,75
Transporte e Comunicação	8,15	6,68	9,93	11,17
Administração Pública	51,21	50,86	51,05	40,03
Aluguéis	10,48	15,87	19,95	13,65
Aloj. Alimentação	6,99	5,44	2,70	2,67
Saúde e Educação	4,89	6,37	6,18	2,87
Serv. Domésticos	0,49	0,84	0,66	2,19
Outros serviços	0,54	0,63	0,70	7,66
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: IBGE. Sistema de Contas Regionais. Elaboração Própria.

* Exclusive Intermediação Financeira.

²⁶⁴ Lei Complementar N°. 101 de 04 de maio de 2000.

²⁶⁵ De acordo com o Diagnóstico Macroeconômico do Rio Grande do Norte (2007), o segmento de telefonia celular, no Rio Grande do Norte, teve uma expansão de 11,7% a partir das privatizações.

Além do maior crescimento das atividades de comunicação, as atividades de transporte também foram significativamente modernizadas no estado, devido à ampliação do sistema de transporte rodoviário, ferroviário, marítimo e aéreo, motivada, pelo aquecimento do turismo, na década de 1990, pelo aumento das exportações das frutas tropicais, do maior aquecimento das atividades pesqueiras, que exigiram ampliação e modernização das atividades portuárias (de transporte e armazenamento) e em decorrência do próprio adensamento populacional na Região Metropolitana de Natal²⁶⁶.

O subsetor imobiliário e de aluguéis teve sua participação aumentada em 3,2% no PIB do setor terciário potiguar, entre 1990 e 2005. Foi o subsetor que mais aumentou o peso no terciário potiguar no período em análise. Esse subsetor está condicionado diretamente pelas últimas transformações derivadas do processo de urbanização que, por sua vez, acabou desencadeando outro processo, o de verticalização, que se acelerou desde o início da década de 1990²⁶⁷.

Apesar da crise que o segmento do turismo vem atravessando no Rio Grande do Norte, como registramos no parágrafo seguinte, as atividades urbanas que são próprias dele encontram-se significativamente concentradas na capital do estado e, muito provavelmente, contribuíram para elevar a participação dos aluguéis no PIB do setor terciário, pois “91,6% das agências de viagens, 47,7% dos meios de hospedagem, 46% dos equipamentos de alimentação e 80,9% das locadoras”, estão concentrados em Natal. (SETUR/RN, 2000 apud FONSECA, 2005, p.79).

O contrário ocorreu com o subsetor de alojamento e alimentação que sofreu uma queda de -4,3% de sua participação na conformação do PIB do setor terciário do estado entre 1990 e 2005. Essa queda pode ser relacionada ao mau desempenho que as atividades turísticas começaram a enfrentar desde o atentado terrorista de 11 de setembro de 2001, contra os Estados Unidos da América, mas que afetou o setor de turismo em dimensão internacional. Essa é a justificativa – inicialmente bastante sensata – de Fonseca (2005), que pesquisou o setor de turismo do Rio Grande do Norte no período de 1980 a 2005. A referida autora registrou que a receita derivada da atividade de turismo no Brasil, que

²⁶⁶ De acordo com o Diagnóstico Macroeconômico do Rio Grande do Norte (2007), o crescimento desse subsetor foi de 4,9% ao ano, durante o período de 1985 a 2004.

²⁶⁷ Entre 1985 e 2004, o subsetor de atividades imobiliárias e de aluguéis teve um crescimento de 4,4%, sendo bem superior à média do setor de serviços, que foi de apenas 2,9%.

equivalia a 4% do PIB brasileiro no ano de 2000, caiu acentuadamente para 2,5% do PIB brasileiro no ano de 2001, motivada pela crise que o terrorismo provocou no setor em todo o mundo.

Quanto ao subsetor de saúde e educação, se o analisarmos sem levar em consideração os dois anos das extremidades do período 1990-2005, verificaremos que sofreu uma pequena, porém, importante elevação no PIB do setor terciário do estado.

Como registrado na Tabela 57, tomando o subperíodo de 1990 a 2000, por exemplo, pode-se observar que o subsetor de saúde e educação teve seu peso no PIB do terciário potiguar aumentado em 1,3%. Mas, quando analisamos sua evolução considerando a totalidade do período 1990-2005, o que ocorreu, de fato, foi uma queda de -2,0% do seu peso no PIB setorial. Essa queda evidencia que o subsetor de saúde e educação ainda carece de muita atenção por parte das autoridades públicas e dos agentes privados. Estes serviços, não têm acompanhado, na mesma velocidade, o aumento da população do estado, sobretudo a urbana.

Com base nas informações subtraídas dos Censos demográficos de 1991 e de 2000, entre esses dois anos a população urbana do Rio Grande do Norte cresceu 22% e a população total, aproximadamente, 15%. Mais uma vez, lembramos que o saldo migratório do Rio Grande do Norte foi de -258.526 pessoas, em 1991, e de -29.513, no ano de 2000 (ver ANEXO 8 Tabela 8), o que contribuiu significativamente para diminuir a pressão sobre os problemas urbanos como, por exemplo, o desemprego e maior demanda sobre os, ainda insuficientes, serviços públicos de transporte, de educação e de saúde.

Mas, apesar do saldo migratório negativo que tem, historicamente, contribuído para amenizar muitos problemas sociais que surgem com o processo de urbanização, a PEA urbana cresceu 37,1% entre 1991 e 2000, o que representou um aumento de 4,2% do peso da PEA urbana na PEA total do estado no aludido período, enquanto a população ocupada urbana cresceu apenas 22,1%. O peso da população urbana ocupada na população total, que era de 71,1%, em 1991, aumentou para 74,6% no ano de 2000.

Em relação ao ano de 2000, temos algumas informações desagregadas sobre o emprego para alguns subsetores do terciário do Rio Grande do Norte. Nesse ano, o setor terciário era responsável por cerca de 60,4% da população a partir de 10 anos de idade ocupada no estado. Dos 60,4% ocupados no setor terciário potiguar, o subsetor de comércio

respondia por 15,8% e o de administração pública por 7,8% das ocupações. Os demais subsetores (saúde e educação, imobiliário e aluguéis, transporte e comunicações etc.) perfaziam 36,8% das ocupações do terciário potiguar (CENSO DEMOGRÁFICO, 2000).

Outras informações sobre os subsetores de serviços do Rio Grande do Norte relacionadas ao emprego foram trabalhadas por Fonseca (2005). A referida autora afirmou - com base nos dados do emprego formal, coletados do Ministério do Trabalho e Emprego e do banco de dados da Relação Anual de Informações Sociais (TEM/RAIS) -, que, entre 1996 e o ano de 2000, aumentou significativamente “o número de empregos formais gerados pelos segmentos de ‘alimentação’ (92,73%), ‘agência de viagem’ (34,41%) e ‘alojamento’ (18,51%).” (FONSECA, 2005, p. 149).

Por fim, ainda com base na Tabela 57, podemos observar que o subsetor de serviços domésticos foi um dos que teve seu peso no PIB do setor terciário aumentado. Considerando a totalidade do período 1990-2005, os serviços domésticos elevaram sua participação no PIB estadual em 1,7%. De acordo com o Diagnóstico Macroeconômico do Rio Grande do Norte (2007), realizado pela Consultoria Econômica e Planejamento (CEPLAN), o subsetor de serviços doméstico, dentre os subsetores de menor dinâmica de crescimento, no período de 1985-2004, foi o que manifestou maior crescimento no Rio Grande do Norte quando observado o índice de crescimento do seu PIB.

Partindo do ano de 1985, de base 100, atingiu 220 em 1997 (o pico do período 1985-2004), e depois caiu para aproximadamente 200, em 2004. Quanto ao índice de crescimento, o subsetor que mais se aproximou do de serviços domésticos foi o subsetor de comércio, que partindo da base 100, no ano de 1985, atingiu 180, em 2004 (ver ANEXO 9 Gráfico 1).

Na Tabela 58, podemos ver que o peso do PIB do setor terciário do Rio Grande do Norte nos PIBs dos setores terciários da região Nordeste e do Brasil, sofreu pouca evolução no período de 1990-2005. Em relação à região Nordeste, teve seu peso elevado em apenas 0,7% e em relação ao setor terciário do Brasil, seu peso permaneceu praticamente o mesmo, pois aumentou em apenas 0,04%.

Quando analisamos os pesos dos subsetores do terciário potiguar nos subsetores do terciário da região, observamos também pequenos aumentos apenas de alguns subsetores. Entre os subsetores do terciário potiguar que elevaram, ainda que muito pouco, seus pesos

nos respectivos subsetores regionais estão: serviços domésticos, 2,3%; comércio, 2,2%; imobiliário e aluguel, 1,4%; e administração pública, 0,16%. Os que tiveram os pesos de seus PIBs diminuídos foram: alojamento e alimentação, -1,7%; saúde e educação, -0,9%; e transporte e comunicação, -0,3%. Acreditamos que é desnecessário fazer a análise relativa ao peso dos subsetores do terciário potiguar nos respectivos subsetores nacionais, dado a pouca influência que os PIBs dos subsetores do Rio Grande do Norte desempenham em relação aos PIBs dos subsetores nacionais, bastando, para esse reconhecimento, observar os dados da Tabela 58.

Em seguida, analisaremos a relação das migrações estaduais com o processo de urbanização.

Tabela 58 - Rio Grande do Norte - PIB do Setor de Serviços - Participação Regional e Nacional (%) 1990/2005

Subsetores de Serviços*	Ano							
	1990		1995		2000		2005	
	RN/NE	RN/BR	RN/NE	RN/BR	RN/NE	RN/BR	RN/NE	RN/BR
Terciário Total	5,97	0,91	6,15	0,86	6,60	0,95	6,69	0,95
Comércio	4,15	0,66	3,94	0,56	3,53	0,52	6,33	0,90
Transporte e Comunicação	6,34	0,88	5,82	0,81	6,75	0,94	6,04	0,69
Administração Pública	7,80	1,29	7,82	1,32	8,28	1,46	7,96	1,47
Aluguéis	5,03	0,56	6,03	0,55	6,85	0,69	6,4	0,84
Aloj. Alimentação	6,87	1,32	6,04	1,11	4,68	0,76	5,13	0,91
Saúde e Educação	5,37	0,80	6,34	0,87	7,13	1,03	4,59	0,54
Serv. Domésticos	4,02	0,55	5,63	0,77	5,16	0,64	6,33	0,99
Outros serviços	0,91	0,16	1,13	0,19	1,30	0,21	5,74	0,60

FONTE: IBGE – Sistema de contas Regionais. Elaboração Própria.

*Exclusive Intermediação Financeira.

4.5. As migrações norte-riograndenses

Inicialmente, faremos três advertências. A primeira é que a análise que se segue foi realizada através de informações capturadas dos censos demográficos. A segunda é que essa análise estará adstrita ao período de 1940 a 2000. A terceira é que nossa atenção foi

quase que totalmente direcionada para o processo de migração do estado do Rio Grande do Norte.

Como os demais estados da Região Nordeste, o Rio Grande do Norte tem sido historicamente expulsador de população. Entre 1940 e 2000, 1.600.668 potiguares emigraram (ver ANEXO 10 Tabela 9). Daquele montante, 43,9% tiveram como destino a Região Sudeste, especificamente, os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro que receberam, respectivamente, 46,3% e 39,9% dos migrantes potiguares.

É curioso o fato de que entre 1940 e 1960, período que, em São Paulo, fatores de atração, como grande urbanização e intenso processo de industrialização, eram mais expressivos *vis-à-vis* os demais estados da federação, não foi para São Paulo que se dirigiu a maior parte da população migrante potiguar. Entre 1940 e 1960, dos 348.350 migrantes potiguares, 23,7% dirigiram-se à Paraíba, 13,5% para o Ceará, e, aproximadamente, 8,8%, para Pernambuco. Para São Paulo foram apenas 9,4% dos potiguares que migraram, indicando, conforme discussão do comércio interestadual feita no capítulo 2, que a integração com o centro da economia nacional ainda não se manifestara com intensidade que se verificaria a partir de 1970.

O fenômeno da *Marcha para o Oeste*, que tomou força entre 1940 e 1960, não atraiu maiores levas de potiguares uma vez que, nesse mesmo período, o estado do Maranhão era a grande fronteira agrícola nordestina, o que, de certa forma, funcionou como mais uma opção de migração para os norte-riograndenses.

Apesar dessa opção de migração dentro da própria Região Nordeste, para o Maranhão migraram apenas 13.170 potiguares, o que perfazia apenas 3,8% do total de migrantes norte-riograndenses entre 1940 e 1960. Para o Mato Grosso e Goiás, migrou uma proporção um pouco maior de potiguares no aludido período: 4,8%.

Nem mesmo os difíceis períodos de seca que ocorreram na maior parte do Nordeste, sendo mais intensas no Ceará, no Rio Grande do Norte e na Paraíba, na década de 1950, expulsaram os potiguares da região. Para os demais estados nordestinos, entre 1940 e 1960, migraram 181.976 norte-riograndenses, ou seja, aproximadamente, 52,2% dos migrantes potiguares.

Entre 1940 e 1960, entraram 205.544 nordestinos no Rio Grande do Norte. Esse fluxo de migração entre o Rio Grande do Norte e o Nordeste resultou em um saldo líquido

positivo para o estado em torno de 23.568 pessoas. O estado da Paraíba foi responsável por 80,7% das entradas de nordestinos. Contrapondo as migrações potiguares às de cada estado da região isoladamente, o Rio Grande do Norte teve saldo líquido positivo em relação a Alagoas (418 pessoas), a Sergipe (48 pessoas), além da Paraíba, como já exposto anteriormente. Obteve saldos líquidos negativos em relação ao Ceará (-25.015 pessoas), a Pernambuco (-17.657 pessoas), ao Maranhão (-12.349 pessoas), à Bahia (-3.727 pessoas) e ao Piauí (-1.404 pessoas).

Ou seja, em relação ao Nordeste, entre 1940 e 1960, o Rio Grande do Norte atraiu mais contingente populacional do que expulsou. A explicação para esse fato pode estar relacionada ao intensivo processo de urbanização e de desenvolvimento econômico que ocorreu no estado, impulsionados pelos eventos políticos e econômicos oriundos da Segunda Guerra Mundial, a partir do primeiro quinquênio da década de 1940, e ao próprio período de grande expansão da economia brasileira que deu origem à integração da economia potiguar à nacional. Lembramos que, entre 1940 e 1960, a economia potiguar mais que triplicou o seu PIB. Cresceu a uma taxa média de 5,8% a.a. (IBGE/CENSO ECONÔMICO DE 1940 e 1960).

O Rio Grande do Norte teve saldo líquido negativo com todos os estados da Região Sudeste. Foram 103.125 potiguares que migraram para o Sudeste contra 4.238 sudetinos que migraram para o Rio Grande do Norte, entre 1940 e 1960. Também teve saldo negativo com a totalidade dos estados da Região Sul. Migraram para a Região Sul 7.718 potiguares, contra, apenas, a entrada de 829 sulistas no Rio Grande do Norte.

O fluxo de migração entre o Rio Grande do Norte e os estados da Região Norte também resultou em saldo negativo para o primeiro. Entre 1940 e 1960, 38.758 potiguares migraram em direção ao Norte. Na contramão desse movimento, entraram no estado apenas 3.335 nortistas. Por fim, o Rio Grande do Norte também teve saldo negativo de migração em relação à Região Centro-Oeste que, entre 1940 e 1960, era composta apenas pelos estados do Mato Grosso e do Goiás. Entraram no Rio Grande do Norte 265 migrantes provenientes da Região Centro-Oeste e migraram do Rio Grande do Norte em direção ao Centro-Oeste, 16.773 potiguares.

A partir de 1970, quando se intensifica a integração econômica do Rio Grande do Norte ao mercado nacional, as migrações potiguares para São Paulo e Rio de Janeiro se

intensificaram significativamente. Se compararmos os montantes de potiguares que migraram para São Paulo e Rio de Janeiro na década de 1940 com os montantes que migraram na década de 1970, podemos concluir que cresceram em mais de oito vezes em direção ao estado de São Paulo e em mais de três vezes em direção ao estado do Rio de Janeiro.

Com base na Tabela 8 (ANEXO 8), podemos afirmar que tanto São Paulo quanto o Rio de Janeiro foram os estados que mais receberam migrantes potiguares entre 1970 e 2000. Dividindo esse longo período em dois, teremos duas fases da economia brasileira completamente diferentes. A que vai de 1970 a 1980²⁶⁸, e o período de 1991 a 2000, fase de mudança e consolidação de outro padrão de acumulação, o neoliberal. No primeiro período, 1970-1980, as migrações do Rio Grande do Norte em direção ao Sudeste foram um pouco mais intensas do que no segundo, 1990-2000. (ver ANEXO 8 Tabela 8)

Para São Paulo, entre 1970 e 1980, migraram 133.845 norte-riograndenses; para o Rio de Janeiro, 128.488; para Minas Gerais, 41.706; e para o Espírito Santo, 1.994. Ou seja, apesar de mais de uma década de industrialização dos estados periféricos, dada a grande desconcentração industrial que beneficiou inclusive o Rio Grande do Norte e gerou fatores de atração fora do Sudeste, ocorrida entre 1970 e 1980, o fluxo de migração rumo àquela região foi maior do que o ocorrido entre 1940-1960, como mostramos anteriormente. No entanto, os números indicam que a despeito da desconcentração produtiva, o Sudeste continuaria exercendo forte atratividade sobre os emigrantes nordestinos.

Por isso, a despeito dos efeitos negativos das políticas neoliberais sobre o desenvolvimento econômico nacional, particularmente sobre os estados mais industrializados da Região Sudeste, as migrações potiguares em direção à região e, principalmente, em direção ao Rio de Janeiro e São Paulo, aumentaram significativamente entre 1991 e 2000. Nessa década, migraram para o Sudeste 292.869 norte-riograndenses dos quais 54,1%, tiveram como destino o estado de São Paulo, e, aproximadamente 36,0%, o Rio de Janeiro.

Em relação às migrações norte-riograndenses na própria região, pode-se afirmar que os maiores fluxos continuaram concentrados em direção à Paraíba, ao Ceará e ao estado de

²⁶⁸ Advertimos que o período de 1970-1980 engloba dois momentos bem distintos da economia brasileira. Um, considerado desenvolvimentista, que ocorreu entre 1970 e 1979 e, outro, de crise do endividamento externo, que ocorreu exatamente na década de 1980.

Pernambuco. Para o conjunto desses estados, entre 1970 e 1980, migraram 191.991 nordestinos. Desse montante, 43,9% teve como destino o estado da Paraíba, 30,7%, o Ceará e, 25,4%, o estado de Pernambuco. Para os mesmos estados, no período de 1991-2000, migraram 138.912 potiguares, sendo que, como no período anterior, a maior proporção foi para a Paraíba, cerca de 44,0%. O Ceará recebeu 33,3% e, Pernambuco, 22,8%.

Entre 1970 e 2000, o Rio Grande do Norte obteve saldo líquido negativo de -43.394 pessoas em sua relação migratória com a Região Norte. Do total de nortistas que migraram para o território potiguar (14.384 pessoas), o estado do Pará foi responsável pela entrada de 49,2% e o estado do Amazonas por 26,6%. O saldo migratório do Rio Grande do Norte com esses dois estados foi respectivamente de: -20.987 e -4.808 pessoas.

O fluxo migratório entre a Região Sul e o estado do Rio Grande do Norte, também resultou, no período de 1970 a 2000, em saldo líquido negativo para o Rio Grande do Norte de -14.642 pessoas. Nesse período, 20.964 potiguares migraram para a Região Sul e apenas 6.322 sulistas migraram para o Rio Grande do Norte.

Em relação ao Centro-Oeste, o fluxo migratório também resultou em saldo negativo para o Rio Grande do Norte, o que ratifica sua característica de expulsador. Para o Centro-Oeste, no período 1970-2000, emigraram 179.605 potiguares e imigraram apenas 13.621 pessoas. O avanço da agropecuária da Região Centro-Oeste, sobretudo do estado de Goiás e a expectativa de maiores e melhores oportunidades de emprego na capital nacional podem explicar parte desse resultado. Observamos que dos potiguares que migraram, entre 1970 e o ano de 2000, 51,5% dirigiram-se ao estado de Goiás e, 38,0%, ao Distrito Federal.

De um ponto de vista mais geral, é flagrante que os maiores percentuais de migrantes potiguares ocorreram em um dos períodos mais difíceis da economia brasileira, entre 1980 e 1991, ou seja, do período da crise do endividamento aos primeiros anos de neoliberalismo no país. A Tabela 10 (ANEXO 11) ajuda a entender que só em 1980 migraram 22,7% da população total do estado e, em 1991, 19,0%.

No ano de 2000, a migração potiguar caiu acentuadamente para 4,4% de sua população em decorrência, muito provavelmente, do limitado crescimento das regiões mais desenvolvidas, do maior processo de urbanização do Rio Grande do Norte - que, de certa forma, tem criado algumas oportunidades de emprego -, pela falta de segurança nos grandes

centros urbano, como Rio de Janeiro e São Paulo etc. Nessa nova fase, as iniciativas das autoridades governamentais para colocar em prática políticas econômicas que estimulassem, em âmbito nacional, a produção e a geração de renda foram bastante limitadas e significativamente focalizadas em alguns setores econômicos e em benefício de alguns agentes sociais. Nela, os interesses do capital *rentier* sobrepuseram-se aos grandes interesses nacionais, caminhos, aliás, percorridos pelas elites e boa parte das autoridades nacionais desde o período que se convencionou chamar de “crise do endividamento”.

Por fim, ressaltamos que as migrações são importantes, sobretudo para estados como o Rio Grande do Norte, de limitadas oportunidades de emprego, pois ajudam a dissipar as grandes tensões sociais, servindo assim, como amortecedores sociais, de acordo com Cano (2008), como já registramos na seção sobre o setor terciário.

4.6. Região Metropolitana de Natal (RMN)²⁶⁹: centro dinâmico da economia estadual

Neste tópico temos como objetivo analisar a importância e o papel da Região Metropolitana de Natal (RMN) para o desenvolvimento econômico e social do estado. Ou seja, parte-se da hipótese de que, embora ocorram várias atividades produtivas dispersas pelo território potiguar como a mineração, a fruticultura, a carcinicultura e o petróleo, os fatores determinantes de uma dinâmica capitalista mais intensa (como densidade de mercado; suporte de infra-estrutura de estradas, porto e aeroporto, oferta de serviços específicos para atender às demandas da reprodução do capital e do trabalho, lazer e cultura etc.) estiveram historicamente concentrados na capital do estado. Assim, este tópico ainda tem a pretensão de ratificar que, a exemplo do passado desenvolvimentista (1930-1980), a Região Metropolitana de Natal continua concentrando a maior parte das atividades produtivas mais dinâmicas em termos estaduais e que, neste espaço metropolitano, o município sede é o principal pólo regional.

²⁶⁹ A RMN foi instituída em 16 de janeiro de 1997 pela Lei Complementar Nº. 152. Foi preliminarmente composta pelos seguintes municípios: Natal, Parnamirim, Macaíba, Extremoz, São Gonçalo do Amarante e Ceará-Mirim. No ano de 2002, através da Lei Complementar Nº. 221, dois novos municípios foram incorporados à sua jurisdição: São José do Mipibu e Nísia Floresta. Mais recentemente o município de Monte Alegre passou a fazer parte da mesma através da lei Complementar Nº. 315 de 30 de novembro de 2005.

É preciso analisar as especificidades da construção social do espaço metropolitano de uma região periférica de um país subdesenvolvido. A construção de determinado espaço é produto das relações sociais de produção. É em determinado espaço físico onde as classes sociais se debatem para colocar em prática suas próprias reproduções, enquanto seres humanos, de uma forma mais concreta, e mesmo enquanto classes numa sociedade estratificada como a capitalista. São diferentes e variadas as consequências desse processo para as diferentes classes sociais. Não se trata de uma discussão teórica sobre o espaço urbano, mas sim de um questionamento sobre alguns determinantes de formação desse espaço específico e da importância do mesmo para o conjunto da sociedade norriograndense.

Por suas características econômicas, sociais e geográficas, o Rio Grande do Norte é um dos estados mais pobres da federação onde se encontra um padrão industrial de baixo grau tecnológico, alto índice de desemprego, baixo nível de escolaridade, falta de planejamento urbano etc. Mais de 90% do território do estado encontra-se no semi-árido num perímetro que vai do interior ao litoral. Com poucas faixas férteis de terras, sua agricultura é preponderantemente de subsistência²⁷⁰ e sua pecuária bastante dependente dos projetos sociais do estado e de alguns municípios.

Outro problema que merece atenção é a ineficácia das políticas de manutenção do homem no campo por falta de cooperação entre as esferas de políticas públicas federal, estadual e municipal, impossibilitando que se solucionem alguns problemas específicos de reprodução social naquele espaço. Há municípios sem condições mínimas de atender suas populações no que tange aos serviços públicos essenciais e obrigatórios como: saúde, saneamento básico, educação etc. Tudo isso tem funcionado como fator propulsor da migração na direção da RMN, onde se encontra melhor infra-estrutura e os mais qualificados equipamentos públicos e privados. Além de atender à demanda populacional interna supre, com sua oferta de serviços e sua maior complexidade terciária, as necessidades de significativa parcela dos municípios do estado, embora exista uma tendência à deteriorização em sua quantidade e qualidade. Por esse motivo, dentre outros

²⁷⁰ Com exceção do Vale do Assú, onde existe um importante projeto de irrigação de frutas tropicais, e em outros poucos municípios onde a agricultura de sequeiro (a de maior sucesso diz respeito à cultura do caju) vem sendo praticada há algumas décadas.

como se verá, a RMN constitui-se no mais importante *locus* de reprodução social do Rio Grande do Norte.

Além dos fatores naturais, como as secas, que expulsaram, com certa regularidade histórica, parcelas significativas das populações do interior em direção à RMN, outros de natureza econômica, como, por exemplo, a bancarrota de atividades produtivas como a cultura algodoeira e da economia mineral (scheelita) na região do Seridó e a grave crise que pairou sobre a produção de sal do estado (no Litoral Oriental) são fatores que contribuíram para a expulsão de muitas famílias daquelas áreas e pelo aumento da concentração urbana da RMN. O efeito imediato dessas emigrações, mas não o único, é o inchamento de “centros urbanos” que não foram planejados para atender à estas demandas. Em Natal – cidade 100% urbana – “a concentração populacional cresceu de 24,28 hab./ha, em 1980, para 35,26 hab./ha em 1991. Em 1996, a capital apresentava uma densidade demográfica de 3.861,3 hab./km² seguida pela cidade de Parnamirim com 608 hab./km² (CLEMENTINO, 2001). Todavia, o último Censo Demográfico (2000) nos permite entender a mais recente configuração desse processo.

Com base no Relatório sobre a “Análise da Estrutura Intra-Metropolitana de Natal” do Observatório das Metrôpoles (2006), comprovou-se que a RMN em geral, e alguns de seus municípios em particular, são grandes atratores de migrantes de todo o estado além de alguns dos municípios metropolitanos terem a capacidade de atrair a população de outros municípios que compõem a referida região. Observe-se a Tabela 59. Nela estão em relevo os municípios de Parnamirim e de São Gonçalo do Amarante com altos percentuais de imigração na população residente: 34,9% e 20,2%, respectivamente. O fato é que “juntos são responsáveis por 38,3% de todos os imigrantes da Região Metropolitana de Natal no período 1995-2000 (...)” (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2006). Natal, em termos relativos, apresenta um baixo indicador de imigração (9,6%) em sua população residente *vis-à-vis* aos dois municípios anteriormente citados, porém foi responsável por quase metade da imigração registrada entre os municípios que conformam a RMN. Sobressaem, ainda, na referida tabela os municípios de Extremoz e Nísia Floresta, ambos com 16,7% de imigrantes em suas populações residentes de 5 anos e mais de idade.

De acordo com o referido relatório, aproximadamente 70% dos imigrantes da própria RMN tem como destino os municípios de Parnamirim e São Gonçalo do Amarante

sendo que o primeiro recebeu cerca de 50,5% dos imigrantes da Região entre 1995-2000. Nos demais municípios, o maior percentual de imigrantes tem como origem outras regiões e municípios do estado, são eles: Ceará-Mirim (44,5%); Natal (40,4%); Macaíba (39,1%); São José de Mipibu (35,8%).

TABELA 59* – Municípios da Região Metropolitana de Natal por População Residente de 5 Anos e Mais de Idade e Imigrantes de Data Fixa – 2000

Nível de Integração	Municípios	Pessoas residentes		Proporção de imigrantes de data fixa
		5 Anos e Mais de Idade	Imigrantes de data fixa ¹	
Baixo	Ceará-Mirim	55.035	3.840	7,0
Médio	Extremoz	17.198	2.872	16,7
Médio	Macaíba	48.941	6.364	13,0
Pólo	Natal	648.300	62.418	9,6
Baixo	Nísia Floresta	16.731	2.790	16,7
Muito Alto	Parnamirim	111.320	38.855	34,9
Alto	São Gonçalo do Amarante	61.126	12.358	20,2
Baixo	São José de Mipibu	30.737	4.054	13,2
	Total	989.388	133.551	13,5

FONTE: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

NOTA: (¹) Refere-se ao número de imigrantes de 5 anos e mais de idade que realizou migração no período 1995-2000.

*Tabela subtraída do Relatório de Pesquisa: Análise da Estruturação Intra-Metropolitana de Natal (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2006, p. 27).

Pelos indicadores apresentados acima, fica bastante claro que Natal centraliza a maior parte dos processos de imigração que se manifestam na região metropolitana. Isso ocorreu (e ocorre) pelo fato de reunir a maior e melhor infra-estrutura produtiva e de serviços do estado como: os serviços financeiros, de saúde e educação; esporte e lazer; centros de compras; por ter a mais diversificada rede de serviços de hotelaria da RM, quase que totalmente concentrada entre o centro da cidade, a extensão da “via Costeira” e o Bairro de Ponta Negra; por ainda ter, a maior e mais bem equipada estrutura de conferências nacional e internacional; por ter uma malha viária de acesso a todas as rotas de turismo do estado, tendo-se como destino o Norte ou o Sul do mesmo, evidenciando como Natal é um ponto de partida importante. Esses são os fatores, ou melhor, os atratores urbanos que se encontram concentrados no município pólo e não é por outra razão que assumiu o *status* de pólo da Região Metropolitana.

É importante dar relevo a esses fatores atratores porque são os que permitem que este ou aquele município tenha o comando da acumulação capitalista estadual, que quase sempre também tem ligação com a capacidade de possuir maior poder de decisão política. Aqueles fatores garantem ao município destaque na “hierarquia dos lugares” em termos regionais. Para além disso, reforça a posição de liderança de Natal o fato de ser a sede do governo do estado.

O município pólo também tem sido o destino da grande maioria dos imigrantes provenientes de fora do estado. De acordo com o Relatório da Estrutura Intra-Metropolitana de Natal, 30.473 pessoas de 5 anos e mais de idade, provenientes de fora do estado, fixaram residência em Natal entre 1995 e 2000. Esse valor representava 68,1% de toda imigração interestadual e internacional em direção a RMN. Também correspondiam a 48,8% do total de imigrantes que fixaram residência no referido município no período anteriormente citado.

Além de Natal, destacou-se na recepção dos imigrantes interestaduais e internacionais o município de Parnamirim com 8.510 imigrantes, que correspondiam a 19% dos imigrantes que adentraram à RMN. Esse total absoluto ainda correspondia a 21,9% de todos os imigrantes que fixaram residência em Parnamirim no período em pauta. Atente-se para o fato de que, nos demais municípios, esse tipo de imigração foi significativamente menor, mas, ainda assim, em termos absolutos atingiu certa relevância para os municípios de São Gonçalo do Amarante (1.381), São José de Mipibu (1.105) e Macaíba (1.074).

É importante ressaltar que esses valores absolutos tinham grande peso no total de imigrantes provenientes de todas as partes (de fora do estado, de outras regiões do estado e da própria Região Metropolitana). Levando em consideração esses totais, destaca-se, especialmente, os municípios de Nísia Floresta, com 29,4%; o de São José de Mipibu com, 27,3%; e o de Extremoz com, 23,9% (ver Tabela 60).

Em verdade, os municípios supracitados têm sido beneficiários imediatos da vasta estrutura física urbana que se estende do território de Natal em direção aos mesmos, sobretudo, São Gonçalo do Amarante e Parnamirim. Este último, por exemplo, possui um nível de interação com RMN considerado muito alto. Oferece serviços públicos de qualidade muito próxima aos serviços ofertados pelo município pólo, porém a preços mais

acessíveis às massas e às classes médias²⁷¹; é sede do aeroporto internacional e, portanto, de várias empresas que prestam serviços os mais diversos às empresas aéreas e aos órgãos públicos e privados que atuam na área devido às demandas do aeroporto, e sede das forças armadas que, ali, mantém uma base de treinamento.

TABELA 60*- Municípios da Região Metropolitana de Natal segundo Imigrantes de Data Fixa por Origem – 2000

Nível de Integração	Municípios	Imigrantes de data fixa por origem ¹				Total
		Interestadual ou outros países	Intra-estadual		Origem não identificada	
			Outros municípios	Intra-metropolitano		
Baixo	Ceará-Mirim	672	1.710	1.310	147	3.840
Médio	Extremoz	686	470	1.658	59	2.872
Médio	Macaíba	1.074	2.491	2.409	390	6.364
Pólo	Natal	30.473	25.200	4.312	2.432	62.418
Baixo	Nísia Floresta	821	676	1.209	84	2.790
Muito Alto	Parnamirim	8.510	9.113	20.442	790	38.855
Alto	São Gonçalo do Amarante	1.381	2.872	7.823	282	12.358
Baixo	São José de Mipibu	1.105	1.450	1.310	189	4.054
	Total	44.721	43.982	40.473	4.374	133.551

FONTE: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

NOTA: (¹) Refere-se ao número de imigrantes de 5 anos e mais de idade que realizou migração no período 1995-2000.

*Tabela subtraída do Relatório de Pesquisa: Análise da Estruturação Intra-Metropolitana de Natal (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2006, p. 28).

Quanto ao grau de integração dos municípios, não achamos prudente fazer um exercício de análise futura como a que foi iniciada no Relatório sobre a RMN do Observatório das Metrôpoles (2006), mais especificamente, na página 29. No referido documento, foi iniciada uma boa, mas enigmática, discussão sobre as possibilidades de interação futura dos diferentes municípios à RMN tendo-se como ponto de partida os níveis de integração atual (baixa integração, média, alta e muito alta). Ora, esse é um fenômeno processual. É o “urbano em processo”! Portanto, sua forma futura pode se diferenciar demasiadamente da presente o que dependerá de inúmeros fatores, inclusive do tipo de política pública que seja direcionada para cada município, em particular, ou para a RMN, como um todo, alterando, assim, os níveis de integração dos municípios àquele núcleo metropolitano.

²⁷¹ É comum, por exemplo, moradores de regiões do município de Natal que conurbam com o município de Parnamirim utilizarem os serviços públicos deste último município, pois seus impostos e taxas são bem mais baixos.

Neste sentido, a própria hegemonia de alguns seguimentos econômicos e sociais do município pólo, ou mesmo da RMN, pode ser colocada em xeque, pois embora a RMN tenha a melhor infra-estrutura econômica e social do estado, a tendência é de uma progressiva saturação da mesma devido ao “sobre-uso” ocasionado pela demanda de outros municípios situados além da Grande Natal. Assim, é flagrante que, apesar da moderna legislação do espaço urbano, o processo de urbanização corrente na Região Metropolitana de Natal é um tanto dilapidador do meio ambiente e transgressor das normas contidas em diversos Planos Diretores do município pólo. Nesse, por exemplo, as dunas estão sendo tomadas pela especulação imobiliária, os manguezais, no entorno da cidade, estão demasiadamente depredados e, nos demais municípios que compõem a RMN, as poucas indústrias existentes contribuem, notadamente, para a degradação do meio ambiente, dos lençóis freáticos ao ar.

Soma-se aos problemas expostos acima, a ainda incipiente participação da sociedade civil no processo de detecção, de discussão, de encaminhamento de propostas e de formulação de políticas públicas que a beneficie diretamente. Por esses motivos, aquelas políticas que incorreram em maior impacto foram formuladas e direcionadas para atender às necessidades de acumulação de alguns parques capitais como, por exemplo, os que tiveram acesso ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROADI) que concede às empresas que se instalam na RMN financiamentos equivalentes a 65% do ICMS devido, como já registrado anteriormente.

Composta por nove municípios e abrangendo uma área de 2,7 mil km², a RMN é, sem dúvidas, o pólo econômico e urbano do estado do Rio Grande do Norte. Sua área corresponde a 5,2% do território do estado, onde se encontra uma população estimada, pelo Censo Demográfico de 2000, em 1.043.321 habitantes, o que corresponde a 49,2% da população do Estado do Rio Grande do Norte.

Em Natal, município sede da Região Metropolitana (RM) e do governo do estado, também estão concentrados os três maiores orçamentos públicos do Rio Grande do Norte, são eles: o do governo do estado, o da Universidade Federal e o da prefeitura do município, o que confere ao município de Natal uma propensão à liderança, econômico-política, dentro do que se entende por RMN. Ainda neste município encontra-se instalada uma significativa rede de serviços – como já abordada anteriormente –, desde o comércio ao turismo, que a

partir da década de 1940 – com a presença dos norte-americanos durante o período da 2ª Guerra Mundial –, mostrou-se significativamente promissor. Esse setor foi beneficiado, na década de 1970, pela Política Nacional de Turismo (BNB/SUDENE) que integrou o estado à malha do turismo nacional.

Entretanto, foi na década de 1980 que o setor se consolidou. Os investimentos desencadeados naquele período modificaram sobremaneira a infra-estrutura hoteleira integrando a RMN ao turismo internacional. Vale registrar que, o setor de turismo passou a ser uma atividade desencadeadora de outras atividades dentro do setor de serviços. De acordo com Clementino (2001), o “boom” turístico a partir de 1980 deu um maior impulso às atividades como: hotelaria e alojamento, higiene pessoal, diversão e lazer, conservação de edifícios etc. O setor da construção civil também foi dinamizado pelas atividades de turismo. Este último fato criou alguns problemas para os dias atuais dada a grande especulação imobiliária corrente nos bairros mais servidos pela infra-estrutura urbana pública e privada e na maior parte do território litorâneo do estado, sendo, hoje, um dos fenômenos responsáveis pela exclusão social na RMN e, portanto, tem influenciado de forma significativa o processo de urbanização em curso na mesma²⁷².

Em Natal, por exemplo, o conflito imobiliário envolve: empreiteiros, corretores, arquitetos e técnicos e órgãos de fiscalização. Em contrapartida, verifica-se que, na RMN, a ocupação das áreas periféricas tem aumentado, sendo típico, nas mesmas, um significativo número de habitações irregulares, favelas, vilas e submoradias (NATAL 2015, 2001).

Observando o mapeamento da cidade de acordo com a renda das famílias, fica claro que nas áreas em que a renda familiar é menor se verifica a ocorrência de deficiência de infra-estrutura e um maior registro de favelas e áreas de ocupação irregulares. De acordo com o Relatório Natal 2015, o crescimento das favelas ocorreu em todas as regiões administrativas,

(...) principalmente na Região Administrativa Norte, pela disponibilidade de áreas livres, situadas no interior ou nas proximidades dos conjuntos habitacionais. Entretanto, a maior concentração – cerca de 35%, acontece na Região Administrativa Oeste, que também é a mais carente economicamente, em Natal. (NATAL 2015 apud PAZ, 2001, p. 62.)

²⁷² Ver mais sobre o assunto em Edna Furtado (2005).

Atualmente, existem na cidade de Natal aproximadamente 118 loteamentos irregulares. A maior ocorrência encontra-se exatamente na Região Administrativa Norte seguida pela Região Administrativa Sul. Significativa parte dessas áreas é de proteção ambiental, conhecidas como “Áreas de Preservação Permanente”, como: dunas, estuário, mangues, rios, riachos, lagoas e praias. Esse fato comprova que o processo de urbanização em curso na RMN é bastante predatório. Vale registrar que, antes do Plano Diretor de Natal ter sido elaborado, em 1994, essas áreas não eram incluídas no planejamento urbano da cidade, pelo fato de serem consideradas áreas ilegais. Todavia, são exatamente nessas áreas onde a infra-estrutura encontra-se mais deficitária.

De acordo com Paz (2001), na década de 1990, a maior parte dos conjuntos habitacionais foi construída por empresas privadas, pela Cooperativa Habitacional dos Servidores do Rio Grande do Norte (COPHAB) e pelo Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOOCOP). Um dos maiores conjuntos construído entre 1990 e 1991 – Conjunto Parque dos Coqueiros – teve o incentivo federal via Caixa Econômica, atendendo, assim, às camadas médias da população.

A carência de infra-estrutura nesses adensamentos populacionais tem provocado desequilíbrios tanto nos ecossistemas da cidade como nas condições de vida da população. O fato é que, naquelas aglomerações, os serviços públicos não são oferecidos na mesma velocidade que são demandados. Embora tenham sido construídos para atender às demandas de uma parcela menos popular, paira sobre esses conjuntos a quase inexistência de saneamento, pavimentação, coleta regular do lixo, além de serem assistidos por um sistema de transporte público demasiadamente insuficiente, mais um obstáculo que leva à segregação social no espaço metropolitano potiguar²⁷³.

Na verdade, o processo de urbanização da Região Metropolitana de Natal, a exemplo de outras regiões do país, se por um lado criou várias facilidades à reprodução da sociedade em geral, por outro, também tem contribuído para maior aprofundamento da segregação social. Até 1982, existiam na cidade de Natal 27 favelas reconhecidas pelas autoridades públicas. Atualmente, existem mais de 40 favelas, o que consubstancia-se em um indicador negativo do processo de urbanização pela qual tem experimentado a cidade e

²⁷³ Atualmente (2008), alguns desses serviços são oferecidos, como, por exemplo, a coleta regular do lixo, água encanada e serviços de esgotos, embora ainda de forma precária.

sua RM nos últimos 15 anos (PAZ, 2001). Edna Furtado (2005), analisando o desenvolvimento das atividades turísticas da cidade, enfatizou que nos últimos anos os bairros mais abastados, os de classe média e os de classe média alta, foram os mais beneficiados pelas melhorias em suas infra-estruturas devido suas localizações em áreas, geralmente, de turismo ou de acesso aos equipamentos que servem diretamente a esse setor e de serviços (bares, restaurantes, centros de cultura, centros de compras, concessionárias de veículos, serviços de escritórios etc.) que estão, em grande quantidade, concentrados nos mesmos.

No caso da RMN parece que o modelo econômico, concentrador e exclutor por excelência, tem servido aos desígnios de uma elite que ocupava – e ocupa – o espaço urbano através, inclusive, de seus propalados Planos Diretores. Estes últimos foram defendidos por serem considerados uma forma racional de organizar o processo de urbanização da cidade a favor de todos. Faz-se, portanto, necessária uma rápida incursão nas principais pretensões de tais planos, colocados em prática no município pólo da Região Metropolitana de Natal.

4.7. Urbanização conservadora: a gênese da mercantilização do espaço social na Região Metropolitana de Natal

Neste tópico, fazemos uma breve análise das iniciativas de urbanização idealizadas pelos agentes sociais no município pólo que deu origem a alguns Planos Diretores.

Desde o início do século XX, Natal tem sido contemplada com diversos Planos Diretores. Em 1901, por exemplo, por força do Plano da Cidade Nova ou Polidrelli²⁷⁴, como ficou popularmente conhecido, várias habitações populares foram desapropriadas para que a elite da cidade pudesse construir casas de veraneio, solares, granjas, fazendas e sítios. Essa intervenção deu origem aos bairros de Petrópolis e do Tirol que, hoje, são dois dos mais nobres espaços urbanos de Natal.

²⁷⁴ Para uma rápida explanação dos diversos Planos Diretores de Natal ver Costa (2000).

Todavia, de acordo com Oliveira (OLIVEIRA, 1997 apud COSTA, 2000), o Plano exigia que os proprietários de terrenos assumissem a responsabilidade pelo estabelecimento dos limites dos mesmos, suas demarcações por sistemas de muros ou cercas, prazo de treze anos para erigir alguma edificação, espaço de cinco metros entre as edificações de um mesmo lote etc. Ou seja, um Plano com fortes características concentracionista que buscou melhorar a ordenação do sítio de apenas um bairro da cidade, reafirmando a já estabelecida segregação espacial na cidade. Ora, o capital mercantil buscou a valorização – por meio do poder público, isto é, através do Plano Polidrelli – de um espaço que já pertencia a proprietários econômica e politicamente articulados com o poder público.

É importante a observação de Costa (2000, p. 131) de que “a criação do bairro Cidade Nova estimulou a expansão urbana no sentido das dunas e do mar, determinando assim, a divisão social do espaço institucionalizado pelo poder público, na medida em que certos espaços se destinavam a burguesia local”.

Fica claro que, nesse período, havia tanto uma inadequação das políticas urbanas quanto dos instrumentos de gestão urbana, marginalizando as camadas mais pobres da população do centro da cidade. Faltava, portanto, a participação de toda sociedade na formulação de um Plano Diretor menos segregador.

No ano de 1929, foi elaborado o Plano Geral de Sistematização de Natal (Palumbo), bem mais avançado do que o anterior quanto aos propósitos de ordenamento do território. Esse Plano observava a necessidade de interação entre os diferentes bairros da cidade que conurbavam com o centro da cidade. O mais interessante foi que, à época, Natal contava com apenas 35 mil habitantes, mas, o referido plano, buscou projetar a cidade para acomodar uma população de aproximadamente 100 mil habitantes (EDNA FURTADO, 2005).

Assim, pela primeira vez o poder público estabelecia o mínimo de normatização para a ampliação da área da cidade. Todavia, o Plano foi abruptamente interrompido devido ao fato de que seu idealizador e principal defensor, o prefeito Omar O’Grady, fora destituído de suas atividades públicas.

Passado seis anos, sucede ao anterior, o Plano de Expansão de Natal²⁷⁵ (1935) ou Plano Geral de Obras²⁷⁶. Esse foi elaborado com a precípua intenção de dotar a cidade de

²⁷⁵ Conforme Costa (2000).

infra-estrutura básica (água, esgoto, melhor arruamento etc.), além de promover uma modernização urbanística por meio de um processo estimulado, em primeira mão, pela construção pública – aeroporto, unidades de saúde, construção de prédios para atender as necessidades dos diversos órgãos da administração – incentivando a construção de prédios particulares em área determinada pelo poder público com no mínimo dois pisos etc. Mais uma vez, a cidade era pensada sob um ponto de vista ainda conservador e, demasiadamente, segregacionista, vide o fato de se estabelecer um padrão de construção, em áreas determinadas pelo poder público, que exigia da construção o mínimo de dois pisos, o que por si só elevava os custos da edificação fazendo na prática um rigoroso processo de seleção de proprietários. Ademais, o referido Plano era incisivo quanto à delimitação de áreas específicas para a “organização” de bairros operários que – como nos demais centros urbanos do país – foram encaminhados aos sítios periféricos ao centro da cidade.

No ano de 1967, sob a égide do regime militar, foi elaborado o Plano Urbanístico e de Desenvolvimento de Natal com o objetivo de centralizar esforços no reordenamento do ambiente urbanístico colocando-o em harmonia com as novas concepções econômicas e legais do urbano do regime ditatorial. Como as demais políticas colocadas em prática naquele período, o Plano Urbanístico e de Desenvolvimento de Natal estava voltado a atender uma agenda que viabilizasse a expansão do equipamento físico citadino – infra-estrutura que viabilizasse o crescimento econômico –, sem grandes preocupações com os efeitos dessas iniciativas na vida das classes sociais menos abastadas.

Embora seja opinião corrente que foi o primeiro Plano urbanístico cujas proposições buscavam integrar o planejamento urbanístico ao desenvolvimento econômico da cidade, não se pode deixar escapar que, por exemplo, previa a verticalização da orla da cidade, o que certamente traria grandes alterações ao micro clima do centro da cidade bem como dos bairros mais afastados da orla. Está é uma das características segregacionista deste Plano. Note-se que, entre o Plano anterior e o Plano Urbanístico e de Desenvolvimento de Natal, transcorreram mais de três décadas de transformações urbanas sem o menor acompanhamento das autoridades públicas.

²⁷⁶ Conforme Edna Furtado (2005).

Obras de saneamento básico nunca foram efetivamente colocadas em prática, salvo algumas poucas áreas do centro da cidade, tornando-se comum o crescimento horizontal da cidade – e, mais tarde, vertical – sem a menor preocupação quanto aos esgotos e quanto ao abastecimento de água. A cidade cresceu a partir do Bairro de Cidade Alta em direção a Ponta Negra sem a menor preocupação em, *pari passu*, criar, estabelecer, prover infraestrutura mínima de saneamento básico. Esta última sempre se desenvolvia após a ocupação dos bairros, a passos lentos e, geralmente, de forma pontual, apenas onde os moradores conseguiam, através da organização social, pressionar as autoridades públicas para o cumprimento de seu dever. Essa falta de intervenção efetiva com obras de infraestrutura parece tornou-se recorrente em Natal, pois, ainda hoje, em pleno século XXI, os bairros mais novos, mesmo os bairros de classe média²⁷⁷, continuam sofrendo da mesma falta.

Passada quase uma década e com experiências acumuladas quanto à implantação e ações de vários planos de intervenção urbana, a prefeitura municipal, pela primeira vez, colocou em prática um plano elaborado por seus próprios técnicos. Em 1974, foi elaborado o Plano Diretor do Município de Natal. Esse, embora tecnicamente mais completo que os anteriores, possuía as mesmas características conservadoras dos seus predecessores. Primou pela “racionalização do uso e ocupação do solo, hierarquização do sistema viário, adensamento populacional e ênfase do caráter secundário, terciário e turístico da região urbana”. Pretendia, com essas iniciativas, criar maior oportunidade urbana para o conjunto da população (PMN/SEMPA, 1974 apud COSTA, 2000, p. 138).

O Plano sugeria incentivo à entrada de empresas turísticas, criou Conselhos de bairros, dentre outras iniciativas sociais e políticas. Fez um minucioso e discriminado zoneamento territorial que dividiu a cidade em zona “de predominância industrial, de predominância comercial, de predominância residencial, especial e de expansão.” (COSTA, 2000, p. 138).

²⁷⁷ Em toda a extensão da Avenida Ayrton Senna é comum encontrar o fenômeno da verticalização. São prédios populares e de classe média que, embora separados pela avenida, pertencem a um mesmo bairro sem a menor infraestrutura de obras de esgoto. São usadas fossas sépticas com grande probabilidade de contaminação do solo e do lençol freático.

Apesar de bem formalizado, esse Plano não foi concretizado, fazendo com que o desenvolvimento urbano do período ocorresse de forma desordenada incorporando muitos problemas aos já existentes.

Passados dez anos, foi elaborado o Plano Diretor de Organização Físico Territorial de Natal. Foi uma espécie de continuidade das propostas básicas do Plano anterior, porém com especificidades quanto à edificação na orla da cidade. Levando adiante uma filosofia de urbanização “harmoniosa”, o Plano Diretor de Organização Físico Territorial de Natal estabelecia uma forma de intervenção na cidade através de práticas que viessem conservar, preservar e valorizar o patrimônio arquitetônico histórico e paisagístico bem como algumas áreas compreendidas como de importância histórica para a cidade. Um plano moderno quanto às suas principais propostas. A idéia de divisão do município em três grandes áreas distintas à partir de suas dinâmicas urbanas foi realmente interessante. Assim, o município teria uma área específica de preservação; uma área urbana, onde o processo de urbanização estava em pleno florescimento; e outra de expansão que sinalizava uma espécie de percurso que o fenômeno da urbanização trilhava naquele período.

Todavia, essa moderna concepção do meio urbano era colocada à margem das iniciativas edificadoras sempre que o capital mercantil, com o apoio do poder público, conseguia concessão jurídica para construir novos recortes espaciais na orla da cidade, negando seus pilares de cidade social e conservada para todos e reafirmando, de forma peremptória, áreas urbanas deveras valorizadas²⁷⁸. Esse Plano buscou concentrar ações na valorização da propriedade e, por esse motivo, detinha um caráter demasiadamente segregacionista como os demais que o antecederam.

No ano de 1994, surge, pela primeira vez, um Plano diferente de todos os outros seis antecessores. O Plano Diretor de Natal foi instituído pela Lei Complementar nº 07/94. Foi considerado pioneiro, pois sua elaboração contou com a participação de significativa

²⁷⁸ As construções eram verticais e para atender às demandas dos estratos sociais de média e alta renda aprofundando o caráter segregacionista do espaço urbano em Natal. Por outro lado, tais construções criaram verdadeiras barreiras artificiais à entrada dos ventos oriundos do Atlântico. A verticalização dessa parte da cidade mudou de forma significativa o micro clima do centro da cidade no período e, nos dias de hoje, causa uma verdadeira barreira à dispersão de gases tóxicos (dióxido de carbono) despejados na atmosfera pela grande quantidade de veículos que circula nesta área além de algumas unidades produtivas instaladas próximas ao centro da cidade. Costa (2000) registra que essas construções ocorreram sob intensos e duradouros protestos das populações dos bairros adjacentes. Mas, como em outros espaços urbanos, no Rio Grande do Norte a valorização do capital no meio urbano não tem barreiras, sobretudo quando aquele conta com a aquiescência do poder público.

parcela da sociedade civil organizada. A filosofia básica era que o mesmo deveria ser reformulado a cada estímulo de crescimento da cidade e de sua área metropolitana, criando condições para que a população tivesse acesso aos serviços públicos essenciais.

O referido Plano, mais democrático, estava substantivado pelas reivindicações sociais quanto às principais necessidades da sociedade ao demandar os espaços sociais da cidade. O Plano orientava “novos olhares” para a cidade quando indicava ações em direção a uma urbanização mais integradora buscando reorientar a preservação e proteção ao meio ambiente. Seu principal objetivo era o desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade. A intenção era atingir toda a sociedade através da ampliação do acesso às áreas comuns do território de forma mais democrática.

Portanto, estabelecia que as áreas de preservação ambiental (manguezais, rios, dunas etc.) deveriam ser protegidas do crescimento desordenado e da pressão da acumulação do capital²⁷⁹. Todavia, em momento oportuno, se verá que não foi possível levar a contento essas promessas. O ininterrupto movimento do capital mercantil parece ter *enfeitado* a todos, pois não tem poupado nenhuma fração do espaço urbano, em Natal e nas demais cidades da RMN. O fato é que no embate do capital mercantil com o poder público e com as frações de classes sociais organizadas – como, por exemplo, as Associações de Bairros – na perspectiva de consumir o espaço urbano, o capital mercantil tem tirado maiores proveitos econômicos.

Para levar adiante o Plano Diretor de Natal, a Prefeitura Municipal utilizou alguns instrumentos com o intuito claro de “assegurar” o sucesso da intervenção urbana, tais como: fundo de urbanização, transferência do potencial produtivo, imposto territorial progressivo, parcelamento ou edificação compulsória, e consórcio mobiliário (PMN/IPLANAT, 1994).

No ano de 1999, o Plano Diretor de Natal passou por uma reformulação, pois o processo de conurbação que, desde 1994, já havia conformado o que se entende por Região Metropolitana de Natal (RMN), avançou significativamente, incluindo, inclusive, três novos e distantes municípios: o de São José do Mipibu e o de Nísia Floresta e, em seguida,

²⁷⁹ A pressão do capital não deve ser menosprezada. Em Natal, essa pressão levou a negação de algumas diretrizes do Plano Diretor de Natal (1994) permitindo a continuidade da verticalização em bairros – Ponta Negra e Areia Preta, por exemplo – cujo referido Plano proibia. Ver Plano Diretor (PMN/IPPLANAT, 1994); ver ainda Costa (2000); Edna Furtado (2005), em específico, a página 128.

como já colocado, Monte Alegre. Nesse caso, os revisores do Plano Diretor preocuparam-se em estabelecer critérios para a ocupação urbana ordenada. Em que pese a importância da revisão efetuada no Plano Diretor de Natal no ano de 1999, é perceptível que seus intentos estão muito longe de serem atingidos. Na RMN, o urbano-moderno parece ainda ser um privilégio de poucos.

Dessa forma, se a RMN for, de alguma forma, impactada pela tendência desconcentradora que circula do centro do sistema capitalista em direção às cidades de porte médio, certamente seu processo de urbanização em curso sofrerá um profundo impacto que poderá ser amenizado através de uma bateria de políticas públicas elaboradas de forma participativa na perspectiva de adequação das novas influências modernizadoras em prol do bem estar coletivo. Para tanto se poderia partir da colocação em prática de muitos dos propósitos já contidos no Plano Diretor de Natal.

Relativamente desenvolvida, a RMN é sem dúvida um *locus* privilegiado de acumulação pelo fato de se constituir em campo atrativo de novos investimentos produtivos, o que de fato parece estar ocorrendo dada a ampliação dos Distritos Industriais de São Gonçalo do Amarante, de Extremoz e da fundação do Centro Industrial Avançado (CIA), em Macaíba.

Por todos esses motivos, embora a RMN esteja suscetível aos impactos da atual tendência de desconcentração proveniente do pólo nacional, já sofre os impactos da própria dinâmica interna, pois como pólo econômico/urbano local reproduz, internamente, todas as tensões sociais e econômicas próprias de áreas com essa identidade.

Assim, a questão essencial para as cidades médias será como internalizar uma tendência exógena, mas não diferente da existente na sua dinâmica interna, sem aumentar o hiato entre crescimento econômico e desigualdade social. O que deve-se ter em conta é que a política macroeconômica praticada na década de 1990 atingiu a economia nacional em sua totalidade. Por conta dessa política, algumas estruturas produtivas do estado do Rio Grande do Norte sofreram o impacto da reestruturação a que foram submetidas, o que, por sua vez, fez com que parte da mão-de-obra, anteriormente empregada migrasse para a RMN, sobretudo a capital do estado, em busca de alguma forma de subsistência.

Por isso, a construção de um modelo que permita às cidades de porte médio ingressar em uma nova era de modernidade, sem aprofundar seus problemas urbanos atuais,

dependerá da “concentração e negociação entre os vários agentes econômicos, sociais e políticos presentes na região e das linhas de ação que incorporem a dimensão metropolitana” (CLEMENTINO, 2001, p. 13) de forma que seja possível transpor as fragilidades municipais. Em outras palavras, faz-se necessário um grau mais elevado de organização da sociedade civil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, analisamos o desenvolvimento econômico e urbano do Rio Grande do Norte, de 1940 a 2006. Como advertimos na introdução, apesar da delimitação do referido período, resgatamos o processo de ocupação do território do Rio Grande do Norte ainda no período colonial, dado que, adotamos como hipótese, que a estrutura produtiva bem como a superestrutura política, instaladas naquele período, foram decisivas para a determinação das dinâmicas econômicas e urbanas que ocorreram no estado²⁸⁰. Em relação a esse momento histórico, temos ainda a dizer que, a instalação e reprodução secular da estrutura social e política norte-riograndenses em nada deixou a desejar em relação a que foi instalada no restante da região.

Esse estado de coisas, certamente, constituiu-se em um dos maiores empecilhos ao desenvolvimento da região e do Rio Grande do Norte em particular. Como fato histórico, não se tratou de um acontecimento casual, independente do conflito – social, econômico e político – entre diferentes agentes sociais. Foi, *a priori*, o resultado do antagonismo entre diferentes grupos de interesses, no que poderíamos designar de processo de apropriação do espaço. Lembramos que o agente econômico predominante era o capital mercantil que, por sua própria natureza e necessidade de reprodução, era expropriador, especulador e patrimonialista.

Como registramos no capítulo 1, ainda no período colonial, as economias regionais, no Brasil, eram totalmente desarticuladas, notadamente, quanto às suas relações econômicas que se encontravam limitadas, sobretudo, pela falta de infra-estrutura necessária ao escoamento da produção. Assim permaneceram até a década de 1930.

Em um ambiente econômico onde pouco avançava a divisão social do trabalho, economias como a do Rio Grande do Norte foram bastante inexpressivas, inclusive em suas próprias regiões. Mostramos que, na Região Nordeste, Pernambuco e Bahia, seguidos de

²⁸⁰ A referida hipótese, em grande medida, foi resgatada das incansáveis leituras que realizamos da obra de Celso Furtado, sobretudo, de Formação Econômica do Brasil, e da obra de Wilson Cano, em especial, Raízes da Concentração Industrial em São Paulo (1983). Restou-me, apenas, tomar de empréstimo a referida hipótese para analisar um caso particular, o Rio Grande do Norte.

longe pelo Ceará, foram as capitânicas que ostentaram as maiores e mais articuladas estruturas produtivas. Fizemos isto através de uma análise comparativa das principais mercadorias produzidas naquela época pelos estados da Região Nordeste: o açúcar e o gado. O estado do Rio Grande do Norte ocupava posição marginal nesta configuração produtiva do espaço regional, dadas suas limitadas condições produtivas de açúcar, produto de maior aceitação no mercado internacional.

Registramos, com base nos principais autores que escreveram sobre o Rio Grande do Norte, que foi através da atividade pecuária que se iniciou a formação dos primeiros povoados do interior do estado, possibilitando a ligação do Sertão ao Litoral, através do que se convencionou chamar de os “caminhos do gado”. Os povoados se transformaram em vilas e, posteriormente, em cidades. Assim, podemos concluir que a pecuária foi uma economia de grande importância no que tange a articulação de diferentes espaços do território potiguar, sendo esta uma marcante característica regional.

Embora o Rio Grande do Norte fosse o único estado do Nordeste com expressividade quanto à produção de sal, essa mercadoria não possibilitou ao estado melhor posicionamento econômico no contexto regional, dadas as limitadas condições de demanda nacional e regional do referido produto. Por todas essas razões, a partir da década de 1930, quando, de fato, o processo de integração da economia nacional começou a se manifestar, os estados da Região Nordeste que mais tiraram proveito do referido processo de integração foram exatamente os estados de Pernambuco, da Bahia e do Ceará.

Assim, finalizamos o capítulo 1 mostrando de forma geral como se encontrava o setor secundário do Rio Grande do Norte no início dos primeiros anos do século XX. Deixamos claro que no ano de 1907, existiam apenas 15 estabelecimentos industriais no Rio Grande do Norte que representavam 3,4% do total da indústria da região Nordeste. Juntos, empregavam 2.062 operários, 5,4% dos operários da região (Cf. ESTATÍSTICAS HISTÓRICAS DO BRASIL – SÉRIES ECONÔMICAS DEMOGRÁFICAS E SOCIAIS DE 1550 A 1988, p. 382).

Fomos enfáticos ao registrar que o Rio Grande do Norte foi acionado pela economia brasileira a participar do processo de integração do mercado nacional através da produção de algodão, em especial o mocó que se diferenciava dos demais tipos de algodão

produzidos no país pelo fato de possuir uma fibra mais resistente ao maquinário da época e por ser mais longo do que os demais (CLEMENTINO, 1990).

Assim, embora o Rio Grande do Norte não fosse o principal produtor de algodão da região Nordeste – posição ocupada pelo Maranhão, por Pernambuco e pela Bahia (GUIMARÃES NETO, 1989) –, deve ser observado que conseguiu espaço de destaque no mercado do Sudeste e no mercado externo (Alemanha e Inglaterra eram os maiores demandadores) devido à sua qualidade. O algodão mocó era produzido no interior do estado, na região do Seridó potiguar e, foi responsável, juntamente com a pecuária extensiva, pela ocupação produtiva e pela articulação econômica dos territórios do interior do estado com a capital e com os territórios dos estados vizinhos: a Paraíba e o Ceará.

No período pós 1930, à medida que a região Sudeste avançava no processo industrial, maiores oportunidades se abriam para a economia potiguar. Todavia, apesar de já ostentar relativa diversificação produtiva (sal, algodão, scheelita etc.), o algodão continuou como o principal produto que a conduziu ao processo de integração nacional, fazendo com que a agropecuária estadual, entre 1939-1955, obtivesse elevada taxa média de crescimento (5,4%), muito superior a sua média industrial (2,4%) e também superior à média da agropecuária nordestina (3,5%), e muito próxima à média da agropecuária do Brasil (5,6%).

Enfatizamos, no capítulo 2, que a indústria potiguar continuava pouco expressiva no decorrer das primeiras décadas do processo de integração nacional. Nos anos de 1940, por exemplo, aproximadamente metade do seu valor adicionado (42,1%) pertencia ao segmento de extração mineral. Nesse segmento, a produção predominante era de sal (equivalente a 66,7% do total produzido no país); a indústria têxtil tinha o segundo maior peso, com 28,3%, na formação do valor adicionado estadual, seguida pela indústria de alimentos, com 9,0%. Ou seja, eram responsáveis por aproximadamente 80,0% do produto industrial.

Com base no Censo Econômico do Brasil de 1940, considerando a indústria potiguar em âmbito regional e nacional, essa representava, apenas 4,2%, do valor da transformação industrial da região Nordeste e 0,4% do Brasil. Percebe-se, portanto, as grandes dificuldades enfrentadas pelo Rio Grande do Norte para manter-se e melhorar sua posição durante o percurso da integração econômica nacional.

Quando nos detivemos a analisar a estrutura da indústria de transformação do Rio Grande do Norte, no período de 1919-1970, tínhamos a intenção de entender que gêneros lhe eram mais representativos. A conclusão foi que dois gêneros se destacavam: o de produtos alimentares e a têxtil. Em 1919, o peso da indústria têxtil no valor da transformação industrial era de 76,2% e, em 1970, apenas de 17,3%. Apesar dessa queda, foi, historicamente, a que obteve, em média, maior peso no valor da Transformação Industrial no referido período: 45,2%. Essa expressão da indústria têxtil potiguar foi, na verdade, a concretização de vários esforços implementados sobre o setor por diversas “forças” como, por exemplo, a integração da economia nacional e os incentivos da SUDENE ao desenvolvimento industrial do estado.

A indústria de alimentos cresceu baseada na produção de baixíssimo valor agregado, prevalecendo para a totalidade do período os seguintes ramos: extração de óleos vegetais; produção de farinha; beneficiamento e torragem de café; preparação em conserva etc.

Entre 1959 e 1970, apesar da incipiente industrialização do Rio Grande do Norte, o PIB industrial do estado continuou se expandindo à taxa de 8,4% a.a., comprovando que os esforços desenvolvimentistas da SUDENE e do governo do estado haviam surtido efeitos positivos no desenvolvimento industrial potiguar.

Mas, não podemos perder de vista que o padrão industrial implantado no estado esteve preponderantemente pautado em uma estrutura tradicional. Também, há de se ter em conta que, embora a atuação da SUDENE no estado tenha aprofundado a especialização industrial, foi de grande importância para que os pequenos estados – como o Rio Grande do Norte - não fossem excluídos da dinâmica de integração do mercado nacional. Ou seja, sem a intervenção do Estado, economias pequenas, como a potiguar, muito provavelmente teriam menos proveito do crescimento econômico e industrial brasileiro ocorrido entre 1960 e 1970.

Um dos problemas que detectamos quanto à indústria incentivada pela SUDENE no Rio Grande do Norte e em outros estados nordestinos, foi que a indústria incentivada tendeu a se concentrar na porção territorial do estado onde já existia determinada infraestrutura capaz de ser integrada ao processo de industrialização. Ao término da análise de alguns documentos da SUDENE, constatamos a informação de que a maioria dos projetos

ficou represada na capital e no que viria a ser sua região metropolitana em meados de 1990, o que indica uma acentuada concentração espacial dos investimentos.

No início da década de 1970, 34 projetos industriais foram aprovados para o estado, dos quais 58,8% estavam localizados em Natal e, aproximadamente, 80,0% no que viria se constituir como sua Região Metropolitana. Esse problema persistiu no Rio Grande do Norte, durante as demais décadas, exigindo, em meados dos anos de 1980, que as autoridades estaduais adotassem medidas concretas para manter o processo de industrialização do estado e desconcentrá-lo para as porções territoriais menos desenvolvidas. Como veremos, um pouco mais adiante, esse objetivo não foi atingido. Essas informações ajudam a comprovar uma de nossas hipóteses de que a região metropolitana de Natal, por ter uma boa infra-estrutura produtiva vis-à-vis o restante do estado, tinha maior propensão à atrair o capital para o seus domínios territoriais. Havia uma forte tendência à concentração de recursos nas cidades pólos da região Nordeste e, particularmente, em suas capitais.

A partir da década de 1970 ocorreu um significativo processo de diversificação produtiva no Rio Grande do Norte motivado pelos investimentos da SUDENE e da PETROBRÁS e pela modernização da agropecuária potiguar, sobretudo, sua agricultura, que sofreu grandes transformações no decorrer da década de 1980, a partir da introjeção de novas tecnologias à fruticultura do estado, como registramos no capítulo 3.

O Rio Grande do Norte também foi contemplado com investimentos provenientes do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Com os recursos desse Plano, foi erigida, na cidade de Macau, uma fábrica (a Álcalis do Rio Grande do Norte/ALCANORTE) para produção de barrilha, inaugurando o que deveria ter sido o início de um sólido pólo de indústrias químicas, dadas as potencialidades minerais do estado. A fábrica foi montada no final do ano de 1974, mas a crise internacional do petróleo foi, na avaliação das autoridades potiguares e do governo federal, o motivo que levou o Estado a cessar os investimentos em vários projetos nacionais. Dessa forma, no segundo quinquênio de 1970, apenas a PETROBRÁS, em termos de grande projeto industrial, passou a operar na economia potiguar com grande influência em seu ordenamento espacial.

Observando a estrutura do PIB potiguar entre 1970 e 1980, período em que ocorreram as transformações econômicas expostas anteriormente, fica patente a

continuidade do bom desempenho do setor industrial. Em 1970, seu peso no PIB do estado era de 16,7% atingindo, em 1980, 35,2%, ou seja, mais que o dobro de crescimento em apenas uma década. Esse sucesso deveu-se ao crescimento da indústria de transformação que passou de 11,4% para 31,3% no PIB estadual entre 1970 e 1980. Dessas informações podemos concluir que a economia do Rio Grande do Norte cresceu significativamente e, em que pese o fato de ainda ser uma economia caudatária e complementar, foi bastante beneficiada pelos *efeitos de estímulos* provenientes do pólo nacional durante as décadas de 1970 e de 1980.

Ademais, o Rio Grande do Norte, assim como a totalidade da região, continuou sendo beneficiado pelos incentivos da SUDENE, o que garantiu o bom desempenho econômico do estado. Entre 1980 e 1989, foram direcionados ao Rio Grande do Norte US\$ 1,2 milhão em projetos aprovados pela SUDENE. Desse montante, aproximadamente 76% tiveram como destino a agropecuária. Apesar do *boom* pelo qual passava a agricultura irrigada do estado, foi a pecuária o subsetor para onde se destinou a maior parte dos projetos aprovados, cerca de 41% dos US\$ 979 mil destinados à agropecuária. Para a indústria de transformação potiguar foram destinados US\$ 302 mil, 23,4% dos recursos em projetos direcionados ao estado no período de 1980-89. A indústria têxtil foi a maior contemplada, internalizou 48,7% do total de recursos, seguida pela indústria de minerais não-metálicos com 21,9%, fortalecendo a predominância de indústrias tradicionais. Por fim, ao setor terciário fora destinado apenas um pouco mais que 0,5% dos recursos concernentes aos projetos aprovados pela SUDENE em benefício do estado, apesar da crescente urbanização que se verificava especialmente na capital e seu entorno imediato.

A partir da década de 1980, não apenas o Rio Grande do Norte, mas quase todos os estados da região Nordeste haviam atingido certa diversificação produtiva, a despeito da crise que havia se estabelecido na economia brasileira, notadamente, nos estados mais industrializados. Em nosso trabalho, deixamos evidente que entre 1980 e 2000, com exceção dos estados de Alagoas e do Maranhão, os demais cresceram acima da taxa média de crescimento do país, com destaque para a economia potiguar que alcançou a maior taxa (3,9% a.a.), maior, inclusive, do que a da região Nordeste (2,8% a.a.). Argumentamos que esse resultado ocorreu pelo fato de que na década de 1980 as economias da Região Nordeste haviam atingido o estágio de amadurecimento dos investimentos realizados pelo

Estado Nacional e demais agentes desenvolvimentistas (capitais privados e governo do estado) em suas economias (CANO, 1995).

Alertamos para o fato de que, infelizmente, apesar do bom desempenho do conjunto da economia potiguar, sua indústria de transformação ainda permaneceu fundamentada em bases completamente tradicionais, como antes, muito embora em relação às décadas anteriores alguns setores considerados mais dinâmicos sofreram um pequeno crescimento, a partir da atuação da PETROBRÁS, que incentivou outros gêneros de indústrias mais dinâmicas como a indústria química. Este ramo industrial, no meado da década de 1970, apresentava um insignificante peso no Valor da Transformação Industrial do estado, 0,36%. Em 1985, ela elevou seu peso para, 6,4%. Esse dado é importante porque mostra que os esforços do conjunto da sociedade no sentido de tentar desenvolver os estados da periferia não foram em vão, ao menos na perspectiva da racionalidade do capital.

A indústria mecânica, historicamente insignificante - contava com apenas 0,6% do VTI da indústria de transformação potiguar, em 1970 - atingiu, em 1980, 2% do VTI da indústria de transformação do estado. O mesmo ocorreu com os minerais não- metálicos que, em 1970, tinham peso de 4,7% no valor da transformação industrial e, em 1980, atingiram 13,7%. Ou seja, a indústria de transformação do Rio Grande do Norte começava a dar seus primeiros passos rumo ao crescimento e maior diversificação.

Defendemos, em especial no capítulo 3, que de fato a PETROBRÁS desempenhou e desempenha outras funções desencadeadoras de desenvolvimento sobre a estrutura produtiva no Rio Grande do Norte. Sua demanda por vários tipos de mercadorias e serviços foram essenciais para a economia potiguar, pois no longo período de crise e reestruturação pela qual vem passando a economia brasileira, desde 1980 (de grandes transformações macro e microeconômicas como: fusões de empresas, forte processo de automação e terceirização, privatizações, desnacionalizações etc.), a PETROBRÁS vem contribuindo com suas inversões para um melhor desempenho da economia potiguar, mesmo em períodos de crise. Entre 1976 e 2005, a empresa realizou investimentos da ordem de US\$ 15,5 bilhões, no Rio Grande do Norte. Também mobilizou, pela contratação de serviços, 586 empresas e efetuou compras à cerca de 369 fornecedores no próprio estado do Rio Grande do Norte. Mostramos que, entre 1996 e 2000, os gastos da PETROBRÁS em

aquisições de bens e serviços no Rio Grande do Norte, aumentaram mais de 100% e, entre 2000 e 2006, em mais de 270%.

Com tamanho peso na economia potiguar, não deixamos de registrar a importância da PETROBRÁS na criação de empregos. Obviamente que o processo de reestruturação produtiva e de terceirização colocado em prática pela empresa, a partir da década de 1990, como bem registrou Sobrinho (2006), criou uma grande barreira à expansão da demanda da PETROBRÁS por um maior número de trabalhadores que seriam efetivados aos quadros da empresa. Apesar desse empecilho, a empresa criou 49.850 emprego dos quais 4,6% para comporem os quadros da empresa; 15,1% foram contratos terceirizados e 80,2% foram empregos indiretos (PETROBRÁS/GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO, 2008). Dessa forma, a massa de salários gerada por ela foi importante para o avanço da urbanização e diversificação do terciário.

Mas, apesar de importante para a economia potiguar, fomos taxativos ao afirmar que a PETROBRÁS ainda não contribuiu para criar no Rio Grande do Norte um maior adensamento industrial que, a partir da indústria química ligada ao petróleo, dinamizasse outros ramos industriais do estado em uma dimensão capaz de atrair para o território potiguar indústrias de alto padrão tecnológico, inclusive, os gêneros de indústria mecânica e a metalurgia. Por esse caminho, acreditamos, poderia ser criada uma alternativa mais sólida para o processo de industrialização do Rio Grande do Norte que hoje é totalmente refém da “guerra fiscal”. Quanto à questão da guerra fiscal, adiante explanaremos, com brevidade, seu efeito sobre a economia potiguar. Mas, vale adiantar que Sobrinho (2006), em algumas passagens de sua tese, foi incisivo em mostrar que a própria PETROBRÁS tem utilizado recursos do governo do estado para desempenhar determinadas operações produtivas no território potiguar.

Ainda no capítulo 3 fizemos uma rápida análise da agropecuária potiguar, no período de 1980 a 2006, buscando ver sua estrutura agrária, produtiva e de empregos.

Quanto à estrutura agrária, buscamos mostrar como esta se encontrava entre os anos de 1980 e 1995. Em relação ao ano de 1980, a primeira conclusão que chegamos é que a estrutura agrária era profundamente concentrada dado que os estabelecimentos que pertenciam ao grupo de menos de 50 ha, ocupavam uma área de apenas 767.148 ha. Já os estabelecimentos do grupo de 10.000 a menos de 100.000 ha (apenas doze

estabelecimentos), ocupavam 191.491 ha. Ou seja, para o primeiro grupo obtém-se uma relação de corresponderiam aproximadamente 8,3 ha para cada estabelecimento, quando, para o segundo, essa relação seria de 15.957,6 ha.

Concluimos, que em 1995 a estrutura agrária permaneceu praticamente intacta, no Rio Grande do Norte. Deixamos registrado que, em 1995, 78.409 estabelecimentos de menos de 50 ha (86,2% dos estabelecimentos recenseados) ocupavam uma área de 620.971 ha. Os estabelecimentos com 10.000 e menos de 100.000 ha (nove, apenas) ocupavam uma área de 137.747 ha, comprovando, assim, a secular característica da concentração agrária regional. Essa estrutura agrária, significativamente concentrada, tem contribuído para sacrificar ainda mais a população menos abastada do estado.

Quando analisamos a agricultura irrigada do estado, mostramos que o seu início ocorreu aumentando os problemas sociais da população das cidades do interior que foram contempladas pelos grandes projetos públicos de irrigação. A concentração fundiária tem cooperado para maior opressão dessas massas, tanto pela negação do acesso à terra quanto pela ainda baixa utilização da propriedade agrária de forma econômica, o que encarece o custo de reprodução física em desfavor das classes menos abastadas. Foi com o intento de expor melhor esse problema que mostramos, com dados mais atuais, as grandes diferenças quanto às toneladas produzidas de frutas tropicais para exportação e de alimentos que fazem parte da dieta do potiguar, nas áreas mais ricas em recursos hídricos do estado. Neste ponto, um detalhe deve ser enfatizado: a produção de frutas para exportação é preponderantemente incentivada por recursos públicos provenientes do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROADI). Mostramos que após 1980, na região do Vale do Assú, a produção agrícola foi redimensionada e o grande capital passou a determinar a intensidade da acumulação na produção irrigada, dando prioridade ao cultivo de culturas agrícolas com maior valor de mercado. Em relação às culturas não frutíferas, apenas o feijão teve um aumento significativo de área plantada. No ano de 1990, ele tinha peso de 11,2% na total da área plantada com culturas não frutíferas, aumentando seu peso, em 2006, para aproximadamente 74%.

Dessa forma, por um lado, pode-se afirmar que o Pólo Agroindustrial do Assú tornou-se o *locus* mais moderno e desenvolvido da agricultura potiguar. Nesse recorte territorial, aos fatores técnico-econômicos somou-se a iniciativa do estado com todo o seu

equipamento desenvolvimentista (os incentivos fiscais, essencialmente). Esse conjunto de fatores possibilitou desenvolver na região do referido pólo uma agricultura de frutas com capacidade de responder e de atender às exigências internacionais mais rigorosas.

No que concerne à ocupação, fizemos uma análise pautada no quinquênio 1980-1985. Justificamos a escolha do período, pois, de acordo com nossa compreensão, há compatibilidade metodológica de ambos os Censos Agropecuários quanto à classificação das atividades econômicas.

Podemos concluir, portanto, que, no quinquênio 1980-85, a agricultura foi a atividade que mais gerou ocupação nos anos anteriormente mencionados (1980-85), secundada imediatamente pelas atividades pecuária e agropecuária. Mas, devemos ficar atentos ao fato de que tanto a agricultura quanto a agropecuária sofreram quedas na ocupação sendo, portanto, muito leve a queda que ocorreu na atividade agrícola (2,5%), e bem significativa, na agropecuária (49,7%).

O que detectamos em nossa análise foi que a agricultura vinha se recuperando do difícil quinquênio anterior, por isso a leve queda de sua ocupação entre 1980 e 1985. Ao período de seca que havia acometido o estado somou-se uma forte diminuição da área colhida no conjunto da agricultura potiguar e a quase extinção do cultivo do algodão harbóreo. Mas apesar desses percalços, na agricultura potiguar encontrava-se o maior percentual de ocupação do setor primário no referido quinquênio. Em 1980, as atividades agrícolas asseguraram 66,5% da ocupação total do setor primário potiguar. Quando considerada a totalidade da ocupação, observa-se que permaneceu praticamente a mesma entre 1980 e 1985. Ainda quanto à ocupação, podemos afirmar que a atividade pecuária experimentou uma variação positiva de aproximadamente de 17% quando se compara 1980 (110.789 pessoas ocupadas.) com 1985 (129.420 pessoas ocupadas). A atividade agropecuária foi a terceira colocada no que tange à ocupação. Todavia, entre 1980 e 1985 sua ocupação caiu aproximadamente 50%, como mostramos.

Também registramos algumas informações sobre o emprego, referentes aos anos de 1995-1996 e algumas informações dos dados preliminares do Censo de 2006. Em 1995, existiam no Rio Grande do Norte 332.516 pessoas ocupadas no setor primário; de acordo com o último recenseamento, de 2006, eram apenas 247.204. Ou seja, concluímos que,

entre 1980 e 2006, a queda da ocupação na agropecuária potiguar foi bastante acentuada, 42,8%.

Ainda no capítulo 3, apresentamos o fenômeno da “guerra fiscal” no estado do Rio Grande do Norte. Nossa análise partiu, primeiramente, de uma discussão sobre guerra fiscal em âmbito nacional. A intenção era entender, à luz das interpretações de vários especialistas, quais as reais vantagens e desvantagens da guerra fiscal para as diversas unidades federadas. Quanto a esse debate, para a maioria deles o resultado final tende a ser sempre negativo em relação aos grandes problemas econômicos e sociais que o país precisa enfrentar.

Embora a guerra fiscal crie grandes obstáculos ao crescimento integrado da economia brasileira, no âmbito de algumas unidades federadas pode ter causado alguns efeitos positivos, necessitando, para tanto, de estudos específicos no sentido de analisar cada caso particularmente e ver se a mesma realmente contribuiu, por exemplo, para o processo de desenvolvimento econômico da unidade federada que a pratica.

Posicionando-nos no debate, concluímos que o desastre da guerra fiscal está, por um lado, no fato de que o capital tem utilizado esse recurso como um mecanismo de acumulação de limitado extravasamento para a totalidade da população. Ademais, ao renunciar à arrecadação os governos subnacionais estão deixando de cumprir suas agendas sociais. Dessa forma, a “guerra fiscal” tem contribuído muito pouco para o desenvolvimento regional, embora, quanto à desconcentração industrial, tenha surtido alguns efeitos positivos.

No Rio Grande do Norte, a prática de financiamento das atividades privadas por meio da renúncia fiscal, sobretudo concessão de ICMS, data do ano de 1986, quando efetivamente o governo colocou em prática o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio Grande do Norte, o PROADI. A pretensão do estado era criar um atrativo à entrada de empresas que contribuíssem para o processo de industrialização, na criação de empregos, na geração de renda e, também, que contribuíssem para a elevação do nível tecnológico do padrão industrial do estado. Ainda, o PROADI teria como uma de suas metas desconcentrar a indústria elevando os percentuais de incentivos para as empresas que fossem se localizar no interior do estado. Essa é, de forma muito reduzida, a

manifestação da guerra fiscal no Rio Grande do Norte. Vejamos algumas conclusões, também gerais, a que chegamos.

Na primeira década e meia de existência do PROADI, embora se tenha criado as condições para a reprodução de alguns capitais e a criação de determinado número de empregos, em vários aspectos se identifica com os demais Programas praticados nos estados da região que concedem benefícios com poucas exigências à contrapartida do capital atraindo um maior número de indústrias tradicionais, sobretudo têxteis, e de alimentos e confecções que juntas representavam cerca de 78% do total de projetos aprovados no estado entre 1986 e 2000, além de alta concentração das indústrias nos municípios metropolitanos, onde mais de 75% das empresas estavam concentradas no referido período.

Entre 1986 e 2000, o ramo de confecção foi responsável por 39,2% dos empregos na indústria beneficiada pelo PROADI; o ramo têxtil foi responsável por 25,7%; e o de alimentos por 21,7%. Juntos representavam 86,7% da totalidade dos empregos nas indústrias beneficiadas pelo Programa.

Quanto ao número de empregos que foram criados no Rio Grande do Norte a partir da implantação do PROADI, é possível afirmar que além de ter criado um bom número de empregos (mais de 18.000 mil empregos diretos, entre 1986 e 2000, e mais de 17.000 mil, entre 2003 e 2007) os incentivos do Programa foram responsáveis pela manutenção dos mesmos no estado. Relevamos que não se tratava de nenhum elogio ao programa, mas uma constatação, apenas, uma vez que em nosso entendimento o mesmo fortaleceu a especialização produtiva tradicional e, por outro lado, viabilizou a reprodução privada através do financiamento do capital de giro a baixo custo.

Conseguimos algumas informações sobre o PROADI para o período 2003-2007. Quanto à distribuição das empresas pelo território potiguar, concluímos que as iniciativas do Programa continuavam concentradas na Região Metropolitana de Natal, onde estão 63% dos projetos aprovados e, por consequência, 75,2% dos investimentos do Programa. Também, em direção ao interior, a situação continuou a mesma, pois como antes a micro-região de Mossoró concentrou o segundo maior percentual do total de projetos aprovados pelo PROADI, bem como o percentual de investimentos que foi, respectivamente, cerca de 13,0% e 15,0% no período de 2003-2007

Como no período 1986-2000, entre 2003 e 2007, o Programa não modificou a estrutura produtiva do estado nem ampliou as possibilidades de absorção de indústrias mais dinâmicas. Atualmente, apenas três grupos de atividades econômicas concentram 67,5% do montante de investimentos do PROADI. Por ordem decrescente são elas: as destinadas à fabricação de produtos têxteis, 25,9%; as de confecções de artigos do vestuário e acessórios, 22,1%; e as de fabricação de produtos alimentícios e bebidas, 19,5%.

Entre 2003 e 2007, foram aprovados 59 projetos de novas empresas. Em nosso trabalho analisamos esses projetos por grupo de atividades econômicas. Concluímos que três grupos de atividades se destacaram entre os demais, pois juntos concentravam R\$ 187,4 milhões em investimentos: os de fabricação de produtos de borracha e plástico, com R\$ 71,8 milhões; os de produtos alimentares e bebidas, R\$ 58,8 milhões; e os de fabricação de minerais não-metálicos, R\$ 56,8 milhões.

Observamos que 96,2% dos investimentos aprovados pelo PROADI para as atividades de produção de borracha e plásticos e, aproximadamente, 56,1% dos investimentos aprovados para as atividades de alimentação e bebidas estavam concentradas na RMN. Ainda com relação aos novos projetos, a micro-região de Mossoró concentrou 93,7% dos investimentos aprovados para as atividades de minerais não-metálicos.

Mas há outros problemas na condução do PROADI. Com relação aos 59 projetos novos, apenas a RMN e a micro-região de Mossoró foram contempladas com investimentos em mais de dois ramos de atividades econômicas o que mostra que, sob o aspecto produtivo, ambas as regiões encontravam-se bem mais diversificadas do que as demais micro-regiões que receberam e que não receberam nenhuma contribuição do PROADI quanto à aprovação de novos projetos, o que de certa forma expõe mais uma limitação do Programa e reforça, ao mesmo tempo, sua identidade concentradora.

A conclusão geral a que chegamos sobre o PROADI é a de que não foi eficaz quanto à condução da desconcentração industrial no território potiguar, tão pouco no que diz respeito à viabilização da introjeção de projetos industriais de alta tecnologia.

Por fim, no capítulo 4, fizemos uma análise do processo de urbanização do Rio Grande do Norte. Nossa análise partiu de uma perspectiva espacial mais geral, onde algumas questões demográficas inerentes ao Rio Grande do Norte foram analisadas vis-à-vis os casos dos demais estados da região. Nossa intenção era observar a totalidade do

processo de urbanização e o posicionamento do Rio Grande do Norte nesse contexto. Concluímos que a região como um todo experimentou um abrupto processo de urbanização, sobretudo a partir da década de 1970.

Considerando a totalidade da Região Nordeste, podemos concluir que os estados da Bahia, de Pernambuco e do Ceará foram os que tiveram maior participação na população nacional no total do período (1940-2000). O primeiro teve a maior participação registrada na década de 1940 (9,5%) e Pernambuco e o Ceará na década de 1950 sendo, respectivamente, de: 6,5% e 5,1%. A Bahia manteve, até o ano de 2000, uma participação acima dos 7,5% e Pernambuco contou com participação de 4,6%.

Fizemos também uma rápida análise sobre a densidade populacional dos estados da região Nordeste. Percebemos acentuadas diferenças entre as mesmas. Dos nove estados da região seis permaneceram com alta densidade demográfica no período de 1940 a 2000. Foram os seguintes casos: Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Sergipe, Rio Grande do Norte e Ceará. O caso de Alagoas foi o mais surpreendente, pois chegou ao final do período 1940-2000 com uma densidade demográfica muito próxima da atingida pelos países desenvolvidos. Os de menor densidade foram: Bahia, Maranhão e Piauí. Como sabido, essa densidade demográfica também esteve concentrada nas capitais dos estados e em outras poucas cidades do interior, devido, sobretudo, às suas infra-estruturas econômicas e sociais.

Quanto ao Rio Grande do Norte, no que diz respeito às taxas de expansão de sua população em relação à região Nordeste, só não esteve acima das alcançadas por esta última entre 1950-60 (1,8% contra 2,2%) e 1970-80 (2,1% contra 2,2%). Percebemos também que a taxa de expansão de sua população foi igual à taxa de expansão anual da população brasileira entre 1940-50 (2,3%) e esteve levemente acima da expansão populacional do Brasil entre 1960-70 (3,1% contra 2,8%) e entre 1980-91 (2,2% contra 1,9%). Ou seja, o Rio Grande do Norte, a exemplo da maioria dos estados brasileiros, experimentou um grande crescimento de sua população em curto intervalo de tempo.

Fizemos uma análise mais detalhada do crescimento da população dos municípios que conformam a Região Metropolitana de Natal. Aqui exporemos apenas alguns resultados dos períodos mais recentes. Em Natal, cidade de porte médio, a taxa média de crescimento populacional no período de 1980/91 foi de 3,5% a.a. e o de sua periferia metropolitana foi de 3,7% a.a. Como registramos em nosso trabalho, entre 1991/00,

apresentou uma acentuada diminuição de sua taxa de crescimento populacional: 1,8% a.a. Sua periferia cresceu significativamente à 3,3% a.a., reproduzindo o padrão de periferização observado em outras regiões metropolitanas do país. Nesta última, as cidades que mais cresceram foram Parnamirim, 7,8% a.a., e São Gonçalo do Amarante com 4,8% a.a. As demais cidades se expandiram da seguinte forma: Monte Alegre, 1,9% a.a.; Ceará-Mirim, 2,0% a.a.; São José do Mipibu, 2,4% a.a.; Macaíba, 2,6% a.a.; Extremoz, 3,0% a.a.; e Nísia Floresta, 3,5% a.a.

Aliada a essa análise da expansão populacional, realizamos uma resumida análise sobre o setor de serviços do estado e buscamos entender um pouco o processo das migrações que ocorreram no estado.

É demasiadamente pequeno o setor terciário do Rio Grande do Norte. Analisando-o intra-setorialmente percebemos muito pouca evolução dos seus subsetores. De uma forma geral, observamos que o subsetor da administração pública teve seu peso diminuído no PIB terciário, entre 1990 e 2005, em -11,2%. O subsetor de comércio, embora tenha sofrido acentuada queda, entre 1990 e 2000 (em torno de -8,4%), aumentou seu peso no PIB setorial em, 2,5% quando nos detemos na análise da totalidade do período, 1990-2005.

Assim, podemos concluir que, do setor terciário, os subsetores que têm ostentado maiores participações no PIB setorial são: o subsetor da administração pública e o de comércio, apesar das eventuais quedas de seus pesos no PIB setorial. Mas, chamamos a atenção, no período de 1970 a 2000, para o aumento da participação no PIB setorial dos subsetores de transporte e comunicação, imobiliário e de aluguéis que, impulsionados, sobretudo, pelo forte processo de urbanização, experimentaram melhor desempenho no PIB setorial. Já os subsetores de saúde e educação, e de alojamentos obtiveram participações no PIB setorial muito inconstantes, além de pequenas e, para o último período, 1990-2005, com tendência de queda.

Quanto às migrações, a análise cobriu o período de 1940-2000. Nossa conclusão foi que para sorte do estado e, sobretudo, para a Região Metropolitana de Natal, o Rio Grande do Norte é tipicamente expulsador de pessoas. Esse fato é muito importante porque tem contribuído para amenizar o caos urbano ocasionado pelo forte processo de urbanização além de retardar as tensões sociais que normalmente surgem no bojo desse processo que se expandiu, como vimos, anteriormente, numa velocidade superior a capacidade dos agentes

sociais potiguares elaborarem e efetivarem programas sociais e econômicos para se enfrentar esses problemas.

Por fim, concluímos que o desenvolvimento da sociedade potiguar esteve historicamente condicionado pelas transformações ocorridas na economia brasileira. Foram os grandes projetos nacionais que acionaram o desenvolvimento econômico potiguar, mesmo nos períodos de crise que assolaram a economia e a sociedade em todo o país. Esses projetos, se por um lado, solidificaram a função de produtora complementar da economia norte-riograndense, por outro lado, possibilitaram a mesma o acesso ao caminho do desenvolvimento econômico. O maior problema para economia potiguar, hoje, é exatamente a falta de um projeto nacional de desenvolvimento econômico e de reconstrução da nação.

Os meios utilizados pelos sucessivos governos do estado para levar adiante um processo de desenvolvimento econômico, via industrialização fortemente subsidiada por meio da “guerra fiscal”, pode se transformar numa grande armadilha para a classe trabalhadora e para a sociedade potiguar, dado que, na falta de incentivos fiscais para continuar no território potiguar, o capital migra em busca de outros complementos de renda para sua reprodução e acumulação.

Enfatizamos que não há industrialização sem um vigoroso sistema de financiamento às inversões produtivas, como ocorreu no passado, e na construção de uma infra-estrutura urbana capaz de dar sustentação a dinâmica econômica do Rio Grande do Norte. Nesse sentido, a própria experiência da industrialização nacional e, especificamente, da nordestina, deixaram como ensinamento que se faz necessário que o Estado esteja à frente, coordenando, abrindo e ampliando os espaços para inversões produtivas. Essa prática deve ter como objetivo maior evitar a concentração do capital em áreas já dinamizadas pela acumulação capitalista, que dão respostas racionais apenas aos agentes privados em detrimento do conjunto das necessidades “básicas” da população de determinado espaço social. Infelizmente, esta parece ser a forma pela qual as elites potiguares buscam a superação do subdesenvolvimento.

ANEXOS

ANEXO 1 - Tabela 1 - Estados da Região Nordeste: Classificação Segundo Taxa de Crescimento da População e Densidade Demográfica 1940/50

	Taxa de Crescimento	
	Inferior ou Igual a do Nordeste	Superior a do Nordeste
Densidade Inferior ou Igual à do Nordeste	BA	MA,PI
Densidade Superior a do Nordeste	PB,AL,SE	CE,PE,RN

FONTE: Tabelas X1 e X2. Elaboração Própria.

Nota: Os Valores de Densidade Correspondem a 1940.

ANEXO 2 - Tabela 2 - Estados da Região Nordeste: Classificação Segundo Taxa de Crescimento da População e Densidade Demográfica 1950/60

	Taxa de Crescimento	
	Inferior ou Igual a do Nordeste	Superior a do Nordeste
Densidade Inferior ou Igual à do Nordeste	PI,BA	MA
Densidade Superior a do Nordeste	CE,RN,PB,PE,AL,SE	

FONTE: Tabelas X1 e X2. Elaboração Própria.

Nota: Os Valores de Densidade Correspondem a 1950.

ANEXO 3 - Tabela 3 - Estados da Região Nordeste: Classificação Segundo Taxa de Crescimento da População e Densidade Demográfica 1960/70

	Taxa de Crescimento	
	Inferior ou Igual a do Nordeste	Superior a do Nordeste
Densidade Inferior ou Igual à do Nordeste	MA,BA	PI
Densidade Superior a do Nordeste	PB,PE,SE	CE,RN,AL

FONTE: Tabelas X1 e X2. Elaboração Própria.

Nota: Os Valores de Densidade Correspondem a 1960.

ANEXO 4 - Tabela 4 - Estados da Região Nordeste: Classificação Segundo Taxa de Crescimento da População e Densidade Demográfica 1970/80

	Taxa de Crescimento	
	Inferior ou Igual a do Nordeste	Superior a do Nordeste
Densidade Inferior ou Igual à do Nordeste		MA,PI,BA
Densidade Superior a do Nordeste	CE,RN,PB,PE	AL,SE

FONTE: Tabelas X1 e X2. Elaboração Própria.

Nota: Os Valores de Densidade Correspondem a 1970.

ANEXO – 5 Tabela 5- Estados da Região Nordeste: Classificação Segundo Taxa de Crescimento da População e Densidade Demográfica 1980/91

	Taxa de Crescimento	
	Inferior ou Igual a do Nordeste	Superior a do Nordeste
Densidade Inferior ou Igual à do Nordeste	PI	MA,BA
Densidade Superior a do Nordeste	CE,PB,PE	RN,AL,SE

FONTE: Tabelas X1 e X2. Elaboração Própria.

Nota: Os Valores de Densidade Correspondem a 1980.

ANEXO 6 - Tabela 6 - Estados da Região Nordeste: Classificação Segundo Taxa de Crescimento da População e Densidade Demográfica 1991/00

	Taxa de Crescimento	
	Inferior ou Igual a do Nordeste	Superior a do Nordeste
Densidade Inferior ou Igual à do Nordeste	PI,BA	MA
Densidade Superior a do Nordeste	PB,PE,AL	CE,RN,SE

FONTE: Tabelas X1 e X2. Elaboração Própria.

Nota: Os Valores de Densidade Correspondem a 1991.

ANEXO 7 - Tabela 7 - Rio Grande do Norte: Participação dos Municípios de 10.000 Habitantes e Mais na População Total do Estado 1940-2000

Municípios	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Acari	-	-	-	0,7	0,6	0,6	0,4
Assu	1,9	1,8	2,3	1,6	1,8	1,8	1,7
Afonso Bezerra	-	-	-	-	-	0,4	0,4
Alexandria	1,5	1,6	1,7	0,9	0,8	0,6	0,5
Almino Afonso	?	?	0,9	-	-	-	-
Angicos	-	-	-	0,9	0,7	0,6	0,4
Apodi	1,6	1,6	1,5	1,4	1,5	1,3	1,2
Areia Branca	-	1,2	1,1	1,0	0,9	0,9	0,8
Arês	-	-	-	-	-	0,5	0,4
Augusto Severo	1,4	1,2	1,3	0,7	0,6	0,5	-
Baraúna	?	?	?	-	-	0,6	0,7
Barcelona	1,5	-	-	-	-	-	-
Brejinho	?	-	?	-	-	-	0,4
Caicó	2,6	2,5	2,4	2,4	2,1	2,1	2,1
Canguaretama	-	-	1,3	1,0	0,9	0,9	1,0
Caraúbas	-	1,1	1,4	1,0	1,0	0,8	0,7
Carnaubais	?	?	?	0,7	0,6	0,4	-
Ceará Mirim	2,8	2,7	3,0	2,4	2,1	2,2	2,2
Cerro Corá	-	-	-	-	-	0,4	0,4
Currais Novos	2,2	2,3	1,8	1,7	1,8	1,7	1,5
Espírito Santo	?	?	?	-	-	0,4	0,4
Extremoz	-	?	?	-	-	0,6	0,7
Felipe Camarão	?	1,5	?	?	?	?	?
Florânea			-	0,7	0,6	0,5	-
Goianinha	2,4	2,2	1,2	-	0,6	0,7	0,6
Gov. Dix Sept Rosado	?	?	?	-	-	0,4	0,4
Ielmo Marinho	?	?	?	-	-	-	0,4
Ipanguaçu	?	-	-	0,9	0,6	0,7	0,4
Jardim de Piranhas	-	-	-	-	-	-	0,4
Jardim do Seridó	-	-	1,0	-	0,5	0,5	0,4

(Continua)

Continuação)

Tabela 7- Rio Grande do Norte: Participação dos Municípios de 10.000 Habitantes e Mais na População Total do Estado 1940-2000

Municípios	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Jericó	-	1,1	?	?	?	?	?
João Câmara/Baixa Verde	1,8	1,5	1,2	1,2	1,2	1,2	1,1
Jucurutu	-	-	0,9	0,8	0,7	0,6	0,6
Lagoa Nova	-	-	?	-	-	0,4	0,4
Lajes			1,2	-	-	-	-
Luís Gomes	-	1,2	-	-	0,5	0,5	-
Macaíba	2,0	2,0	1,9	1,9	1,6	1,8	2,0
Macau	1,7	1,6	1,6	1,7	1,3	1,1	0,9
Martins			1,8	0,8	0,7	0,5	-
Maxaranguape	?	-	-	-	0,6	0,6	-
Montanhas	-	-	?	-	-	-	0,4
Monte Alegre	-	-	0,9	0,7	0,7	0,7	0,7
Mossoró	3,5	3,6	5,0	6,3	7,7	8,0	7,7
Natal	7,1	10,1	14,0	17,1	22,0	25,1	25,7
Nísia Floresta	-	-	-	-	-	0,6	0,7
Nova Cruz	1,6	1,5	2,0	1,4	1,4	1,2	1,2
Parnamirim	-	-	-	0,9	1,4	2,6	4,5
Parelhas	1,3	-	1,1	0,8	0,8	0,6	0,8
Patu	-	-	0,9	-	0,6	0,5	0,4
Pau dos Ferros	-	-	1,4	0,9	0,9	0,9	0,9
Pedro Avelino	?	1,1	-	0,7	-	0,5	-
Pedro Velho	-	-	1,5	0,6	0,6	0,5	0,5
Pendências	?	-	-	-	-	0,5	0,4
Poço Branco	?	?	?	-	-	0,4	0,4
Portalegre	-	1,0	1,2	-	-	-	-
Santa Cruz	3,2	2,7	1,5	1,3	1,2	1,2	1,1
Santana do Matos	2,0	1,8	1,3	1,2	0,9	0,7	0,6
Santo Antônio	3,4	3,3	3,1	1,0	0,9	0,8	0,7
São Bento do Norte	-	1,0	-	-	-	-	-
São Gonçalo do Amarante	2,7	?	1,5	1,2	1,6	1,9	2,5
São José de Mipibu	1,8	2,8	1,6	1,1	1,1	1,2	1,3
São José do Campestre	-	1,3	-	1,1	0,6	0,5	0,4

(Continua)

(Continuação)

ANEXO 7 - Tabela 7 - Rio Grande do Norte: Participação dos Municípios de 10.000 Habitantes e Mais na População Total do Estado 1940-2000

Municípios	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
São Miguel	1,5	1,6	1,7	1,0	0,9	0,9	0,7
São Paulo do Potengi	-	2,5	2,6	0,8	0,7	0,6	0,5
Serra de São Bento	1,3	1,3	-	-	-	-	-
São Tomé	-	-	1,0	0,8	0,6	0,5	0,4
Severiano Melo	?	?	?	-	-	0,4	0,4
Taipu	1,6	1,7	1,0	-	-	0,4	0,4
Tangará	?	?	-	-	-	0,4	0,4
Touros	1,7	1,7	1,5	1,3	1,0	1,1	1,0
Umarizal	?	-	-	-	0,7	0,5	0,4
Upanema	-	-	-	-	-	-	0,4
Várzea	?	?	0,9	-	-	-	-

FONTE: Censo Demográfico. Vários Anos. Elaboração Própria.**Nota.** (-) Significa que o Município tinha uma população menor do que 10.000 habitantes.

(?) Não havia registro do Município no Censo do referido ano.

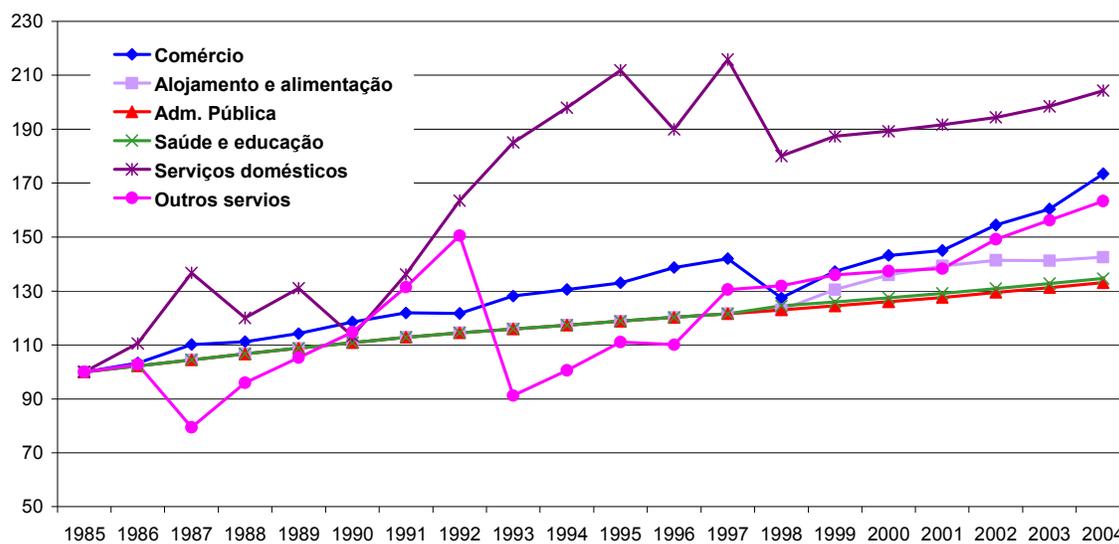
ANEXO 8 - Tabela 8 - Rio Grande do Norte: Migração Interestadual 1940-2000

Ufs	Rio Grande do Norte													
	Totais de Entradas							Totais de Saídas						
	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
RO	-	1*	32	101	157	376	790	-	887	1.260	1.317	2.033	4.112	945
AC	65	76	90	116	114	246	252	1.443	2.227	1.848	1.358	1.373	993	156
AM	374	329	355	515	719	1.267	1.316	2.499	2.787	2.184	1.750	2.706	3.044	1.125
RR	-	-	32	12	42	132	502	-	-	280	334	694	1.793	900
PA	700	736	534	629	1.413	2.784	2.247	9.253	6.943	6.503	5.221	9.583	11.328	1.817
AP	-	1	10	21	59	159	238	-	133	511	464	647	675	928
TO	-	-	-	-	-	43	134	-	-	-	-	-	1.845	637
MA	186	288	347	572	1.414	2.099	1.382	2.095	2.474	8.601	7.394	7.595	6.647	978
PI	148	195	315	380	1.345	1.818	1.011	457	720	915	1.288	2.701	2.234	418
CE	6.534	7.595	7.964	12.055	22.611	30.779	10.799	11.042	15.980	20.086	26.202	32.827	35.584	10.665
RN	703.885	889.665	1.066.961	1.458.179	1.754.306	2.212.329	-	-	-	-	-	-	-	-
PB	50.507	60.654	54.615	63.494	83.026	98.867	23.444	24.282	30.151	28.054	35.530	48.659	48.578	12.475
PE	3.580	4.466	5.122	6.378	12.315	18.188	8.874	5.366	10.100	15.359	21.680	27.093	25.593	6.017
AL	484	607	625	722	1.086	2.129	775	232	408	658	1.127	1.816	2.324	567
SE	55	112	222	188	469	1.047	516	56	121	169	383	1.087	1.803	701
BA	180	318	425	752	1.815	3.748	2.683	437	1.026	3.187	4.612	8.074	10.029	2.169
MG	74	199	407	1.896	2.227	3.390	1.591	883	2.730	19.469	20.718	20.988	21.663	5.076
ES	25	168		98	252	474	333	356	252	502	670	1.324	1.646	654
RJ	340	1.040	1.149	2.436	5.851	13.406	11.074	9.311	17.410	19.479	28.748	99.740	89.283	16.065
SP	128	274	384	991	3.951	12.168	15.698	4.464	6.987	21.282	38.349	95.496	117.721	40.761
PR	27	46	173	244	565	917	718	297	652	5.320	5.818	4.688	3.958	915
SC	31	52	127	94	160	318	429	91	54	296	239	424	892	898
RS	51	73	249	244	450	988	1.195	198	223	587	493	786	1.112	741
MS	-	-	-	-	129	456	792	-	-	-	-	2.703	3.126	605
MT	17	46	100	125	206	265	604	587	555	1.335	3.173	2.977	5.344	916
GO	6	12	84	377	1.276	2.464	1.517	169	552	13.575	23.807	30.533	31.294	6.788
DF	-	-	-	144	743	1.588	2.935	-	-	-	11.610	23.582	26.021	7.126

FONTE: IBGE. Censo Demográfico. Vários Anos. Elaboração Própria.

ANEXO 9 - Gráfico 1

Rio Grande do Norte: Índice de crescimento do PIB dos subsetores menos dinâmico 1985-2004



Fonte: IBGE - Contas Regionais. Elaboração CEPLAN

OBS: Gráfico subtraído do Relatório sobre o desenvolvimento macroeconômico do Rio Grande do Norte (2007, p.13), elaborado pela Consultoria Econômica e Planejamento (CEPLAN/PE). Este relatório faz parte de um estudo maior chamado "Plano Integrado de Ação Regional" sob a responsabilidade da Caixa Econômica Federal.

ANEXO 10 - Tabela 9 - Rio Grande do Norte: Fluxo Migratório (1.000 Habitantes) 1940-2000

Anos	Total de Entradas	Total de Saídas	Saldo
1940	63.512	73.518	-10.006
1950	77.288	103.372	-26.084
1960	73.361	171.460	-98.099
1970	92.584	242.285	-149.701
1980	142.395	430.129	-287.734
1991	200.116	458.642	-258.526
2000	91.849	121.262	-29.413
Total	741.105	1.600.668	-859.563

FONTE: Censo Demográfico. Vários Anos. Elaboração Própria.

ANEXO 11 - Tabela 10 - Rio Grande do Norte: População Total e % de Migrantes da População Total – 1940-2000

Ano	Pop. RN	%
1940	768.018	9,5
1950	976.921	10,6
1960	1.157.258	14,8
1970	1.550.188	15,6
1980	1.898.835	22,7
1991	2.415.567	19,0
2000	2.771.538	4,4

FONTE: Censo Demográfico. Vários Anos. Elaboração Própria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABLAS, Luiz A. de queiros; MÜLEER, Alberto Eugênio; SMITH, Roberto. **Dinâmica espacial do desenvolvimento brasileiro**. Rio de Janeiro: Brasiliense. V.1, 1990.

ABREU, Marcelo de Paiva. **Principais mudanças e inovações na política econômica entre 1930 e 1937**. IN: *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. (Org.) SZMRECSÁNYI, Tamás e GRANZIERA, Rui G. Getúlio Vargas & a economia contemporânea. São Paulo: Editora da Unicamp/Hucitec, 2. ed., 2004, da p. 47 a p. 64.

ABREU, Maurício de Almeida. **Pensando a cidade no Brasil do passado**. IN: *Brasil: Questões atuais da reorganização do território*. (Org.) CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa e CORRÊIA, Roberto Lobato. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005, 468p.

ABRUCIO, Fernando Luiz. **Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 2.ed., 2002, 253 p.

AFONSO, J. R. R. – **Descentralização Fiscal: revendo idéias**. Ensaio, FEE, nº 15, Porto Alegre, 1994.

_____, **Descentralizar e Depois Estabilizar: a complexa experiência brasileira**. Revista do BNDES, V. 3, nº 5, Rio de Janeiro, 1996.

AFFONSO, Rui. **Descentralização e Reforma do Estado: a federação brasileira na encruzilhada**. In: *Economia e Sociedade – Revista do Instituto de Economia da UNICAMP*, Nº 14, junho, 2000.

_____, **Os Estados e a Descentralização no Brasil**. Série Política Fiscal, nº 93, CEPAL/GTZ, Chile, 1997.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 3. ed. Recife: FJN/Massangana. São Paulo: Cortez, 2006, 338 p.

ALMEIDA, Rômulo. **Nordeste: desenvolvimento social e industrialização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, 286 p.

ALONSO, Carlos. **Processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado**. São Paulo: UNESP/Unicamp, 1. ed., 2003, 270 p.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Poder político e produção do espaço**. Fundação Joaquim Nabuco, Recife: Massangana, 1984, 129 p.

_____, **A terra e o homem do Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 5. ed., São Paulo: Atlas, 1986, 238 p.

_____, Nordeste, espaço e tempo. Petrópolis: Vozes, 1970, 182 p.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1936. Rio de Janeiro: IBGE, v.2, 1936.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. Rio de Janeiro. Vários Anos.

APOLINÁRIO, Valdênia. **Incentivos da SUDENE no Nordeste: sua articulação com a economia do Rio Grande do Norte no período de 1964/1989.** Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação do Centro de Humanidades da Universidade Federal da Paraíba – CAMPUS II. Campina Grande/PB, 1996, 149 p.

ARAÚJO, Denílson S. **O urbano em processo e a égide do capital mercantil.** In: XII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA. BRASIL e AMÉRICA LATINA NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: contradições e perspectivas do desenvolvimento. Seção Ordinária, de 05 a 08 de junho de 2007, USP, São Paulo/SP. **Anais eletrônicos do XII Encontro Nacional de Economia Política - BRASIL e AMÉRICA LATINA NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: contradições e perspectivas do desenvolvimento.** São Paulo, 2007a, 20 p.

_____, **Notas sobre a questão fiscal no Brasil: o desmantelamento fiscal das décadas de 1980 e 1990 e a instabilidade da manutenção do pacto nacional.** In: VII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E 8ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS. Seção Ordinária, de 02 a 05 de setembro de 2007b, UFSE, Aracaju/SE. 20p. **Anais Eletrônicos do VII Congresso Brasileiro de História Econômica e 8ª Conferência Internacional de História de Empresas.**

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **“Industrialização do Nordeste: intenções e resultados”.** In: MARANHÃO, Sílvio et alli (1984). *A Questão Nordeste: estudos sobre a formação histórica, desenvolvimento, processos políticos e ideológicos.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____, **Herança de diferenciação e futuro de fragmentação.** São Paulo: Revista de Estudos Avançados, V. 11, Nº 29, USP, janeiro-abril de 1997, p. 7-36.

_____, **"O nordeste brasileiro face à globalização: impactos iniciais, vantagens e desvantagens competitivas".** *Revista Rumos do Desenvolvimento*, 21(139), 1997.

_____, **Por uma política nacional de desenvolvimento regional.** *Fortaleza: Revista Econômica do Nordeste*, V. 30, n. 2, da página 144-161, abril-junho de 1999.

AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e cidades do Brasil colonial. São Paulo: 1956.

AZEVEDO, Francisco F. e PESSÔA, Vera Lúcia S. **O programa do leite no Rio Grande do Norte e a reprodução político-oligárquica regional.** *II Simpósio Regional de Geografia Agrária.* Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005, 10 p.

BAER, Mônica. **A Dívida Externa Brasileira: estratégias de negociação e impactos internos (1983-1987)**. IN: PEREIRA, Luiz Bresser (Org.) *Dívida Externa: crise e soluções*. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1989, p. 184-218.

BANCO MUNDIAL. **Brasil: crescimento e redução de pobreza no Rio Grande do Norte – Memorando Econômico sobre o Estado**. Relatório nº 24.891 BR – 5 de dezembro de 2003, 162 p.

BARACHO, Elaine Alves. **Incentivo à industrialização no estado do Rio Grande do Norte: a experiência do PROADI**. Natal: Departamento de Economia/UFRN, Mimeo. 1999.

BASTOS, Neuma Sueli Marinho de; e SILVA, Alexsandro Ferreira Cardoso da. **Vantagens e desvantagens do espaço: a hierarquia dos espaços ocupados em Natal**. *Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía e Ciencias Sociales*. V. VII, n. 146 (144), Barcelona, 1 de agosto de 2003, 20p. Disponível em: [http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(144\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(144).htm). Acesso em 26 de setembro de 2006.

BATISTA, Paulo Nogueira. **“O Consenso Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos”**. In: *Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.

BELIK, Valter. BIRAL, MÁRIO A. M. GOSMES DA SILVA, Aldenor. GRAZIANO DA SILVA, José. **A persistência da parceria na agricultura irrigada do Nordeste**. NORDESTE, O QUE HÁ DE NOVO? Seminário Regional, 22 a 25 de novembro. Campus Universitário, Natal-RN, 1988, 341p.

BERCOVICI, Gilberto. **Desigualdades regionais, estado e constituição**. São Paulo: Max Limonad, 2003, 330 p.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Anotações sobre o capital mercantil**. Campinas: UNICAMP/IE, Mimeo. 1996, 18 p.

_____, **“Economia Política e Dimensão Territorial do Desenvolvimento”**, In: *Encontro Brasileiro de Economia Política*, Fortaleza - CE, 2000.

_____, **A dimensão espacial do subdesenvolvimento: uma agenda para os estudos urbanos e regionais**. 2003. 146 p. Tese de Livre Docência (Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada Campinas) – UNICAMP/IE, Campinas.

BREITBACH, Áurea C. de Miranda. **Estudo sobre o conceito de região**. Porto Alegre: Fundação Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1988, 96 p.

BRITO, Jorge & CASSIOLATTO, José Eduardo. **“Mais além da guerra fiscal”**: políticas industriais descentralizadas no caso brasileiro. IN: *IV Encontro Nacional de Economia Política*. Fortaleza, 23 de junho de 2000, 20 p.

BUESCU, M. E TAPAJÓS, V. **História do desenvolvimento econômico do Brasil**. Rio de Janeiro, 1969.

CAMPOS, Roberto. **Lanterna na Popa**. Rio de Janeiro: Topbooks. V. 2, 4 ed., 2002, 1.460 p.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: Ed. T. A. Queiros, 2. ed., 1983, 318 p.

_____, **Urbanização: sua crise e revisão de seu planejamento**. (Mimeo.). Campinas, IE/UNICAMP, 1986.

_____, **Notas sobre o capital mercantil**. Campinas: Unicamp (Mimeo.). Campinas, IE/UNICAMP, 1988a, 13 p.

_____, **Questão regional e urbanização no desenvolvimento econômico brasileiro pós 1930**. *Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. V. 2, Olinda: ABEP, 1988b, p. 67-99.

_____, Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional. Campinas: Editora da UNICAMP, 4º ed., 1995, 203 p.

_____, **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1970/1970-1995)**. Campinas: UNICAMP-IE, 2. ed., 1998, 421 p.

_____, **Soberania e política econômica na América Latina**. São Paulo: UNESP, 2000, 582 p.

_____, IN: **Entrevista de Título Fora dos eixos**. Concedida ao Jornal da Unicamp. Ano XV, Nº 162, maio de 2003, 16 p.

_____, **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002, 148 p.

_____, **Desconcentração produtiva regional do Brasil – 1970-2005**. São Paulo: editora UNESP, 2008, 294 p.

CANO, Wilson & BRANDÃO, Carlos A. (Org.). **A região metropolitana da campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente**. Campinas: UNICAMP-IE, V.1, 2002, 439 p.

CANO, Wilson.; BRANDÃO, Carlos A.; MACIEL, Cláudio S. e MACEDO, Fernando C. **A economia paulista: dinâmica econômica entre 1980 e 2005**. São Paulo: Alínea, 2007, 571 p.

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: UNESP/IE, 2002, 423 p.

_____, **Processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado**. São Paulo: Editora UNESP, 2007a, 270 p.

CARNEIRO, Ricardo. **Globalização e integração produtiva**. Campinas: UNICAMP/IE, Texto para Discussão, Nº 126, julho de 2007b, 45 p.

_____, **Crise, ajustamento e estagnação: a economia brasileira no período 1974-89**. Revista Economia e Sociedade. Campinas: Instituto de Economia. V. 26, n. 1, ago. 1992, da p. 145-169.

CARVALHO, Fernanda Ferrário de. **Da esperança à crise – a experiência das políticas regionais no Nordeste**. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP/IE, 2001, 164 p.

_____, **A extinção da SUDENE – um marco das transformações na política de desenvolvimento regional no Brasil**. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP/IE, 2006, 279 p.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. **O Nordeste e o regime autoritário**. São Paulo: Hucitec/SUDENE, 1987, 359 p.

CARVALHO, Otamar de. **A economia política do Nordeste: secas, irrigações e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Campus; Brasília: ABID - Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem, 1988 505 p.

_____, **Nordeste: a falta que o planejamento faz**. *Seminário Nacional: Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões – A Espacialidade do Desenvolvimento Brasileiro*. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR. Campinas: UNICAMP-IE, 05 de abril de 2001.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: MEC, 1955, 470 p.

_____, **História da cidade do Natal**. Natal: IHG, 1999, 411 p.

CASTRO, Antônio Barros. **7 ensaios sobre a economia brasileira**. Rio de Janeiro: Forense, 2. ed., 1975, 248 p.

COMO ANDAM AS METRÓPOLES/RELATÓRIO FINAL. **Região Metropolitana de Natal**, 21 de dezembro de 2005. Disponível em www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br. Acesso em 15 de agosto de 2007.

CORAGGIO, José L. **Territorios e transición: crítica a la planificación regional en América Latina**. Quito: Ciudad Quito, 2. ed., 1988, 281 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajelórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 3ª ed., 2005, 304 p.

_____, **Região e organização espacial**. Séries Princípios. São Paulo: Ática, 1986, 93 p.

COSTA, Heloísa S. M. & Monte-Mór, Roberto L. M. **Urbanization & environment: trends and patterns in contemporary Brazil**. In: HOGAN, Daniel J., BERQUÓ, Elza and COSTA, Heloísa S. M. (eds). *Population and environment in Brazil: Rio + 10*. Campinas: CNPD, ABEP, NEP, 2000, 311 p.

COSTA, Ademir Araújo. **A verticalização e as transformações do espaço urbano de Natal-RN**. Rio de Janeiro: UFRJ.PPGG, 2000, 308 p.

COULON, Alan. **A escola de chicago**. Campinas: Papirus, 1995, 135 p.

- COUTINHO, Maurício Chalfin. **Lições de economia política**. São Paulo: Hucitec, 1993, 220 p.
- CUNHA, Gersonete Sotero. **Natal: o processo de expansão territorial urbana. 1997**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, São Paulo.
- CUNHA, Maria V. A mineração em Currais Novos: um estudo do cotidiano operário. Dissertação de Mestrado. Natal:UFRN/MCS, 1988, 140 p.
- CLEMENTINO, Maria do Livramento M. **Complexidade de uma urbanização periférica**. Tese de Doutorado, Campinas: IE/UNICAMP, 1990, 307 p.
- _____, **O maquinista de algodão e o capital comercial**. Natal: UFRN/ Ed. Universitária, 1986, 271 p.
- _____, **Desigualdades sócio-espaciais na região metropolitana da Natal/RN** (Projeto de Pesquisa/Mimeo.). Natal, 2001. 33 p.
- _____, **Rio Grande do Norte: novas dinâmicas, mesmas cidades**. In: GONÇALVES, Flora; BRANDÃO, Carlos Antônio; GALVÃO, Antônio Carlos. *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano regional*. São Paulo: UNESP/ANPUR, 2003, p. 386-404.
- _____, **Economia e urbanização: o Rio Grande do Norte nos anos setenta**. Natal: UFRN/CCHLA, 1995.
- _____, **A região metropolitana de Natal**. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Mimeo. 1996, 21p.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1998, 334 p.
- CRUZ, Paulo Davidof. **Dívida externa e política econômica: a experiência econômica nos anos 70**. São Paulo: UNICAMP-IE, 1999, 211 p.
- CRUZ, Rossine Cerqueira da. **A inserção de Feira de Santana (BA) nos processos de integração produtiva e de desconcentração econômica nacional**. Tese de Doutorado, Campinas: IE/UNICAMP, 1999, 355 p.
- DEFFONTAINES, Pierre. **Como se constituiu no Brasil a rede das cidades**. *Bulletin de la Société de Géographie*. Ano 59 – Tomo 82 – Nº 9, Lille, 1938, p. 141-148 e p. 299-308.
- Diagnóstico Macroeconômico do Rio Grande do Norte. Recife: CEPLAN/Caixa Econômica Federal, 2007, 142 p.
- DINIZ, C. C. **A nova configuração urbano-industrial no Brasil**. In: KON, A. (Org.) *Unidade e fragmentação: a questão regional no Brasil*. São Paulo: Perspectiva 2002, p. 87-115.
- DUARTE, Francisco Wellington. **A indústria de transformação do Rio Grande do Norte nos Anos 90: O PROADI como indutor do processo de desenvolvimento industrial do Estado**.

2000, 150p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

DRAIBE, Sônia. Rumos e metamorfoses: estado e industrialização no Brasil – 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, 370 p.

ESTATÍSTICAS HISTÓRICAS DO BRASIL – *Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1980*. Rio de Janeiro: IBGE, 2. ed. V. 3, 1990, 642 p.

ESTATÍSTICAS HISTÓRICAS DO BRASIL: *Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1988*. 2. ed. rev. e atual. do V. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

EVANGELISTA, João Emanuel. **Tear de homens: relações de poder em fábricas têxteis**. Natal: EDUFRN, 2000, 138 p.

FARIA, Vilmar. **O processo de urbanização no Brasil: algumas notas para seu estudo e interpretação**. In: *Anais do Primeiro Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Associação Brasileira de Estudos populacionais. Campos do Jordão, 1978, p. 89-108.

_____, **Cinquenta anos de urbanização no Brasil**. São Paulo: Novos Estudos SEBRAP, N° 29, 1991, p. 98-119.

FEITOSA, Cid Olival. **As transformações recentes da economia sergipana: 1970-2005**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação do Instituto de Economia da UNICAMP. (Área de Concentração em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente). Campinas: UNICAMP, 2007, 215 p.

FELIPE, José Lacerda Alves. **A (re)invenção do lugar: os rosados e o “país de Mossoró”**. João Pessoa: GRAFSET, 2001, 192 p.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975, 413 p.

FERNANDES, Geraldo de Margela. **O sal: economia em questão. Natal: Coleção Mossoroense – V. 851, 1995, 114 p.**

FERNANDES, Geraldo de Margela. **Caminho possível para o desenvolvimento do RN: a utopia do pólo gás sal**. 2007. 157 p. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **Globalização e Urbanização Subdesenvolvida**. São Paulo em Perspectiva, 14 de abril de 2000. Disponível em www.google.com. Acesso em 22 de março de 2006.

FONSECA, Maria A. P. da. **Espaço, políticas de turismo e competitividade**. Natal: EDUFRN, 2005, 226 p.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas: o capitalismo em construção.** Ed. Brasiliense, São Paulo, 1989, 482 p.

FORMIGA, Marcos e SACHS, Ignacy (Org.). **Celso Furtado e a SUDENE: seminário internacional.** *Homenagem aos 80 anos de Celso Furtado e aos 40 anos de criação da SUDENE.* Recife: SUDENE, 2000, 357 p.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 22^a. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987, 248 p.

_____, **Celso Furtado. Obra autobiográfica.** Tomo II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, 312 p.

_____, **O mito do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4. ed., 1974, 117 p.

_____, **Desenvolvimento e subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961, 268 p.

_____, **Raízes do subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, 215 p.

_____, **Prefácio a nova economia política.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3. ed., 1977. 137 p.

_____, **Dialética do desenvolvimento.** México: Fundo de Cultura, 1964, 173 p.

_____, **A construção interrompida.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3. ed., 1992, 87 p.

FURTADO, Edna Maria. **A “onda” do turismo na cidade do sol: a reconfiguração urbana de Natal.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2005, 300 p.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade:** Campinas: Editora da UNICAMP, 2006, 368 p.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830).** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992, 324 p.

GALVÃO, Francimar de Araújo e LIMA, Maria Deusa dos Anjos. **A evolução industrial do Rio Grande do Norte: um desenvolvimento proporcionado a partir das necessidades geradas no setor primário.** *História do Rio Grande do Norte* n@ Web, 2000. Disponível em: <http://www.seol.com.br/rmnaweb>. Acesso em 21/05/2007.

GALVÃO, Olímpio J. de Arroxelas. **Comércio interestadual por vias internas e integração regional no Brasil.** *Anais do XXI Encontro Nacional de Economia.* Belo Horizonte, 01 a 03 de dezembro de 1993, da página 257 a 279.

GARCIA, Odair Lopes. **Análise dos determinantes de competitividade da indústria de confecções do estado do Rio Grande do Norte.** (Relatório Final de Pesquisa – período: 03/1997 a 02/1999. Natal: Mimeo. 2002, 93 p.

GARCIA, Odair Lopes. **Análise dos efeitos do programa de incentivo à industrialização (PROADI) sobre a estrutura industrial e a receita tributária do estado.** Estudo Técnico,

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Natal: (Relatório Final), Mimeo., 2005, 56 p.

GARCIA, Odair Lopes. **A economia do estado do Rio Grande do Norte no contexto da economia brasileira no período de 1985 a 2000.** Natal: (Relatório de Pesquisa), 2001, 42 p.

GARCIA, Odair Lopes. **Fluxos de comércio por vias internas do Rio Grande do Norte – 2005.** Natal: Secretaria do Estado da Tributação (SET), Série Estudos Econômico-Tributários – Nº 1, 2006, 65 p.

GEIGER, Pedro P. **Evolução da rede urbana brasileira.** Rio de Janeiro: CBPE, 1963, 462 p.

GÓIS RIBEIRO, Neuza Maria. **Transformação do espaço urbano: o caso de Aracaju.** Sergipe: Massangana, 1989, 127 p.

GOMES, Gustavo Maria. **Velhas secas em novos sertões: continuidade e mudanças na economia do Semi-Árido e dos Cerrados nordestinos.** Brasília: IPEA, 2001, 294P.

GONÇALVES, Reinaldo. **Globalização e desnacionalização.** São Paulo: Paz e Terra, 1999, 237 p.

GOODMAN, David; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcante de. **Incentivo à industrialização e desenvolvimento do Nordeste.** Rio de Janeiro: IPEA/INPES. Relatório de Pesquisa Nº 20, 1974, 307 p.

GORENDER, Jacob. **O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica.** In: (Org.) LAPA, José Roberto do Amaral. *Modos de Produção e Realidade Brasileira.* Petrópolis: Vozes, 1980, 210p.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993, 310 p.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Introdução à formação econômica do Nordeste: da articulação comercial à integração produtiva.** Recife: Massangana/Fundação Joaquim Nabuco, 1989, 295 p.

_____, **O grande capital e as regiões brasileiras.** Relatório Final (Mimeo.). CNPQ/FUNDAJ/UFPB. João Pessoa, 1995, 203 p.

GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste.** IN: VERSIANI, Flávio Rabelo e BARROS, José Roberto Mendonça de. São Paulo: Saraiva, 1978, p. 293-338.

HARVEY, David. **Los límites del capitalismo y la teoría marxista.** México: Fondo de Cultura Económica, 1990. 469p.

_____, **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004, 201 p.

_____, **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005, 252 p.

HOBSON, John Atkinson. **A evolução do capitalismo moderno: um estudo da produção mecanizada**. São Paulo: Nova Cultural, 2. ed., 1985, 368 p.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica**. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

IBGE. Repertório Estatístico do Brasil. Quadros Retrospectivos N° 1. (Separata do Anuário Estatístico do Brasil – Ano V – 1939/1940). Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1941, 138 p.

_____, Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro, V. 2, 1936.

_____, Estatísticas Históricas do Brasil. Séries Demográficas e Econômicas, 1550 a 1988, 2. ed. Revisada. V.3, Rio de Janeiro, 1990.

IBGE. Censos Econômicos: agrícola, industrial, comercial e de serviços. Recenseamento Geral do Brasil, 1° de setembro de 1940. Rio de Janeiro: Serviços Gráficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950, 506 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico. Vários Anos.

_____, Brasil – Censo Econômico de 1907, V. 2.

_____, Brasil - Censo Agropecuário, Vários anos.

_____, Brasil – Censo Industrial, Vários anos.

_____, Rio Grande do Norte – Censo Agropecuário, Vários anos.

_____, Rio Grande do Norte – Censo Industrial, Vários anos.

_____, Rio Grande do Norte – Censo Demográfico, Vários anos.

IDEC, Instituto de Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio Grande do Norte. Pobreza no Rio Grande do Norte: condicionantes sócio-econômicos. Natal: Mimeo, 1995.

_____, **Avaliação das mudanças Sócio-econômicas e demográficas no período de 1983 a 1993**. Natal, 1997.

IPEA/IBGE/NESUR /IE-UNICAMP. **Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil**. Campinas: UNICAMP-IE, V. 1, 1999.

JORNAL DA UNICAMP. Edição N° 352, p. 12, 19 a 25 de março de 2007.

KENICHI, Ohmae. **O fim do estado nação: a ascensão das economias regionais**. Rio de Janeiro: Campus, 1996, 214 p.

KALECKI, Michael. **Crescimento e ciclo das economias capitalistas**. São Paulo: Hucitec, 2. ed., 1987, 193 p.

KEYNES, John M. (1982). **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. Ed. Atlas, São Paulo, 1982.

LANGONI, Carlos Geraldo. **A crise do desenvolvimento: uma estratégia para o futuro**. 2ed. Rio De Janeiro: J. O. Editora, 1985.

LESSA, Carlos. **A crise urbana e o circuito imobiliário**. Campinas/CEDE (Mimeo.), 1980, 109 p.

LESSA, Carlos. **Quinze anos de política económica**. São Paulo: Brasiliense, 4. ed., 1986, 173 p.

LESSA, Lessa & DAIN, Sulamis. **Capitalismo associado: algumas referências para o tema estado e desenvolvimento** In: (Org.) BELLUZZO, Luis Gonzaga de Mello & COUTINHO, Renata. **Desenvolvimento capitalista no Brasil**. Campinas: UNICAMP-IE, 4. ed., V. 1, 1998, p. 247-265.

LIMA, Jacob Carlos e FERREIRA, Brasília Carlos. **Trabalhadores urbanos no Nordeste: trajetórias profissionais, mobilidade social e organização operária**. IN: XVIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 1994, 21 p. Disponível em: <<http://www.anpocs.org.br>. Acesso em 07 de janeiro de 2008.

LIMA, Luís Eduardo Azevêdo de. **Dinâmica expansiva e aspectos distributivos e sociais da economia do Rio Grande do Norte (1970-1998)**. Departamento de Economia/UFRN, Mimeo. 2000, 111 p.

LIMA, Maria Luciene de S.; FARIA, Roberto Araújo; PASSOS, A Tereza B. e SILVA, Luiz S. **Diagnóstico da economia agrícola do pólo irrigado Açú-Mossoró**. CAATINGA, V. 18, n.3, p. 136-142, jul./set. 2005, 7 p.

LIMA, Pedro de. **Natal século XX: do urbanismo ao planejamento**. Natal (RN): EDUFRN, 2001, 176 p.

_____, **Luís da Câmara Cascudo e a questão urbana em Natal**. Natal: EDUFRN, 2006, 160 p.

LOPREATO, Francisco L. C. – **Crise de financiamento dos Governos Estaduais (1980-1988)**. Texto para Discussão, nº 26, Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 1993.

_____, **Um Novo Caminho do Federalismo no Brasil?** IN: *Economia e Sociedade, Revista do Instituto de Economia da UNICAMP*, nº 9, dezembro, 1997.

LOPREATO, Francisco L. C. **O colapso das finanças estaduais e a crise da federação**. São Paulo: UNESP/UNICAMP, 2000a, 269 p.

_____, **O Endividamento dos Governos Estaduais nos Anos 90**. IN: *Economia e Sociedade, Revista do Instituto de Economia da UNICAMP*, nº 15, dezembro, 2000b.

LÖWY, Michael. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado**. Paris: Revista Actuel Marx, nº 18, 1995, 8 p. Disponível em: <http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/>. Acesso em 16 de setembro de 2006.

LUCENA, Leandro Severiano de. **Identificação e análise de fatores que afetam a comercialização de algodão arbóreo em caroço na microrregião Seridó-RN**. Dissertação de Mestrado. Campina Grande: UFPB, 1980.

MACEDO, Fernando César de; ARAUJO, Denílson da Silva. **O programa de desenvolvimento industrial do Rio Grande do Norte (PROADI): a segregação do espaço do capital**. *IV seminário Internacional Sobre Desenvolvimento Regional*. Gestão Território e Desenvolvimento Regional: A Agenda Política e de Pesquisa. Santa Cruz do Sul/RS, 22 a 24 de outubro de 2008, 20 p.

MAGALHÃES, Antônio Rocha. **Industrialização e desenvolvimento regional: a nova indústria do Nordeste**. Brasília: IPEA/IPLAN, 1983, 315 p.

MARIZ, Marlene da Silva & SUASSUNA, Luiz Eduardo B. **História do Rio Grande do Norte: império e república – (1822 – 1934)**, Natal (RN): Gráfica Santa Maria, 1997, 216 p.

_____, **História do Rio Grande do Norte Imperial (1597/1822)**. Natal (RN): Natal Editora, 1997, 176 p.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**, Livro 1, V. I – O Processo de Produção do Capital. São Paulo: Difel, 1985, 579 p.

_____, **O capital: crítica da economia política**, Livro 1, V. II – O Processo de Produção do Capital. São Paulo: Difel, 1985, 351 p.

MEDEIROS, Tarcísio. **Aspectos geopolíticos e antropológicos da história do Rio Grande do Norte**. Natal: Imprensa Universitária, 1973, 276 p.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O Capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1982, 182 p.

MIGLIOLI, Jorge. **Acumulação de capital e demanda efetiva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981, 301 p.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria do Desenvolvimento da Produção. Instrumentos de Apoio ao Setor Produtivo. **Onde buscar apoio para o seu negócio**. Brasília: MIDIC/SDP/DESIT, 2004, 398 p.

MINTER/SUDENE. Projetos aprovados – capacitados a absorver recursos do Sistema 34 e 18. São Paulo: Vaner Bicego/São Paulo, 1973, 152 p.

MINTER/SUDENE. Desempenho da economia regional do Nordeste. Recife 1980.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL/SUDENE. Região Nordeste do Brasil em Números. Recife, maio de 2003.

MIRANDA, José Carlos e TAVARES, Maria da Conceição. **Brasil: estratégia da conglomeração.** IN: *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999, 492 p.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte.** 3. Ed., Natal: EDUFRN, 2007, 217 p.

MOREIRA, Raimundo. **O nordeste brasileiro: uma política regional de industrialização.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, 170 p.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária.** São Paulo: HUCITEC, 1989.

Natal 2015. Prefeitura Municipal de Natal. Relatórios Parciais (Mimeo.), 2000.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808).** São Paulo: Hucitec, 8. ed., 2005, 420 p.

NOVY, Andreas. **A desordem da periferia: 500 anos de espaço e poder no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2002, 423 p.

OHMAE, Kenichi. **O fim do estado-nação: a ascensão das economias regionais.** Rio de Janeiro, 1996, 214 p.

OLIVEIRA, Ednilda da Silva; MORAIS, Maria A.; MEDEIROS, Elite D. de; MEDEIROS, Maria de Lourdes P. de. **Aspectos histórico-geográficos dos Tapuias.** Disponível em: www.serescaico.ufrn.br. Acesso em 14 de junho de 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. **O estado e o urbano no Brasil.** Espaço & Debates – Revista de Estudos Regionais e Urbanos/NESUR. São Paulo: Cortez, Nº 6, 1982, 36p.

OLIVEIRA, G. P. de. **A elite política e as transformações no espaço urbano: Natal 1888/1913.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). UFRN/MCS, Natal, 1997.

O MOSSOROENSE. **Articulações políticas que levaram Aluizio Alves a vencer a campanha de 1960.** 22 de dezembro de 2005. Disponível em: www2.uol.com.br/omossoroense/100807. Acesso em 26 de novembro de 2007.

PACHECO, Carlos A. & PATARRA, Neide (Org.). **Dinâmica demográfica regional e as Novas Questões Populacionais no Brasil.** Campinas: UNICAMP-IE, 2000, 568 p.

PAIVA FILHO, Francisco das Chagas e GARCIA, Odair Lopes. **Incentivos fiscais: mudança estrutural e diversificação na indústria do Nordeste e do Rio Grande do Norte**. Natal: Seca (Coleção Especializada, Série B. 3). Mimeo. 1983, 99 p.

PAZ, Tereza Cristina Souza da. **Causas e consequências do processo de (des)urbanização na cidade de Natal**. Monografia de Final de Curso. (Departamento de Economia da UFRN), 2001, 64 p.

PEYER, Cheryl. **As causas da crise da dívida**. In: PEREIRA, Luiz Bresser (Org.) *Dívida externa: crise e soluções*. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1989, p. 59-76.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **De volta ao capital mercantil**. In: D’Incao, Maria Ângela. *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 279-297. Disponível em www.bresserpereira.org.br. Acesso em 08 de novembro de 2006.

PEREIRA, Raimundo Rodrigues. ANDRADE, Manuel Correia de e TAVARES, M. C. (Org.) **Seca e poder: entrevista com Celso Furtado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, 94 p.

PINTO, V. Noya. **O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII**. Tese de Doutorado. São Paulo. FFLCH, USP, 1972.

PRADO JR., Caio. **História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1999, 142 p.

PRADO, Sérgio. “**Guerra fiscal e política de desenvolvimento estadual no Brasil**”. In: *Economia e Sociedade*. Campinas, (13), dezembro, 1999, p. 1-40.

PROADI. Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte. Natal: SEDEC, 1997.

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL. **Plano urbanístico e de desenvolvimento de Natal**. São Paulo. Serete S. A. engenharia, 1968.

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL. IPLNAT. **Memorial justificativo da proposta – Plano Diretor de Organização Físico-territorial de Natal**. Natal 1982. Mimeo.

_____, **Plano diretor de organização físico-territorial do município de Natal**. Lei 3.175/84. Natal: 1984. Mimeo.

_____, **Plano Diretor de Natal**: Lei Complementar nº 07. Natal: 1994. Mimeo.

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL. SEMPLA. **Plano diretor da cidade do Natal**: Lei nº 2.211. Natal: 1974. Mimeo.

RECENSEAMENTO GERAL DO IMPÉRIO 1872. Disponível em www.recenseamentogeraldoimperio.com. Acesso em 15/10/2006.

RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL, 1907. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística, Volume II. Rio de Janeiro.

RECENSEAMENTO DO BRASIL DE 1920. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Volume V, 1ª Parte, Rio de Janeiro, 1927, 526 p.

RECENSEAMENTO DO BRASIL DE 1920. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Agricultura, Volume II. 2ª Parte Agricultura e Indústria. Rio de Janeiro, 1924, 192 p.

RECENSEAMENTO DO BRASIL DE 1920. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Agricultura, Volume III. 2ª Parte Agricultura. Rio de Janeiro, 1924, 521p.

RECENSEAMENTO DO BRASIL DE 1920. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Agricultura, Volume III. 3ª Parte Agricultura. Rio de Janeiro, 1927, 367 p.

RELATÓRIO FINAL. **Avaliação e Diagnóstico do Setor Mineral do Estado do Rio Grande do Norte**. Natal: SEDEC/FAPERN, 2005. Disponível em www.sedec.rn.gov.br. Acesso em 13 outubro de 2007, 15 p.

RIBEIRO, Humberto Abel Vilar. **Projetos industriais aprovados pela SUDENE (julho a dezembro de 1975): análise de alguns indicadores**. *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, V. 7, Nº 2, abril-junho de 1976, p. 285-320.

RIBEIRO JÚNIOR, José. **Colonização e monopólio no nordeste brasileiro: a companhia geral de Pernambuco e Paraíba**. São Paulo: Hucitec, 2. ed., 2004, 210 p.

RIBEIRO, Luiz C. Q. e LAGO, Luciana. **O espaço social das grandes metrópoles brasileiras: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte**. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, IPPUR/UFRJ-FASE, 1999, 23 p.

_____, **Reestruturação nas grandes cidades brasileiras: o modelo centro/periferia em questão**. IPPUR/UFRJ, 1994, 19 p.

RIBEIRO, Maria A. R. **Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870-1930)**. São Paulo: Editora da UNICAMP/Hucitec, 1988, 207 p.

ROCHA, Aristotelina Pereira B. **Expansão urbana de Mossoró – (Período de 1980 a 2004)**. Natal: EDUFRRN, 2005, 292 p.

RODRIGUES NETO, J. **O sonho do petróleo: aspectos históricos do Rio Grande do Norte**. Tese de Doutorado. Campinas. (Programa de Pós-Graduação do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas), 2008, 218 p.

SANTANA, Lindaura Maria de. **Produção, emprego e receita tributária: o efeito paradisíaco das frutas tropicais no pólo agroindustrial do Assu/RN**. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1997, 94 p.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: ADUSP, 2004, 285 p.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos, engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)**. São Paulo: Companhia da Letras, 1988, 474 p.

SILVA, A. G. da. **Trabalho e tecnologia na produção de frutas irrigadas no Rio Grande do Norte**. In: CAVALCANTI, J. S. B. (Org.). *Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação*. Recife: EDUFPE, 1999.

SILVA, Aldenor Gomes da. **O emprego parcial na agricultura: a pluriatividade no pólo fruticultor do Rio Grande do Norte**. São Paulo: USP. Seminário nº 27, 1998. 46p.

_____, **O pólo fruticultor Açú/Mossoró (RN)**. Disponível em www.fundaj.gov.br. Acesso em 29 de julho de 2008.

SILVA, Anelino Francisco. **Migração e crescimento urbano: uma reflexão sobre a cidade de Nata/Brasil**. Scripta Nova. Revista eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, nº 94 (74), 1 de agosto de 2001.

SILVA, Marconi e BEZERRA, Márcia de Oliveira e AZEVEDO, Geraldo Gurgel de. **A economia Norte-Riograndense e a crise de 1929**. Natal: Editora Universitária, 1986, 107 p.

SILVA, Marconi. **A questão regional no Brasil: o Nordeste em foco**. Projeto de Tese de Doutorado. (Mimeo.). Natal/UFRN, 2003, 13 p.

SILVA, Marconi. **Mercado de trabalho, ocupações e rendimentos: a região metropolitana de Natal na década de 1990**. Tese de Doutorado. (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais). Natal: UFRN, 2008, 254 p.

SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. **A participação da Bahia no tráfico interprovincial de escravos (1851-1881)**. *III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis, 2 a 4 de maio de 2007, 21p. Disponível em www.labhstc.ufsc.br. Acesso em 17/06/2007.

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 8. ed., 1995e, 114 p.

SIMONSEN, R. C. **História econômica do Brasil: 1500-1820**. 2ª ed. São Paulo: Nacional, 1944, 2 vols.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Nacional, 1. ed., 1974, 377 p.

_____, **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 13. ed., 1995, 133 p.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1. ed., 1988, 250 p.

SOBRAL, Bruno Leonardo Barth. **Desconcentração produtiva regional no Brasil: análise do estado do Rio de Janeiro 1970-2006**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação do Instituto de Economia da UNICAMP. (Área de Concentração em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente). Campinas: UNICAMP, 2007, 162 p.

SOUZA, Itamar de. **Migrações para Natal**. Natal: UFRN. Mimeo. 1976, 66 p.

SOUZA, João Gonçalves de. **O Nordeste brasileiro: uma experiência de desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1979.

SOUZA, Marcos Barcellos de. **Redes ilícitas e escalas de ação**. *Revista Leituras de Economia Política*, nº 13, janeiro a julho de 2008, Campinas: Instituto de Economia - UNICAMP, ps. 79-98.

SUDENE/BNB. Relatório da pesquisa sobre o desempenho da indústria incentivada do Nordeste 1988. Recife: SUDENE-DPG/PLI, 1992, 220 p.

SUDENE. Agregados econômicos regionais: nordeste do Brasil -1965-98. Recife, 1999.

SUDENE: Boletim conjuntural - Nordeste *do Brasil*, n.6, Recife: SUDENE, agosto/1999.

SUDENE, Vinte Anos – 1959-1979. Recife, SUDENE, 1980. 151 p.

SUDENE. Boletim conjuntural, nº 7 – Nordeste do Brasil. Recife, agosto de 2000.

TAKEYA, Denise M. **Um outro Nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915)**. Fortaleza: BNB, ETENE, 1985, 137 p.

TAVARES, M. C. e BELLUZZO, Luiz G. de Melo. **O capital financeiro e empresa multinacional**. *Temas de Ciências Humanas*, Nº 9, São Paulo, 1980, p. 113-124.

TAVARES, M. C. e ASSIS, José Carlos de. **O grande salto para o caos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2. ed., 1985, 124 p.

TAVARES, M. C. **Território, império e nação**. IN: FIORI, J. L. e TAVARES, M. C. (Org.) *Estados e moedas*. São Paulo: Vozes, 1998.

TAVARES, M. C. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Campinas: UNICAMP-IE, 1998a, 206 p.

TAVARES, M. C. **Ciclo e crises: o movimento recente da industrialização Brasileira**. Campinas: UNICAMP-IE, 1998b, 190 p.

TAVARES, M. C. **Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes**. IN: TAVARES, M. C. (Org.). *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 129-154.

TAVARES, M. C. **A retomada da hegemonia norte-americana**. IN: FIORI, J. L. e TAVARES, M. C. (Org.) *Poder e Dinheiro*. São Paulo: Vozes, 3ª ed., 1997. 413 p.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. **Os nomes da cidade no Brasil colonial: considerações a partir da capitania do Rio Grande do Norte**. Revista de Geografia da UFC, Ano 02, Nº 03, 2003, p. 53-60. Disponível em www.mercator.br. Acesso em 30 de março de 2007.

TRIBUNA DO NORTE. Cadernos Especiais, Fascículo Nº 5. Disponível em www.tribunadonorte.com. Acesso em 14/06/2007.

TRINDADE, Sérgio Luiz B. **Introdução à história do Rio grande do Norte**. Natal: Sebo Vermelho, 2007, 305 p.

TROTSKY, L. **A revolução de 1905**. Disponível em <<http://www.marxists.org/portugues/trotsky/1907/revolucao-1905>>. Acesso em 25 de fevereiro de 2008.

VAINER, Carlos B. **Utopias urbanas e o desafio democrático**, In: Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, Nº 105, julho/dezembro, 2003, p. 25-31.

_____, **Fragmentação e projeto nacional: desafios para o planejamento territorial**. SEMINÁRIO INTERNACIONAL POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: “*Desafios e Perspectivas à luz das Experiências da União Européia e Brasil*”. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 23-24 de março de 2006, 30 p.

VARSANO, R. **A guerra fiscal do ICMS: quem ganha e quem perde**. (Série IPEA, N.500) Rio de Janeiro, julho, 1997.

VASCONCELOS, J. Romeu de. **Matriz do fluxo de comércio interestadual de bens e serviços no Brasil -1999**. Texto para Discussão, N. 817, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, agosto de 2001, 81 p.

VERGER, Pierre. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo de Benin e a Bahia de todos os santos entre os séculos XVII e XVIII**. São Paulo: Corrupio, 1987, 718 p.

VERSIANI, Flávio Rabelo e BARROS, José R. M. de. **Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização**. São Paulo: Saraiva. Coleção ANPEC, Leituras de Economia, 1ª ed. rev. 1978. 410 p.

VERSIANI, Flávio Rabelo & VIRGULINO, José Raimundo Oliveira. **Preços de escravo em Pernambuco no século XIX**. Texto parra Discussão Nº 252, Brasília, outubro de 2002, 25p. Disponível em: <<http://www.unb.br/face/eco/cpe>. Acesso em 17 de junho de 2007.

VIEIRA, Andréa Carvalho. **A produção de petróleo no Rio Grande do Norte**. Natal: Departamento de Economia/UFRN, Mimeo. 1999.

VIEIRA, Carlos Alberto Cordovano. **Celso Furtado: notas sobre a formação nacional e as conexões entre dependência e subdesenvolvimento**. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política. Ano 10, nº 21. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007, p. 35-57.

VIEIRA, Danilo Jorge. Finanças públicas e desenvolvimento econômico em Minas Gerais: as implicações da renegociação da dívida sobre as políticas de fomento estadual. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação do Instituto de Economia da UNICAMP. (Área de Concentração em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente). Campinas: UNICAMP, 2006, 180 p.

XAVIER, Jurandir Antônio. **Capital, classe & Estado na industrialização nacional**. Vozes, Petrópolis, 1993.

ZAIDAN FILHO, Michel. **O fim do Nordeste & outros mitos**. Coleção Questões de Nossa Época, São Paulo: Cortez, 2001, 110 p.

SÍTIOS:

<<http://www.unb.br/face/eco/cpe>. . Acesso em 18 de abril de 2006.

<<http://www.cefetrn.br>. Acesso em 20 de maio de 2006.

<<http://www.mercator.br>. Acesso em 05 de abril de 2007.

<<http://www.labhstc.ufsc.br>. Acesso em de 13 junho de 2007.

<<http://scholar.google.com.br> Acesso em 17 de julho de 2007.

<www.labhstc.ufsc.br Acesso 18 em 08 de agosto de 2007.

<<http://www.seol.com.br>. Acesso em 23 de novembro de 2007.

<[http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(144\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(144).htm). Acesso em 11 de dezembro de 2006.

<<http://www.sedec.rn.gov.br>.

<<http://www2.uol.com.br/omossoroense/100807>. Acesso em 22 de dezembro de 2006.

<<http://www.pologassal.rn.gov>. Acesso em 28 de dezembro de 2006.

<http://www.sedec.rn.gov>. Acesso 12 janeiro de 2006